

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
EDSON BATISTA DA SILVA



**DISPUTAS TERRITORIAIS CAMPONESAS: AS EXPERIÊNCIAS
AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE
OCIDENTAL, GO.**



GOIÂNIA
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1 1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

1 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Edson Batista da Silva		
E-mail:	Edson_bat_silva@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Docente-UEG		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	UF:	CNPJ:	
Título:	Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO.		
Palavras-chave:	Território. Campesinato. Agroecologia. Agronegócio.		
Título em outra língua:	Peasants the territorial disputes: agroecological experiences in the Cunha Settlement in Cidade Ocidental, GO.		
Palavras-chave em outra língua:	Territory. Peasants. Agroecology. Agribusiness.		
Área de concentração:	Natureza e Produção do Espaço.		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	28/02/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em Geografia		
Orientador (a):	Prof.º Dr. Manoel Calaca		
E-mail:	manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Edson Batista da Silva
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 18/03 /2014.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.



EDSON BATISTA DA SILVA

**DISPUTAS TERRITORIAIS CAMPONESAS: AS EXPERIÊNCIAS
AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE
OCIDENTAL, GO.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, na área de concentração Dinâmica sócio-espacial: urbana, agrária, regional, e ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça

GOIÂNIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

S586d	<p>Silva, Edson Batista da.</p> <p>Disputas territoriais camponesas [manuscrito]: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO/ Edson Batista da Silva. -2014.</p> <p>xv, 247 f. : il., figs, tabs.</p> <p>Orientador: Profº. Dr. Manoel Calaça Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), 2014.</p> <p>Bibliografia.</p> <p>Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.</p> <p>Apêndices.</p> <p>1. Agroecologia 2. Agronegócio 3. Campesinato 4. Assentamento Cunha - Goiás I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 631.95</p>
-------	---



EDSON BATISTA DA SILVA

**DISPUTAS TERRITORIAIS CAMPONESAS: AS EXPERIÊNCIAS
AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE
OCIDENTAL, GO.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como condição para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica sócio-espacial: urbana, agrária, regional, e ambiental.

PROF.º DR. MANOEL CALAÇA (IESA/UFG)
Orientador

PROF.º DR. MARCOS AURÉLIO SAQUET (UNIOESTE/ Campus de Francisco Beltrão)
Membro

PROF.º DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA (IESA/UFG)
Membro

PROF.º DR. JOÃO CLEPS JÚNIOR (Universidade Federal de Uberlândia)
Suplente

PROF.º DR. EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO (IESA/UFG)
Suplente

DATA DA DEFESA E APROVAÇÃO

Goiânia, 28 Fevereiro de 2014

AGRADECIMENTOS

O camponês é acima de tudo um forte, dele o sistema capitalista leva o trabalho materializado na mercadoria, o denomina de “caipira” atrasado, resquício do passado, lhe tira o direito ao campo, arrancando sua pele, o deixando em carne viva. Aprendi isso ainda criança, nas falas de meus pais as reclamações constantes do preço recebido pela saca de arroz ou pelo litro de leite, as humilhações sofridas pelas ditas autoridades nos foi deixando claro o lugar do camponês na sociedade capitalista. Nossos pais sempre nos incentivaram nos estudos, porque afirmavam que não queriam para os filhos as durezas que tiveram que suportar. Agradeço a eles o incentivo pela conclusão desse trabalho.

De fato fui expulso do campo, mas ele não saiu das minhas inquietações e do meu desejo de contribuir para que as próximas gerações possam ter um campo que não as exproprie. Nesse sentido agradeço a Manoel Calaça, esse goiano, um pouco acreano, catalano e metropolitano, que nos acolheu no IESA e por meio das correções, reflexões, leituras e sugestões nos orientou na produção deste trabalho. Aprendemos com ele a importância de se ter posições políticas claras, se trata de um sujeito raro, que não negocia suas convicções. Portanto, agradeço a oportunidade de ter compartilhado esses dois anos com um intelectual humano e engajado, que respeita o aluno em suas escolhas teórico-metodológicas.

As correções dos equívocos também foram possíveis, graças às observações criteriosas e coerentes dos professores Adriano e Eguimar. Agradeço a eles pelo respeito que tiveram com o trabalho e, as consequentes contribuições que deram na qualificação. A professora Dinalva, agradeço pelas sugestões de leitura referente à agroecologia. Aos demais professores das disciplinas cursadas na pós-graduação pela oportunidade de crescimento intelectual, propiciada pelas sugestões de leituras e discussões realizadas. Aos companheiros nessa jornada do curso de pós-graduação, em especial Bruno, Priscilla, Leonardo, José Rodrigues, Danilo, Diego, Onofre, entre tantos outros pela partilha das angústias e momentos de alegria.

Agradeço também ao velho amigo Ricardo, pelas discussões filosóficas, pela partilha das angústias com a educação básica, pela estadia no período de realização das disciplinas e pelas correções de português. À branca, agradeço também pelas correções de português. Ao amigo José Carlos agradeço pela produção dos mapas, a minha companheira Joyce pela compreensão da minha ausência em determinados momentos, aos companheiros do curso de Geografia da unidade de Minaçu pelos incentivos e puxões de orelha pelos excessos, aos membros do NEPAT pela convivência fraterna e as sugestões ao trabalho.

Agradeço também a vó Anália, pelos cafés da manhã, pelos jantares e pelo carinho, respeito e solidariedade desprendida. A professora Francilane pelas sugestões ao trabalho, pelo incentivo a formação continuada e pelo carinho e respeito com seus ex-alunos. Não poderia me esquecer dos camponeses do assentamento Cunha, pela recepção, carinho e respeito durante a realização da pesquisa, foram momentos de partilha e convivência em que aprendemos muito com eles, também nos emocionamos com suas histórias de luta pelo direito ao território camponês, pelo direito de continuar sendo camponeses. A eles dedico esse trabalho, são sujeitos do futuro, construtores de “novos” caminhos para o campo por meio da agroecologia.

Agradeço também ao companheiro da Via Campesina/MST pela predisposição em responder ao questionário, aos funcionários do INCRA pela procura em nos atender, em especial com a disponibilização dos documentos solicitados. Por fim dedico esse trabalho também a todos que acreditam que não há possibilidade de construirmos outro projeto civilizatório se não partirmos da diversidade dos diferentes grupos explorados pelo sistema capitalista.

ORAÇÃO DO MILHO (Cora Coralina)

*Senhor, nada valho.
Sou a planta humilde dos quintais
pequenos e das lavouras pobres.
Meu grão, perdido por acaso,
Nasce e cresce na terra descuidada.
Ponho folhas e haste, e se me ajudardes, Senhor,
Mesmo planta de acaso, solitária,
Dou espigas e devolvo em muitos grãos
O grão perdido inicial, salvo por milagre,
Que a terra fecundou.
Sou a planta primária da lavoura.
Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo
E de mim não se faz o pão universal.
O justo não me consagrou Pão da vida,
nem lugar me foi dado nos altares.
Sou apenas o alimento forte e substancial dos que
trabalham a terra, onde não vingam o trigo nobre.
Sou de origem obscura e de ascendência pobre,
Alimento de rústicos e animais do jugo.(...)
Eu era apenas o bró nativo das tabas ameríndias.
Fui o angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito.
Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.
Sou a farinha econômica do proletário.
Sou a polenta do imigrante
e a amiga dos que começam a vida em terra estranha.
Alimento de porcos e do triste um de carga.
O que me planta não levanta comércio, nem vantagem dinheiro.
Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis.
Sou o cocho abastecido donde ruminam o gado.
Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.
Sou o cacarejo alegre das poedeiras a volta dos seus ninhos.
Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,
Que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho.*

RESUMO

O presente estudo objetivou compreender as experiências agroecológicas no assentamento Cunha, como resultado da disputa camponesa com o agronegócio, tendo em vista a permanência na terra. Para atingi-lo foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, com realização de entrevistas estruturadas, semi-estruturadas, além de observação direta a campo, com anotações em caderneta de campo e registros fotográficos. Nesse sentido, a pesquisa partiu de uma compreensão mais ampla, que acredita na existência de projetos díspares para o campo. Nesse ínterim, a conquista da fazenda Cunha, apropriada/dominada pelo agronegócio foi fundamental para imprimir outros usos por meio da agroecologia. No entanto, a produção territorial do assentamento envolveu disputas do MST com sua base constitutiva, que foi cooptada pelo Estado apoiado pela CONTAG. Esse processo resultou na disposição de limites desfavoráveis à agroecologia, com dificuldades para o controle dos insumos e canais de comercialização direta, realidade agravada pela ação do agronegócio sobre o assentamento, tanto de forma direta, com a monocultura limítrofe no município de Cristalina, quanto de modo indireto, com a determinação dos rumos da política agrícola. Associado a pressão do capital financeiro/imobiliário da metrópole nacional, Brasília. Quanto à análise dos atores da produção agroecológica, a experiência do coletivo “Eldorado dos Carajás” é fruto de uma rede política em defesa da agroecologia. A experiência da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) é resultado da proposta institucional de permanência camponesa na terra, a essa se somam o conhecimento tradicional e a territorialidade das famílias assentadas, que promove a agricultura camponesa com princípios e conceitos agroecológicos. As redes dentro do assentamento, de troca de sementes, conhecimentos, entre outras e, redes dos camponeses assentados com atores externos, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), permitiram a autonomia relativa na produção dos insumos, mas os camponeses continuam submetidos ao capital usuário e comercial. Contudo, a adoção da agroecologia permitiu a revisão da relação sociedade/natureza, o fortalecimento da luta pela Soberania Alimentar e a territorialização da agrobiodiversidade.

Palavras chave: Território. Campesinato. Agroecologia. Agronegócio.

ABSTRACT

The present study has the objective to understand the experiences in Cunha agroecological settlement as a result of the peasant struggle with agribusiness in order to stay on land. To achieve it we use the bibliographical and documentary research, and fieldwork with conducting semi-structured and structured interviews, besides the direct observation in the field notes, and photographic records. In this sense, the research was based on a wide understanding, who believes in the existence of disparate projects for the field. Meanwhile, the conquest of the Cunha farm, appropriate / dominated by agribusiness was essential to give other uses through Agroecology. However, the territorial settlement involved production disputes MST with its constituent base, which was co-opted by the state, supported by CONTAG. This process resulted in the provision of unfavorable Agroecology limits, with the difficult to control of inputs and direct marketing channel, reality aggravated by the action of Agribusiness on the settlement, both directly with borderline monoculture in the municipality of Cristalina, such as indirect with the determination of the direction of agricultural policy. Associated to the pressure of the financial/property capital of the national metropolis, Brasilia. The analysis of the actors of agroecological production, the collective experience of the "Eldorado dos Carajás" is the result of a policy network in defense of Agroecology. The experience of Integrated Sustainable Agroecology Production (PAIS) is a result of the institutional proposed peasant permanence on land, these add up traditional knowledge and territoriality of settled peasant families that promotes peasant agriculture with the principles of agroecology. The network inside the settlement, changing the seeds, knowledge, and others, the networks of the peasant settlement with external actors, as Brazilian Agricultural Research Agency (EMBRAPA) allowed the relative autonomy of inputs, but the farms remain submitted to the user and commercial capital. However, the adoption of agroecology allowed the revision of the society / nature, the strengthening of the struggle for the sovereignty food and the territorial agrobiodiversity.

Key words: Territory. Peasants. Agroecology. Agribusiness.

LISTA DE TABELAS/QUADROS

	Pág.
Tabela 1 – Estado de Goiás - Despesas nos estabelecimentos agropecuários com insumos e encargos bancários – 2006.	74
Tabela 2 – Estado de Goiás - Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários- 1970 – 2006.	132
Tabela 3 – Estado de Goiás - Tipo de tração utilizada pelos estabelecimentos – 2006.	132
Tabela 4 – Estado de Goiás - Equipamento utilizado na aplicação de agrotóxicos por Estabelecimentos – 2006.	136
Tabela 5 – Estado de Goiás - Produção agrícola (ton.) – 1970 – 2006.	136
Tabela 6 – Estado de Goiás - Pessoal ocupado nas atividades agrícolas – 1970 – 2006.	137
Tabela 7 – Estado de Goiás - Consumo de combustíveis nos estabelecimentos – 2006.	140
Tabela 8 – Estado de Goiás - Prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos – 2006.	145
Tabela 9 – Brasil - Prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo a condição do produtor – 2006.	146
Tabela 10 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Tipos de criações por parcela – 2013.	189
Tabela 11 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Tipos de culturas agrícolas por parcelas – 2013.	190
Tabela 12 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Renda monetária declarada pelas famílias – 2013.	199
Quadro 1 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Concepções de agroecologia das organizações atuantes no assentamento – 2013.	166

LISTA DE FOTOS

Pág.

Foto 1	– Assentamento Cunha - Bovino pastando na área coletiva do assentamento.	62
Foto 2	– Assentamento Cunha - Limite do Assentamento Cunha com produção do agronegócio no município de Cristalina.	67
Foto 3	– Assentamento Cunha - Consórcio de banana com feijão de corda.	167
Foto 4	– Assentamento Cunha - Resíduos de cana utilizados como adubo.	168
Foto 5	– Assentamento Cunha - Presença da policultura no assentamento.	169
Foto 6	– Assentamento Cunha - Galinheiro para aproveitamento de esterco.	174
Foto 7	– Assentamento Cunha - Produção de compostagem.	174
Foto 8	– Assentamento Cunha - Produção de biofertilizante.	175
Foto 9	– Assentamento Cunha - Ao fundo plantio de frutíferas com uso de amendoim forrageiro como adubo verde, (cobertura viva).	176
Foto 10	– Assentamento Cunha - Uso de cobertura morta em frutíferas	177
Foto 11	– Assentamento Cunha - Cobra jibóia (<i>Boa constrictor</i>) capturada para soltura.	180
Foto 12	– Assentamento Cunha - Cultivo de milho no coletivo “Eldorado dos Carajás.”	183
Foto 13	– Assentamento Cunha - Coleta de semente de hortaliça para plantio.	185
Foto 14	– Assentamento Cunha - Apoio a candidatos ao poder municipal de Cidade Ocidental.	187
Foto 15	– Assentamento Cunha - Casa de Farinha no Assentamento Cunha.	191
Foto 16	– Assentamento Cunha - Sede comunitária do P.A Cunha,	

	local onde funcionava a escola.	206
Foto 17	– Assentamento Cunha - Horta no sistema mandala desativada.	209
Foto 18	– Assentamento Cunha - Sistema agroflorestal como princípio da agrobiodiversidade.	218

LISTA DE GRÁFICOS

Pág.

Gráfico 1	– Estado de Goiás - Variação dos assentamentos e ocupações - 1985 a 2011.	85
Gráfico 2	– Estado de Goiás - Variação de assassinatos – 1985 a 2011.	88
Gráfico 3	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Realização de diferentes atividades a partir das relações de gênero nas famílias assentadas – 2013.	92
Gráfico 4	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - percentual de famílias assentadas quanto ao número de membros residentes no assentamento – 2013.	93
Gráfico 5	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – percentual de famílias assentadas cujos membros trabalham na parcela da família – 2013.	94
Gráfico 6	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Atividades desenvolvidas pelos assentados entrevistados antes de irem para o assentamento – 2013.	96
Gráfico 7	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - número de famílias assentadas com membros adultos, idosos, crianças e jovens em idade escolar – 2013.	98
Gráfico 8	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - percentual dos assentados entrevistados segundo as diferentes classes de idade – 2013.	99
Gráfico 9	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Percentual de famílias assentadas pelos períodos de existência – 2013.	100
Gráfico 10	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Ocorrência de relações de ajuda mútua no assentamento segundo os assentados entrevistados – 2013.	103
Gráfico 11	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Número de famílias que empregam ou possuem trabalhadores ocupados como temporários e assalariados, segundo os assentados entrevistados – 2013.	105
Gráfico 12	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Número de famílias com filhos que ajudam nas atividades laborais – 2013.	108
Gráfico 13	– Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Representação da terra para os assentados entrevistados – 2013.	111

Gráfico 14	–	Brasil - Consumo dos principais ingredientes ativos de agrotóxicos - 2000 a 2009.	129
Gráfico 15	–	Brasil/Região Centro-Oeste - Utilização de Fertilizantes nas lavouras (kg/ha) – 2006.	134
Gráfico 16	–	Brasil/ Região Centro-Oeste - Uso de agrotóxicos nas Lavouras (kg/ha) – 2006.	135
Gráfico 17	–	Estado de Goiás - Registros de ocorrências de trabalhadores em condições análogas à de escravo - 1985 a 2011.	138
Gráfico 18	–	Brasil - Número de estabelecimentos de produtores orgânicos não certificados por grupo de área – 2006.	145
Gráfico 19	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Sujeitos e organizações com os quais os assentados aprenderam realizar a produção agroecológica – 2013.	171
Gráfico 20	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Tipos de adubos utilizados pelas famílias assentadas, segundo os assentados entrevistados – 2013.	173
Gráfico 21	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - métodos usados pelas famílias assentadas, no manejo de vegetação espontânea e de “espécies-praga”, nas culturas e na criação animal, segundo os assentados entrevistados – 2013.	178
Gráfico 22	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Domínio das sementes das culturas agrícolas cultivadas segundo os assentados entrevistados – 2013.	182
Gráfico 23	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Formas de acesso a mecanização pelas famílias assentadas, segundo os assentados entrevistados – 2013.	186
Gráfico 24	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Canais de comercialização usados pelas famílias assentadas, segundo os assentados – 2013.	193
Gráfico 25	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Dificuldades para consolidar a produção agroecológica segundo os assentados entrevistados – 2013.	202
Gráfico 26	–	Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Nível de escolaridade dos assentados entrevistados – 2013.	204

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 – Localização do assentamento Cunha, Cidade Ocidental (GO) – 2013.	20
Figura 2 – Assentamento Cunha- Cidade Ocidental (GO): Formação inicial - 1998.	60
Figura 3 – Município de Cidade Ocidental - GO - Assentamento Cunha - Perda territorial do grupo coletivo Eldorado dos Carajás – 1998 - 2013.	64
Figura 4 – Município de Cidade Ocidental - Assentamento Cunha - Proximidade em relação ao condomínio Alphaville e a cidade de Brasília – 2013.	69
Figura 5 – Estado de Goiás - Assentamentos por Microrregião – 2012.	89
Fluxograma 1 – Trajetória espacial das famílias do Assentamento Cunha.	95
Fluxograma 2 – Rede Política estabelecida para a realização do Programa Biodiversidade Brasil – Itália – 2013.	158
Fluxograma 3 – Espaços irradiados pelo CIMAS instalado no Assentamento Cunha – 2013.	160

LISTA DE SIGLAS

AAO	Associação da Agricultura Orgânica.
ABIO	Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro.
AEASP	Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.
AECO	Associação do Agronegócio Certificado Orgânico.
AGE	Associação da Agricultura Ecológica do Distrito Federal.
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia.
ANC	Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
ASPTA	Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base.
CETAPS	Centros de Tecnologias Alternativas e Populares.
CIMAS	Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiobiodiversidade.
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.
COPAVI	Cooperativa de Produção Agroecológica.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CTNBIO	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf.
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Orgânica.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia.
ESALQ	Escola Superior de Agronomia Luis Álvaro de Queiroz.
FAGO	Frente Agrária Goiana.
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Fome.
FETADEFE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Brasília.
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Tocantins.
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo.
IBD	Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural.

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFOAM	Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica.
IMO	Instituto de Mercado Ecológico.
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária.
IPOEMA	Instituto de Permacultura, Organização, Ecovilas e Meio Ambiente.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MEC	Ministério da Educação.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.
PC	Partido Comunista.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PC do B	Partido Comunista do Brasil.
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PR do Assentamento Cunha	Plano de Recuperação do Assentamento Cunha.
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.
PRONA F	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROVE	Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural.
PTA	Projeto em Tecnologias Alternativas.
REDEECOVIDA	Associação Ecovida de Certificação Participativa.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura.
SENAE	Serviço de Aprendizagem Industrial.
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem.
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná.
UDR	União Democrática Ruralista.
UFPR	Universidade Federal do Paraná.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina.
UNB	Universidade de Brasília.
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso.
USAID	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

SUMÁRIO

Pág.

APRESENTAÇÃO	18
Capítulo 1. Disputas territoriais na conquista e produção territorial do Assentamento Cunha	29
1.1. Aproximações iniciais	29
1.2. Território: elementos teóricos para construir o concreto pensado	33
1.3. A conquista territorial do Assentamento Cunha como viabilidade para a territorialização da agroecologia	45
1.4. A produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a agroecologia	54
Capítulo 2. Camponato e especificidade camponesa: caminhos para produção agroecológica no Assentamento Cunha	71
2.1. A renda da terra: a subordinação do camponês ao capitalismo	71
2.2. Os camponeses nos estudos agrários clássicos/contemporâneos	75
2.3. Camponeses: os sujeitos em luta <i>na</i> terra e <i>pela</i> terra em Goiás	80
2.4. A especificidade camponesa como alternativa para o fortalecimento da produção agroecológica no Assentamento Cunha	91
Capítulo 3. Agronegócio x camponato: dos elementos teóricos aos atores responsáveis pela agroecologia no Assentamento Cunha	119
3.1. Primeira e Segunda Revoluções Agrícolas: a autonomia da produção camponesa em questão, as raízes do agronegócio	119
3.2. A estruturação do agronegócio com as Primeira e Segunda “Revoluções Verdes”: a formatação de seres para reprodução ampliada do capital	121
3.3. A “modernização” da agricultura no Cerrado: a apropriação do espaço goiano pelo agronegócio	130
3.4. Agriculturas sustentáveis: convergências, divergências e o processo de certificação no Assentamento Cunha	141
3.5. Agroecologia: outro modelo para produção agropecuária no Assentamento Cunha	150

Capítulo 4. A produção agroecológica no Assentamento Cunha: autonomia camponesa para permanência na terra	170
4.1. Produção agroecológica no Assentamento Cunha: o controle dos insumos e dos canais de comercialização	170
4.2. A produção Agroecológica: dificuldades e conquistas para a permanência na terra no Assentamento Cunha	198
Considerações finais	222
Referências	227
Apêndices	236

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação se explica pela nossa ambiência no campo. Nascemos na comunidade “kaiapó”, no município de Goiás, que, como vários lugares no estado e no Brasil, depois que tudo é dizimado, é nomeado, para homenagear, com o nome de algum dos seres eliminados pelo sistema capitalista. Nessa comunidade, com nome de etnia indígena, crescemos e aprendemos com os pais o cultivo da terra. Nesse processo, compreendemos que os agroecossistemas envolvem elementos políticos, econômicos, culturais e naturais. Por exemplo, no plantio do milho (*Zea mays*), se escapa ao simples ato de semear a terra. Primeiro, o conhecimento tradicional ensina que se escolhem as espigas, debulham-se as suas extremidades e descartam-se os grãos. Apenas aqueles da parte interna é que fornecem sementes ideais para o plantio. Além disso, há a “lua boa” para plantar. Mas, com a modernização da agricultura, essa prática foi modificada na nossa realidade cotidiana. Plantar ficou cada dia mais caro.

Já não havia mais tantos camponeses com os quais trocar sementes, as variedades diminuía, as “espécies-praga” atacavam cada dia mais as que eram guardadas no “paiol”, ou depósito, e os técnicos do Estado não auxiliavam nas práticas agrícolas. A casa agropecuária se tornava o caminho mais fácil para conseguir, por compra, os insumos. Os camponeses da comunidade do “kaiapó” diziam que se fosse para colocar “na ponta do lápis” não compensava nem plantar. A modernização, segundo eles tinha tornado o trabalho menos árduo, a máquina havia facilitado a lida na “roça.” Mas a fartura diminuía, as dívidas aumentavam e o campo se esvaziava. Nesse contexto, assistíamos os amigos saírem do campo por não terem terra para sobreviver.

No entanto, diante da condição subordinada, a alternativa que se apresentava era a escola. Nela o ambiente era inóspito, éramos taxados de “roceiros” e “caipiras”, mas se entendia que ali era a frente de batalha para ter acesso à cidadania. Com o término do Ensino Médio e a entrada na universidade, algumas explicações para a condição subordinada do camponês foram encontradas no curso de Geografia. Mas a determinação de uma agricultura moderna nos intrigava, aprendemos que havia limitações nas práticas camponesas. Quais seriam as alternativas ao pacote da modernização da agricultura?

Na especialização em Educação Ambiental aprendemos que a agroecologia seria o caminho para a permanência camponesa na terra. Entretanto, outras questões surgiram. Como implantá-la? O Estado a assumiria? Seria necessário estabelecer a disputa territorial com a agricultura preconizada pelo agronegócio? A agroecologia era parte da luta por outro modelo

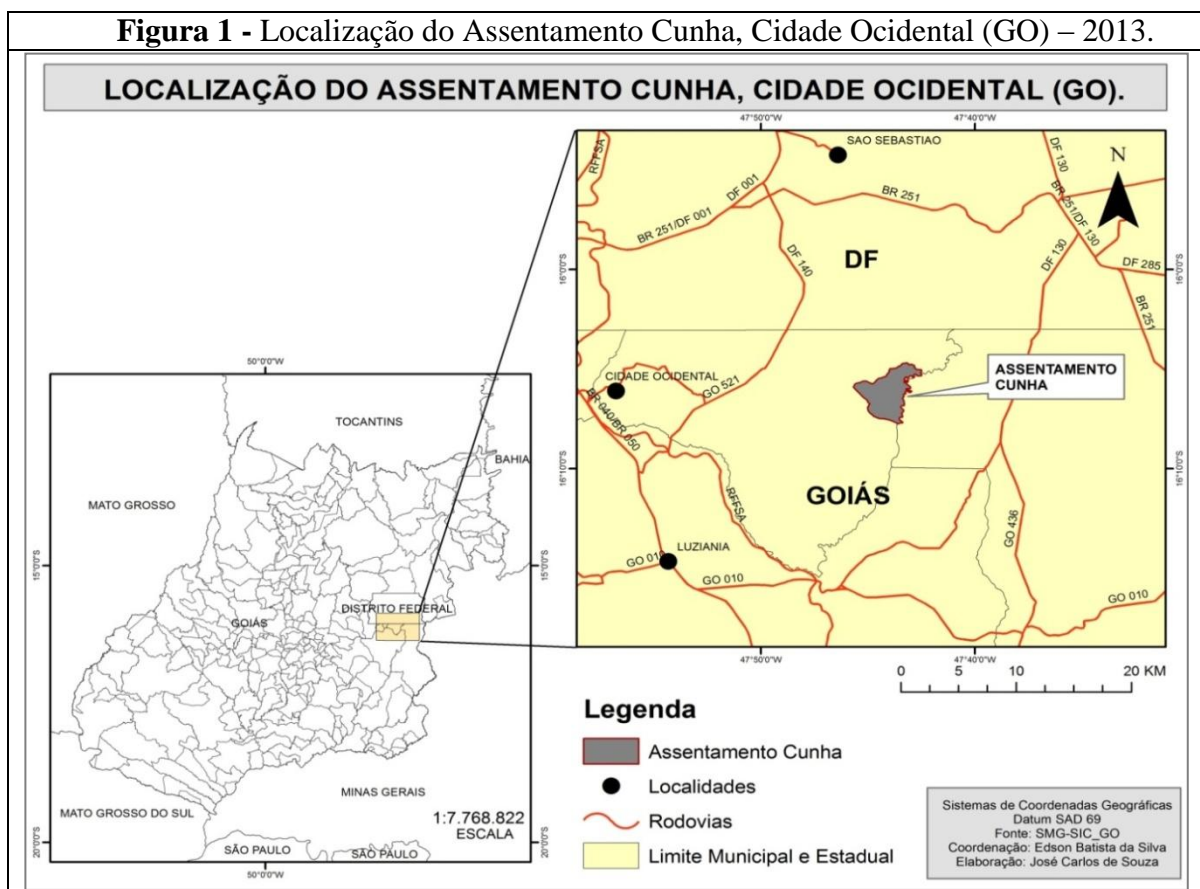
civilizatório? A necessidade da disputa territorial se tornou evidente com a leitura de Calaça; Chaveiro (2012), quando defendem a disputa entre a agricultura camponesa e a monocultura no Cerrado goiano. Nesse sentido, ficou claro o conflito entre o agronegócio, pactuado com o Estado e com a mídia, entre outros atores, e o campesinato, articulado nos movimentos sociais e apoiado por organizações aliadas. Portanto, essas questões toponímicas, sociais e científicas culminaram no interesse pelo tema da pesquisa, o entendimento das experiências agroecológicas no Assentamento Cunha, como resultado da disputa camponesa com o agronegócio, tendo em vista a permanência na terra.

Na Figura 1 se observa que o Assentamento Cunha se localiza no Estado de Goiás na Microrregião do Entorno de Brasília, no município de Cidade Ocidental. Dista 42 quilômetros do Plano Piloto de Brasília e 32 quilômetros da sede do município de Cidade Ocidental. Esse município se limita ao norte com o Distrito Federal, a leste/sudeste com Cristalina, ao sul com Luziânia e a oeste com Valparaíso de Goiás. O acesso ao Assentamento Cunha pode ser realizado, a partir do centro urbano de Cidade Ocidental, pela rodovia GO- 521, em que se percorre em torno de 17 quilômetros até o Distrito do ABC, daí segue-se à direita por uma estrada vicinal, numa extensão de 15 km, passando pelo condomínio residencial Alphaville e, em seguida, pela Fazenda Barreiro, até chegar ao referido assentamento.

Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (PR, 2011), a ocupação da Microrregião do Entorno de Brasília ocorreu a partir do século XVII, com a formação de grandes latifúndios para criação extensiva de bovinos. Os latifundiários exploravam nas fazendas os camponeses meeiros, parceiros e agregados. Os primeiros municípios surgiram como entrepostos dos tropeiros. Mas, essa dinâmica foi alterada na década de 1960, com a construção de Brasília. A edificação da capital federal produziu uma reocupação do espaço, com a atração de migrantes. Os chegantes sem direito à cidade foram residir nas cidades-satélites ou nas cidades do Entorno de Brasília.

Segundo o mesmo documento acima citado, Cidade Ocidental tem origem na implantação de um núcleo residencial ao norte de Luziânia. O nome do município tem origem na construtora Ocidental, responsável pela edificação das casas do referido núcleo. O projeto previa a construção de 14.349 unidades habitacionais, mas apenas 6.796 foram concluídas. O restante, 7.533 lotes foram repassados ao Banco Regional de Brasília que, por sua vez, os repassou para o governo do Distrito Federal. Cidade Ocidental foi emancipada em 1990 e dista 48 km de Brasília. Essa proximidade a tornou uma cidade dormitório, com forte migração do trabalho para a capital federal, Brasília. No espaço agrário do município predomina o agronegócio, com produção de leite, rebanho bovino de corte e soja (*Glycine*

max l.), segundo os padrões da “Revolução Verde.” O Assentamento Cunha se constitui no único projeto de reforma agrária territorializado no município.



A escolha do Assentamento Cunha como objeto deste estudo se deu pela existência, nele, de experiências agroecológicas, principalmente de polos irradiadores da agrobiodiversidade. Nesse sentido, na elaboração do trabalho a questão central foi analisar até que ponto as experiências agroecológicas do Assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, podem ser entendidas como resultado da disputa pelo território entre a agricultura camponesa e o agronegócio. Ela se desdobrou nas seguintes questões secundárias: a conquista, a produção territorial e a especificidade camponesa do Assentamento Cunha contribuíram para a produção agroecológica? Quais atores sociais articularam a produção agroecológica no Assentamento Cunha? As relações internas no assentamento e, as de seus atores com atores externos viabilizaram o controle dos insumos e dos canais de comercialização direta? Quais são as dificuldades atuais para a consolidação da produção agroecológica e, quais são as conquistas já obtidas com a adoção desse modelo de produção agropecuária?

Para responder às questões acima, o objetivo geral foi compreender as experiências agroecológicas do Assentamento Cunha como resultado da disputa camponesa com o

agronegócio, tendo em vista a permanência na terra. Esse objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: analisar a conquista e a produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a agroecologia; analisar a especificidade camponesa no Assentamento Cunha como possibilidade para a territorialização da agroecologia; identificar os atores responsáveis pela articulação da produção agroecológica no Assentamento Cunha; analisar se as relações internas dos atores no assentamento e com outros atores externos viabilizaram o controle dos insumos e canais de comercialização direta; apresentar as dificuldades atuais para a consolidação da produção agroecológica e as conquistas obtidas com a sua adoção.

Para atender a esses objetivos procedemos à uma pesquisa bibliográfica, tendo por intuito compreender categorias e conceitos caros ao trabalho, como: território, campesinato, agronegócio, agroecologia, modernização da agricultura e agriculturas alternativas. Nesse sentido, realizamos a leitura de Haesbaert (2004), Souza (2007), Fernandes (2009) e Almeida (2005), dentre outros, tendo em vista nos aproximar de uma compreensão horizontal das concepções teórico-metodológicas de território. No entanto, devido à problemática do trabalho, vertemos mais nossa análise para as contribuições de Saquet (2011, 2007), Calaça; Chaveiro (2012) e Raffestin (1993).

Já as leituras de Kautsky (1998), Guzmán; Molina (2005), Fabrini; Marco (2010), Woortmann (1990) e Shanin (2005) forneceram subsídios para analisar o pensamento clássico acerca do campesinato. Enquanto Pessoa (1999), Brandão (1981, 1986), Ramalho (1986), Mendonça (2004), Calaça (2010) e Duarte (1999) nos deram as bases teóricas para entender a formação do campesinato goiano. Nesse ínterim, Martins (1981) foi fundamental para as discussões sobre a renda da terra e, na análise da especificidade camponesa no Assentamento Cunha, as contribuições de Almeida (2006), Chayanov (1974), Santos (1984) e Shiva (2003) foram relevantes.

O conceito de agronegócio foi entendido pelas leituras de Martins (2012), Leite; Medeiros (2012) e Fernandes; Welch (2008). Na discussão da agroecologia, da modernização da agricultura e das agriculturas alternativas foram importantes as reflexões de Altieri (2012), Molina (2009), Machado (2009), Guhur; Toná (2012), Caporal (2009), Shiki (2009), Shiva (2003), Gonçalves (2012), Ehlers (1996), Gomes (2008), Graziano Neto (1982), Graziano Silva (1982), Caporal; Costabeber (2008) e Costa Neto (2008), dentre outros.

Portanto, a pesquisa bibliográfica permitiu o contato com as diversas concepções teórico-metodológicas de território, com as divergências clássicas na discussão de campesinato, com a formação do camponês goiano e com os elementos da especificidade

camponesa. Além de reafirmar o processo histórico de formação da agroecologia, surgida da antítese ao modelo do agronegócio, tanto convencional, quanto orgânico. O viés analítico adotado teve como cerne a preocupação com as divergências teórico-metodológicas dos conceitos e categorias, a historicidade dos processos e da formação do espaço geográfico. Por exemplo, na discussão de agroecologia, se entendeu que a mesma não é resultado do estalar de dedos da contemporaneidade, é fruto de um processo histórico, que envolve os camponeses em suas formas de produzir alimentos, contrários a forma de fabricar mercadorias do agronegócio.

Esse caminho analítico implicou no levantamento de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente nas suas Séries Estatísticas & Séries Históricas, no Censo Agropecuário-2006 e nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável-2012. A preocupação foi dar subsídios à reflexão do processo de modernização da agricultura, principalmente em Goiás, além de mensurar a difusão da produção orgânica, tanto no Brasil, quanto em Goiás, dentre outros aspectos. Esse levantamento de dados também ocorreu na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo em vista fornecer elementos para as análises concernentes à luta pela terra em Goiás e ao número de trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravidão.

Nesse ínterim, também foram feitas buscas em sítios de organizações de agricultura orgânica do Brasil, como: Fundação Mokiti Okada-2013, Associação de Agricultura Biodinâmica-2013, Portal Planeta Orgânico-2013 e Associação da Agricultura Ecológica do Distrito Federal- AGE (2013), e em sítios governamentais, como o do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (2013). Tais buscas tiveram como objetivo entender o resultado da difusão das agriculturas alternativas no Brasil, com a criação de organizações da agricultura orgânica e as ações desempenhadas por elas e analisar as formas de certificação definidas pelo Estado, as instituições credenciadas para esse fim, ou que obtiveram o selo como organizações de controle social, a legislação que rege esse processo, além do acesso à certificação orgânica pelo Assentamento Cunha.

Com isso, na tentativa de compreender o movimento da totalidade, das mediações, das contradições que envolvem a disputa entre atores na produção de alimentos, foram importantes também os dados primários e informações da pesquisa de campo. Nesse contexto, foi fundamental ir ao assentamento, sentir o cheiro, ouvir os sons, as dores, as alegrias, as histórias e observar as experiências agroecológicas. Ou seja, se cercar das variáveis que envolvem a produção desse território no viés da agroecologia. Portanto, usar os *sentidos* para

entender o *sentido* da construção da agroecologia nesse espaço, enfim foi preciso “amassar barro.” Assim, de início definimos que seriam realizadas entrevistas com as sessenta e duas famílias assentadas. No entanto, durante o desenvolvimento do trabalho uma delas se negou a prestar informações, desse modo foram entrevistadas sessenta e uma famílias.

A entrevista com elas se deu na modalidade estruturada, com formulário previamente elaborado com 48 questões, divididas em tópicos que abordavam aspectos referentes aos dados pessoais, à especificidade camponesa, ao controle dos insumos e canais de comercialização direta, às dificuldades para a conquista da terra, à renda declarada, às culturas agrícolas e criações de animais desenvolvidas, aos atores sociais com os quais aprenderam a realizar a produção agroecológica e às dificuldades para desenvolvê-la, assim como as vantagens inerentes à sua adoção.

Mas, o diálogo estabelecido com os primeiros sujeitos da pesquisa nos mostrou que outros elementos mereciam atenção, entre eles se destacaram: os conflitos territoriais dentro do assentamento e dele com o seu exterior e a assistência técnica. Além das questões previamente elaboradas para a pesquisa de campo, sempre tínhamos em mãos a caderneta de campo para anotar informações e dados primários dos diálogos informais, assim como impressões das observações simples, diretas, a campo, além da máquina fotográfica, para registrar práticas agroecológicas das famílias assentadas, entre outros aspectos. Além disso, a entrevista estruturada, com formulário previamente elaborado foi utilizada para a pesquisa com os dirigentes das organizações internas do assentamento. Sendo que esses também prestaram declarações como assentados.

Para entrevistas com dois membros da primeira associação, e dois componentes da segunda associação elaboramos quinze e dессesseis questões respectivamente. Nelas abordamos aspectos como: a estrutura das organizações, seus projetos políticos, os conflitos dentro do assentamento e dele com o meio externo, as consequências deles para a produção agroecológica, as dificuldades encontradas para o fortalecimento da agroecologia, as ações adotadas para resolvê-las, as alianças políticas tecidas com atores de fora do assentamento em defesa da produção agroecológica, as conquistas já efetivadas com sua adoção, além das ações do Estado na política de reforma agrária. Sendo que aos membros da segunda associação, adicionamos a questão referente às razões para a criação dessa segunda organização política.

Já para a análise da conquista e da produção territorial do Assentamento Cunha, além das contribuições dos assentados entrevistados, elegemos como interlocutores dois líderes participantes desse processo, cujos critérios utilizados na escolha foram: a vivência no espaço herdado, a participação direta no seu processo de conquista e produção territorial, além da

participação na instalação de experiências agroecológicas. As entrevistas foram feitas na modalidade semiestruturada, com os seguintes tópicos: a conquista da Fazenda Cunha, o espaço herdado, a produção territorial do assentamento, os conflitos dos atores dentro e fora do assentamento, os atores responsáveis pela territorialização da agroecologia, as dificuldades para sua consolidação, as mudanças operadas na relação sociedade/natureza com sua adoção, o controle dos insumos e dos canais de comercialização e a ação das políticas públicas para fortalecer a produção agroecológica, entre outros aspectos.

As entrevistas foram desenvolvidas entre dezembro de 2012 e junho de 2013. Na visita nos dias 16 e 17 de dezembro de 2012 se realizou a primeira entrevista semiestruturada. A nossa chegada se deu no dia 16, por volta das 15 horas. Um assentado nos levou até a casa da liderança com quem havíamos estabelecido contato. Logo após a chegada, na varanda da casa, a liderança nos relatou por longas horas a história de formação do assentamento e a implantação da agroecologia. No dia 17, por volta das 10 horas da manhã, iniciamos, com essa mesma liderança, a entrevista semiestruturada que se alongou até as 13 horas.

O nosso retorno ao assentamento se deu nas datas de 24, 25 e 26 de janeiro de 2013. Nesse momento já estava previamente elaborado o formulário com as questões da entrevista estruturada. Todavia, o desenvolvimento das entrevistas se iniciou no dia 25, por volta das 8 horas e se estendeu até às 18 horas, com o intervalo de uma hora para o almoço na casa de uma família assentada. A mesma situação se repetiu na data de 26 de janeiro, sendo que, no total, conseguimos realizar nessa visita dez entrevistas. No mês de fevereiro de 2013, especificamente nos dias 21, 22 e 23, adotamos o mesmo procedimento para o desenvolvimento da pesquisa, sendo que conseguimos aplicar na oportunidade quatorze entrevistas. Nos meses de março, nas datas de 28, 29 e 30, de abril nos dias 25, 26 e 27 de maio nos dias 23, 24 e 25, realizamos doze, treze e doze entrevistas respectivamente, totalizando sessenta e uma entrevistas com os assentados. O nosso retorno a campo nas datas de 27, 28 e 29 de junho foi para entrevistar os membros das duas associações do assentamento, assim como uma liderança assentada.

O *modus operandi* adotado para a pesquisa de campo levou em conta alguns aspectos. Por exemplo, sempre tínhamos em mãos o termo de esclarecimento e consentimento para a participação na pesquisa. Nesse sentido, a entrevista se iniciava somente com o consentimento dos sujeitos. No início da pesquisa, dormíamos na casa de uma das lideranças. No entanto, os conflitos internos nos fizeram mudar a escolha. Decidimos nos hospedar no centro urbano de Cidade Ocidental, tendo em vista evitar a imagem ligada a algum dirigente interno. Esse procedimento foi imprescindível para o sucesso das entrevistas. Os assentados se sentiram à

vontade para expressar suas concepções, principalmente acerca de questões políticas internas do assentamento.

Além disso, buscamos observar alguns elementos da especificidade camponesa para desenvolver a pesquisa de campo. Por exemplo, como a comida é uma forma de linguagem no campo raramente se negava uma fatia de bolo, de queijo, um pão de queijo e um prato de comida para evitar o risco de fazer desfeita. Não foram poucas as entrevistas realizadas ao sabor de um café acompanhado de pão de queijo, ou de farofa de carne suína, ou vinho e até mesmo chimarrão. Também sempre deixamos claras nossas reais intenções e não fizemos nenhuma promessa.

Não estabelecemos quem deveria ser o entrevistado, se o homem ou a mulher. No decorrer das visitas se perceberam mudanças na cultura camponesa. Pois, ao contrário do que afirma Woortmann (1990), de que na casa camponesa a chegada de homem estranho reduz o espaço da mulher à cozinha, nas entrevistas, muitos maridos solicitaram que suas esposas prestassem as declarações solicitadas. Nesse contexto, as atitudes enumeradas foram eficazes, não encontramos nenhuma dificuldade para realizar as entrevistas com os assentados.

E, como no decorrer da pesquisa com os assentados notamos a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na difusão da agroecologia no assentamento, decidimos aplicar um questionário com uma liderança da Via Campesina/MST nacional. Nele abordamos questões referentes ao conceito de agroecologia adotado pelo movimento, a aproximação do MST desse modelo agropecuário, o modelo de produção territorial dos assentamentos como possibilidade para a produção agroecológica, além da experiência agroecológica desenvolvida no coletivo “Eldorado dos Carajás.” E com a leitura de Correia (2007), complementamos nosso entendimento da aproximação histórica do MST da agroecologia e a sua adoção como matriz de desenvolvimento para os assentamentos.

Contudo, a existência no assentamento da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) tornou necessária a pesquisa documental no sítio da Fundação Banco do Brasil. Com o acesso às cartilhas de orientação do PAIS, além de outras informações disponibilizadas no sítio da fundação compreendemos essa proposta de agroecologia. A modalidade de pesquisa documental também foi realizada no INCRA, nos documentos referentes à conquista e produção territorial do Assentamento Cunha. No entanto, apesar da solicitação formal, houve dificuldades de acesso, os funcionários alegaram sucateamento da instituição. Mas, depois de idas e vindas a Brasília e ligações constantes, tivemos acesso ao PR do Assentamento Cunha (2011). Sendo que o Plano de Desenvolvimento do

Assentamento (PDA) não foi disponibilizado, a alegação do órgão foi a sua inexistência para o assentamento investigado.

A pesquisa documental também foi adotada na análise dos estatutos das duas associações do assentamento, para entender o papel delas na difusão da agroecologia. Esses documentos foram obtidos em visitas a campo nos meses de julho e setembro de 2013. Quanto à experiência agroecológica no coletivo “Eldorado dos Carajás”, além da pesquisa de campo, a leitura de Machado; Machado *et al.* (2011) permitiu compreender o alcance, a importância e as conquistas obtidas com o Programa da Biodiversidade Brasil-Itália, para a difusão e fortalecimento da agroecologia no viés da agrobiodiversidade, tanto no coletivo mencionado, quanto em outras comunidades camponesas do Brasil e em Goiás.

Os dados primários, secundários e as informações coletadas na pesquisa foram tabulados e transformados em gráficos, tabelas, mapas, quadros e fluxogramas. Além disso, foram selecionadas as respostas mais representativas dos entrevistados no que concerne à problemática do trabalho. Na apresentação das falas não se mencionou o nome dos entrevistados, adotamos nomes fictícios, tendo em vista preservar a integridade deles. Já as declarações foram expostas, porque tivemos autorização dos interlocutores e pela relevância delas para o trabalho. Contudo, em determinados depoimentos sequer o nome fictício foi utilizado, adotamos a denominação liderança ou membro, principalmente na discussão do conflito entre o coletivo “Eldorado dos Carajás” e a primeira associação, ou dessa com a segunda associação. As associações também tiveram seus nomes preservados, se adotou a denominação “primeira associação” para aquela com maior período de atuação e “segunda associação” para a criada em período mais recente.

Os resultados obtidos apontam que a conquista da terra, fruto da luta organizada dos camponeses pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contribuiu para a produção agroecológica, pois permitiu o acesso à terra, à água, ao domínio das sementes, adubos, enfim, ao território. Mas, a produção territorial do assentamento ocasionou a disputa territorial do MST com sua base constitutiva e o Estado/CONTAG. O resultado desse processo foi a construção de uma trama territorial desfavorável à produção agroecológica, com a cisão política interna expressa no coletivo “Eldorado dos Carajás”, vinculado ao MST, e com as demais famílias assentadas vinculadas à primeira associação, atrelada à CONTAG. Não obstante, a especificidade camponesa contribuiu para a adoção de princípios e conceitos agroecológicos, com a retomada do conhecimento intergeracional, a territorialidade camponesa com a terra, entre outros aspectos da identidade territorial camponesa.

Quanto aos atores responsáveis pela produção agroecológica, os resultados apontam para a experiência institucional da Fundação Banco do Brasil, por meio do PAIS, e a de enfrentamento político do agronegócio do MST/EMBRAPA, além das práticas agrícolas tradicionais das famílias assentadas, que remetem a princípios e conceitos da agroecologia. Essas experiências trazem subsumidos os diferentes projetos dos seus atores e, por conseguinte, concepções opostas de agroecologia.

Já sobre a discussão da relação dos atores internos e, desses com atores externos ao assentamento, como possibilidade para o controle dos insumos e canais de comercialização direta, percebemos a formação de redes políticas em defesa da agroecologia, como a do MST/EMBRAPA ou da Fundação Banco do Brasil/ CONTAG, além das redes políticas locais entre as famílias assentadas. Contudo, o encurralamento provocado pelo agronegócio limítrofe e o capital financeiro/imobiliário dificulta o controle dos insumos e desestabiliza as práticas agroecológicas.

Com isso, apesar das famílias conquistarem a autonomia relativa dos meios de produção, elas são subordinadas, no momento da realização da mercadoria, pela submissão ao capital comercial. Esse processo reflete na utilização da mão-de-obra familiar. Soma-se a isso a precariedade das políticas públicas, a pressão do agronegócio limítrofe, a produção territorial do assentamento e seu conflito interno. O resultado são dificuldades para a consolidação da produção agroecológica. Mesmo assim, os dados primários e informações comprovam que a adoção da agroecologia permitiu mudanças na relação sociedade/natureza, com a territorialização do princípio da agrobiodiversidade. Não obstante, a discussão detalhada dos resultados da pesquisa está presente nos capítulos do trabalho.

Nesse sentido, no primeiro capítulo realizamos a análise da categoria território. Iniciamos com um debate mais horizontal, em seguida verticalizamos para autores com os quais dialogamos mais no trabalho e, por último, trazemos a conquista e produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a agroecologia. No segundo capítulo, a discussão parte do debate da subordinação da produção camponesa ao capital. Em seguida se verte para a discussão clássica da categoria campesinato e o camponês goiano enquanto ator de luta *na* terra e *pela* terra. Por fim, se demonstram os elementos da especificidade camponesa no Assentamento Cunha como possibilidade para produção agroecológica.

No terceiro capítulo realizamos o debate da disputa entre agronegócio e campesinato. No primeiro item destacamos como a Segunda Revolução Agrícola fornece as bases para a estruturação do agronegócio. No segundo momento se apresentam a primeira e a segunda “Revoluções Verdes” como o aprofundamento do projeto do Agronegócio para o mundo. No

terceiro tópico se discute a modernização da agricultura em Goiás e no quarto as agriculturas alternativas, a apropriação delas pelo agronegócio e o acesso à certificação orgânica no Assentamento Cunha. Por fim, o quinto item traz a discussão do conceito de agroecologia e os atores responsáveis pelas experiências agroecológicas no Assentamento Cunha, com seus respectivos projetos políticos.

No quarto capítulo, a discussão se vincula à agroecologia como possibilidade para a autonomia camponesa. Nesse sentido, no primeiro instante se analisa o controle dos insumos e dos canais de comercialização direta pelas famílias assentadas, enquanto no segundo momento o debate se verte para as dificuldades para a consolidação da agroecologia e as conquistas com sua instalação no Assentamento Cunha. Assim, para não alongarmos mais nessa “prosa”, vamos ao primeiro capítulo.

CAPÍTULO 1- DISPUTAS TERRITORIAIS NA CONQUISTA E PRODUÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO CUNHA

Neste capítulo, no primeiro item, serão discutidas algumas definições de território. Com isso nos aproximamos de um entendimento mais horizontal dessa categoria. No segundo, verticalizamos a reflexão para os autores que utilizamos mais diretamente nas análises do trabalho, como: Raffestin (1993), Saquet (2011) e Calaça; Chaveiro (2012). Essa análise fornecerá subsídios à compreensão das disputas camponesas, intra e interterritoriais, que se estabeleceram na formação e existência do Assentamento Cunha e suas consequências para a construção e permanência da produção agroecológica. No terceiro momento, apresentaremos a conquista do assentamento a partir dos relatos dos próprios sujeitos e, no quarto, a sua produção territorial como possibilidade para a produção agroecológica. Nesse sentido, nas próximas páginas realizaremos a discussão das definições de território de alguns geógrafos.

1.1. Aproximações iniciais

As transformações no acontecer histórico impõem a necessidade de repensar continuamente as concepções das categorias geográficas para se entender a realidade espacial. Segundo Etges (2008), a reprodução capitalista contemporânea é caracterizada pela substituição do padrão fordista-keynesiano pelo da acumulação flexível. Essa mudança, segundo Santos (1996), implica pensar o espaço geográfico a partir do meio técnico-científico-informacional.

O território, por longos decênios, esteve vinculado ao território nacional. No entanto, surgiram novas leituras e há tanto convergências como divergências entre elas. Segundo Haesbaert (2004), ora são mais idealistas, ora mais materialistas, ora tentam conciliar estes dois extremos. Gomes (2008, p. 38), por exemplo, o entende da seguinte forma: “[...] o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados [...]”. Nesse conceito a centralidade está no arranjo e controle dos objetos no espaço, quem controla tanto sua organização quanto sua existência cotidiana detém o território. Tal concepção se aproxima da pensada por Sack, que entende território como controle de acesso.

No entanto, o controle da organização das formas espaciais nem sempre implica o controle direto dos homens, mesmo que se considerem os atores hegemônicos, como o Estado

e as multinacionais. A luta pela terra, por exemplo, comprova que o controle do arranjo espacial pelos latifundiários e grupos multinacionais, amparados pelo Estado, não implica em domínio completo dos camponeses, nem em sua extinção. A necessidade de terra, pelos sujeitos que delam precisam para trabalhar e sobreviver, faz originar os acampamentos, as ocupações e os assentamentos. Como diz Pessoa (1999), ao discutir a luta pela terra em Goiás, os camponeses goianos se revoltaram contra o latifúndio. Eles decidiram agir em face da exploração e expropriação que vivem historicamente, e assim se tornam protagonistas na reconfiguração do território.

O território se encontra num processo de constante construção porque as relações de conflito por ele e nele não cessam. Por esse processo pode-se chamar de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (TDR), que ocorre porque não há poderes absolutos que criam territórios cristalizados. O processo de TDR é entendido neste trabalho, bem ao modo como o pensa Haesbaert (2004): a territorialização, como o controle/domínio dos indivíduos de um espaço; a desterritorialização, como a perda de controle/domínio dele, e a reterritorialização, como a retomada de controle/domínio do espaço.

Fernandes (2009), quanto ao território, defende a existência de elementos materiais e imateriais na sua construção. A formação do território envolve a aceitação de domínio, todo poder se faz também por um corpo teórico que o legitima. O discurso de modernização, articulado pelo agronegócio,¹ prega o atraso e a irracionalidade das práticas produtivas camponesas tradicionais. Sua intenção é construir território imaterial/material no campo contrário aos interesses do campesinato. Fernandes (2009, p. 200-201), ainda quanto ao território, acrescenta:

Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios, partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais.

¹ Leite; Medeiros (2012) afirmam que o uso do termo de “agronegócio” é recente no Brasil e tem relação com o termo *agribusiness*, cunhado na década de 1950 pelos professores Jonh Davis e Ray Goldberg, para expressar as relações econômicas e tecnológicas entre o setor agropecuário e o industrial. A ideia era opor a análise sistêmica à setorial. Segundo os autores, no Brasil o termo *agribusiness* foi associado à agroindústria ou complexo agroindustrial; no período recente é entendido por alguns autores como a radicalização das atividades industriais em detrimento da atividade agrícola. Leite; Medeiros (2012) chamam a atenção para os aspectos econômicos, políticos, sociais e institucionais envolvidos na emergência do conceito. Por isso, há um esforço de algumas instituições de construir discursos positivos que vinculam o agronegócio ao moderno, dinâmico, produtor de divisas e fundamental para a economia nacional. Entretanto, essa construção simbólica visa esconder mazelas sociais, aspectos negativos ligados à grande propriedade e disputar, no Estado, fatias maiores de recursos públicos. Nesse sentido, neste trabalho, “agronegócio” será entendido como uma aliança de classes hegemônicas no campo em que entram as multinacionais, empresários rurais e latifundiários com o amparo do Estado, portanto, não é a simples tradução do termo *agribusiness* estadunidense.

Fernandes (2009) preocupa-se em avançar para além do território do Estado-Nação e também destaca a formação de territórios pelas relações multidimensionais das classes sociais, sem, contudo, negligenciar a materialidade. Isso parece aproximá-lo da perspectiva do materialismo histórico dialético. Já alguns outros autores se distanciam dessa perspectiva teórico-metodológica e dão importância às relações sociais, o espaço torna-se quase que um substrato. Souza (2007, p. 97), por exemplo, em crítica a Raffestin afirma:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida, pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território e, não, do conceito de território em si).

A materialidade assume pouca relevância na definição de Souza (2007). Haesbaert (2001) critica, na conceituação de território, o desprezo pela materialidade, que é parte não apenas do jogo de enfrentamento pelo controle de um espaço, mas também permite apontar quem se apropria/domina quem em determinado lugar e em determinado momento. Nesse sentido, concorda-se com Haesbaert (2001), a materialidade é componente fundamental no campo de forças estabelecido entre atores sociais, seja para a conquista de porções do espaço, ou para a defesa delas. Além disso, não existem territórios fora da materialidade. Desse modo, o substrato é parte do conceito de território.

As ocupações, os acampamentos e os assentamentos, entre outras reterritorializações estratégicas dos camponeses na terra são ações importantes no campo de forças com outros atores, tanto para a conquista do direito à terra de trabalho, quanto para articular outra perspectiva de agricultura, como a produção agroecológica, pensada no Assentamento Cunha. A terra para o camponês é o seu território.

Santos (2002, p. 10), na análise de território destaca de forma preponderante seu aspecto materialista. Na concepção dele território se confunde com a própria ideia de espaço, principalmente porque Santos (1996) também entende esta última categoria como as formas mais a vida que as anima. Nesse sentido, Saquet (2011) considera que Santos (1996) entende território como espaço organizado.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território é o chão mais a identidade. [...] o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10).

Isso parece nítido no trecho acima quando o autor associa território ao local de residência, de trocas materiais, de exercício da vida. Esse conceito, ao que parece, se vincula a um viés de cunho materialista. Na Geografia, entretanto, alguns geógrafos buscam pôr fim à dicotomia materialista-idealista e procuram atentar para um equilíbrio entre as duas perspectivas, como nota-se no entendimento de Haesbaert (2009, p. 106):

Considerando os dois extremos (que, se existissem, seriam apenas enquanto ‘tipos ideais’), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominados espaço-ou território-“de referência identitária”, deverá estar presente).

A compreensão de Haesbaert é de que o território é, ao mesmo tempo material e simbólico para os seus sujeitos. No entanto, o autor em suas análises dá maior atenção à dimensão material, talvez devido a uma questão de escolha metodológica. Isso pode ser notado nos trabalhos de Haesbaert em (2004, 2009), quando ele apresenta os conceitos de multiterritorialidade e contenção territorial respectivamente e destaca mais o viés político-econômico das relações sociais em detrimento do viés cultural.

Mas, não se deve negligenciar a importância da cultura como elemento político. Por meio dela o camponês, nas disputas territoriais, pode articular formas de resistência para continuar a existir no campo. Ou seja, construir (re)existências, no sentido dado por Mendonça (2004). A cultura, associada a outras dimensões da vida humana, articula a construção de outros usos dos espaços dos assentamentos, contrários ao imposto pelo agronegócio. Almeida (2005, p. 108) também defende a dimensão simbólico-cultural do território. Em suas palavras:

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde em sua primeira instância, a necessidades econômicas sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Almeida (2005) destaca o viés relacional multidimensional na construção dos territórios e, como Haesbaert (2009), defende o caráter simbólico. Contudo, ao contrário de Haesbaert, em suas análises a autora privilegia, de fato, essa dimensão. Ambos os autores são pertinentes ao mencionar a importância da cultura nas análises geográficas.

As abordagens apresentadas são coerentes dentro das problemáticas trabalhadas pelos autores. Os questionamentos da pesquisa levam-nos, contudo, a privilegiar as concepções de

Raffestin (1993), Saquet (2011, 2007) e Calaça; Chaveiro (2012), tendo em vista analisar até que ponto a agricultura agroecológica no Assentamento Cunha é resultado das disputas territoriais camponesas contra a expropriação provocada pelo agronegócio. Nas próximas páginas, será realizada a discussão das concepções dos autores mencionados acerca dessa categoria, relacionando-as com a pesquisa no Assentamento Cunha.

1.2. Território: elementos teóricos para construir o concreto pensado

A obra de Raffestin *“Por uma geografia do poder”* se constitui num divisor de águas na Geografia. Muito do que vem sendo realizado em Geografia Política no Brasil tem suas contribuições. Exemplo disso são os trabalhos de Calaça; Chaveiro (2012) que partem do entendimento de território desse autor na discussão da disputa territorial no Cerrado. Também Saquet (2011, 2007) o menciona na elaboração da proposta para analisar o território num viés histórico-crítico relacional.

Isso se deve à novidade apresentada por esse geógrafo suíço. Ao criticar a geografia política do Estado-Nação, Raffestin defende uma perspectiva relacional. “A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 07). Assim para superar a clássica geografia política, Raffestin propõe que seja entendida a manifestação do poder no espaço, ou seja, as relações de poder entre atores, estabelecidas no espaço.

Raffestin (1993, p. 34) assim define os elementos que constituem essas relações: “[...] os atores, a política dos atores-o conjunto de suas intenções, [...] a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação.” Quanto aos atores, há os denominados de sintagmáticos e os de paradigmáticos. Os primeiros são detentores de um programa, os segundos são fruto de uma classificação ou repartição.

Saquet (2011) e Calaça; Chaveiro (2012) concordam nesse ponto com Raffestin (1993). Afirmam que a relação entre atores envolve programas, projetos estratégicos, implantados por mediatos que se escamoteiam por códigos simbólicos. Mas, a base de sustentação dos geógrafos brasileiros não é apenas o geógrafo Raffestin. Saquet (2011), por exemplo, utiliza extensa literatura italiana na elaboração da proposta político-operativa de territorialidade para a cooperação e desenvolvimento territorial local.

As relações de poder criam disputas territoriais. Raffestin (1993) declara que os atores elaboram estratégias para atingir seus objetivos. Para isso lançam mão de: recursos

financeiros, discursos políticos, forças militares etc. Esses mediatos podem ter maior intensidade de energia ou de informação. Por exemplo, a força militar tem forte carga de energia, já o discurso político carrega maior densidade de informação. As ações de poder de um ator interpretadas por outro produzem disputas.

Calaça; Chaveiro (2012, p. 204) concordam com a importância da disputa territorial, para a análise de um território, tanto que destacam: “Ao propormos pensar o Cerrado pelo prisma de um território-bioma, a tentativa é preservar o sentido da disputa territorial entre atores que usam e ocupam o Cerrado [...]” Os autores destacam também a utilização pelos atores, dos mediatos, como: marketing e propaganda. Por construir consensos estratégicos, eles permitem implantação de programas. Saquet (2011) também afirma que a produção do território envolve sempre disputas territoriais, explicitadas no processo TDR.

Nas disputas territoriais a forma mais eficaz de poder é aquela que melhor dissimula. Essa possibilidade se apresenta com os símbolos. A esse respeito Raffestin (1993) chama a atenção para o dinheiro, que constrói a ideia de igualdade para esconder a desigual distribuição da riqueza produzida pelo trabalho. Saquet (2011) reafirma a ideia do símbolo como instrumento eficaz de poder, quando menciona o papel das representações sociais. Elas são político-ideológicas e, por isso, favorecem um ator em detrimento de outros. O poder, portanto, por meio de imagens e obras, age de forma escamoteada. A imagem do camponês nas festas de quadrilha é um dos elementos que ajudam a entender a eficiência de um poder que age sem ser visto. Nesse sentido, reafirma-se a representação social construída do camponês como jeca-tatu, que fortalece a necessidade de superação desse sujeito social, e, por conseguinte corrobora com os interesses da reprodução ampliada do capital.

Os símbolos escondem relações dissimétricas. Raffestin (1993, p. 32) as diferencia das relações simétricas: “[...] a simetria, pela existência de uma equivalência real, impede o crescimento de uma organização ou de uma estrutura em detrimento de uma outra; [...] a dissimetria, por equivalência forçada, favorece o crescimento de uma estrutura [...]” Segundo o autor, as organizações das quais os atores são integrantes não buscam sempre, na relação dissimétrica, destruir uma à outra, mas em alguns momentos isso pode acontecer. A dissimetria, no espaço agrário, entre o campesinato e o agronegócio leva a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital o que pode ocasionar à “perda” do direito à terra, mas não a destruição do campesinato, que é posto a serviço do agronegócio. Assim para garantir o direito à vida, ou seja, à renda da terra e à terra, o campesinato deve lutar contra essa “equivalência forçada.”

As disputas territoriais entre os atores ocorrem dentro de um espaço-tempo. Nesse sentido, Raffestin (1993) chama a atenção para o papel que esse elemento pode representar, tanto como suporte, quanto como recurso devido às diferenças de um ator para outro. Os atores, ao estabelecerem relações jogam com as diferenças espaço-tempo. O espaço-tempo do agronegócio é o tempo rápido. O espaço-tempo da agricultura camponesa agroecológica é o tempo lento. Santos (1996), a esse respeito, menciona a existência de um tempo rápido, despótico, em detrimento de um tempo lento. O autor afirma que a hegemonia do tempo rápido não significa que o mundo não pertencerá aos atores do tempo lento. Nesse sentido, o tempo despótico do programa da “Revolução Verde” impõe aos camponeses o domínio de seu espaço-tempo. Esses atores reagem com a temporalidade lenta da produção agroecológica e com a conquista de um espaço onde praticá-la.

Saquet (2011), a esse respeito contribui quando chama a atenção dos geógrafos para a importância das temporalidades lentas. Acrescenta à discussão o conceito de transtemporalidades coexistentes e processuais. “A transtemporalidade processual corresponde às fases, às sucessões [...] A transtemporalidade coexistente traduz-se em relações e situações concomitantes, similares ou diferentes [...] que acontecem no mesmo ou entre lugares diferentes” (SAQUET 2011, p. 58). Além disso, acredita que há uma temporalidade processual do mando, do capital.

As diferentes temporalidades dos diferentes atores implica a necessidade de melhor se conhecê-los. Raffestin (1993, p. 35), já os mencionava: “[...] do indivíduo às formas mais elaboradas de organização, há toda uma escala de atores. [...] consideremos os grupos primários, tal como o Estado, e os grupos secundários, que podem ser organizações de tipos bem diversos.” O autor avança ao apresentar atores para além do Estado sobre o espaço, como: a Igreja, os partidos políticos, os movimentos sociais e os próprios indivíduos.

Os atores estabelecem relações de poder multidimensionais. Como nos afirma Raffestin (1993), o poder está presente nas relações políticas, econômicas, culturais e naturais. Saquet (2011) defende uma abordagem multidimensional do território que contemple as relações sociais (econômicas, políticas, culturais, naturais) concomitantemente. Quanto às escalas espaciais, propõe a ideia da trans-multiescalaridades. Os territórios podem ser formados no âmbito da rua, do bairro, da cidade, do assentamento entre outras possibilidades.

O estudo do território envolve o poder. Raffestin (1993) se apoia principalmente nas contribuições de Michel Foucault para entender o poder e se nega a afirmar um conjunto de conceitos únicos para caracterizá-lo fora da relação. Saquet (2011, p. 46) o percebe da seguinte forma: “O poder é multidimensional e reproduzido cotidianamente em diferentes

situações, a cada instante, em toda relação social, nas famílias, no Estado, nas empresas e nas demais instituições; é plural e móvel.” As leituras dos dois autores se aproximam: o poder está presente nas relações sociais, que são multidimensionais e realizadas por diferentes atores sociais. Também defendem a sua dimensão positiva, por exemplo, quando exercido para autonomia e cooperação.

Calaja, Chaveiro (2012) entendem a importância do arco de poder nas disputas no Cerrado. Para eles se devem levar em conta os pactos, alianças, dissidências, resistências que se dão entre atores. Esse aspecto do arco de poder é importante para entender como na disputa camponesa com outros atores pela implantação da produção agroecológica dissidências e cooptações podem ocorrer no próprio seio do campesinato.

Raffestin (1993), ainda quanto ao poder aponta uma raiz original, o trabalho. Como energia informada, ele permitiria a produção do ser humano e do próprio território. Mas as empresas capitalistas separaram energia e informação, trabalho intelectual e manual. Os trabalhadores perderam o controle do saber-fazer, tornaram-se meros executores do saber manejar, por isso não têm o conhecimento total da produção do objeto, não se reconhecem nele, a criatura se torna maior que o criador, a alienação se revela. O trabalhador, no entanto, como diz o autor, pode desejar retomar o poder de controle do trabalho. Com isso, a relação torna-se política, envolve reações, disputas. O agronegócio tornou os camponeses meros executores de tecnologias externas; peças a serviço da reprodução ampliada do capital financeiro/industrial. Não se pode negar a contribuição da produção técnico-científica europeia, mas é preciso questionar os objetivos para os quais tem sido utilizada.

Mas, a autonomia camponesa ainda é possível, com o controle de trunfos. Esses, segundo Raffestin (1993), seriam a população, os recursos e o território. O domínio deles não ocorre de forma separada; quando um ator controla a população, o faz também com o território e seus recursos. Por exemplo, uma indústria multinacional subordina o camponês, logo domina seu território e os recursos presentes nele. Subordina porque detém o monopólio dos aparelhos midiáticos e de assistência técnica, para difundir o discurso racional, além das sementes, adubos, agrotóxicos e também dos canais de comercialização.

Está nesse aspecto o caráter de autonomia da produção agroecológica. Ela possibilita ao camponês a retomada do controle dos meios de produção e cria canais de comercialização direta, por exemplo, por meio de feiras livres. Sozinha, não escapa ao capitalismo, mas cria uma via de existência menos subordinada que proporciona possibilidades de reprodução do campesinato como sujeito social. Trata-se de uma disputa pelo direito de ser camponês.

Quanto ao território, Raffestin (1993, p. 128), o diferencia do espaço. “Espaço e território não são termos equivalentes [...]. O espaço é, portanto, anterior, preexiste a qualquer ação.” Saquet (2011) concorda que são termos diferentes. Mas discorda que o espaço seja apenas uma matéria-prima, tal como o considera Raffestin (1993). Esse geógrafo brasileiro entende que o espaço tem valor de uso e troca, é um produto social, como o território; são assim, termos indissociáveis, porque ao produzir-se espaço se constrói arranjos territoriais. Para evitar confusões, assevera que o território, na relação com o espaço, pode ser pensado na multidimensionalidade das relações de poder e na dinâmica da TDR, entre outros aspectos.

Nesse ponto, Saquet (2011) avança em relação à concepção de espaço apresentada por Raffestin (1993), pois afirmar que o espaço preexiste a qualquer ação é, de certa forma, anulá-lo. Com isso, analisar o território na unidade com o espaço é compreendê-lo pela ótica das relações sociais de poder que produzem a dinâmica territorial. É coerente, todavia, a definição de território de Raffestin (1993, p. 07): “O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território.” Em outra parte complementa:

[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN 1993, p. 128).

Nos diferentes momentos da reflexão de Raffestin o território, concreto ou abstrato, é entendido como produto do trabalho realizado pelos atores sociais. A produção de um território abstrato se dá por meio da representação, da criação da imagem desejada desse espaço onde se manifestam relações de poder. A produção de um território onde já havia outro provoca a desterritorialização dos primeiros atores sociais cria disputas, tendo em vista destruir a dominação impetrada. Saquet (2011), em sua reflexão sobre território, se aproxima de Raffestin (1993), no entanto, busca avançar recorrendo a contribuições da produção científica italiana e de autores de outras nacionalidades. Especificamente nas obras de 2007 e, principalmente, de 2011, considera importante levar em conta as seguintes proposições no estudo do território:

I) A primeira, elaborada por Giuseppe Dematteis [...] a) identificar e explicar a rede local de sujeitos [...] as interações entre indivíduos num território local b) caracterizar o milieu local [...] c) entender a relação da rede local com o milieu local d) compreender a relação interativa da rede local com redes extralocais [...] II) A segunda, construída ao longo da trajetória de Claude Raffestin, [...] a) o ator

(individual ou coletivo) [...] b) o trabalho humano [...] c) os mediadores materiais [...] d) o programa do ator [...] III) A terceira, elaborada por Brunet (2009) [...] a) lei da apropriação [...] b) da intercomunicação [...] c) dos lugares de poder [...] d) da concentração de atividades e pessoas e) da centralidade; f) dos lugares estratégicos [...] g) da segregação espacial; h) da delimitação i) da interface [...] j) da descontinuidade; k) da assimetria [...] m) da extinção IV) A quarta é nossa [...] a) os sujeitos sociais e suas relações [...] b) as apropriações (i) materiais [...] b1) como dominação [...] b2) como uso, manejo, interferência na natureza exterior [...] c) as técnicas e tecnologias [...] d) as relações de poder e trabalho como consumo de energia [...] e) os objetivos, as metas e as finalidades [...] f) as relações do homem com a sua natureza [...] g) as continuidades e descontinuidades [...] h) as temporalidades [...] e as territorialidades (SAQUET 2011, p. 73).

Além dos elementos mencionados nessa citação, e outros relatados em momentos anteriores, aparecem também outros aspectos importantes considerados na abordagem relacional e histórico-crítica proposta por Saquet (2011), tais como: os fluxos, o território enquanto instância e como condição para reprodução social. Há em Saquet (2011) uma proposta horizontal, sob o ponto de vista teórico- metodológico, com contribuições de autores marxistas e não marxistas, defendendo uma abordagem (i) material que não negligencie a complexidade multidimensional das relações de poder.

Raffestin (1993) dá maior destaque à dimensão política das relações sociais. Já Saquet (2011) afirma que as relações são, simultaneamente, políticas, econômicas, naturais e culturais. A importância dos atores locais, das transtemporalidades, das transterritorialidades, das (i)materialidades e do caráter político-operativo dos conceitos são algumas das propostas importantes desse geógrafo brasileiro na discussão de território. Já Calaça; Chaveiro (2012, p. 195) pensam a abordagem territorial do Cerrado nos seguintes termos:

A edificação de uma abordagem territorial do Cerrado, ao tomar como cerne, o seu uso e a sua ocupação, coloca como necessidade a compreensão de um jogo de mediações entre os atores e os sujeitos que agem nessa dinâmica; as suas intencionalidades e as estratégias ideológicas que lhes dão suporte; os pactos entre os atores e a participação do Estado; a relação entre as classes sociais e as diferentes estratégias de absorções de cada lugar no mundo dos negócios. E ainda: o papel da infraestrutura, e da cultura, bem ao modo como Almeida (2005) denomina de 'natureza culturalizada'.

Há uma proximidade entre esses geógrafos goianos e Raffestin (1993) e Saquet (2011), guardadas as especificidades das ideias de cada autor. Calaça; Chaveiro em sua abordagem territorial do Cerrado utilizam elementos que comprovam isso: a consideração dos mediatos, da diversidade de atores, das intencionalidades e estratégias, a dimensão histórica, a multidimensionalidade das relações de poder, o uso e a ocupação que envolvem dominação/apropriação e as diferenças espaço-tempo, entre outros elementos.

O que chama a atenção, tanto em Calaça; Chaveiro (2012) quanto em Saquet (2011), é a observação da cultura, utilizada para a reprodução ampliada do capital ou como elemento de resistência, que leva a disputas territoriais e também capacita os sujeitos sociais como produtores do território, os sujeitos que, por isso, tem uma autonomia relativa frente aos programas instituídos, às estruturas das organizações.

Calaça; Chaveiro (2012) trazem para o entendimento da disputa territorial no Cerrado os pactos, alianças, resistências, dissidências entre os atores. E a consideração dos atores locais, mas, de modo pertinente, chamam a atenção para a necessidade de definir a relação de escala em que se encontram. Para a problemática da presente pesquisa, interessa, nas reflexões dos autores, a disputa territorial e, nela, as alianças, dissidências, resistências e conflitos, entre os assentados e deles com atores de outros espaços para a construção e consolidação da produção agroecológica, além de como essa disputa se reflete nas relações sociedade-natureza no assentamento. E também elementos como: a dimensão histórica na análise do território goiano, as concepções das temporalidades, das escalas, da multidimensionalidade das relações de poder e as estratégias e ideologias dos atores sociais, entre outros aspectos.

Essas concepções de território se aproximam do conceito de agroecologia pensado por Caporal; Costabeber (2008). Eles defendem que a produção agroecológica é aquela realizada a partir do respeito às dimensões culturais e naturais e com direito à participação política, nos resultados econômicos, para os atores que a realizam. Como o agronegócio negligenciou esse aspecto, a construção da produção agroecológica pelo campesinato implica considerar a multidimensionalidade das relações de poder e romper modelos, a fim de construir relações sociais menos assimétricas no espaço agrário.

Isso é prática espacial, sobre a qual Raffestin (1993, p.135) esclarece: “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede.” Segundo o autor, esses elementos seriam verdades universais e biosociais. A disposição no espaço, entretanto, dos nós, redes e tessituras é divergente de um ator para outro, já que representam interesses específicos nas relações de poder. Antes de entender o produto territorial é importante analisar quem articula a produção dele. Isso remete às tramas tecidas pelos atores na ocupação do território.

Raffestin (1993, p. 152) na discussão da produção territorial assegura: “Não, os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Eles fazem parte de nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo.” A prática espacial, portanto, é carregada de

intenções e pode assumir um caráter negativo ou positivo para uns e outros atores. Se controlada por atores que impõem limites para dominar, criar separações, disjunções, dificultar a unidade política camponesa pode ser negativo, mas se ao contrário assume aspecto positivo. Assim, a forma da produção territorial, é consequência do modo de produção capitalista, mas também sofre a influência da territorialidade dos próprios grupos sociais. Quanto a esse conceito Raffestin (1993, p. 142-143) declara:

[...] a territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do 'vívido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial [...] Pode-se perguntar se a territorialidade não estaria em condições de favorecer um sistema de análise ternária que romperia com a tradição do sistema bipolar clássico homem-meio.

Na definição, territorialidade são as relações sociais de poder cotidianas dos indivíduos, seja com o meio seja com outros atores sociais, que os leva a produzir e a consumir o território, concomitantemente, e, também, a trocar experiências e a compartilhar modos de construí-lo, o que ocasiona aprendizagens quanto às formas de dividir o espaço. Saquet (2011) defende uma perspectiva ativa, inclusiva da territorialidade, e apresenta quatro níveis de entendimento desse conceito.

Entendemos a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente [...] c) como comportamentos, intencionalidades [...] d) como práticas espaço-temporais, multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio de mediadores materiais [...] e imateriais [...] (SAQUET 2.001, p. 78).

Saquet (2011) considera, tal como Raffestin (1993), que a territorialidade é relacional, (i)material, multidimensional, formada na relação do indivíduo com outros atores e com sua natureza exterior. Ocorre em diferentes escalas, não escapa ao espaço-tempo, às redes internas e externas, aos mediatos e às conflitualidades entre identidades, que envolvem apropriações, representações, demarcações, e constrói a simetria ou a dissimetria que a tornam estável ou instável.

A proposição central de Saquet (2011) é que esse conceito não deve servir somente para explicações, mas também para a ação direta na proposição de projetos que visem uma maior autonomia dos atores locais. A discussão realizada por Saquet (2011) e Raffestin (1993) acerca da territorialidade interessa ao presente trabalho como arcabouço teórico-metodológico para analisar se ela ocasiona a produção de dissidências dos atores locais e

deles com atores de outros espaços e como isso reflete na viabilização da produção agroecológica. Além disso, vai contribuir na análise da relação dos assentados entre si e com o meio, como, por exemplo, na especificidade camponesa como possibilidade para a produção agroecológica.

A análise da territorialidade deve ser considerada não somente após a formação dos assentamentos, mas também como elemento que intervém na sua formação, porque sendo uma característica existencial/histórica, biossocial, identitária dos indivíduos, permite que eles a revelem no instante da disposição das tessituras. Como diz Raffestin (1993), há elementos do costume, das práticas históricas presentes na territorialidade que tornam as tessituras mais rígidas. Nesse aspecto, o capitalismo consolidou a forma de produção territorial com limites claros, representados na propriedade privada.

Quanto à construção de limites na unidade de produção camponesa, historicamente, segundo Woortmann (1990), eles têm se consubstanciado no sítio, que representa a terra como patrimônio. O sítio é a transcendência do valor da terra. Os sujeitos que o habitam no momento são apenas seus guardiões atuais. Ele permite concretizar a hierarquia familiar, com a autoridade e honra do pai.

Além disso, segundo Martins (1981), a propriedade camponesa é terra de trabalho. Com isso, podem ocorrer conflitos de territorialidades na construção de assentamentos. O modelo territorial defendido pelas lideranças do MST é oriundo de uma proposta marxista, de superação da propriedade privada, mas o camponês que compõe a base do movimento defende em muitas situações o seu modelo histórico/identitário. Como declara Almeida (2006), há um *habitus*² de classe do campesinato que intervém nesse processo.

A resolução desse conflito passa certamente pela discussão das mediações culturais e político-econômicas que intervêm na produção territorial dos assentamentos. E, se a propositura é a defesa do camponês na terra, até que ponto a forma de disposição das tessituras fortalece a construção da autonomia ou a subordinação da renda da terra dos

² Bourdieu (1983), numa crítica aos modos de conhecimento objetivo e subjetivo, que se centralizam nas estruturas e na subjetividade respectivamente, propõe o modo de conhecimento praxiológico. Esse seria o encontro dialético das estruturas e da subjetividade nos sujeitos, ou aquilo que o autor denomina de interiorização da exterioridade e externalização da interioridade. O conceito que possibilitaria essa análise seria o de *habitus*. Este seriam as disposições duráveis, um *modus operandi*, o princípio gerador das práticas sociais. Ou seja, seria o sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, definiria os esquemas de percepção e ação. Portanto, está na raiz dos modos de agir, nasce da história de determinadas estruturas de existência. Nesse sentido, se as condições objetivas, materiais, são similares a um grupo social, o mesmo tende a compartilhar um *habitus* de classe, uma prática coletiva. Almeida (2006), ao analisar a (re)criação dos camponeses nos assentamentos no Mato Grosso do Sul, afirma que há um *habitus* de classe no campesinato, centrado na tríade terra, família, trabalho. Há nessa tríade um campo de relações que gera disposições duráveis e orienta as decisões do campesinato.

camponeses territorializados? Segundo Raffestin (1993), a propriedade individual da terra já se constitui numa territorialidade dissimétrica porque garante ao proprietário o direito de decidir segundo seus interesses.

A propriedade privada permite o domínio de um recurso finito, o solo. Essa contradição apenas é resolvida com a revisão da forma capitalista de propriedade da terra. Mas, para o campesinato, a propriedade privada da terra é para garantir a terra de trabalho. Nesse sentido, a propriedade individual camponesa deve ser questionada, não porque estrutura relações diretamente capitalistas, mas se pode possibilitar enfrentar o agronegócio para construir maior autonomia por meio da produção agroecológica.

Mas apesar dos ganhos com modelos coletivos, por si só eles não resolvem a questão das disputas dos assentados. Mesmo unidos em uma propriedade coletiva, vão entrar em conflito com outros atores, para produzir e comercializar de forma menos subordinada ao agronegócio amparado pelo Estado. Se o camponês tem o solo mas não tem controle dos meios de produção, do capital, que permite explorá-lo e do mercado que possibilita comercializar a produção obtida, não conseguirá mais autonomia. Esses elementos não têm sido controlados por ele. O agronegócio permitiu as multinacionais o controle dos meios de produção, do capital e da comercialização da produção, com operações recentes de manipulação da própria vida.

Sendo assim, a relação ser humano-meio é mediatizada pela relação homem-homem. Raffestin (1993) demonstra esse processo relacional dissimétrico por meio do domínio pelos atores da matéria, da técnica e de ambas concomitantemente, entre outros tipos. Classifica-os, com isso em atores matéria, técnica, técnica/matéria e, simplesmente, atores. Na relação de poder, eles jogam com esses recursos como armas políticas e estão condicionados pelo espaço-tempo. Como resultado, há aqueles com maiores ganhos e outros que acumulam perdas. Com isso, os atores, ao se apropriarem da técnica e da matéria indisponibilizam esses recursos a outros sujeitos e reafirmam relações dissimétricas entre seres humanos e deles com o meio natural.

As grandes multinacionais difundem e impõem com velocidade suas tecnologias. Os camponeses podem aderir a essas técnicas exógenas ou não, porque podem ter conhecimentos para realizar a produção de outra forma. Mas, essa segunda alternativa tem sido inviabilizada pela atuação do Estado na sua política de reforma agrária, associada à expropriação dos conhecimentos tradicionais dos camponeses. Com isso, se submetem aos monopólios, o que intensifica o processo de destruição do solo e a possibilidade de desterritorialização, devido às dificuldades para se sustentar no mercado. A produção agroecológica, desse modo, parece ser

a alternativa, já que garante controle maior da técnica/matéria e mecanismos de comercialização direta.

O controle da matéria coloca também o problema da relação com a natureza. Segundo Raffestin (1993), há três formas de relações com ela: a exploracionista, a conservacionista e a preservacionista. A primeira reflete interesses de cunho imediatista, produtivista, e de pouca preocupação com o futuro. A segunda concilia presente e futuro e busca a gestão dos recursos em longo prazo. Já a terceira traz a ideia de natureza inviolável, como possibilidade de ganhos futuros. A forma hegemônica é a exploracionista. Raffestin (1993, p. 204) alerta que ela pode trazer resultados graves para toda sociedade:

Nossa tecnicidade é dissimétrica. Isso nos coloca diante da seguinte alternativa: ou modificamos nossas práticas ou faltarão certas matérias num futuro mais ou menos próximo. Quanto mais complexa é a nossa tecnicidade mais frágil ela se torna. Ela é composta por um tal número de interrelações que toda mudança, mesmo mínima na aparência, pode ter graves consequências.

Determinados recursos são finitos e as técnicas são cada vez mais complexas e frágeis. A agricultura contemporânea, por exemplo, está estruturada nos combustíveis fósseis, um recurso não renovável, finito; portanto, a produção de alimentos está estruturada em bases frágeis. Modificar essa territorialidade dissimétrica, entretanto, não é tão simples. Como afirma Gonçalves (2010), ela é resultado de uma concepção de natureza mecanicista, subserviente ao ser humano, pensada para atender ao capitalismo. A sociedade foi moldada por séculos para conceber a si própria fora da natureza. Essa dicotomia resultou na via de mão única, retira-se tudo dela, com pouca ou nenhuma preocupação com as reposições.

Saquet (2011), nesse debate, preocupa-se em pensar o ser humano como animal-social-espiritual, já que comemos, respiramos, pensamos, raciocinamos, cremos, numa síntese complexa. Além disso, afirma que o ser humano tem uma natureza orgânica interior e, ao se relacionar com a natureza, interage com sua natureza inorgânica exterior. “Ao se relacionar com a natureza exterior, o homem relaciona-se com sua extensão, tanto objetiva como subjetivamente” (SAQUET, 2011, p. 66). Em um viés dialético, considera que o *homo sapiens* transforma a natureza exterior e, conseqüentemente, se modifica. Saquet (2011), nesse sentido, contribui para fortalecer a concepção de homem síntese e a não separação sociedade/natureza, com a construção humana realizada na relação transformadora/criadora com a natureza inorgânica exterior.

Ao presente trabalho interessa, nessa discussão, a relação de poder sociedade/natureza. Segundo Casseti (2002), há uma primeira natureza, no sentido objetivo, que, transformada, se

converte em segunda natureza. Nesse processo, como diz Saquet (2011), o ser humano se recria. Assim a relação sociedade/natureza envolve as representações dos grupos sociais, mas, principalmente os aspectos político-econômicos. É necessário considerar que a ideia ocidental de natureza mecanicista atende aos interesses do capital e, não, aos da reprodução da vida. Ela institui, com isso, relações sociedade/natureza dissimétricas, em que os benefícios são privados e os prejuízos, coletivos.

A dissimetria dessa territorialidade é reforçada pelas multinacionais, que constroem territórios-redes. Haesbaert (2004) propõe que é possível identificar o território no movimento. Além disso, destaca a rede como um elemento constituinte e indispensável do território, que possui efeitos territorializadores ou desterritorializadores. Nesse ínterim, define os territórios-rede como descontínuos, dinâmicos, sujeitos a sobreposições, formados no controle de fluxos, nós, conexões e controle de pontos de acesso. Raffestin (1993) também afirma que as redes podem desorganizar territórios. Esse autor afirma que as redes de comunicação têm maior eficiência em relação às de circulação, acrescenta que, estando no campo da disputa, as redes não se realizam em todas suas possibilidades, são variáveis, e se formam em grande e pequena escala. Saquet (2011) também considera a rede como elemento importante na formação dos territórios, acrescenta que há redes internas e externas a eles. Essas reflexões são relevantes para entender as redes como organizadoras ou desorganizadoras da vida dos camponeses no espaço goiano e no Assentamento Cunha.

Como o campesinato não as controla, perde a condução de seus destinos. Os movimentos sociais, entretanto, como o MST, têm se constituído em territórios-rede, por meio de controle de pontos no espaço, como: assentamentos, acampamentos, ocupações e escritórios. Mas isso implica num controle frágil apenas da terra, não das redes de circulação e comunicação. Essas servem majoritariamente a interesses dos atores do agronegócio e seus territórios reticulares. São os usos controlados das rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, cidades, antenas de transmissão/recepção, porções de terras, assim como das mensagens e discursos estratégicos, que permitem às multinacionais o domínio dos territórios camponeses.

Nesse sentido, é preciso lutar pela autonomia do campesinato por meio do controle das redes. Mas, como afirma Raffestin (1993, p. 191): “[...] controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga.” Sozinhos, portanto, os camponeses não terão o controle das redes; para que as dominem é preciso uma luta coletiva de todos os sujeitos da sociedade explorados pelo capital, sejam camponeses, proletários, índios, negros, entre outros, com vistas à superação do próprio capitalismo. Diante das condições históricas atuais, se coloca a necessidade da luta cotidiana por relações de poder

menos dissimétricas entre os atores, como caminho para um desenvolvimento mais equânime. É importante valorizar os saberes populares, a agricultura agroecológica para construir outros territórios.

Nesse contexto, realizar a análise da disputa territorial entre os projetos camponeses e do agronegócio no Cerrado goiano, especificamente no Assentamento Cunha, implica utilizar a perspectiva relacional de Raffestin (1993), Saquet (2011) e Calaça; Chaveiro (2012). Entende-se que há atores para além do Estado nesse conflito. De um lado, estão os camponeses, organizados em movimentos sociais, e suas alianças estratégicas com setores marginais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tal como aconteceu no Assentamento Cunha, entre outras organizações. Do outro, está o agronegócio. As alianças tecidas nessa disputa na maioria das vezes são construídas de acordo com os interesses de classe. Afirmam Calaça; Chaveiro (2012, p. 199) que:

A abordagem territorial do Cerrado vertida ao espaço agrário pode, de fato, evidenciar que está em curso um conflito: a monocultura e suas intenções economicistas e seu salto degradante e a agricultura camponesa, submersa no mar da monocultura, tentando reaver sua história, sua cultura, suas táticas de vida e a sua sobrevivência.

Há objetivos claros de ambos os lados, mas, também, com disparidades de poder. Os atores do agronegócio têm maior controle das diversas mídias, além disso, tem pactos com o Estado. Já os atores da produção agroecológica têm espaços somente em setores marginais da organização estatal. O maior controle dos meios de veiculação de discursos ideológicos, com isso permite que o agronegócio tenha maior êxito em suas estratégias, quando comparado com o campesinato. O tempo rápido da mercadoria a qualquer preço se impõe ao tempo da produção do alimento no Cerrado. O código simbólico da modernização traz a mensagem colonizadora que suplanta alternativas de existência.

Nas próximas páginas a intenção é buscar atender aos objetivos da pesquisa, especificamente, compreender as disputas tecidas na construção histórica do Assentamento Cunha, ou seja, sua formação territorial como possibilidade ou não para a produção agroecológica.

1.3. A conquista territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a territorialização da agroecologia

No Cerrado goiano após 1970 se intensificou a modernização da agricultura. Não é novidade, portanto, que o espaço atual do Assentamento Cunha tenha sido antes ocupado por

culturas comerciais produzidas de acordo com os interesses do agronegócio. Vejamos o que nos diz o senhor João: “Então..., essa área aqui, em 87, 88, até 94, nós plantava soja, era lavoura de soja, e eu era gerente de uma dessas áreas. Dessas áreas que hoje a maioria é assentamento nós plantava soja.” O PR do Assentamento Cunha (2011) relata a utilização da fazenda Cunha para o plantio intensivo de soja, com uso de maquinário pesado, como tratores e colheitadeiras.

A década de 1980 foi de expansão da produção de soja na Microrregião do Entorno de Brasília, onde o assentamento se localiza. Os atores do agronegócio reocuparam esse espaço. O camponês em questão, empregado na monocultura dessa *commodity*, rompeu com a condição anterior, entrou na luta pela terra. O uso anterior do espaço, contudo trouxe sérios prejuízos ao meio natural. Em seu relato, por ter vivenciado esse processo o senhor João nos afirmou:

Era um solo bastante compactado, solo deteriorado, detonado, né. Só tinha carapicho, num tinha outra coisa, né, carrapicho e lobera, num tinha mais nada. Na lavoura de soja é deteriorado, tirado tudo, ocê tem que aproveta o máximo de espaço que ocê tivé. Até dentro dos corgo, nas berada dos barranco dos corgo ocê empurra. Nós fazia muito isso, e acabô nós teno impacto na questão de água. Então, um corquinho, que é o corgo Cunha, que hoje traz o nome do assentamento era um corgo seco. Só tinha a linha onde que era o corgo.

A fala desnuda como o tempo do capital desrespeita o tempo da natureza exterior. E, se a forma mais eficaz de poder é aquela que melhor dissimula, o agronegócio se sustenta por meio de formas eficientes de dissimulação de poder. Para isso seus atores se utilizam de mediatos, como: fartos recursos subsidiados e principalmente discursos simbólicos de eficiência, produtividade e modernidade. Com isso escondem as graves agressões ao ser humano e à sua natureza exterior, a sócio-biodiversidade do Cerrado.

Mas, esse uso deu lugar a uma reocupação do espaço com a produção camponesa de base agroecológica, uma reterritorialização camponesa que permitiu a retomada da sóciobiodiversidade do Cerrado. O projeto da produção agroecológica gestado pelo campesinato, no entanto foi possível devido à luta camponesa travada contra os atores do agronegócio. Os camponeses organizados pelo MST tiveram de ocupar, acampar, resistir na terra. As estratégias lançadas no campo de batalha, por meio de mediatos discursivos e territoriais, comprovam que a busca dos camponeses pela reterritorialização estabeleceu a disputa territorial. Esses atores se levantaram contra as relações dissimétricas para construir outro território. Assim relatou o senhor João que fez parte desse momento:

Em 97 a gente fizemo a ocupação do Cunha, fizemo acampamento do MST na região do Paranoá com 360 e pouca família, e fizemo ocupação no Cunha no dia 02 de novembro de 97. E depois de garantida a área, foi uma luta bastante grande por causa da questão dos Roriz, que era um impacto político muito forte, no município os juiz, os adevogado era tudo ligado à família, né.

Na disputa pelo território, os camponeses reconheceram o viés de classe que atravessa esse processo. O campesinato lutou contra o agronegócio, formado não apenas pela elite agrária. Como esclarecem Fernandes; Welch (2008), há um conjunto de atores que costuram alianças, atuam conjuntamente e nesse sentido, as corporações multinacionais, empresários rurais, setor financeiro e midiático se aproximam por terem interesses similares e penetram por dentro do Estado, como se nota na fala do entrevistado.

Com isso os proprietários nominais da terra à época, os senhores Antoninho Melo e Danilo Melo, devido ao apoio da família Roriz, que detinha posições privilegiadas no poder judiciário, conseguem contestar a ação dos camponeses com medidas judiciais para realizar a desocupação da área. A ação do Estado a favor da oligarquia agrária, no entanto, não aconteceu somente por meio do poder normativo, mas também do repressivo. O senhor Joaquim assim relata a forma de atuação do Estado no acampamento:

No inicio nós entramo no Três Conquista, ao lado do PADF. Aí os dirigente do MST conseguiu essa fazenda aqui. Nós ocupamo dia dois de novembro de 1.997, a uma hora da madrugada. Chegamo e armamo as barraca, no outro dia tinha preocupação com os latifundiário, nós não dormia. No outro dia, a polícia já estava aqui. Nós trouxemo alimento pra quinze dias. A polícia ficô de campana, com olheiros nos morros para evitá a nossa saída e aumentar a pressão.

A luta pela terra no Assentamento Cunha através do MST, cuja primeira estratégia foi a ocupação da área, significou a subversão à ordem imposta e acirrou a luta de classes. Como descreve o senhor Joaquim, os latifundiários podiam reagir a qualquer momento. Mas eles não se deram ao trabalho de utilizar jagunços particulares. O aparelho repressivo do Estado assumiu a função de intimidar os camponeses acampados e de atribuir-lhes crimes até mesmo fora da área ocupada. O senhor Aparecido, a respeito das dificuldades do período de acampamento, declara: *“O mais difícil foi a repressão da polícia, eu fiquei detido 10 horas porque tava trazendo alimentos pro acampamento. Eles alegô que eu era do movimento.”*

Integrar movimentos sociais contrários ao modelo do agronegócio no Brasil já é motivo para ser considerado criminoso, não importam as razões da luta, o principio da propriedade privada tem caráter absoluto. Para protegê-la o Estado restringe o acesso do

camponês ao alimento, tanto deixando a terra permanecer improdutiva, quanto com a proibição do direito a sua circulação em momentos de luta. No entanto, as ameaças não fizeram os camponeses acampados recuarem, os grillhões já estavam rompidos. Além disso, a retomada do território, entendido não somente como campo de forças, mas como domínio/apropriação da materialidade se tornou fundamental para garantir a sobrevivência das famílias camponesas.

Dona Marta relata as estratégias construídas no período de cerco ao acampamento: *“Sinceramente, vou dizê pra você, o confronto que enfrentamo com a polícia foi brabo, ficamo ilhado doze dia e sobrevivemo do que tinha, cobra, peixe, a polícia veio pra cá pra desocupá.”* A pressão do MST fez com que a ação do Estado, totalmente vertida para os interesses do agronegócio, se voltasse também para o atendimento de algumas necessidades dos camponeses acampados, como aquelas de alimentação.

Os assentados, entretanto, relataram que os alimentos entregues pelo INCRA eram de péssima qualidade, o feijão, (*Phaseolus vulgaris L.*), por exemplo, demorava horas para ser cozido. Além disso, as quantidades entregues eram insuficientes para todas as famílias. Nesse sentido, as ações do Estado, disputado pelas classes sociais do campo, são determinadas pela dissimetria de poder entre elas. Essa dissimetria é histórica, assim relata o senhor Manuel:

A questão da reforma agrária é muito conflituosa. O Pedro Wilson um dia disse pra gente num evento que essa concentração vem de longe. No período oitocentos bastava o latifundiário declarar a área pra ser proprietário de terra. Aqui um dos problema foi o judiciário, inclusive quem tá no judiciário tamém é latifundiário. No P.A Cunha, a fazenda já era do Banco do Brasil, no entanto, eu acho que o juiz nem leu o pedido de reintegração de posse dos donos, o Antoninho Melo e o Danilo Melo. Eles já vinha seis ano desfrutano a terra, porque tinha perdido ela por causa de dívida. Essa dívida vinha do período Sarney, ele nomeou Orlando Roriz pra companhia de financiamento. Aí ele concedeu verba pra todos fazendero. O que eles fizeram? Pegaram a verba e desviaram, isso levou os Melo a perdê a fazenda.

Na análise do trecho se denota o vínculo histórico do Estado brasileiro com a concentração da terra e, conseqüentemente, com a fome e miséria no campo. Os latifundiários são detentores de privilégios há séculos. No Assentamento Cunha esse processo se manifestou pelas controversas decisões do poder judiciário. A disputa pelas terras do Assentamento Cunha ocorreu porque os camponeses Sem Terra se levantaram contra o poder dos latifundiários. A territorialização dos projetos camponeses, como aquele da produção agroecológica, no entanto, implica na organização interna da luta. Essa organização traz no

seu bojo os conflitos internos. Na luta pela terra no Assentamento Cunha eles ocorreram. Assim declara o senhor Rogério acerca das dificuldades do período de acampamento:

A maior dificuldade do acampamento foi os líder. Tinha que aguentá calado, senão perdia o direito. Todo mundo sofreu aqui dentro atrás de uma terrinha pra sobrevivê. Nós trabaiava de empreitada, e os líder que pegava, botava a gente pra trabaiá e eles ficava com o dinheiro.

Os movimentos sociais carregam dentro de si suas contradições. O senhor Rogério destaca o caráter dogmático e autoritário das lideranças do Assentamento Cunha. Nos relatos de outros assentados essas características também aparecem. No entanto, alguns entrevistados destacaram que nem todos os líderes do acampamento tinham esses traços de ação. Havia disputas internas entre lideranças, no que se refere à forma de atuação com os acampados. Essa disputa culminou com a expulsão de alguns líderes acusados de corrupção dentro do acampamento. As razões da expulsão são mencionadas por um dos membros que vivenciou esse processo: “*O problema foi que três dirigente corrupto tinha interesse financeiro. Eles começô a expulsá famílias, fazia a reunião com os coordenador do acampamento e forçava prá aprová expulsão. Tinham interesse em colocar quem dava dinheiro para eles.*”

Os dirigentes dos movimentos sociais não escapam à ideologia capitalista, mesmo que exista a preocupação das organizações de luta pela terra, como o MST em promover formação continuada de seus integrantes, há situações em que a atuação de alguns deles destoam do projeto político do movimento. Mas a própria estrutura de organização democrática dos acampamentos dificulta ações autoritárias desses atores sociais. O fato é que as discordâncias e dissidências entre lideranças permanecerão nos processos de luta. Esse processo também continuará na relação dos líderes com a base, pois o campesinato tem um *habitus* de classe que muitas vezes diverge da posição política dos militantes. Além disso, o capitalismo como um sistema de valores, introjeta os seus valores nos sujeitos sociais. A proposta de coletivização dos resultados do trabalho no acampamento esbarra nessas questões.

A história de disputa das terras do Assentamento Cunha com o agronegócio guarda também divergências de posições entre as organizações camponesas, na luta pela terra na microrregião do Entorno de Brasília. Foi-nos relatado pelo senhor João, nesse período vice-presidente do sindicato rural de Luziânia, que outros latifundiários além dos proprietários da fazenda Cunha tinham dívidas com o Banco do Brasil. Essa instituição então repassou essas áreas para o sindicato, para que ele articulasse a formação de assentamentos.

Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), em específico a fazenda Cunha foi confiscada pelo Banco do Brasil em 1994. O entrevistado, Sr. João apresentou as seguintes alegações para a pouca ação sindical na ocupação de terras na microrregião: *“Na época era o sindicato rural, nessa região nossa o sindicato rural não tem estrutura pra fazê ocupação; então, não tem; aí passaro pra mim essas área pá mim administrá essas área e fazê assentamento, eu passei elas pro MST.”* A explicação acima é corroborada por outro assentado, segundo o senhor Joaquim: *“os sindicato deveria participar mais da luta. Eles num dá assistência, tem uma ação falha na luta pela terra.”*

Almeida *et al.* (2008) alega que a conquista do Assentamento Cunha envolveu um grupo organizado pelo sindicato rural de Luziânia, em torno de quarenta famílias e outro organizado pelo MST. Nas informações coletadas em entrevistas essa informação não foi confirmada. Pelo contrário, segundo os entrevistados quem conduziu a organização das famílias para a formação do assentamento foi o MST. A organização de líderes sindicais em nenhum momento é mencionada, mas de integrantes do MST como responsáveis por convidá-los nas periferias das cidades-satélites do Distrito Federal e do Entorno de Brasília para integrar a luta pela terra. Parece que há um equívoco na análise dos autores acima, quanto às organizações mediadoras na formação do assentamento em questão.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luziânia não esteve presente na formação inicial do assentamento, o próprio senhor João o deixou e se vinculou ao MST. Pessoa (1999) esclarece que a ação frágil dos sindicatos na luta pela terra não se deve apenas à *“falta de infraestrutura”*, como argumenta o senhor João. Trata-se de diferentes posturas políticas das entidades mediadoras no processo de luta pela terra em Goiás. A pouca ação sindical tem relação com a política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Nesse sentido, segundo o autor, na década de 1970, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), teve como presidente um fazendeiro, a preocupação era o assistencialismo. Na década de 1980, a atuação se direcionou para a luta pela terra, devido às ações da Diocese de Goiás por meio da CPT, criando sindicatos vinculados aos interesses dos camponeses e retomando outros sobre o controle dos latifundiários.

Na década de 1990, ainda acontece uma convergência dos sindicatos em Goiás para a política de resultados imediatos, e na primeira década do século XXI para a reforma agrária

de mercado³. Nesse contexto, apesar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luziânia estar mais ligado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Brasília (FETADFE), isso não invalida a análise de Pessoa (1999), afinal essa tem sido a postura da CONTAG. Esse aspecto da construção do assentamento evidencia os diferentes projetos políticos das organizações mediadoras da luta por terras em Goiás, que provoca dissidências entre elas.

A formação do Assentamento Cunha e outros no Entorno de Brasília destaca também as dissidências no interior do próprio agronegócio. Assim relata o senhor João, que participava de reuniões promovidas pelo Banco do Brasil com a oligarquia agrária: *“Aí o Dr. João chamava, gerente do Banco do Brasil na época, e falava: - Ó... tamo retomano essa área aqui, tamo repassando pro sindicato, o senhor queira ou não queira essa área não pertence mais ao senhor, era uma questão, era uma briga terrível na época.”*

A disputa por propriedades da oligarquia agrária, detentora de dívidas com o capital financeiro mostra os interesses reais do setor bancário. Ele não depende da estrutura fundiária concentrada para reproduzir de forma ampliada seu capital. Com isso, os latifundiários diante da possibilidade da desterritorialização de suas terras reagiam com ações judiciais. O Banco do Brasil não tinha nenhuma benevolência com os camponeses, tanto que para conquistarem a terra tiveram de ocupar a área. Dona Regina, nesse sentido menciona: *“Nóis enfrentamo a polícia, na verdade, a terra era do Banco, mas o dono tinha esperança de reavê a terra.”* O interesse do capital financeiro, portanto era somente continuar reproduzindo de forma ampliada seu capital, com a comercialização da terra e instalação do modelo de agricultura vinculado ao agronegócio.

Tal processo confirma a posição subordinada da agricultura no capitalismo. E também a reprodução ampliada do capital por meio do processo de criação de assentamentos. O que não invalida a importância desses para as famílias camponesas, tanto para a

³ O termo reforma agrária de mercado (RAM), segundo Ramos Filho (2009), é a denominação dada pelos movimentos sociais de luta pela terra e estudiosos do assunto para o modelo de reforma agrária pensada pelo Banco Mundial (BM), no conjunto das políticas agrárias neoliberais criadas para os países pobres. O objetivo da RAM é não incomodar as elites agrárias, evitar as ações dos camponeses contra a concentração da terra. Portanto, promover uma reforma agrária sem conflitos, via mercado, em que os maiores beneficiados são os grandes proprietários, pois são eles que estabelecem o tempo, o espaço, o preço, e a escala dessa reforma agrária. Para viabilizá-la o BM criou os Bancos da Terra, ou Fundos de Terras, destinados a conceder empréstimos a países “subdesenvolvidos.” De acordo com Ramos Filho (2009), em 1997 o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) institucionalizou a RAM por meio dos programas Cédula da Terra e Banco da Terra, apesar das fortes críticas dos movimentos sociais e organizações sindicais. Devido a isso eles foram substituídos pelo Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. No governo Lula, a RAM permaneceu por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural e de ações como Terra Negra Brasil e Terra para Liberdade. Esse governo passou a contar com o apoio da Contag na implantação dessa política. Ramos Filho (2009) crítica a RAM, porque ela se sustenta na solução do rentismo pelos mecanismos de mercado. Os camponeses se subordinam ao capital financeiro por meio dos juros elevados, e pagam preços altos aos latifundiários por terras pouco produtivas, agravando com isso sua condição de pobreza.

reterritorialização, ou enquanto possibilidade para garantir a instalação de projetos camponeses, como o da produção agroecológica. Nesse sentido, somente demonstra como diz Martins (1981), que a propriedade fundiária no capitalismo não se concentra nem se divide sem a mediação do capital.

O embate dos camponeses pela Fazenda Cunha, desse modo, envolveu disputas do MST com o agronegócio por um conjunto de terras na microrregião do Entorno de Brasília. Nos relatos, o senhor João mencionou inclusive a luta pela fazenda que pertencia à família Kubitschek. O desinteresse por ela, no entanto, apareceu quando os camponeses descobriram que 60 hectares, incluindo a sede, eram patrimônio histórico. Com 600 hectares de área restante desistiram dela, e hoje a mesma é ocupada com produção de soja.

As informações obtidas no Assentamento Cunha dão conta que das trezentas e sessenta famílias que ficaram acampadas, sessenta e duas foram assentadas no próprio local, as demais foram assentadas em outros assentamentos da microrregião do Entorno de Brasília. Segundo Almeida *et al.* (2008), as famílias do acampamento na fazenda Cunha não assentadas nesse espaço realizaram cinco ocupações nos municípios de Padre Bernardo e Luziânia, e foram assentadas em quatro assentamentos nesses municípios, entre os anos de 1998 e 2000. Essa informação foi confirmada nas entrevistas com os assentados. O fim do acampamento na fazenda Cunha trouxe para dona Alzira o momento mais triste desse período, segundo ela: *“O mais triste da luta no acampamento é quando foi colocá as família, vários pai de família tinha de buscá outra possibilidade, outros acampamento.”*

Os camponeses, numa disputa dura com o agronegócio, por meio do MST contestaram a ação impetrada pelo latifundiário, minando sua base de sustentação jurídica. Com isso, após a ocupação que se deu em 02 de novembro de 1997, a criação do Assentamento Cunha segundo o PR do Assentamento Cunha (2011) ocorreu em 17 de dezembro de 1998. Almeida *et al.* (2008), todavia destaca que o efetivo parcelamento do assentamento se deu apenas em 2001.

Foram, portanto três anos treze meses e quinze dias que as famílias ficaram esperando para ter acesso definitivo a terra. A luta pelas terras do Assentamento Cunha o reafirma como território-assentamento, construído a partir da disputa entre atores sociais. A conquista dele encerra a longa marcha dos camponeses acampados, eivada de dores, sofrimentos, angústias, preconceitos e dilaceramento familiar em busca da terra de trabalho. A esse respeito o senhor Reginaldo relata:

Fiquei nove ano e oito mês em acampamento, longe da família. Teve filho que foi comigo e num tinha como estudá. Quando tinha escola, os o menino da escola chamava ele de “Sem Terra.” O sofrimento fez ele começá a negá a í pra escola, porque o preconceito era muito grande. Foi muito sofrimento, muito sofrimento...

Os relatos obtidos se aproximam daqueles recolhidos por Pessoa (1999), para acampamentos no Estado de Goiás. Acampar remete a aprender, se solidarizar comungar dor, miséria, sofrimentos e violência. A obtenção da terra, todavia possibilitou a territorialização de projetos camponeses como o da produção agroecológica, contraposto ao do agronegócio. Portanto, em acordo com Molina (2009) e Altieri (2012), a conquista de terras sobre o controle do agronegócio é fundamental para a construção da agroecologia, pois permite ao camponês ter acesso a terra e a água.

A agricultura camponesa de base agroecológica do Assentamento Cunha nasceu da luta do campesinato pela apropriação/domínio do território do agronegócio, afinal como ocorreu com a fazenda JK, a sua permanência com empresários rurais implicou na ocupação segundo os padrões da modernização da agricultura.

O campesinato, evidentemente nem sempre escapa da “Revolução Verde”, mas como declaram Fernandes; Welch (2008), nesse programa sua posição será subalterna. Nesse sentido, quem mais privilegia esse modelo são os atores do agronegócio. Até porque historicamente têm acesso a altos subsídios estatais, e com isso empregam o uso intensivo de agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e fertilizantes químicos. O problema também não está na cultura cultivada, como por exemplo, a soja.

Mas, não se pode esperar desses atores um modelo produtivo que respeite a cultura produtiva dos assentados, o meio natural, aliado ao direito à participação política, aos resultados econômicos como defende a agroecologia. Desse modo, para que a produção agroecológica se realize, o primeiro passo na correlação de forças com o agronegócio é ter áreas sobre o controle do campesinato, como os assentamentos rurais, como o Assentamento Cunha.

Já que como destaca Vergés (2011), a terra continua sendo um meio de produção fundamental para o camponês e, como relata Luxemburgo (1985), a face política do capital, o imperialismo tende a expropriar o camponês da terra de forma violenta, pois a mesma é fundamental a reprodução ampliada do capitalismo. A conquista da terra, todavia implica na organização interna, nesse contexto, no próximo item será discutida a produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a produção agroecológica.

1.4. A produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a agroecologia

No Assentamento Cunha a produção territorial envolveu disputas entre organizações mediadoras camponesas e o Estado. Assim como, desencontros das famílias camponesas com as lideranças do MST, e dissidências entre líderes, que provocou a territorialização de outras agências mediadoras no assentamento. A origem do desencontro entre as famílias assentadas e os dirigentes do MST está na proposta de produção territorial do assentamento no modelo coletivo⁴, na perspectiva de agrovila. A esse respeito relata um dos dirigentes:

Então... Na época, a gente fez a ocupação, nós tinha a visão, como nós, os dirigente, era todos dirigente era de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, na época dos dirigente do MST na época, o que que nós queria, nós queria fazê um assentamento, perto de Brasília, modelo. Então esse era o objetivo do MST da época, fazê um assentamento modelo pra você se espelhar naquele assentamento pra depois você fazê outras região, porque aqui nós pegamo DF, Goiás, e Minas Gerais, a sede de Brasília pega essas três região. Então a ideia era nós fazê um assentamento modelo, nos modelo de Santa Catarina e Paraná. Inclusive fizemo um estágio nos assentamento de Santa Catarina.

O interlocutor relata que o modelo coletivo era defendido pelos dirigentes, reivindica para eles essa proposta de produção territorial, o que demonstra o descolamento dos dirigentes da base. Nos movimentos sociais esse processo é fortalecido com a participação dos líderes em cursos de formação, entre outros meios de acesso ao conhecimento acumulado. Com isso, leem de forma crítica as propostas governamentais de reforma agrária. Todavia, nos assentamentos, como no Assentamento Cunha, parcela majoritária das famílias teve negado o direito à educação, com isso sua leitura dos aspectos que envolvem o mesmo processo é menos clara. O PR do Assentamento Cunha (2011, p. 90) reafirma a proposta de produção territorial do MST:

A discussão embrionária do Assentamento Cunha, inicialmente fomentada pelo MST, partia da ideia de que ele pudesse se constituir em um assentamento de referência, onde todas as famílias estivessem organizadas coletivamente, diferenciando-se principalmente da organização em lotes individualizados, muito comum nos projetos de assentamento da região.

⁴ No trabalho o termo “coletivo” ou modelo coletivo de assentamento será entendido como a disposição de limites contrários a propriedade privada e, que se verte para a gestão coletiva do território e de seus recursos, com decisões coletivas do que produzir, como produzir, onde produzir e quando produzir, além da realização coletiva do trabalho, com a divisão igualitária dos resultados.

A divergência entre a territorialidade das lideranças e das famílias assentadas, acerca da produção territorial do assentamento, ficou evidente nas falas dos entrevistados. Senhor Joaquim nesse sentido destaca: *“Eu penso no coletivo; trabalhá na sua chácara e depois comercializá coletivamente. Num tenho nada contra coletivo, a união faiz a força, desde que tenha união, que as pessoas colaborem um na chácara do outro.”* Essa proposição de produção territorial é antagônica a anterior, enquanto na primeira o modelo coletivo está assentado em elementos econômicos, político-ideológicos, na segunda os elementos sócio-culturais adquirem centralidade.

O termo chácara, por exemplo, que substitui a denominação parcela institucionalizada pelo INCRA, remete a ideia de sítio. Já mencionamos no texto que Woortmann (1990) esclarece que o camponês concebe o sítio como o espaço de trabalho da família, e *locus* de exercício da autoridade do pai. A chácara, dessa forma reconstituiria no assentamento o *habitus* de classe do campesinato. Já as necessidades de trabalho não atendidas pela família na unidade de produção seriam resolvidas pelas formas de trabalho coletivo camponês, como: o mutirão, a troca de dias, ou a “traição.”

O MST contesta a produção dos assentamentos centrados na propriedade individual. Para o movimento o modelo individual fortalece o isolamento das famílias e a exacerbação do individualismo. Além disso, dificulta o controle coletivo dos insumos e da comercialização da produção. No acampamento e em outros espaços educativos o MST tem procurado produzir o “novo” camponês. Mas as posições dogmáticas, o tempo exíguo do acampamento e principalmente a ideologia capitalista são fatores que contribuem para a permanência do desencontro das lideranças com as famílias assentadas.

Almeida (2006), ao estudar a formação dos assentamentos no Mato Grosso do Sul, entende que o MST, ao lutar para evitar a lógica do “quadrado burro⁵” do INCRA, ou seja, a individualização das parcelas, defende a coletivização total das áreas conquistadas. Com isso, desconsidera mediações culturais importantes, que devem ser levadas em conta na produção territorial de assentamentos, isso provoca resistências na base do movimento. A esse respeito dona Marta relata:

⁵ Segundo Almeida (2006), a expressão “quadrado burro” é uma alusão crítica dos dirigentes do MST à planta técnica estatal, ou ao modelo oficial de produção territorial dos assentamentos de reforma agrária. No modelo quadrado o terreno é cortado em grandes quadrados, margeados por travessões, ou seja, estradas vicinais. Os quadrados se constituem nos lotes a ser ocupados pelas famílias assentadas. A crítica político-ideológica do MST é que esse modelo distancia as famílias, produz isolamento, o movimento com isso propõe o modelo circular Raio de Sol. Almeida (2006), contudo, revela que há um desencontro da teoria da prática com a própria prática nesse modelo do MST, pois nele se desconsideram mediações sócio-culturais, entre elas se destaca a questão de que o camponês considera a terra, a família e o trabalho de forma indissociável.

Todos entrô aqui pelo MST. Eu mesmo fui formada militante do MST. Aí decidi por um regime interno coletivo, uma agrovila, com o restante da área pra plantá. Isso levou o conflito com o MST e acabô que uma parte grande do pessoal ficô com o sindicato, a CONTAG. Isso foi um grande problema. Nós não aceitamo mais as condição do MST. O MST pra mim foi uma luz na frente, me mostrou outra visão. Mais o problema é que tudo tem defeito, e o do MST é que eles impõe um regime de imposição, autoritário.

O relato demonstra que o modelo de produção territorial do MST se assentava no seu projeto político-ideológico. Os camponeses que compunham sua base, apesar da ação educativa do/no acampamento pregavam a formação de acordo com o *habitus* de classe do campesinato, e principalmente cooptados pela ideologia capitalista, fortaleciam a defesa da propriedade privada. O conflito demonstra as dificuldades colocadas para ação dos movimentos sociais na luta pelo fortalecimento da produção agroecológica. Como construir o território do Assentamento Cunha seguindo princípios socialistas, mas cercado pela organização territorial capitalista, vinculado às resistências do *habitus* de classe. A presença da CONTAG, historicamente vinculada ao Estado e com projeto político contraposto ao do MST foi outro complicador na organização territorial do assentamento. Sua territorialização foi resultado da expulsão de lideranças, uma assentada esclarece:

O racha aqui foi assim: três coordenadores do MST foro expulso do movimento. Aí eles fizeram o seguinte: eles trabalharam com a base, contra o movimento, o MST. Eles era autoritário, dissero que o assentamento era deles, dizia isso já na fase de pré- assentamento. Mais aí, mais ou menos 12 pessoas foro contra. Como eles era esperto, se aliaram à CONTAG, um deles foi eleito presidente da FETADEFÉ.

Para alguns assentados entrevistados os dirigentes expulsos tinham uma atuação centralizadora, estabeleciam relações de poder dissimétricas com as famílias acampadas. Muitos entrevistados, no entanto disseram que vieram para o assentamento graças ao convite desses dirigentes. Nesse sentido, como o camponês sustenta suas ações no princípio da reciprocidade, do dar e receber entende-se que muitos assentados acreditavam ter uma dívida moral com os dirigentes expulsos. Sendo assim, não se levantaram contra eles, ao contrário foram cooptados para integrar a FETADEFÉ. Esse processo foi facilitado pelo MST, com a desconsideração do *habitus* de classe do campesinato. Um dos líderes expulsos explicou da seguinte forma as razões da expulsão:

O problema é o seguinte, quando nós entrô na área com um grupo do MST, eu era um dos dirigente, mais outros dois companheiros. Nós era as

principal liderança do MST, só que nós cresceu muito, fizemo muita ocupação com a bandeira do movimento. Aí nós criamo, dentro do MST, ciúmes, no DF, o MST não avançava. Nos acusaram de desvio político, aí se criou um grupo no Cunha, inicialmente um grupo de 11 famílias, mais ou menos, elas continuaram com o MST. O restante das famílias foi pro sistema CONTAG, num total de mais ou menos 50 famílias.

Nos relatos muitos assentados rebateram a tese de “ciúmes.” Segundo eles, houve cooptação desses dirigentes pela oligarquia agrária local. Os latifundiários os procuravam para determinar as propriedades que tinham interesse em negociar com o Estado, e aquelas que não deveriam ser ocupadas. Isso explicaria o número elevado de ocupações realizadas por essas lideranças. Além disso, os interlocutores ouvidos defendem que em torno de quatorze famílias permaneceram como integrantes do MST, as demais se vincularam a CONTAG. Nesse sentido, a disputa pela produção territorial do Assentamento Cunha aconteceu também pela cooptação de camponeses para agências mediadoras com projetos políticos vinculados aos interesses do Estado.

O embate nacional entre MST e CONTAG passou a ocorrer no interior do Assentamento Cunha. Os líderes da primeira organização tinham uma clara rejeição à presença da segunda. Assim declara uma das lideranças: “Com o desentendimento, eles procuraram a CONTAG. Nós não queria a CONTAG aqui porque num conhecia ela, não sabia qual era sua proposta.” Mesmo não tendo clareza do projeto político da CONTAG, entendiam que outro projeto de reforma agrária complicaria mais a discussão da organização territorial do assentamento, o que de fato ocorreu. Assim relata uma das lideranças:

Moral da história, treinemo quarenta família que ia ficá no Cunha, com expectativa de cooperativismo, fizemo todo um trabalho de preparação dessas família. No momento que ficô definido as famílias que ia ficá na área, aquele planejamento que nós tinha, foi todo por rio abaixo. Moral da história: dirigentes foro expulso, na época, por corrupção; e aí nós tinha definido todo um sistema de agrovila, tal, tal; no momento que definiu que ia ser uma área coletiva, encontramos barrera com INCRA. O INCRA não aceitava as área coletiva, tinha que midi as área individual.

Portanto, a dificuldade para a territorialização do modelo coletivo esbarrou na proposta de reforma agrária do Estado brasileiro, que contou com o apoio político da CONTAG, na correlação de forças o MST perdeu espaço. No PR do Assentamento Cunha (2011, p. 91), fica evidente esse processo: “[...] a maioria das famílias em acordo com o INCRA optou pelo parcelamento individual da terra, inviabilizando a aplicação da proposta em todo o assentamento [...]”. Ou seja, havia uma proposição de produção territorial do órgão

estatal, que foi apoiada pelas famílias cooptadas pela CONTAG. Mas, a superintendência regional do INCRA do Distrito Federal e Entorno decidiu pelo projeto semicoletivo, e não individual como relata Almeida *et al.* (2008). Quanto a isso o PR do Assentamento Cunha (2011) destaca:

O Assentamento Cunha teve sua configuração original composta pelo parcelamento de 62 lotes a serem ocupados pelas famílias, 01 área comunitária para instalação de sede comunitária, templos religiosos, áreas de lazer, escolas e demais infraestruturas coletivas, estradas de acesso, 06 áreas de exploração coletiva – AEC destinadas à empreendimentos produtivos coletivos e comerciais e áreas de Reserva Legal – RL e Preservação Permanente – APP, (PR DO ASSENTAMENTO CUNHA, 2011, p. 83).

Não obstante, o projeto de produção territorial do MST foi dificultado também pelas imposições do Banco do Brasil. Assim relata um dos dirigentes: “*Fizemo o projeto do Pronaf, fomo assentado em 2000, aí fizemo todo um projeto do Pronaf, todo voltado pro sistema coletivo, o Banco do Brasil também não aceitou o projeto.*” Os relatos reafirmam que a produção territorial dos assentamentos está no centro de disputas político-ideológicas.

Pessoa (1999), ao analisar o processo de produção coletiva nos assentamentos no território goiano diz que há uma lógica de mediação moral, pragmática, cultural e ideológica na questão da produção coletiva. A mediação moral, preconizada pela CPT defende a constituição de uma comunidade de iguais, similar aos primeiros grupos cristãos. A mediação pragmática nasce da própria necessidade dos camponeses quando em estado de penúria. A mediação cultural se vincula a questão de que a produção camponesa tem laços extra/econômicos. Quanto à mediação ideológica, presente no MST e na CPT, a questão central é a coletivização segundo princípios socialistas. Essas territorialidades intervêm na produção territorial dos assentamentos.

A implantação da coletivização total incorre em dificuldades, devido às territorialidades mencionadas e o nível de consciência das famílias. Mas não se pode negar a coerência da produção coletiva para o campesinato. Como afirma Pessoa (1999), o camponês é vencido na luta contra o capital, também por se atrelar às formas de produção individual. Luxemburgo (1985) evidencia o caráter anticapitalista das formas coletivas de produção camponesa. No entanto, há modelos que parecem desgastados pelas tentativas realizadas, como aqueles do dito socialismo real. Há uma crise de modelos, não há soluções pré-elaboradas, é caminhando que se constroem as alternativas.

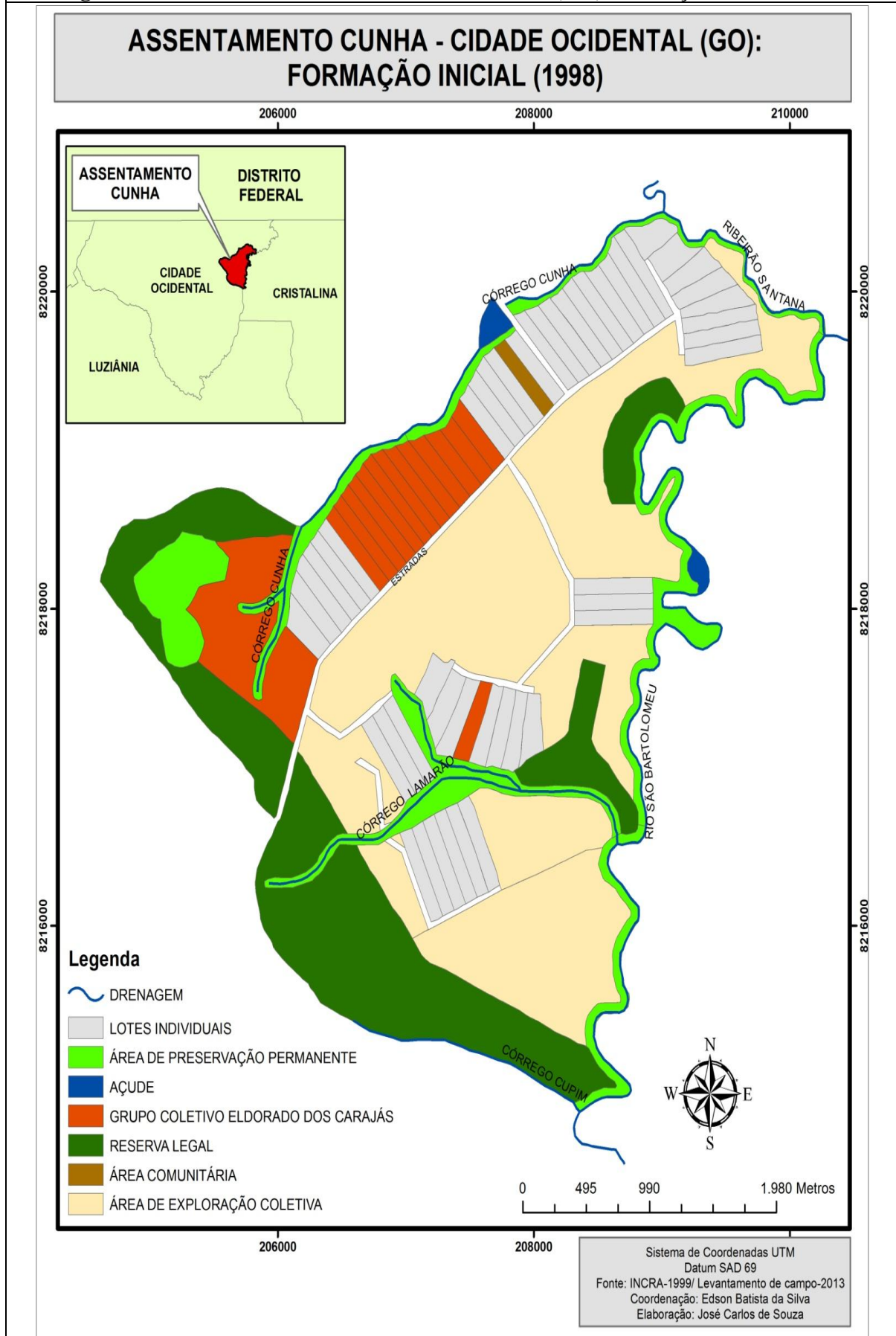
Além disso, como dizem Gonçalves (2012) e Molina (2009), é urgente reconhecer outras práticas de produção coletiva, como as de propriedade comunal, construída, por exemplo, por comunidades camponesas tradicionais da América Latina. Nas entrevistas com assentados do grupo coletivo a ideia da experiência coletiva não estanque pareceu mais evidente. Eles relataram que o modelo inicial trouxe problemas. Na criação de bovinos (*Bos taurus*), por exemplo, quando vacas ficavam doentes, como todos eram donos alguém tinha de comprar o remédio e depois proceder ao rateio do valor. Devido aos conflitos os membros do grupo decidiram manter a pastagem coletiva, porém o rebanho passou a ser individual.

Quanto à produção territorial do assentamento, se pode observá-la na Figura 2. Como mencionado o mesmo foi criado no modelo semicoletivo⁶, resultado do desencontro entre lideranças do MST e camponeses assentados e a disputa entre MST, Estado/CONTAG. Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), na demarcação original há um número total de 62 parcelas, cada uma tendo 6 hectares. O restante da área produtiva ficou distribuído na área coletiva, que detinha 335, 86 hectares. As áreas de reserva legal tem 204, 27 hectares, de preservação permanente 113,75 hectares, e o espaço comunitário 4 hectares. Na Figura 2 se percebe o resultado da disputa dos atores na disposição das tessituras, assim como as diferentes territorialidades que intervieram na demarcação dos limites. Nela se observam também as quatorze famílias e não onze, como relata Almeida *et al.* (2008), que resistiram as imposições do INCRA, com o grupo coletivo já mencionado acima.

Elas tiveram acesso a cerca de 70 hectares, onde residem suas casas e mais 69,89 hectares integrado a área coletiva do assentamento. O mapa elaborado pelo INCRA desconsidera o grupo coletivo “Eldorado dos Carajás”, sua espacialização foi possível pelos relatos recolhidos com as famílias assentadas. O intuito do MST, com a formação do assentamento no modelo coletivo era viabilizar a produção agroecológica. Segundo algumas famílias, com esse modelo teriam maior controle dos insumos e dos canais de comercialização, isso facilitaria a construção da experiência agroecológica, já que viabilizaria decisões coletivas na produção, atrairia projetos de ONGs internacionais e permitiria a integração das atividades produtivas. O depoimento das famílias do coletivo Eldorado dos Carajás se aproxima da explicação de Correia (2007), acerca da revisão do modelo de assentamentos pelo MST.

⁶ No trabalho o termo semicoletivo se refere à proposta de produção territorial, em que são criadas propriedades individuais e também são construídas áreas de produção coletiva. Nessas as atividades produtivas e, por conseguinte, o seu desenvolvimento devem ser resultado da decisão coletiva dos assentados. Portanto, são assentamentos que estão entre a individualização e a coletivização total das terras.

Figura 2 - Assentamento Cunha- Cidade Ocidental (GO): Formação inicial -1998.



Segundo o autor, como resultado da crise do sistema de cooperação de 1990, o movimento decidiu que a organização territorial deveria privilegiar a formação de pequenos núcleos de moradia cooperados, para aproximar as famílias e evitar a criação de propriedades individuais. Assim seria possível fortalecer a produção agroecológica, com a gestão comunitária dos recursos naturais e do território, além da titulação coletiva da terra. Tomaz, integrante da coordenação nacional do MST/Via Campesina, acerca da produção territorial dos assentamentos como possibilidade para a produção agroecológica também destaca:

Primeiramente, há a necessidade de coletivização dos meios de produção, no nível máximo possível de acordo com a consciência e o processo histórico daquele coletivo que está se territorializando. Essa coletivização permite desde a otimização no uso de maquinário até, no caso das áreas produtivas coletivas, o melhor planejamento do agroecossistema, de acordo com as condições edáficas e microclimáticas do território conquistado. Há também a necessidade de um projeto coletivo de agroindustrialização, que liberte os camponeses da escravidão dos produtos in natura e permita projetos de comercialização mais avançados, que alcancem mercados populares distantes. A comercialização institucional é outra base da produção territorial. É papel do Estado garantir alimentos de qualidade, saudáveis, para a população escolar, hospitalar. E para garantir a transição agroecológica efetiva, a comercialização institucional, com bonificação para alimentos agroecológicos, é decisiva para proteger o campesinato do ataque do capital que está em volta do território e não quer que uma proposta territorial autônoma vingue. Por último, e também em relação ao elemento acima descrito, o território conquistado necessita ter conexão direta com as massas trabalhadoras da região, seja nas pequenas, médias ou mesmo grandes cidades. A produção agroecológica deve estar alimentado o povo, não a burguesia.

Da fala se depreende que os limites não são inocentes, a disposição deles reflete as estratégias dos atores sociais. Para o MST os limites assentados na propriedade privada são contrários à produção agroecológica, já que dificultam o controle coletivo dos meios de produção e a organização política, elementos fundamentais para a autonomia camponesa frente ao capitalismo financeiro, industrial, usurário e comercial, além da luta por políticas públicas favoráveis do Estado. Associado a isso, como destaca Molina (2009), a propriedade privada viabiliza a criação apenas da produção orgânica.

Pois, cria-se a dependência dos agricultores a insumos externos. Segundo o autor é preciso lutar em defesa de territórios agroecológicos amplos. O Estado, em detrimento, apoiado por organizações camponesas como a CONTAG, divide o espaço com intenções geopolíticas de domínio, seu forte vínculo com as multinacionais acentua o interesse em construir tessituras que facilite o controle de atores historicamente explorados, como os camponeses. O Estado, portanto organiza territórios, principalmente, a favor do capital, e

contrários a produção agroecológica. Além disso, o MST no intuito de superar a cultura camponesa cria resistências a suas ações na própria base.

O fato é que os desencontros entre lideranças/famílias assentadas, e a consequente cooptação dos camponeses para organizações com projetos político-ideológicos de defesa das ações do Estado, resultou na produção territorial do assentamento apresentada na Figura 2. Nela a trama territorial expressa à disputa política, de um lado o coletivo Eldorado dos Carajás, produto da resistência dos camponeses do MST, do outro os lotes individuais e a área coletiva, apoiado pelos demais camponeses cooptados pelo Estado e a CONTAG. Os assentados vinculados a CONTAG reconhecem hoje que o modelo semicoletivo trouxe sérios prejuízos para as famílias desenvolverem as atividades produtivas. Segundo eles, é muito difícil conciliar atividades na área individual com aquelas da área coletiva, é como se estivessem vivendo em travessia. Os usos atuais da área coletiva se vinculam a criação de bovinos e equinos (*Equus Caballus*), como se pode observar na foto 1.

Essa utilização produz conflitos entre as famílias assentadas. Segundo os entrevistados, com o não aproveitamento da área, devido às dificuldades de organização política e a falta de acesso a crédito para investimento coletivo se decidiu pelo seu parcelamento. Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), no ano de 2002 a comunidade propôs ao INCRA o parcelamento das áreas de exploração coletiva. No entanto, apesar de contar com a concordância da instituição estatal, as famílias tiveram de pagar pelo serviço topográfico de demarcação dos lotes complementares.

Foto 1 - Assentamento Cunha - Bovino pastando na área coletiva do assentamento.



Autor: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013

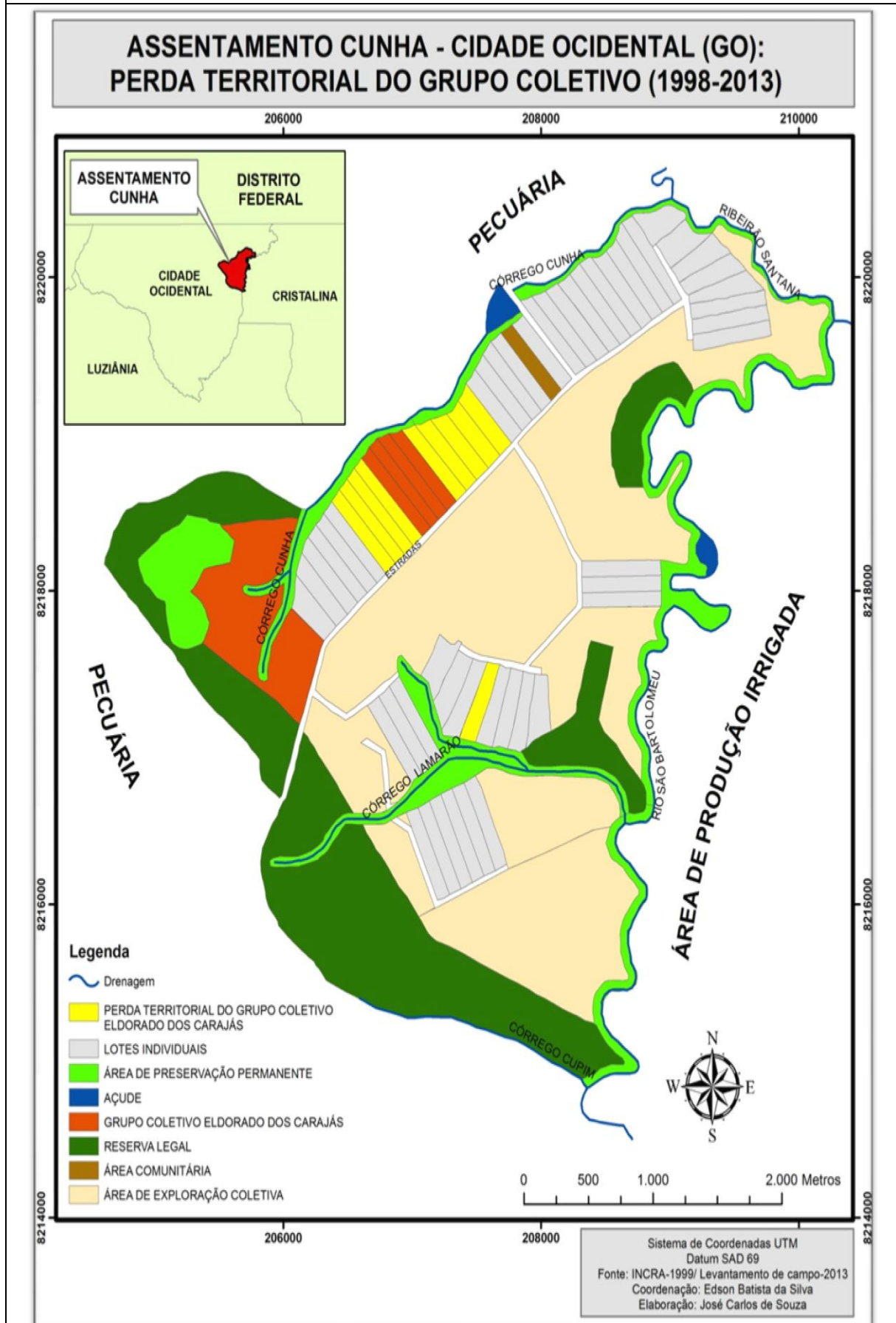
Nesse contexto, como o coletivo “Eldorado dos Carajás”, na época com apenas nove famílias, optou por demarcar seus lotes na área de exploração coletiva V e sete famílias não participaram do processo, apenas quarenta e seis famílias se dispuseram a pagar pelo serviço. Com isso, restam atualmente dezesseis famílias que não tiveram seus lotes complementares demarcados. Além disso, segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), a alocação física desses 46 lotes ainda não foi realizada pelo INCRA. Com a indefinição do processo apenas duas famílias cercaram seus lotes de 5 hectares. Portanto, as áreas de exploração coletiva continuam sendo utilizadas apenas pelas famílias que tem criações animais. Sendo que poderia ser *lócus* da integração lavoura/pecuária, fundamental a produção agroecológica. Portanto, aumentam as dificuldades das famílias de ter o controle coletivo dos meios de produção.

Muitos assentados precisam comprar adubos orgânicos por não conseguirem produzi-los na propriedade. Muitos tentaram a integração lavoura/pecuária nas parcelas individuais. Mas com uma área de seis hectares o gado evade e entra em outras propriedades, isso resulta em conflitos entre vizinhos. Dona Marta a esse respeito declara: “*Eu tive de vender as vacas, elas tava atormentando os vizinhos.*” Portanto, descapitalizados para implantar a pecuária intensiva alguns vendem o rebanho, o que resulta em perdas dos produtos derivados do leite, da poupança camponesa em períodos de crise, assim como do adubo, importante para a produção agroecológica. A proposta de produção territorial do MST, derrotada na correlação de forças com outros atores, ficou circunscrita ao coletivo Eldorado dos Carajás. Esse já nasceu fragmentado, como se observou na Figura 2. Um dos seus integrantes a esse respeito declara:

Então... Quando nós começamos a trabalhar era pra ser toda área coletiva, fizemos a questão do grupo nosso, que era um grupo coletivo, nós fazemos a casa de 80 metros mais ou menos uma da outra, e 1 hectare por família, com o restante da área coletiva. Só que depois com a individualização do assentamento nós tivemos que acompanhá-los, porque eles não aceitaram que nós ficássemos com nossa área toda coletiva. Tivemos que dividir, ficamos com duas áreas, ficamos com quarenta e poucos hectares num local, e mais de 60 hectares noutro local de área produtiva. Aí ficamos duas áreas em dois locais diferentes do assentamento, não se utiliza nem uma nem outra.

A descontinuidade territorial do coletivo “Eldorado dos Carajás” provocou a deseconomia do deslocamento da mão-de-obra, ou seja, houve ampliação do tempo gasto no deslocamento para realizar o trabalho e, dificultou a formação do território agroecológico amplo, com o conseqüente corte nos ciclos de nutrientes e energia. Além disso, como se observa na Figura 3, esse coletivo sofreu perdas territoriais entre 1998 e 2013.

FIGURA 3 – Município de Cidade Ocidental - GO – Assentamento Cunha – Perda territorial do grupo coletivo Eldorado dos Carajás -1998 – 2013.



A disputa na produção territorial do assentamento criou também uma cisão. O interlocutor diferencia os assentados do coletivo “Eldorado dos Carajás” e os assentados individuais. Nesse sentido, como resultado das perdas territoriais do coletivo analisado, das quatorze famílias que o integravam em 1998 restam somente quatro, como retratados na Figura 3. A disputa entre MST e CONTAG/ Estado é um dos fatores que explica esse desmembramento territorial. Além disso, alguns entrevistados, quando questionados acerca das razões da saída do grupo, mencionaram que foram alertadas pelos líderes expulsos e outras famílias assentadas, que estavam sendo manipuladas para atender interesses de dirigentes. Esse processo resultou num ambiente de discórdia que dificultou à construção do território coletivo, com claros prejuízos a produção agroecológica. Além do mais, o projeto de experiência agroecológica do MST, assentado no coletivo Eldorado dos Carajás, sofreu com o centralismo das atividades em determinadas parcelas, com benefícios direcionados a determinadas famílias.

Esse processo contribuiu para dissidências entre famílias do coletivo. Essa centralização impediu também o envolvimento maior das demais famílias do assentamento. As lideranças justificam a pequena participação de assentados nas experiências agroecológicas pelo número de convites destinado a cada assentamento. Esse processo ocorreu porque essa experiência assumiu um caráter de polo irradiador. Os problemas internos do MST também auxiliaram no processo de fragilização da experiência agroecológica do coletivo “Eldorado dos Carajás.” Um dos seus membros a esse respeito destaca: *“Montamo toda a estrutura da cooperativa, a Amélia fez todo trabalho de formação, foi tudo montado. Aí passamo pro advogado do MST, ele mudou pra outro Estado e os documento sumiu. Aí te pergunto, como ocê vai mobiliza os cara tudo de novo?”*

No entanto, a ação do Estado brasileiro também corroborou para dilacerar o coletivo e sua proposta de produção agroecológica. Tanto com a produção territorial inicial, ou com as políticas públicas posteriores que atuaram na organização do território. Uma liderança demonstra revolta com a ação do Estado, no sentido de impedir a autonomia camponesa: *“Então, o INCRA é o grande culpado dessa questão. O que que o INCRA qué? O INCRA qué o assentamento, que você mendigue, que seja um mendigo, que ocê não consiga se desenvolvê. Então pro INCRA ocê tem de sê um mendigo, um mendigo rural.”*

Há uma escala de poder que se situam os camponeses e suas organizações. O Estado, muitas vezes pactuado com o capital não tem interesse em construir territórios que viabilizem outras perspectivas de produção no campo, como a produção agroecológica. Esse aspecto é

central para entender a produção territorial e viabilidade econômica dos assentamentos, tal como o Assentamento Cunha. Além disso, na Figura 3 se observa que o agronegócio exerce pressão direta sobre o assentamento. As dificuldades para desenvolver as atividades produtivas com princípios agroecológicos são correntes nos relatos dos assentados. Nesse sentido, o presidente da primeira associação do assentamento relata:

Na agroecologia nós temos um problema sério com a mosca branca [Bemisia tabaci]. Do outro lado do rio São Bartolomeu já é Cristalina, lá tem os pivôs de soja, milho e sorgo [sorghum indicum l.], irrigado. Eles produzem no sistema de rotação e usam muito agrotóxico. Eles pulverizam lá com avião. Então, quando eles batem lá, os insetos vêm tudo para nossa parcela. O pessoal tá perdendo toda a safra de feijão por causa da mosca branca, tem gente aí que plantou muito feijão e não colheu quase nada.

Nos depoimentos as famílias assentadas declararam que há uma queda da área produtiva e da produtividade de feijão nos últimos anos, devido ao ataque de insetos vindos do Agronegócio limítrofe. O ataque ocorre não somente no feijão, mas em outras culturas agrícolas, um membro da segunda associação afirma: *“Só de verdura eu perdi esse ano uns R\$ 1.800,00, a mosca branca atacou demais.”* Os assentados não têm dúvida quanto à origem das “espécies-praga” que atacam suas lavouras, muitos conseguem inclusive identificar algumas delas, nesse sentido o senhor Fernandes menciona: *“A soja do outro lado do Rio São Bartolomeu trouxe esse inseto pra cá. Essa tal de mosca branca, vaquinha [Diabrotica speciosa], besouro [Coleoptera], vários insetos.”*

O agronegócio traz sérios prejuízos às atividades agroecológicas das famílias assentadas, assim o senhor Josué se expressa: *“Quando a vaquinha ataca elas botam pra quebrar, eu tenho certeza que elas vêm da soja.”* No mesmo sentido o senhor José destaca: *“Olha aqui pô você vê, a mosca branca atacou meu feijão de corda. Ela chupa a vagem, fica esses pontinhos e a semente fica menor, perde valor. Eu não sei como nós vamos fazer, os donos da soja batem veneno lá os insetos vêm tudo pra cá.”* Na foto 2 se observa o limite do Assentamento Cunha com o agronegócio territorializado no município de Cristalina. O Rio São Bartolomeu, com sua área de preservação permanente, se constitui na única barreira entre os dois espaços, o que acarreta na migração das “espécies-praga”, no deslocamento de agrotóxico para o assentamento, além da contaminação e apropriação dos recursos hídricos.

A foto 2 demonstra paisagens diferentes, de um lado a produção agrícola assentada nos princípios da sóciobiodiversidade, do outro a homogeneização da produção com os monocultivos. Como afirma Altieri (2012), a coexistência da produção realizada pelo agronegócio, com aquela pensada a partir de princípios e conceitos agroecológicos se revela

impossível. A aplicação de agrotóxicos contamina a produção agrícola das famílias assentadas. O limite existente, o rio São Bartolomeu não impede o deslocamento do agrotóxico pulverizado com aeronaves. O plantio de sementes híbridas ou transgênicas de milho pode resultar na contaminação das sementes utilizadas por muitas famílias camponesas.

Foto 2 – Assentamento Cunha - Limite do Assentamento Cunha com produção do agronegócio no município de Cristalina.



Autor: SILVA, Edson B. da. Set. 2013.

O desequilíbrio ecológico provocado resulta em consequências para a saúde e a Soberania Alimentar⁷ dos camponeses do Assentamento Cunha. Além disso, a precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa ocasiona a migração de mão-de-obra do assentamento para o agronegócio, tanto para a produção de soja, milho e sorgo, quanto para a silvicultura. O agronegócio, portanto atua diretamente na produção territorial do Assentamento Cunha, com sérios malefícios para a produção agroecológica.

O conflito do agronegócio com a agricultura camponesa agroecológica expressa racionalidades diferentes desses modelos produtivos. O primeiro, promovido pelo capital e concretizado por meio da monocultura, se assenta na uniformidade genética, na aplicação de

⁷ Segundo Stedile; Carvalho (2.012), o conceito transgressor de Soberania Alimentar se opõe ao de segurança alimentar porque não se trata apenas de garantir o acesso ao alimento, mas, de possibilitar aos diversos povos os recursos, as técnicas e o apoio para produzi-los. Seu caráter subversivo se mostra na negação do oligopólio da produção, beneficiamento e distribuição dos alimentos pelas corporações multinacionais, amparadas pelos organismos multilaterais, além dos Estados Nacionais. Além disso, os camponeses organizados na Via Campesina negam os argumentos técnicos para a fome no mundo, como tentou fazer crer o discurso ideológico da “Revolução Verde”, se posicionam contra a padronização alimentar e a transformação dos alimentos em meras mercadorias. Esses atores reivindicam que o alimento seja um direito humano, o domínio da sua produção e distribuição envolve a soberania popular e o controle da própria existência pelos diversos povos do mundo.

agrotóxicos, nos fertilizantes químicos, na mecanização, na utilização de sementes transgênicas, em suma, na simplificação dos agroecossistemas. Já a segunda, realizada pelo campesinato, se sustenta em princípios anticapitalistas, e em práticas como a policultura, a diversidade genética, o uso dos adubos orgânicos, entre outras ações agroecológicas, portanto está estruturada na diversidade dos agroecossistemas. A pressão no assentamento também se origina do capital financeiro/imobiliário urbano, com a expansão de condomínios horizontais, o que pode desestabilizar ainda mais as práticas agroecológicas no assentamento. A esse respeito declara o senhor João:

Então..., como é uma área muito perto de Brasília, daqui até no Palácio do Planalto são 42 km, você pega uns oito, dez quilômetros de chão e o restante já é o condomínio. Então a empresa comprô essa área toda, até desde [Cidade] Ocidental até São Sebastião. Essa empresa compraro toda a área rural pra fazer condomínio, e os condomínio já tão aproximano, e já tão pressionano a gente. Nós tamo muito perto da área de Brasília, e dentro do assentamento vai saí cinco represa no [Rio] São Bartolomeu pra fazer contenção d'água pra Brasília. Então a intenção dos condomínio é chegá até no rio, e aí nós já tamo na divisa; até no corginho [Córrego Cunha] já é do Alphaville, aquela fazenda do outro lado já é do Alphaville tamém. Então o cara vende, pode ficá oito ano ainda na área e depois de oito que eles requerem a área, aí já tá no corgo, né. Só tem o nosso, só o assentamento nosso e a pressão é total.

Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), a uma intensa especulação imobiliária no município de Cidade Ocidental, devido à expansão urbana do Distrito Federal e a proposta de emenda constitucional 422/09 que propõe a incorporação de municípios goianos ao Distrito Federal. Esse processo resultou na valorização das propriedades rurais próximas, graças à renda da terra diferencial I. Portanto, à sanha do capital financeiro/imobiliário, tendo em vista a construção de condomínios horizontais de luxo para estratos sociais de classe média alta de Brasília causa a necessidade de expulsão dos indesejáveis do território. A natureza se torna um ativo de mercado, o ar puro, as áreas verdes, a água são recursos apropriados/dominados por aqueles que podem pagar. O poder remunerador do capital atinge o território dos camponeses do Assentamento Cunha. O senhor João complementa: “Eles querem tê acesso à água, e querem todas as parcela pra fazer chácara, chácara pros cara rico de Brasília.” Na figura 4 se percebe a proximidade da sede do condomínio do Assentamento Cunha.

O condomínio Alphaville também tem cooptado líderes no assentamento. Os integrantes da “primeira associação” afirmaram ter parcerias com a Fundação Alphaville. Questionados quanto ao teor dela declararam que consiste na construção de um viveiro de

mudas e um centro de convivência, no modelo biossocial. O presidente não tem restrições quanto à ação do grupo Alphaville no assentamento. Entende como positivo a produção de 6.000 mil mudas por mês, durante 15 anos pelas famílias assentadas. A utilização do assentamento como viveiro de mão-de-obra barata, com a conseqüente desestruturação da agricultura camponesa com princípios agroecológicos e a dependência das famílias assentadas por meio da integração vertical com o condomínio não é fruto de objeções desse representante.

Já os membros da “segunda associação” têm adotado uma postura política diferente, questionam qual o interesse da Fundação no assentamento. Segundo eles, o projeto no valor de R\$ 400.000,00 seduziu inicialmente as famílias, mas atualmente estão desacreditadas, tem dúvidas quanto aos reais beneficiários do projeto. Esses dirigentes declararam que os componentes da primeira associação realizaram um acordo com os representantes da Fundação Alphaville, em que seriam intermediários na venda de mudas para o condomínio.

Figura 4 – Município de Cidade Ocidental - Assentamento Cunha – Proximidade em relação ao condomínio Alphaville e a cidade de Brasília – 2013.



Além disso, afirmaram que mutirões do projeto têm sido realizados na área comunitária do assentamento. Sendo que os participantes nada recebem, pelo contrário devem contribuir com alimentos, esse uso das relações de ajuda mútua as tem enfraquecido no assentamento. Nos relatos obtidos há sinais claros de contraposição à presença da Fundação Alphaville, e do poder de representação dos membros da “primeira associação.” As famílias caminham para a resistência ao projeto, devido à organização política da “segunda associação”, que tem exigido esclarecimentos dos representantes da Fundação mencionada. Além do desnudamento da exploração pelas famílias, subsumida nos mutirões da área comunitária. Há um esvaziamento das ações propostas, pela negação de participação das famílias assentadas.

O fato é que a ação imperialista do capital financeiro/imobiliário, por meio do condomínio Alphaville oferece riscos à produção agroecológica do Assentamento Cunha. Pois, cooptou algumas lideranças, trouxe discursos ideológicos que podem tornar os camponeses proletários indiretos, meros fornecedores de mudas ao condomínio, com a conseqüente canalização da mão-de-obra para os viveiros. Além da possibilidade de apropriação/domínio direto do território camponês, com a compra de parcelas. A ação desse capital, vinculado à força do agronegócio, evidencia o significado territorial do assentamento. Os camponeses produzem cotidianamente um território de resistência. Seguem plantando, colhendo, trocando saberes e práticas agroecológicas, se negam a deixar de ser camponês. Nesse contexto, no próximo capítulo o debate se verterá para o conceito de campesinato e a especificidade camponesa do Assentamento Cunha como possibilidade para a produção agroecológica.

CAPÍTULO 2 – CAMPESINATO E ESPECIFICIDADE CAMPONESA: CAMINHOS PARA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CUNHA

Neste capítulo em um primeiro momento discutir-se-á a renda da terra, com vistas à análise da subordinação da produção camponesa ao capital. No segundo, o debate centra-se no campesinato nos estudos agrários clássicos e contemporâneos. Essa reflexão se justifica pelos posicionamentos antagônicos na discussão dessa categoria. No terceiro, aproximar-nos-emos dos sujeitos da pesquisa, na análise das características do campesinato goiano. No último, traremos à tona os elementos característicos da produção camponesa e discutiremos a materialização deles nas famílias assentadas como possibilidade para o fortalecimento da produção agroecológica no Assentamento Cunha. Nas próximas páginas o debate se verte para a posição subordinada do camponês ao capital com a captura da renda da terra.

2.1. A renda da terra: a subordinação do camponês ao capitalismo

A terra não é capital, porque, como argumenta Martins (1981), ela não é produto do trabalho. Somente o trabalho é capaz de produzir valor e conseqüentemente, capital. O ser humano quando trabalha a terra não produz mais terra, produz alimentos e matérias-primas. Ela é, portanto, um bem natural finito e se transforma em recurso quando apropriada pelos atores sociais.

Mas, essa apropriação é possível apenas com o pagamento da renda da terra, que é o pagamento pelo uso da terra àquele que é seu proprietário. Martins (1981, p. 161) afirma: “A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra.”

Assim, no sistema capitalista, o capitalista precisa imobilizar capital com a compra ou aluguel da terra, mas para se tornar produtiva, é preciso ainda utilizar outros meios de produção e mão-de-obra assalariada. No capitalismo, a terra é uma mercadoria e o sistema capitalista se reproduz ao subordiná-la a seus desígnios, ou seja, ao se apoderar dela e de sua renda. Contudo, permanece a questão: Qual classe paga a renda da terra? Segundo Martins (1981), a renda da terra sai da distribuição da mais-valia. O proletariado, produtor da mais-valia, contudo, não paga a totalidade da renda da terra, porque ele não se apropria da mais-valia. E o seu salário é condição para sua reprodução apenas como trabalhador.

Seria então o capitalista individual a pagar a renda da terra? Não, porque se ele retirar a renda da terra de seu lucro médio não sobreviverá no capitalismo. O capitalista individual não determina a si próprio, é determinado pelo capital. Como afirma Martins (1981, p. 162), “Creio que, com o que foi dito, podemos entender que a renda não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade.” Essa renda, com isso, se constitui em um tributo pago pela sociedade ao proprietário de terra. Todavia, os dividendos saem da mais-valia produzida e não apropriada pelo trabalhador.

Os grandes proprietários da terra capitalistas e os outros capitalistas, ao dividir a mais-valia, estão separados. Porém, podem se fundir em uma única pessoa. Isso aconteceu com os projetos agropecuários na Amazônia. Segundo Oliveira (2007), eles permitiram que grandes capitalistas se tornassem latifundiários e, assim, reproduzissem sua riqueza de duas formas. No Cerrado goiano há as agroindústrias do setor sucroalcooleiro que se tornaram proprietárias de terras.

O capitalista, sendo assim, ao comprar terra, busca mais um meio para a reprodução ampliada do capital. Martins (1981) esclarece que a expansão do capital exige a produção de mais alimentos e matérias-primas, afinal o proletariado precisa repor suas energias vitais para trabalhar para as indústrias. Assim, o proprietário, ao monopolizar a terra, cobra uma renda absoluta. Segundo Kautsky (1998, p.120): “Essa renda fundiária absoluta nasce da propriedade particular da terra. Nasce do conflito que existe entre os interesses do dono da terra e os da população total.” Os proprietários, portanto, destinam a terra à produção somente com a cobrança de um tributo, ele só é extinto com a nacionalização da terra.

Martins (1981) declara que a realização da renda absoluta ocorre também com a fragmentação de grandes fazendas em pequenas propriedades camponesas. Esse processo aconteceu no regime militar, quando empresas de colonização parcelaram grandes áreas na Amazônia, o que permitiu a recriação do campesinato naquele momento, com sua territorialização como pequenos proprietários. Essa forma de realização da renda mostra que a terra pode ser utilizada para se converter em capital e transforma o proprietário de terra em sujeito do capitalismo. Esclarece também que acontece a reprodução do capital com a criação de assentamentos. Os assentados, convertidos em pequenos proprietários, podem participar do mercado de insumos industrializados e assim se dá a continuidade da exploração camponesa pelo capital.

A terra também aumenta o preço com a variação da taxa de juros no mercado. Segundo Kautsky (1998), ela amplia o valor não somente devido à renda fundiária ou devido ao capital investido na propriedade, mas também com a queda ou subida da taxa de juros.

Quando os juros caem, a terra aumenta de preço; ao contrário, o aumento dos juros causa a diminuição do preço da terra. Isso ocorre porque a terra e os juros são formas importantes de reprodução do capital especulativo financeiro.

Mas, e o camponês, pequeno proprietário, pode ser definido também como acumulador de renda? Martins (1981) afirma que a terra do camponês é de trabalho, utilizada para a reprodução simples do grupo familiar. Enquanto a terra do capitalista é de negócio, que nela utiliza mão-de-obra assalariada para se apropriar de mais-valia. Nesse sentido, o camponês é produtor direto dos seus meios de vida. Sua produção é destinada basicamente ao autoconsumo e, mesmo em situações que utiliza mão-de-obra assalariada, há, segundo Santos (1984), uma diminuição de rendimentos monetários na propriedade camponesa.

Sendo assim, a exploração do camponês pelo capital se dá pela apropriação, pelo capital, de renda do camponês. O capitalismo financeiro penetra na propriedade camponesa antes da realização da produção, por meio de empréstimos para compra de meios de produção (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas). Após a atividade produtiva, na comercialização das mercadorias, o camponês se submete ao monopólio dos grandes grupos multinacionais, ou ao capitalista comercial. Como afirma Martins (1981, p. 175): “O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco [...]. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela.” Essa realidade, nos assentamentos de reforma agrária, impulsionou movimentos sociais como o MST, a articular a produção agroecológica, como no Assentamento Cunha, enquanto alternativa à diminuição da exploração camponesa pelo capital.

Essa subordinação possibilita que a renda diferencial I e II, apresentada por Kautsky (1998), como as determinadas pela diferença na qualidade dos solos, pela localização em relação aos mercados e pelos investimentos de capitais, seja intensamente apropriada. Segundo o autor, o desenvolvimento do capitalismo, com o avanço no sistema de transportes, faz com que a renda diferencial referente à localização em relação aos mercados diminua sua importância. Esse processo, no entanto, é desigual, ver-se-á no item 4 que a renda da terra tem forte peso sobre o camponês assentado goiano. Os assentamentos são criados em espaços com menor infraestrutura, mais distantes do mercado e com solos de menor qualidade.

Entretanto, tanto a propriedade camponesa quanto à capitalista têm a renda da terra apropriada. Na tabela 1 observamos essa realidade para Goiás: os gastos com sementes, adubos, agrotóxicos e despesas bancárias chamam a atenção. Além disso, de acordo com o Censo Agropecuário (2006), em 131.833 estabelecimentos em Goiás, os gastos com

arrendamento, insumos, despesas bancárias, transporte, armazenamento, medicamentos veterinários, rações, combustível e aluguel de máquinas perfizeram um total de R\$ 6.595.729,00. O modelo de agricultura territorializado em Goiás implica, portanto, em altos custos para os produtores, resultado da forte dependência do capital financeiro/industrial. Kautsky (1998) declara que esse processo ocasiona a apropriação da renda fundiária pelo credor, o capital financeiro. Esse se torna o verdadeiro proprietário da terra, enquanto o proprietário nominal se torna capitalista.

Tabela 1–Estado de Goiás–Despesas em milhões de reais (R\$) nos estabelecimentos agropecuários com insumos e encargos bancários -2006.

Adubos		Sementes		Corretivos de solo		Agrotóxicos		Despesas bancárias	
Estabel.	Valor	Estabel.	Valor	Estabel.	Valor	Estabel.	Valor	Estabel.	Valor
40.210	938.792	12.554	195.067	17.541	169.602	18.920	733.008	9.641	123.687

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE - 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

No entanto, no modelo preconizado pelo agronegócio, o grande proprietário capitalista, por ter áreas mais bem localizadas, com melhores solos, com disposição de mais capitais para investimento e poder político econômico, com pactos com atores hegemônicos, consegue vencer a concorrência com os camponeses e extrair maior renda. Esse processo deixa ao campesinato a produção de alimentos de consumo interno, menos valorizados no mercado esses reafirmam o lugar desse ator social no sistema capitalista.

No assentamento investigado, a produção das parcelas se destina, além do autoconsumo, ao mercado local. Os camponeses, apesar de realizarem uma produção de base agroecológica, têm acesso insignificante aos nichos de mercado. Apenas duas famílias encontram-se nessa condição: os camponeses, com isso, são submetidos ao capitalismo comercial. Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), as parcelas, em sua maioria, têm latossolos vermelho-amarelo, favoráveis à agricultura. Além disso, o assentamento é bem localizado em relação ao mercado, dista 42 quilômetros do Plano Piloto de Brasília. A discussão sobre os canais de comercialização utilizados no Assentamento Cunha será realizada no capítulo 4.

Por hora, se afirma que há um uso do território do assentamento pelas redes do capital industrial/financeiro e, principalmente, comercial que ocasiona a possibilidade da desterritorialização dos camponeses assentados. Isso demonstra a necessária continuidade da luta após a entrada na terra para efetivar o território camponês. No próximo item se irá

esclarecer que a perspectiva da subordinação camponesa ao capital e a consideração do camponês como sujeito inserido no capitalismo, não significa sua permanência, algumas correntes teóricas defendem sua extinção.

2.2. Os camponeses nos estudos agrários clássicos/contemporâneos

O campesinato tem ocupado o debate acadêmico de forma contínua, com menor ou maior intensidade desde o século XIX. Os embates clássicos têm origem principalmente nas correntes teóricas e metodológicas do anarquismo, do marxismo ortodoxo e do marxismo heterodoxo. Nelas estão as divergências acerca da extinção, ou permanência, desse sujeito social e a sua característica, conservadora ou revolucionária, diante do capitalismo.

Para entender a constituição das correntes marxistas é importante analisar o desenvolvimento do pensamento do próprio Marx (1818-1883). Segundo Fabrini; Marco (2010), Marx, quando jovem, teve posições favoráveis aos camponeses ao vê-los em condições miseráveis. Mas, a possibilidade histórica da revolução socialista em 1848, em que os camponeses franceses se negaram a pegar em armas, o fez rever sua posição; passou, com isso, a tecer fortes críticas a esses atores sociais.

Sua posição sofreria uma nova mudança. Segundo Guzmán; Molina (2005) ocorre uma virada no pensamento de Marx em seus últimos dez anos, quando faz a análise do campesinato russo no processo histórico. Esse aspecto é notório na carta de Marx a Vera Sassulitch, de 1881 (2005), em que aponta para as possibilidades socialistas da comuna rural, inclusive, de regeneração da sociedade russa. Segundo ele, a comuna já tinha a propriedade coletiva da terra, de outros meios de produção, a experiência de formas associativas de trabalho, a crise mundial do sistema capitalista e os avanços produzidos por esse sistema. Isso permitiria a sociedade russa evoluir para formas de produção socialistas, sem passar pelo jugo capitalista. Todavia, adverte que era preciso destruir o germe interno capitalista da comuna, o seu isolamento e criar uma assembleia de camponeses para se levantar contra a exploração do Estado e, do capital usurário e comercial. Nesses termos declara o próprio Marx:

Teoricamente falando, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar seu solo-e desenvolver a sua base, a propriedade comum da terra, e eliminar o princípio da propriedade privada, o que ela também já pressupõe; ela pode tornar-se um ponto de partida imediato do sistema econômico ao qual tende a sociedade moderna; ela pode dar uma roupagem nova, sem ter que cometer suicídio; ela pode se apropriar dos frutos; dos quais a produção capitalista abasteceu fartamente a humanidade, sem ter que passar pelo regime capitalista [...] (CARTA DE MARX A VERA SASSULITCH DE 1881, p. 14, 2005).

As prisões a determinadas concepções de Marx empobrecem sua contribuição teórica, seu pensamento não foi estanque, mas, vinculado às contradições com as quais se defrontou para entender a lógica do capital. Essa prisão se mostra na corrente ortodoxa marxista. Um dos autores mais utilizados por essa corrente é Kautsky (1998), que defende:

Tendo em vista, pois, todas as vantagens de que o grande estabelecimento se beneficia na agricultura, as pequenas perdas sofridas em áreas de cultivo, sua economia em inventário (morto e vivo), sua possibilidade de recorrer à maquinaria, vantagens com as quais o pequeno estabelecimento não conta; considerando, ainda, que no grande estabelecimento de exploração agrícola pode haver uma divisão do trabalho, uma administração cientificamente treinada e uma superioridade comercial característica, vantagens que, mais do que ao pequeno estabelecimento, [...] (KAUTSKY, 1998, p. 151).

Em outro momento defende:

Quanto mais progride o desenvolvimento econômico e político, tanto mais crescem as necessidades pecuniárias do camponês, o Estado e a comunidade também oneram o orçamento da pequena empresa. Ganhar dinheiro se torna cada vez mais importante para o pequeno lavrador, de modo que sua vida secundária passa a crescer enquanto a própria lavoura de sustentação vai para um segundo plano (KAUTSKY, 1998, p. 226).

Kautsky (1998) afirma a superioridade dos grandes estabelecimentos agrícolas frente às propriedades camponesas. Já Chayanov (1974) discorda da tese leninista, que prega a diferenciação camponesa, com a transformação do camponês em proletário ou pequeno burguês. Entende que a propriedade camponesa é estruturada na relação trabalhador/consumidor e na preocupação com a produção de autoconsumo. Utiliza com isso o conceito de diferenciação demográfica para justificar as variações de tamanho das propriedades camponesas.

A posição de Kautsky (1998) foi hegemônica nos partidos socialistas europeus do final do século XIX. Tinha como questão de fundo a ideia de que as condições para o socialismo seriam criadas com o estabelecimento das duas classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Para Guzmán; Molina (2005), consolidou-se na corrente ortodoxa uma visão unilateral da história, um esquecimento do último Marx e a definição do camponês como sujeito fadado ao desaparecimento.

Essa corrente construiu os programas agrários dos partidos socialistas e forneceu elementos para as experiências cooperativistas e de fazendas estatais implantadas na Europa e em Cuba. Mas, Fabrini; Marco (2010) argumentam que essas experiências não resolveram os problemas agrários. Pelo contrário, há uma questão agrária, por exemplo, no campo cubano, que estaria centrada no não controle dos meios de produção pelos camponeses. Altieri (2012)

destaca que o Estado cubano percebeu essa contradição com o fim do auxílio financeiro da União Soviética e, com isso, tem adotado os princípios agroecológicos na agropecuária.

Os autores também mencionam o preconceito alimentado contra o campesinato no interior do próprio marxismo. Os camponeses em muitos casos não foram chamados para o diálogo, apareceram nas políticas socialistas tutelados, conduzidos por uma vanguarda capaz de decidir por todos. A respeito dessa questão, Martins (1981) discute como os camponeses brasileiros apareceram de forma subalterna nos projetos políticos dos outros, dando destaque ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu conflito com as ações políticas das Ligas Camponesas por uma reforma agrária radical. Assim, Fabrini; Marco (2010, p. 144) afirmam:

[...] há algo sendo dito de diferentes formas: não são os camponeses que não se adequam às experiências de cooperação, coletivização, agricultura coletiva-dê-se a elas o nome que se dê-propostas pelos marxistas, são as propostas marxistas que não se adequam aos camponeses, porque não respeitam o seu modo peculiar de ser, viver e conceber a terra, a produção a vida.

A produção do modo de vida camponês, segundo Woortmann (1990), têm três categorias culturais fundamentais, sendo elas: terra, família e trabalho. Dentro dessa tríade, há relações de reciprocidade. Como esclarece o autor: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23). A terra permite a existência da família no espaço-tempo, pelo trabalho nela realizado. Na organização da propriedade camponesa, o mesmo autor declara que a honra e a hierarquia assumem centralidade.

Woortmann (1990), portanto, chama a atenção para a dimensão subjetiva das ações camponesas. No entanto, como declara Bourdieu (1983), a subjetividade não é estática, mas resultado da relação entre a interioridade e a exterioridade. Nesse contexto, como declara Almeida (2006), o conceito de *habitus* consegue expressar melhor a identidade camponesa já que substitui a concepção da tradição estática de Woortmann (1990) pela ideia da tradição dinâmica.

O fato é que a identidade camponesa se assemelha ao conceito de identidade como pensado por Hall (1997), por Castells (1999) e Almeida (2009), ou seja, é dinâmica, fragmentada, contraditória, múltipla e pode se transformar em identidade de resistência frente às contradições produzidas pelo capital, o agronegócio. Portanto, o fato é que o *habitus* de classe do campesinato determina o modo como os camponeses representam a vida e estabelecem relações com outros atores sociais.

Esse *habitus*, cerne da identidade camponesa, também pode se levantar contra os próprios mediadores da luta, se desconsiderado. Querer construir outra realidade sem observar essas questões pode criar resistências, porque negligencia o direito desse ator social ter voz. As questões não se resolvem no plano dos desejos revolucionários, mas, sim, nas possibilidades históricas que se apresentam. Imposições dificultam a construção de qualquer projeto de superação da exploração capitalista, é importante levar em conta essas mediações culturais.

É incoerente negar a (re)criação camponesa, seja pelo *habitus* de classe do campesinato, seja pelo capitalismo, seja pela luta contra esse mesmo sistema, pois o camponês é um ser por inteiro, um ser cultural, político, econômico e natural, concomitantemente. A corrente heterodoxa marxista diverge da posição da escola anterior. Luxemburgo (1985), uma das suas principais representantes, defendia que havia uma lacuna na teoria marxista, ao não considerar que o capitalismo necessitava de formas não capitalistas de produção para se desenvolver. “[...] o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas” (LUXEMBURGO, 1985, p. 250). Além disso, entendia que a (re)criação camponesa atendia aos interesses de reprodução ampliada do capital.

De uma ou de outra forma, enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os seus aspectos, das camadas e sociedades não capitalistas. [...] para o capital o meio social não capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. (LUXEMBURGO, 1985, p. 251).

A autora estabeleceu as bases para a concepção da subordinação camponesa ao capital. Oliveira (2007) defende que o limite da reprodução camponesa é a sobrevivência. Calaça (2010) menciona a subordinação camponesa com a expropriação dos conhecimentos e práticas tradicionais desses sujeitos, pela biotecnologia bioimperialista⁸ no Cerrado. Vergés (2011) declara que o campesinato é produto das necessidades de reprodução do capitalismo, sendo explorado por diversos caminhos, tanto na compra de meios de produção e na dos bens de consumo, quanto na venda de mercadorias ou força de trabalho. Nesse sentido, são coerentes essas considerações. É lícito defender o camponês como parte do capitalismo e não como resíduo histórico. Mas é preciso atentar para o aspecto revolucionário desse sujeito social, levantado por Shanin (2005, p.18):

⁸ No trabalho o termo biotecnologia bioimperialista será entendido como a face política do capital financeiro/industrial, concentrado nas corporações multinacionais de biotecnologia, que tem por objetivo se apropriar/dominar as formas de produção da vida na agropecuária e, por conseguinte, criar a uniformidade genética para atender aos seus desígnios, causando a expropriação camponesa dos meios de produção.

A derrota da intervenção armada dos EUA no Vietnã está ainda viva na memória e é, sem dúvida, um evento social da maior importância política na história contemporânea. É também um tipo de “dado” com relação ao qual tanto a compreensão da realidade quanto a tentativa de moldá-la têm sido e serão tentadas no mundo inteiro. Podemos explicar satisfatoriamente a derrota do maior, mais rico e tecnologicamente mais adiantado complexo militar industrial, sem levar em conta a estrutura social especificamente camponesa de 90% dos vietnamitas? [...] basta comparar o Vietnã com as áreas que tentaram desafiar a potência militar imperialista para admitir a importância analítica crucial de se considerar a especificidade camponesa neste caso.

Shanin (2005) chama a atenção para as explicações cristalizadas quanto aos atores responsáveis por ações revolucionárias. A explicação da Guerra do Vietnã passa pelo campesinato. Nesse sentido, os sujeitos sociais, frente às contradições produzidas pelo capital, se constituem em classe para si. Os adeptos da corrente heterodoxa não estão errados ao afirmar que há (re)criação camponesa pelo capital. Nessa (re)criação, contudo, permanece a exploração pelo modo de produção capitalista. Isso torna o camponês integrante das classes exploradas. Consciente dessa condição, ele pode empreender a luta com outros sujeitos subordinados contra o capitalismo. Como afirma Vergés (2011), o campesinato não é somente produto do capital, mas da luta contra a ação exploratória, expropriadora do capitalismo.

A ação revolucionária do camponês já era defendida pelos anarquistas agrários, como Kropotkin (1842-1921) e Bakunin (1814-1876), e por narodnistas russos (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Para os anarquistas, o potencial revolucionário do camponês estava em seu estado de miséria. Para os intelectuais narodnistas se encontrava também no diálogo que poderia se estabelecer entre intelectuais, técnicos e camponeses, para caminhar em direção ao socialismo sem passar pelo caos do capitalismo. A abordagem da antiga tradição dos estudos agrários nos fornece elementos para compartilhar das concepções da corrente heterodoxa e da característica rebelde do camponês, sem deixar de reconhecer a existência de *habitus* de classe desse sujeito social. Na produção teórica contemporânea, as correntes clássicas têm reverberado nas análises de alguns autores.

Alguns defendem a extinção do camponês e sua conversão em agricultor familiar ou em proletário. Isso pode ser notado na análise de Moreira (1990, p. 78): “Como que se seguindo um plano traçado, nesse processo de capitalização e descamponesação do campo, a história cria o campesinato para o ir extinguindo na medida da sedimentação capitalista, até aboli-lo de vez [...]”. Já outros argumentam que a existência do camponês é garantida na luta pela terra. Podemos mencionar Oliveira (2007, p. 135), que argumenta: “os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e, em outra frente, lutam para permanecerem na terra [...]”. O autor defende a

permanência do campesinato e também acredita no aspecto revolucionário desse sujeito social, fator que o aproxima de Theodor Shanin (2005).

Não há uma visão única na análise do camponês no que tange à sua permanência subordinada ao capital. Autores como Oliveira (2007) e Martins (1981) partem da discussão da renda da terra. Já outros intelectuais centram-se na compreensão orgânica da categoria trabalho, tal como Thomaz Júnior (2008, p.281- 282): “[...] estendemos nossa compreensão do camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora, o que nos mantém envolvidos para participar da construção desse conceito.” Em Goiás, Mendonça (2004) adere à concepção do último autor, defende a construção da unidade da classe trabalhadora, da qual os camponeses são parte, como caminho para superação do capitalismo.

A reafirmação da permanência do camponês explorado pelo capital, por meio da renda da terra é coerente porque a reprodução do capitalismo no Brasil acontece de modo desigual, combinado e contraditório. Além disso, como mostra Oliveira (2007), o capitalismo no Brasil também se reproduz de forma rentista. Isso coloca para o campesinato que a sua entrada e permanência na terra é possível pela luta, instala-se um estado de conflitualidades cotidianas, no sentido dado por Fernandes; Girardi (2009, p. 340):

Compreendemos a conflitualidade como uma relação inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa relação ocorre pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária: o território do campesinato e os territórios do latifúndio e do agronegócio.

Essa conflitualidade permite entender as ações e reações dos diferentes atores no espaço agrário brasileiro. No próximo item, a atenção se voltará para a formação do campesinato goiano. Na análise, se apresentará como esse sujeito social tem como parte de sua especificidade a luta *na* terra e *pela* terra. Essa reflexão é importante para a caracterização dos sujeitos da pesquisa, os camponeses assentados do Assentamento Cunha.

2.3. Camponeses: os sujeitos em luta *na* terra e *pela* terra em Goiás.

Na literatura sobre a formação de Goiás é mencionada a pouca representatividade da agropecuária no período da mineração. Segundo Brandão (1981), praticamente todos os homens aptos ao trabalho eram ocupados na extração do ouro, com ordens expressas do Estado português para esse fim. Havia, próxima aos poucos núcleos urbanos, uma incipiente atividade agropecuária, que assume relevância apenas com a decadência da atividade aurífera.

Segundo Pessoa (1999), por volta de 1780, o ouro entra em decadência e provoca um retorno da população residente ao litoral e o processo de ruralização com a formação de grandes fazendas. Nelas, a pecuária extensiva e a agricultura de autoconsumo eram desenvolvidas pelos agregados e vaqueiros, camponeses brancos, mestiços e escravos libertos que trabalhavam sob a vigilância de jagunços, representantes do poder dos fazendeiros. Os agregados, sujeitos sem terra, significavam para o fazendeiro mão-de-obra fundamental, foram os formadores das fazendas goianas.

Segundo Brandão (1981), as relações de trabalho entre fazendeiros e peões eram regidas pelo “trato.” Esse estabelecia aos peões agregados o direito a áreas de um a cinco alqueires no interior da fazenda, para o plantio de lavoura, que seriam devolvidas formadas com pastagens depois de dois ou três anos. Na fazenda, o agregado podia também construir a casa, formar quintal, criar porcos (*Sus domesticus*), galinhas (*Gallus ssp.*) e uma quantidade de bovinos. Nesse momento do século XIX, o fazendeiro não se apropriava de parte da produção agrícola pela meação. Segundo Brandão (1981) e Ramalho (1986), isso se explica porque o mercado de cereais em Goiás era incipiente. O interesse era na criação de gado, mercadoria importante no Cerrado goiano.

O cuidado do gado era entregue ao vaqueiro, que, em troca recebia o pagamento principalmente através da quarteação. Segundo Brandão (1981) e Ramalho (1986), nessa forma de quitação, o vaqueiro tinha direito a um bovino a cada quatro nascidos. Segundo Pessoa (1999), os conflitos dos camponeses com os fazendeiros eram resolvidos pelos jagunços. O jagunço, segundo Martins (1981), podia ser um agregado de maior confiança do fazendeiro, utilizado para resolver desavenças internas ou externas da fazenda. Em Goiás, nesse período, as relações de dominância/dependência entre fazendeiros e camponeses agregados já ocasionavam conflitos, resolvidos de forma desfavorável aos últimos.

Os fazendeiros não dominavam apenas suas propriedades. O concerto político coronelista articulado no final do século XIX teceu um pacto em nível nacional, com a Política dos Governadores. Como afirma Pessoa (1999), em um momento de tamanha disparidade nas relações de poder, o campesinato goiano buscou estratégias de sobrevivência em códigos culturais, como o compadrio. O agregado, quase sempre entregava seu filho para ser batizado por algum grande proprietário. Segundo Brandão (1981) e Ramalho (1986), nas representações camponesas tais atos se justificavam para preservar o que consideravam como “bom patrão”: aquele que concedia mais terra e maior tempo de permanência na propriedade. Nessa ação estava presente o interesse de conservar o mundo da fartura, reconhecia-se a sociedade de classes, porém, não se chegava a contestar a estrutura fundiária.

Havia camponeses também na condição de posseiros. De acordo Pessoa (1999), as pequenas posses eram utilizadas para produção de gêneros alimentícios de consumo imediato. Mas, a sanha dos latifundiários, ao menor sinal de valorização, se estendia também até elas. Nesse contexto de latifundiarização em Goiás, os grandes proprietários não se davam ao trabalho de cumprir a Lei de Terras de 1850, principalmente para continuar o livre apossamento.

Esse cenário levou à reação coletiva do campesinato goiano. Ocorreu, no início do século XX, o Movimento de Santa Dica. Segundo Pessoa (1999), era um movimento messiânico, seus integrantes buscavam milagres. Por trás disto, contudo, se escondia a contestação à propriedade, com a ideia de que a terra pertencia a Deus. Não era uma luta por área de posse. A terra onde se deu o movimento pertencia à avó de Santa Dica. Mesmo assim, os latifundiários se apressaram em dizimar o grupo, com a ajuda do aparelho repressivo do Estado.

Segundo Mendonça (2004) o movimento de Santa Dica aconteceu em Pirinópolis, na década de 1920, no período de intensificação das transformações capitalistas em Goiás, com a ferrovia Goiás, sendo que logo após se deu a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste. A modernização do território, amplia a sua subordinação ao capitalismo industrial do Sudeste, dentro da divisão nacional do trabalho, e atinge as posses camponesas. Brandão (1981) e Ramalho (1986) declaram que, com a intensa mercantilização dos cereais e da terra, as relações entre fazendeiros e agregados também se modificam. Os primeiros passam a entregar terras apenas sob o regime de meação e arrendo. As dotações de infraestruturas no território valoriza terras antes desvalorizadas. Aumenta a exploração do trabalho camponês e sua dificuldade de recriação, como pequeno proprietário, posseiro, agregado, arrendatário ou meeiro.

Brandão (1981) relata que o camponês vê diminuir sua “fatura”, com as exigências do regime de meação, além da elevação contínua do valor do arrendo. A ação do Estado, com a criação do camponês produtor de mercadorias, por meio da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), se torna inexpressiva, dado o número de camponeses sem terra. As contradições se acirram com a edificação de Brasília e o eixo rodoviário articulado por ela. A ameaça da desterritorialização leva à luta pela terra, que se articula em Goiás na primeira metade do século XX, pelo protagonismo dos próprios camponeses e também pela mediação do Partido Comunista (PC). Seus integrantes organizam a formação das Ligas Camponesas no Sudeste Goiano, local de entrada da ferrovia.

A luta dos camponeses era pela diminuição do valor do arrendo. Mendonça (2004) e Pessoa (1999), contudo, destacam que, na microrregião do Sudeste Goiano, o avanço do capital mercantil, convertido em capital industrial/bancário, faz o conflito assumir também a forma de ocupação de terras. Em Pires do Rio e em Orizona um grupo de camponeses organizados pelo Comitê Central Local do PC ocupam uma área e são reprimidos pelo Estado e pelos fazendeiros locais. A ação militar revela a convergência de interesses entre Estado e latifundiários, tal como no Movimento de Santa Dica. Mas, os camponeses conseguiram baixar as taxas abusivas do arrendo no estado de Goiás.

Outra ação camponesa aliada ao PC ocorreu no Vale do São Patrício, espaço em que foi instalada a CANG. Segundo Pessoa (1999) lá o PC desenvolveu a formação de lideranças. Com a ilegalidade, adotou os termos “irmandades” e “associações camponesas”, sendo que várias delas se formaram em Goiás. Duas de maior destaque: a Associação Rural de Itauçu, que lutava contra a expulsão dos arrendatários, e a Associação de Lavradores e Trabalhadores Rurais de Trombas e Formoso.

Segundo Pessoa (1999), a luta dos posseiros de Trombas e Formoso foi relevante pela negação da terra mercadoria, pelas formas organizativas desenvolvidas, com experiências de autogestão, autofinanciamento e defesa da região ocupada. Não obstante, essa revolta foi iniciada antes da chegada de militantes do PC. Segundo Martins (1981), a proposta do PC, de frente única, e a consequente destruição das experiências democrático-libertárias locais provocaram o rompimento de José Porfírio, um dos principais líderes do Movimento de Trombas e Formoso, com o partido.

A Igreja também atuou nesse processo nas décadas de 1940, 1950 e 1960, período em que houve o acirramento das contradições no espaço agrário de Goiás. Sua ação era contrária àquela do PC, longe do projeto de unidade operária-camponesa para superar o capitalismo, sua intenção era frear o avanço comunista no campo. Para isso, criou a Frente Agrária Goiana (FAGO) e instituiu a experiência de assentamento na fazenda Conceição, em Corumbá, com cinquenta e seis famílias. A tentativa, contudo, não obteve êxito, devido ao tutelamento excessivo da instituição. Quanto ao estado de Goiás, também realizou ações de recriação camponesa no governo Mauro Borges. Ele instituiu os combinados agrourbanos, como o de Arraias, e os núcleos de colonização, em Tocantinópolis e Araguacema.

Com a intensa valorização da terra, o campesinato também foi recriado com o fracionamento de grandes propriedades. Segundo Brandão (1986), famílias eram atraídas pelo valor das terras goianas, além da propaganda da Marcha para o Oeste. Levas delas vinham de estados como Minas Gerais para regiões como o Mato Grosso Goiano. Os chegantes, além de

instituir segundo Ramalho (1986), a frente pioneira, construíam a lógica de ocupação das fazendas segundo o regime de meação. A fazenda era fracionada e cada fração ficava sob o cuidado de irmãos, filhos, primos ou outros agregados sem laços consanguíneos com o proprietário.

Segundo Brandão (1986), a meação não se estendia a todos os ocupantes da propriedade. Os filhos e o pai do dono não tinham obrigação de pagá-la, tinham acesso a terras melhores. Já os irmãos e não parentes deveriam entregar parte da produção, sendo que os primeiros tinham acesso a áreas mais férteis. Todos tinham alguns direitos com o detentor da fazenda e também deveres a serem cumpridos com ele. As relações se estruturavam a partir de direitos-obrigações. Esse mundo da fazenda, com hierarquia de poder e divisão desigual do resultado do trabalho, amplia seu esfacelamento com o avanço do capitalismo industrial, com consequente ampliação da valorização da terra.

Brandão (1986) mostra que os irmãos e não parentes são expulsos pela morte do proprietário da fazenda. Migram para áreas do Norte Goiano, ainda passíveis de apossamento e com terras mais baratas. Muitos deles se direcionam também aos núcleos urbanos. Os filhos do proprietário herdaram suas partes de direito, tornam-se camponeses proprietários. A fazenda extensa se extingue. Muitos filhos do antigo proprietário também deixam a terra com a venda de sua porção herdada. Há uma tendência ao processo de minifundiarização em Goiás, com o fracionamento consecutivo das grandes fazendas.

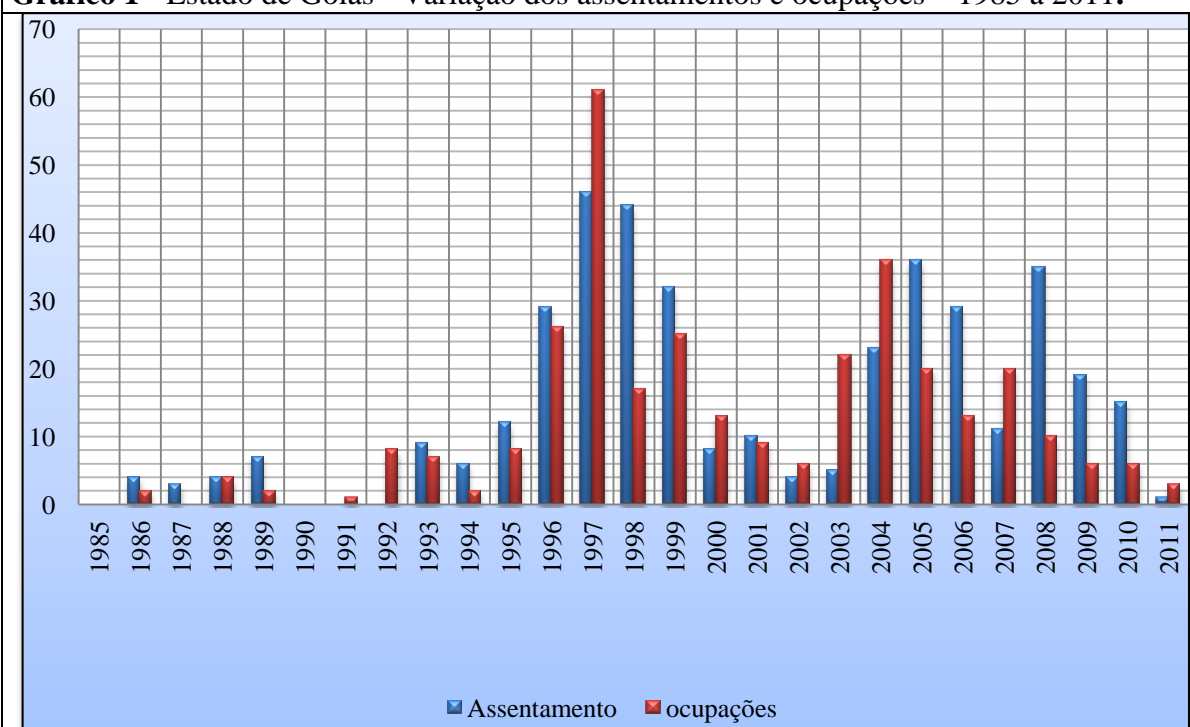
Esse processo ainda acontece em Goiás, mas com menor intensidade. O que se acentou na década de 1970 são as contradições provocadas pela modernização da agricultura. Segundo Ramalho (1986), a chegada do trator, da colheitadeira e de outros insumos, garantidos por financiamentos governamentais, ou por programas de fornecimento de máquinas, prioritariamente aos grandes proprietários, como o Goiás Rural, modificam as relações de trabalho nas fazendas goianas. Os agregados, os meeiros e os arrendatários são desterritorializados, se tornam diaristas e assalariados em fazendas ou veem as exigências se ampliarem no trabalho nas terras dos fazendeiros. Segundo Pessoa (1999), a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 também corroborou para o processo de expulsão do campesinato goiano.

De acordo com Brandão (1981), a fome entra nas preocupações camponesas cotidianas; plantar e colher, para comer, fica mais difícil. Segundo Ramalho (1986), o sem terra percebe dia a dia que a riqueza do fazendeiro sai do seu suor. O camponês proprietário, explorado pelo mercado, também vê ampliar as possibilidades de perda da terra. Pessoa

(1999) acrescenta que as representações camponesas em relação às entidades mediadoras também se modificam.

A intenção de revolução democrático-burguesa do PC causa descontentamento nos camponeses. Ações nas décadas de 1960 e 1970, como: o foco de guerrilha na região de Diáнопolis e Natividade, a criação da Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo, a tentativa de ocupação da Fazenda Salobinha no município de Jussara e a defesa de ocupação de terras públicas e improdutivas no III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais são fatos que mostrariam o descompasso entre os camponeses e a CONTAG.

Gráfico 1 - Estado de Goiás - Variação dos assentamentos e ocupações – 1985 a 2011.



Fonte: INCRA/CPT – 2013. Org. SILVA, Edson B. da.

O enfrentamento pelo direito à terra se consolida em 1980. De acordo com Pessoa (1999), os camponeses articulam a revanche camponesa contra o latifúndio em Goiás. As ações de ocupações de terras se iniciam na Fazenda Estiva, no município de Goiás, e não na Fazenda Mosquito, como defende a literatura. A primazia a ocupação da Fazenda Mosquito, para Pessoa (1999), ocorre pelo interesse em dar legitimidade aos movimentos sociais e não diretamente aos camponeses. O fato é que a luta pelo direito à terra ocasiona a ampliação da política de distribuição de assentamentos em Goiás (Gráfico 1).

Os dados reafirmam que a luta camponesa tem sido fundamental para a conquista da terra. Eles, entretanto, levam-nos também a questionar o baixo índice de ocupações e assentamentos entre 1985 e 1995. As hipóteses, para 1980, seriam a formação recente dos movimentos sociais em Goiás e o fato de sindicatos controlados por trabalhadores rurais também ser recente. Segundo Pessoa (1999), durante 1970/1980, eles estavam tutelados pelo Estado ou pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), por meio da CONTAG. Suas ações eram de pouco envolvimento com a luta pela terra; somente com o apoio da Igreja Católica, em 1980, passam a ser disputados e ocupados pelos trabalhadores. Atrelado a isso, Duarte (1999) e Pessoa (1999) defendem que 1980 representa a resistência coletiva ou individual do posseiro em todo o estado de Goiás, principalmente no norte, na região do Bico do Papagaio.

Já para o início de 1990, Pessoa (1999) afirma que o MST adota uma postura isolacionista em relação às outras entidades mediadoras de defesa do campesinato. Além disso, os sindicatos em Goiás, por meio de sua entidade representativa, a FETAEG, assumem a política de resultados, enquanto a CPT perde força dentro da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a eleição de um representante da direita episcopal.

Quanto aos anos posteriores a 1995 e ao início da década de 2000, os elementos apontados para entender os dados são: a decisão dos movimentos sociais em confrontar o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, para isso, o principal dos movimentos, o MST, se reaproxima da CPT em Goiás.

Segundo Oliveira (2007), como resposta inicial, FHC militariza a luta pela terra, com violência policial e criminalização das lideranças. Logo após, lança a segunda estratégia, principalmente com a judicialização da luta pela terra. Nesse momento se destacaram como medidas a securitização da dívida dos ruralistas, a criação do Imposto Territorial Rural Progressivo, os projetos Cédula da Terra e Banco da Terra e a inscrição de interessados para reforma agrária realizada via Correios.

Além disso, foi criada a medida anti-invasão, que proibia o direito à terra por dois anos a quem tivesse ocupado áreas, e impedia que a própria área ocupada passasse por vistoria por igual período. Assim como estimula a criação de novos movimentos sociais, criminaliza o MST por meio de campanhas midiáticas e cria uma frente intelectual contra o campesinato. Já Correia (2007) destaca que FHC aplica um conjunto de diretrizes para o espaço agrário, sendo elas: descentralização operacional da reforma agrária para estados e municípios, aceleração da titulação com cobrança do valor da terra para as famílias assentadas, criação pontual de assentamentos, suspensão de qualquer repasse de verbas a

entidades relacionadas com o MST. Esse conjunto de ações vinculadas às políticas neoliberais trouxeram consequências à luta pela terra em Goiás.

Quanto à última década, a oscilação destas variáveis estaria relacionada, segundo Oliveira (2007), à decisão dos movimentos sociais em disputar o governo Lula, as ações do Estado na regularização, reordenamento e reassentamento de áreas já ocupadas e não em trabalhar na política de desapropriação. Além disso, ocorreu descenso da luta realizada pelos movimentos sociais.

Para Oliveira (2007), os movimentos fingem que acreditam na reforma agrária e o governo finge que a faz. Martins (2012), contudo, declara que o ciclo de crescimento urbano-industrial nos governos petistas, devido à presença do Estado na economia, com programas de infraestrutura, recuperação do salário mínimo e consequente diminuição do desemprego, tem dificultado a massificação da luta pela terra. O fato é que não está ocorrendo uma reforma agrária no campo brasileiro. Há muito mais uma política de criação de assentamentos, surgidos da luta dos camponeses, tal como mencionado acerca da história de formação do Assentamento Cunha.

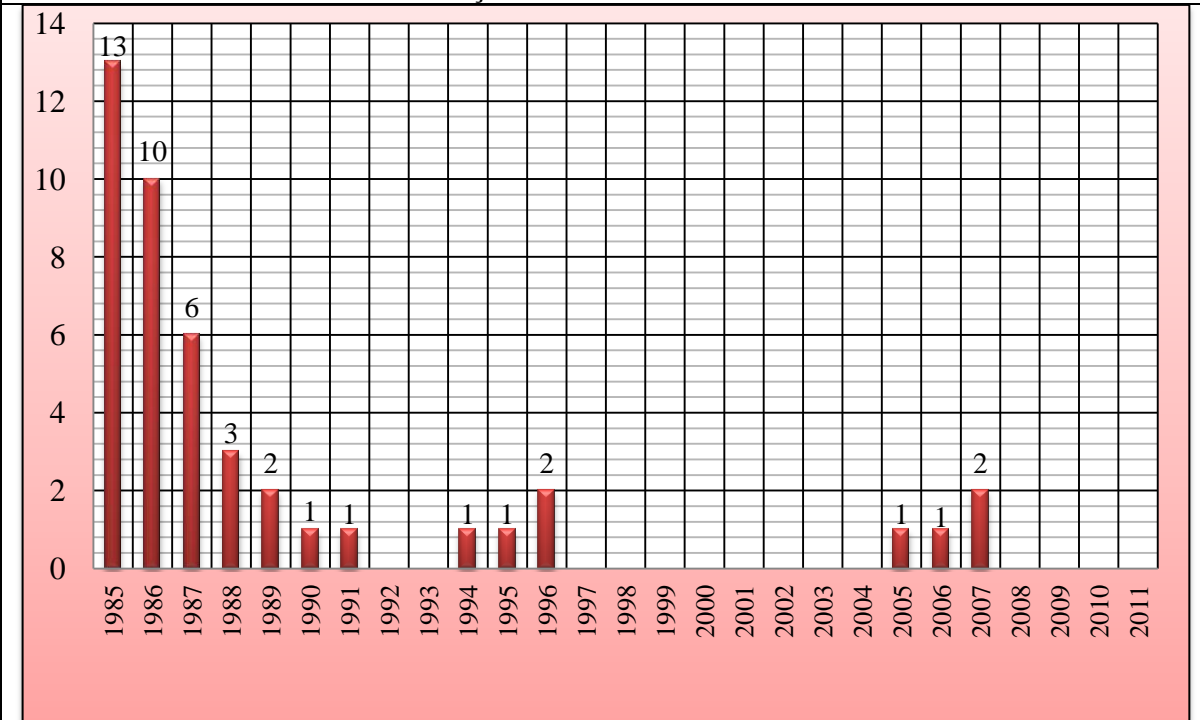
As lutas camponesas pela terra como demonstra o gráfico 2, resultaram em 44 assassinatos em Goiás, entre 1985 e 2011. A ocorrência maior está no período de 1985 a 1991, com 36 assassinatos, os 8 demais acontecem em dois momentos, entre 1994 e 1996 e de 2005 a 2007. De acordo com os dados da CPT (2013), parte significativa daqueles ocorridos na década de 1980 foram de posseiros. A execução quase sempre foi realizada por pistoleiros sob a ordem de fazendeiros. As áreas de ocorrência se concentram no Norte de Goiás, especificamente no Bico do Papagaio, que viria a constituir parte do Tocantins.

Duarte (1999) explica que essa área teve incentivos fiscais para implantação de projetos agropecuários, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Moreira (1986) relata que o Estado tratou a questão da posse da terra na área de forma militar, criando o Grupo Executivo de Terras do Tocantins (GETAT). Isso produziu o assassinato de posseiros e viabilizou a implantação dos projetos agropecuários.

Mas, na década de 1980, também aparecem entre as vítimas agentes de pastorais da igreja católica e presidentes de Sindicato de Trabalhadores Rurais. Segundo Duarte (1999), a explicação é o apoio institucional da Igreja na caminhada pela terra e na organização de sindicatos autênticos. Quanto à diminuição dos assassinatos em Goiás após 1988, pode-se atribuí-la à criação do estado do Tocantins. Nos momentos de elevação das ocupações, entretanto, as ameaças se concretizam com assassinatos, como mostra os períodos de 1994 a 1996, e de 2005 a 2007. A CPT (2013) registrou ameaças de morte para todo o período

analisado. Os dados, com isso, atestam o conflito mais intenso entre a frente de expansão e a frente pioneira em 1980, com ação incisiva da Igreja em apoio aos camponeses. Já os movimentos sociais assumem mais força na década de 1990.

Gráfico 2 - Estado de Goiás - Variação de assassinatos – 1985 a 2011.

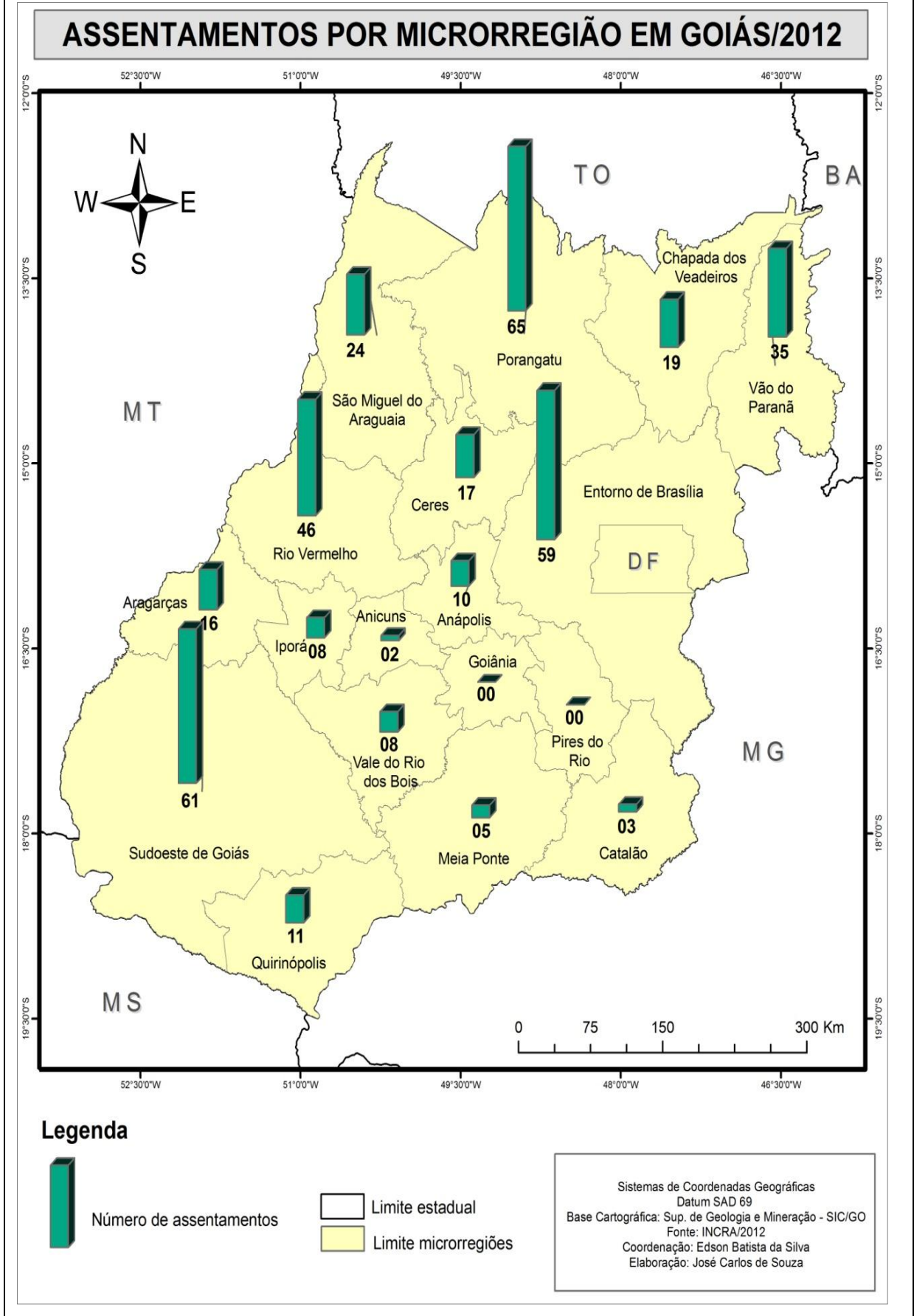


Fonte: CPT – 2.013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

No início lutava-se para permanecer na terra. Posteriormente, para entrar nela. E assim, as ocupações se disseminam pelo território goiano. A reação por parte dos latifundiários, por meio da União Democrática Ruralista (UDR), foram os assassinatos. No campo de forças, os assentamentos criados em Goiás de certa forma levaram em consideração a renda da terra, porque o Estado auxiliou o latifundiário especulativo a reproduzir seu capital, comprando suas terras, muitas situadas em solos de baixa qualidade e distantes dos principais centros consumidores de Goiás.

Como mostra a Figura 5, o capitalismo monopolista financeiro e os grandes proprietários têm conhecimento estratégico do espaço goiano. Mas há também contradições. Como explicar que a Microrregião de Ceres, caracterizada por Teixeira Neto (2011) como sendo formada por pequenas propriedades e solos de boa qualidade, tenha maior número de assentamentos que as Microrregiões de Quirinópolis e Aragarças? De acordo com Mendonça (2004), a resposta está na revisão da postura da Igreja em 1970/1980 frente à questão agrária.

Figura 5 - Estado de Goiás – Assentamentos por Microrregião – 2012.



A diocese da cidade de Goiás, da qual Ceres é integrante, foi um centro difusor dessa nova Igreja progressista, via CPT. Além disso, os movimentos sociais e, também os Sindicatos de Trabalhadores Rurais autênticos, institucionalizados e controlados pelo campesinato, permitiu o número alto de assentamentos nas Microrregiões do Noroeste e do Norte goiano. Quanto ao Centro-Sul Goiano, a explicação para o avanço lento na criação de assentamentos está no controle das terras pelo capital agrário exportador. Segundo Mendonça (2004), aqueles criados podem ser entendidos pela política de enfrentamento dos movimentos sociais a esse mesmo capital.

Na discussão da formação e o aspecto rebelde do camponês goiano, é importante chamar a atenção para a capacidade dele em desvelar as contradições produzidas pelo capitalismo, com a conseqüente luta pela terra. Nesse sentido após peregrinar de fazenda em fazenda e ir para as cidades e não encontrar emprego esgotaram-se as possibilidades de sobrevivência do campesinato goiano, a disputa pela terra surge como alternativa. Martins (1986, p.11) mostra como o capitalismo constrói com suas contradições um novo começo e não o fim para o camponês:

A cerca só num sentido cerca a terra do índio e do pobre. Cerca, também, os direitos do proprietário, do fazendeiro, do capitalista. Cerca-os todos. Define o do pobre e o do rico. Mas, se o do pobre está dentro do que cercou o rico, então, ao fechar, a cerca abre. Pois, a cerca fala, também, sobre os direitos daquele que foi cercado, os direitos do índio, do posseiro, do pequeno agricultor. Se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito. É nesse sentido que a cerca não fecha, abre: abre a consciência para o direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça. [...] A foice que roça, que limpa, que faz juquira, também tem aberto a cerca. A cerca cria o sentido do corte do arame farpado e do direito implícito que ela carrega.

O cativo da terra, a terra mercadoria, constrói sua empiria reveladora, a cerca. Ela é mais do que postes e arame que fecham áreas, é também um texto a ser lido por aqueles que estão de fora do espaço cercado. A releitura permite a ação para a conquista da terra. Os sujeitos se rebelam pela perda gradativa do direito à vida. Aqueles que sempre utilizaram seus instrumentos de trabalho para fins específicos descobrem neles novos usos para mostrar sua “subversão” à ordem imposta. São sujeitos que já se cansaram das promessas políticas, das conciliações, resolveram tomar suas histórias nas mãos.

Os camponeses do Assentamento Cunha são esses atores “subversivos.” Dentro da diversidade de sujeitos que compõem o campesinato, eles são os sem-terras. Aqueles que cortam a cerca, ocupam, acampam, marcham e gritam pelo direito à recampanização. Assim declara o senhor Joaquim: “*A gente ia atrás da cesta básica no INCRA, e, se fosse preciso, a*

gente quebrava tudo mesmo, porque era questão de comida, de fome.” O Assentamento Cunha, portanto, nasceu da luta camponesa pelo direito a terra, e, não, da benevolência do Estado, representante dos interesses da burguesia agrária.

Como afirma o senhor Joaquim: *“nóis ocupamo e acampamo na área porque no Brasil não se vota uma lei de reforma agrária. Isso num acontece porque a maioria dos deputado do parlamento brasileiro é latifundiário.”* Os camponeses, reteritorializados continuam em luta, agora pela permanência na terra, inclusive contra o preconceito de ter sido “sem terra” e ser “assentado” conforme constata-se na fala do senhor João que, ao ser indagado acerca desse aspecto, disse:

Olha se eu ir com o boné do movimento na cidade é capaz d’eu ser preso. Se você entrá numa loja e dizê que é assentado, não tem mais crédito. Por esses dias, tava num estabelecimento comercial em Luziânia e um antigo conhecido, fazendero, me perguntô se eu ainda tava mandano invadi terra dos oto. É brincadeira!!!

O camponês do Assentamento Cunha reagiu às injustiças do capitalismo. Ele tem a rebeldia como um dos elementos que o caracteriza. Essa foi tecida ao longo dos séculos, no Brasil e em Goiás, devido à negação histórica do direito à terra de trabalho. Na década de 1980, o acirramento desse processo e o acúmulo de lutas anteriores provocaram uma ruptura definitiva, com ocupações e criação de assentamentos. No próximo item, voltaremos nossa atenção aos aspectos intrínsecos ao campesinato, ou seja, aos elementos da produção camponesa. Para isso, serão importantes as contribuições de Chayanov (1974) e Santos (1984), além de informações e dados coletados na pesquisa de campo no Assentamento Cunha.

2.4. A especificidade camponesa como possibilidade para o fortalecimento da produção agroecológica no Assentamento Cunha

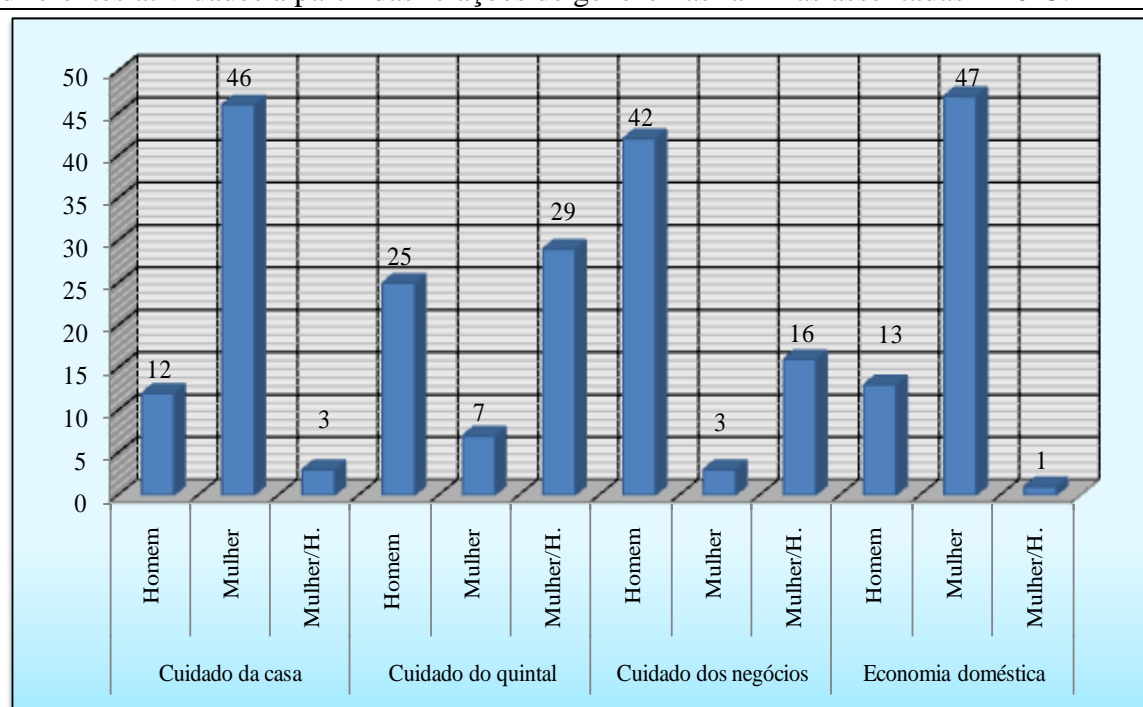
Santos (1984) identifica os seguintes elementos específicos da unidade de produção camponesa: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório, a mão-de-obra assalariada, a socialização camponesa, a propriedade da terra e dos meios de produção, a concepção de autonomia do trabalho e a reprodução simples.

Esse autor sustenta sua definição na concepção de Chayanov (1974), que analisa a economia camponesa e, nela, o balanço trabalhador/consumidor, que o leva a apresentar o conceito de diferenciação demográfica. Segundo Chayanov (1974), a presença da força de

trabalho familiar é central na produção camponesa. A composição e o tamanho da família são variáveis importantes na realização do trabalho na propriedade. No mesmo sentido, Santos (1984) defende que a família camponesa constitui um “trabalhador coletivo.” Brandão (1986) destaca que ela é uma “unidade corporada” de produção. Segundo os autores, os membros da família são contados pelo seu valor de uso. Cada componente exerce atividades de acordo com suas capacidades e com as necessidades de reprodução do grupo.

Mas, além do valor de uso, na unidade camponesa a atribuição das atividades é mediada pelo gênero. No Assentamento Cunha essa questão pode ser observada no gráfico 3. Nele se nota que cabem, majoritariamente, aos homens as decisões referentes aos negócios; às mulheres, o cuidado da casa e o controle da economia doméstica. O quintal é o espaço de transição, nele o poder de decisão da mulher perde força, enquanto o do homem se amplia. Não obstante, como declara Santos (1984), na falta de braços masculinos, as mulheres se dedicam ao cuidado da lavoura e das criações de animais. No Assentamento Cunha se percebe essa realidade em quatro parcelas. Nelas, as mulheres e os filhos são os responsáveis pelas atividades de trabalho.

Gráfico 3 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Realização de diferentes atividades a partir das relações de gênero nas famílias assentadas – 2013.



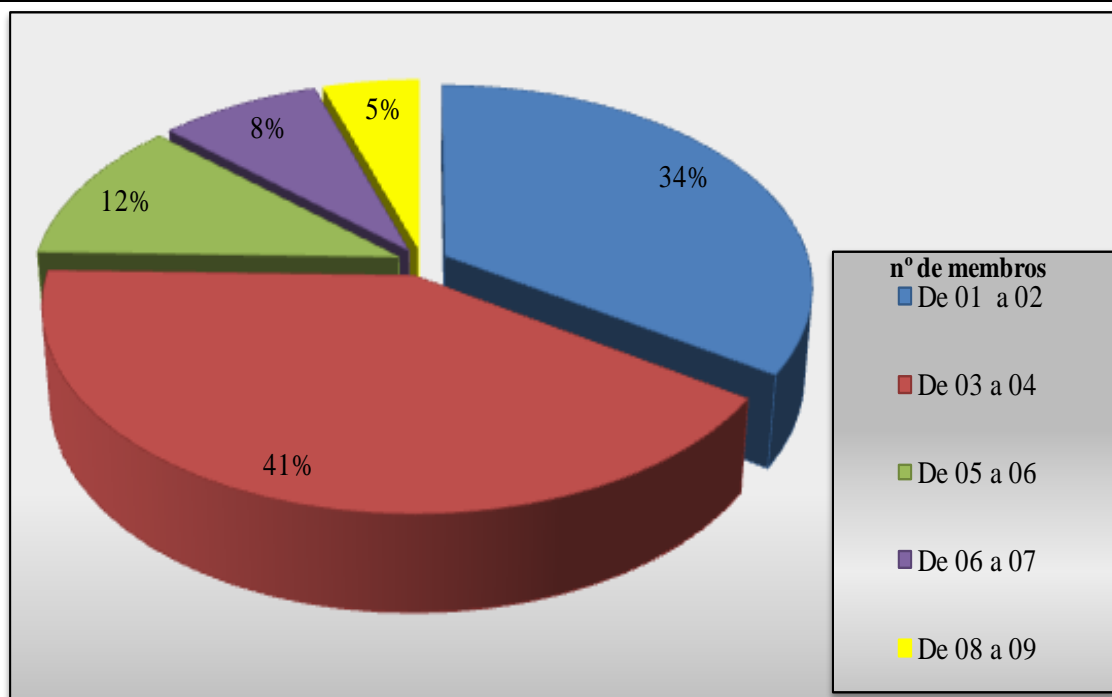
Fonte: Pesquisa de campo – 2013 **Organização:** SILVA, Edson B. da.

No assentamento, apesar da característica patriarcal das famílias, há sinais de mudanças em curso, por exemplo, dezesseis núcleos familiares discutem e tomam decisões

coletivas. Além disso, as mulheres têm participação ativa nas organizações políticas internas. Na “primeira associação” a presidência passou recentemente a ser ocupada por uma assentada, enquanto na “segunda associação” três mulheres têm contribuído sistematicamente com os debates. Nesse sentido, na agroecologia uma das questões centrais é a ampliação do protagonismo feminino. No Assentamento Cunha o que se observa é que existem processos de mudança no *habitus* de classe do campesinato, embora ainda permaneçam características típicas da sociedade patriarcal.

Quanto ao tamanho da família no Assentamento Cunha, se nota no gráfico 4, que predominam famílias que têm de um a quatro integrantes. Mas, como para o campesinato a ideia de família está para além dos residentes na casa, a família residente no assentamento nem sempre corresponde à sua dimensão real. Alguns membros permaneceram nos centros urbanos, quando aconteceu a formação do assentamento, principalmente os filhos e, em menor número, as mulheres. Todavia, a família considerada na análise foi a formada pelos membros residentes no assentamento. São eles que compõem a força de trabalho familiar nas parcelas.

Gráfico 4 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – percentual de famílias assentadas quanto ao número de membros residentes no assentamento – 2013.

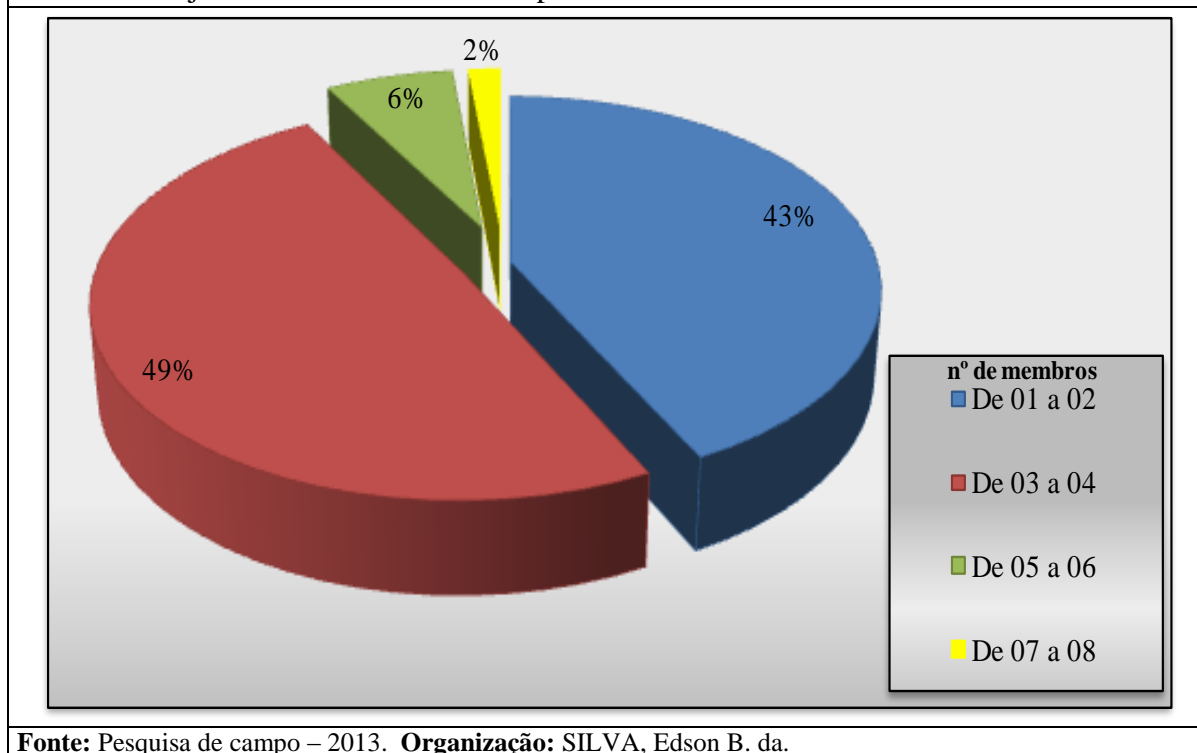


Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Não obstante, a comparação dos dados do gráfico 4 com os do gráfico 5 destaca que há migração de mão-de-obra nas próprias famílias residentes no assentamento, principalmente

a migração do tipo pendular. Esse processo é mais comum nas famílias de maior dimensão. Por exemplo, nenhuma família com nove integrantes consegue ocupar todos os seus membros na parcela e também com aquelas que têm de cinco até oito componentes a mesma realidade acontece, mesmo que com menor intensidade. Isso ocasiona a elevação da porcentagem de famílias que contam com entre um e quatro integrantes que trabalham diretamente no assentamento. O tamanho da família do Assentamento Cunha, portanto, difere quando é analisado o seu tamanho real, com o número de sujeitos que residem no assentamento, e também quando se compara o número de membros ocupados com o trabalho na parcela com o número total de componentes da família que mora no assentamento.

Gráfico 5 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - percentual de famílias assentadas cujos membros trabalham na parcela da família – 2013.

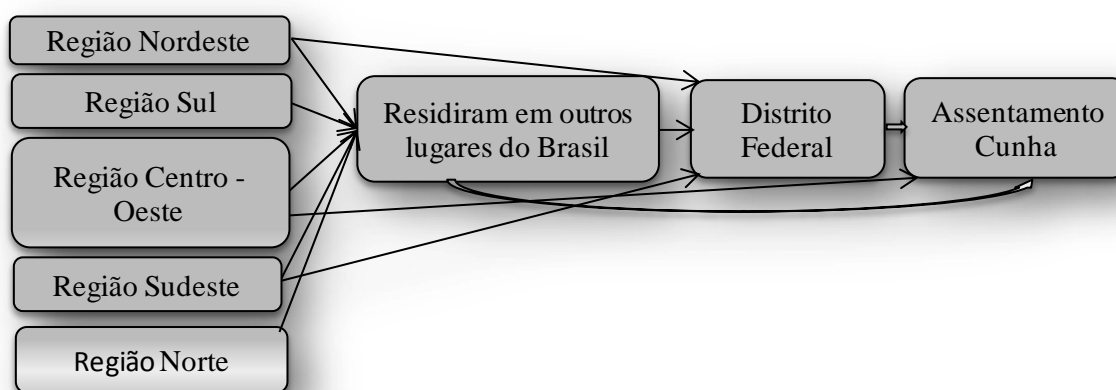


A territorialização das famílias, já dilaceradas, é constatada na análise da trajetória espacial dos assentados entrevistados. Se observa no fluxograma 1 a presença no assentamento de pessoas de todas as regiões brasileiras. Nesse sentido, vinte e cinco entrevistados afirmaram que nasceram no Nordeste, vinte e três disseram ser naturais da Região Sudeste, enquanto três são do Sul, nove do Centro-Oeste e um entrevistado é da Região Norte. Os estados nordestinos que mais se destacam são: Paraíba, Bahia e Ceará. Quanto ao Sudeste, todos os assentados são do estado de Minas Gerais, principalmente de municípios do norte desse estado. Já na Região Sul predomina o Rio Grande do Sul, enquanto

no Centro-Oeste, Goiás e Distrito Federal são os únicos mencionados. Na Região Norte aparece apenas o estado do Amazonas.

Cinquenta e sete assentados afirmam que viveram a infância e a juventude no campo e, quando questionados acerca das atividades desenvolvidas pelos pais e avós cinquenta e sete deles afirmaram que os pais eram agricultores, enquanto para as atividades de pescador, professora, funcionário do Ministério dos Transportes e pedreiro aparece uma resposta para cada variável respectivamente. Já quando questionados acerca da atividade desenvolvida pelos avôs, todos afirmaram que eles eram agricultores.

Fluxograma 1 - Trajetória espacial das famílias do Assentamento Cunha.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

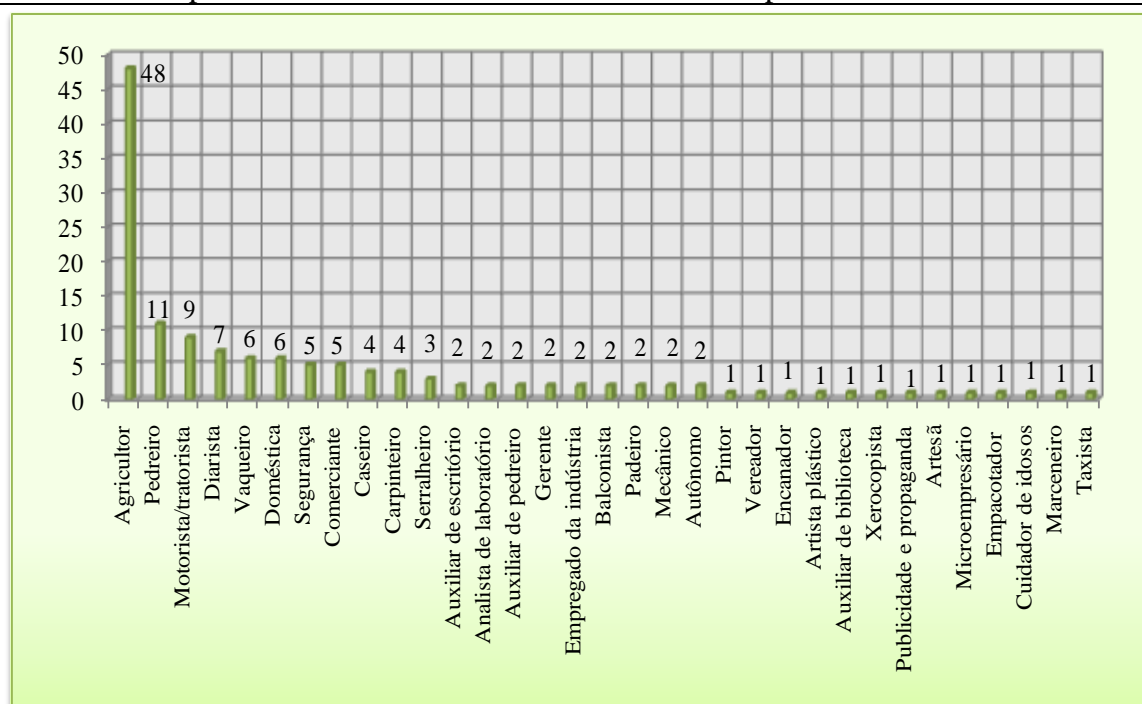
Nesse contexto, diferentemente de Machado; Machado *et al.* (2011), não se considera que os camponeses do Assentamento Cunha sejam integrantes de um “êxodo urbano”, como se realizassem uma ida ao campo. A análise da trajetória espacial dos entrevistados permite afirmar que se trata de um retorno ao campo de camponeses desterrados, devido, a permanência de um *habitus* de classe camponesa embora ele agregue elementos do modo de vida urbano. Como declara Vergés (2011), ao migrar os camponeses levam a identidade na “capanga” e, na essência, permanecem camponeses, por uma questão de vida. Portanto, a identidade dos grupos sociais não é como ícones de computadores que se apagam e criam-se outros totalmente novos.

As razões da expropriação do campo e da migração em direção a outras regiões do país se deram com a ampliação das relações salariais no campo, com a consequente eliminação da meação, do arrendo e da agregação, além das dificuldades de reprodução do camponês pequeno proprietário, devido à exploração camponesa pelo capital e falta de

políticas públicas historicamente direcionadas à agricultura camponesa. Um outro fator do deslocamento é a seca no Nordeste, utilizada pelos coronéis regionais para a perpetuação no poder político-econômico, vinculada à atração representada pela construção de Brasília.

A estrada foi a alternativa para garantir a sobrevivência das famílias. Como declara o senhor Petrônio: “*era preciso ganhá a vida.*” No fluxograma anterior se percebe que a maior parte dos nordestinos e mineiros foi para Brasília residir nas cidades-satélites do Distrito Federal ou nas do Entorno de Brasília. Além de outros que foram para fazendas, trabalhar como vaqueiros ou caseiros. Outras famílias assentadas residiram em outros espaços do Brasil antes de chegar ao Distrito Federal, ou ao Assentamento Cunha. Apenas parte representativa dos goianos migrou de municípios do estado de Goiás diretamente para o Assentamento Cunha. Os camponeses que migraram para as cidades ou outros espaços do campo exerceram as atividades apresentadas no gráfico 6.

Gráfico 6 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Atividades desenvolvidas pelos assentados entrevistados antes de irem para o assentamento – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Percebe-se no gráfico 6 que todos os entrevistados desenvolveram mais de uma atividade antes de residir no assentamento, ou seja, aprenderam mais de uma habilidade para garantir a sobrevivência. Todavia, são representativas aquelas vinculadas ao campo, como: agricultor, caseiro, vaqueiro e tratorista. Na cidade, algumas delas tinham relação com atividades desenvolvidas no campo, tais como: carpinteiro e diarista. Mas, o fato é que se

exerciam trabalhos de baixa remuneração, isso quando os encontrava, além disso, não tinham direito à cidade. Esse aspecto, vinculado à identidade camponesa, os impulsiona a querer voltar para a terra. Nesse sentido, ao serem questionados a respeito das razões para o retorno à terra, trinta e oito entrevistados apontaram como fator fundamental a identidade camponesa, dezoito a violência urbana, o desemprego e a moradia, dois o trabalho de base do MST, enquanto a saúde e as relações de exploração fazendeiro/empregado aparecem nas respostas de dois entrevistados.

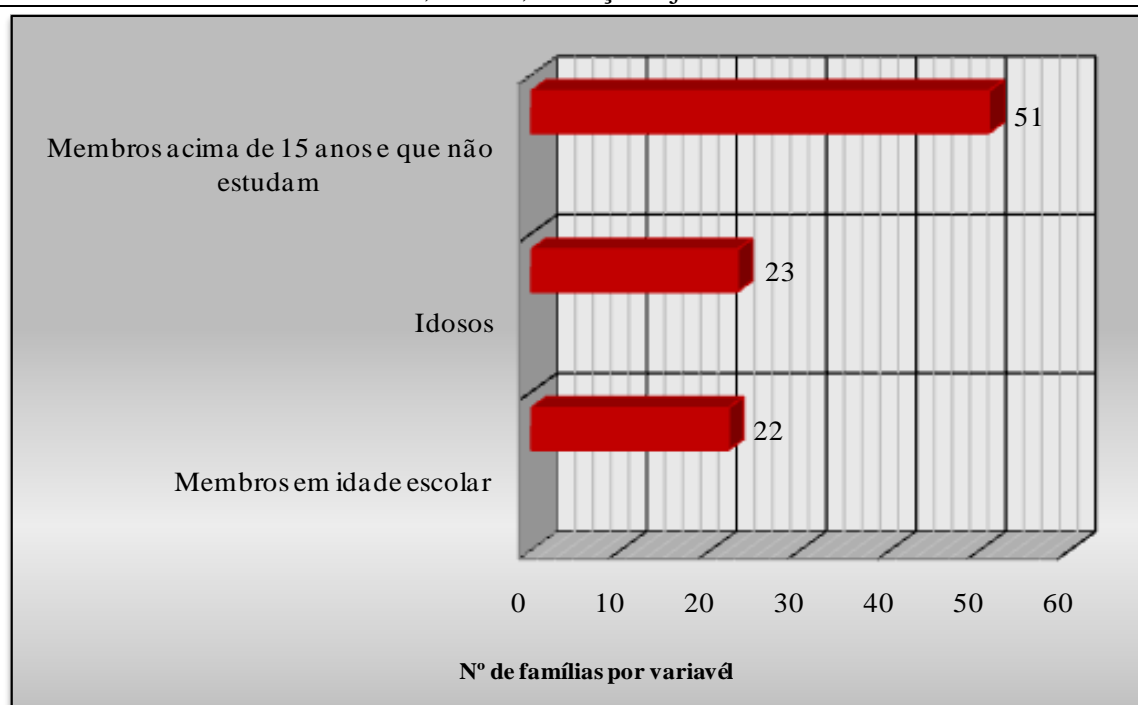
Por exemplo, o senhor Benevides menciona o seguinte fator para seu retorno ao campo: “*Tava difícil em Brasília, eu tava desempregado e o aluguel tava muito caro.*” Já dona Fernanda afirma: “*O patrão queria que eu fizesse mais serviço do que era combinado.*” O senhor Felício relata: “*Eu gosto da roça demais. Na cidade a gente num pode criá nada.*” No mesmo sentido, o senhor Pedro assevera: “*A gente que é da roça tem vontade de vivê é na roça, as raiz nossa é nela.*” As razões apresentadas, portanto, os impulsionam a buscar a terra de trabalho. O *habitus* de classe se torna um elemento importante para a reconstituição do vínculo terra-família-trabalho. Como destaca Almeida (2006), a herança da terra se apropria do herdeiro. As falas do senhor Felício e do senhor Pedro evidenciam essa situação, a ligação com a terra os impulsiona a procurá-la.

No entanto, nesse retorno ao campo, as famílias já se territorializaram dilaceradas. Os motivos desse processo se vinculam à migração país afora, devido à expropriação camponesa e à necessidade de buscar trabalho. Com isso, os filhos dos assentados nasceram e cresceram nos centros urbanos, sua formação no período da infância e adolescência se deu no modo de vida urbano/industrial. Além disso, muitos deles já tinham empregos de baixa remuneração nas cidades e haviam constituído suas famílias nucleares. Esses elementos, aliados à política de reforma agrária do Estado brasileiro, não os incentivaram a ir para o campo.

Também, tem acontecido a desagregação da família depois de ela estar territorializada no assentamento, ou seja, a migração da mão-de-obra para atividades fora da parcela. As razões desse processo são: as condições criadas pelo Estado para reprodução do campesinato, que se associam aos interesses do agronegócio limítrofe e do setor industrial em utilizar o assentamento como viveiro de mão-de-obra barata. Certo é que o percentual atual de membros das famílias que trabalham diretamente na parcela é um dos elementos que dificulta a produção agroecológica. E, como afirma Altieri (2012), a mão-de-obra humana e animal são fundamentais para a territorialização da produção agroecológica e para a independência dos combustíveis fósseis.

A observação do gráfico 7, acerca da composição das famílias, reafirma essa diminuição da mão-de-obra. Nele se demonstra que são muitos os membros das famílias não aptos ao trabalho contínuo. Há muitas famílias com componentes menores de quatorze anos e em idade escolar, além de idosos. Eles contribuem com o trabalho de acordo com suas capacidades e em períodos menores de tempo. As crianças, porque não têm condições de exercer as atividades laborais de um adulto e porque elas e os jovens se ausentam do assentamento para estudar nos períodos da manhã ou da tarde. Os que estudam pela manhã são do Ensino Fundamental, frequentam escolas no Distrito do ABC, saem do assentamento por volta de 05h45min e chegam às suas casas entre 14 e 15 h, já aqueles do período da tarde são do Ensino Médio, saem às 11 h e retornam às 20 h.

Gráfico 7 - Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - número de famílias assentadas com membros adultos, idosos, crianças e jovens em idade escolar – 2013.



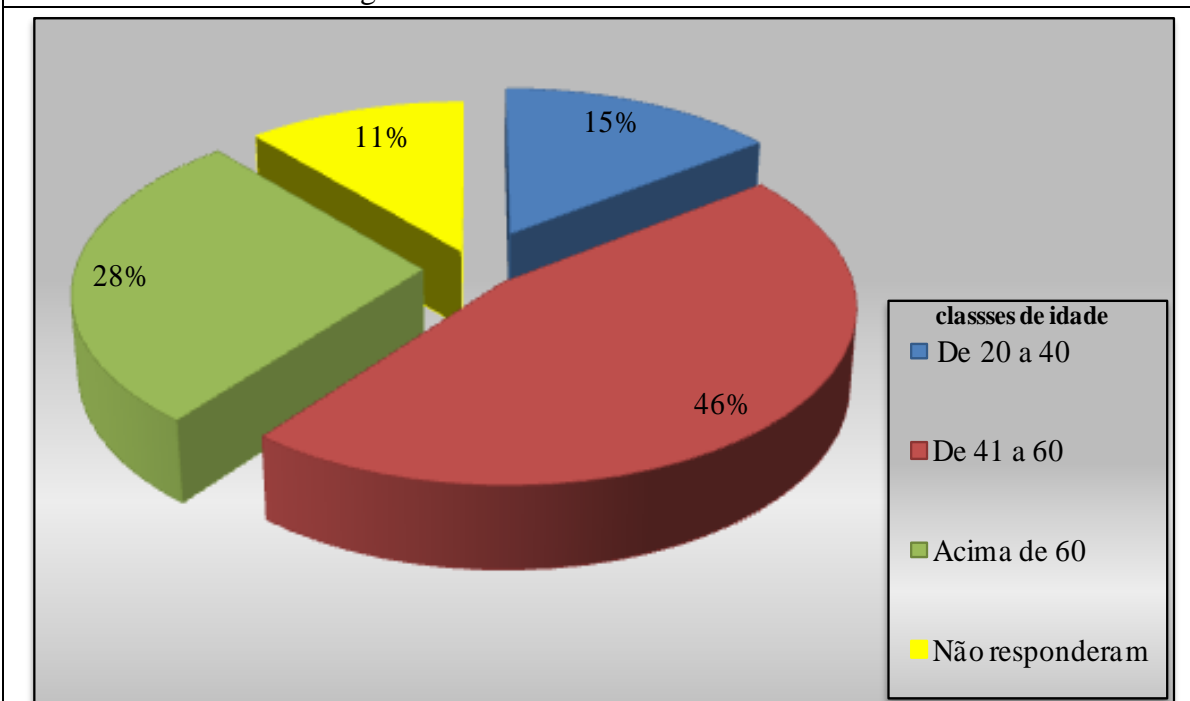
Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Quanto aos idosos, a diminuição do período de trabalho está associada à própria condição biológica. Como destaca o senhor Raimundo: “há o cansaço do tempo, as força vai cabano.” Além da diminuição da força física para exercer trabalhos extenuantes, cinco deles moram sozinhos e entre esses há alguns que estão doentes, como o senhor Petrônio, com 73 anos de idade, que sofre de pressão alta e doença de Chagas. Presenciamos de perto o drama vivido por ele, nas andanças pelo assentamento, encontramos-lo parado, no meio da estrada vicinal, com o rosto avermelhado, ofegante, mal conseguindo pronunciar o próprio nome.

Levama-lo até sua casa, onde ele afirmou-nos que, apesar de doente, trabalha todos os dias, no período da manhã e da tarde, nos momentos em que o sol é menos intenso.

Mesmo as famílias que têm integrantes acima de 15 anos que não frequentam a escola veem o número de componentes disponíveis para o trabalho diminuir, devido ao que já foi mencionado anteriormente, ou seja, à migração para atividades laborais fora da parcela. O gráfico 8 destaca que o Assentamento Cunha acompanha a tendência de envelhecimento da população brasileira. É significativo o percentual de entrevistados que já possuem ou se aproximam dos 60 anos de idade.

Gráfico 8 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – percentual dos assentados entrevistados segundo as diferentes classes de idade – 2013.



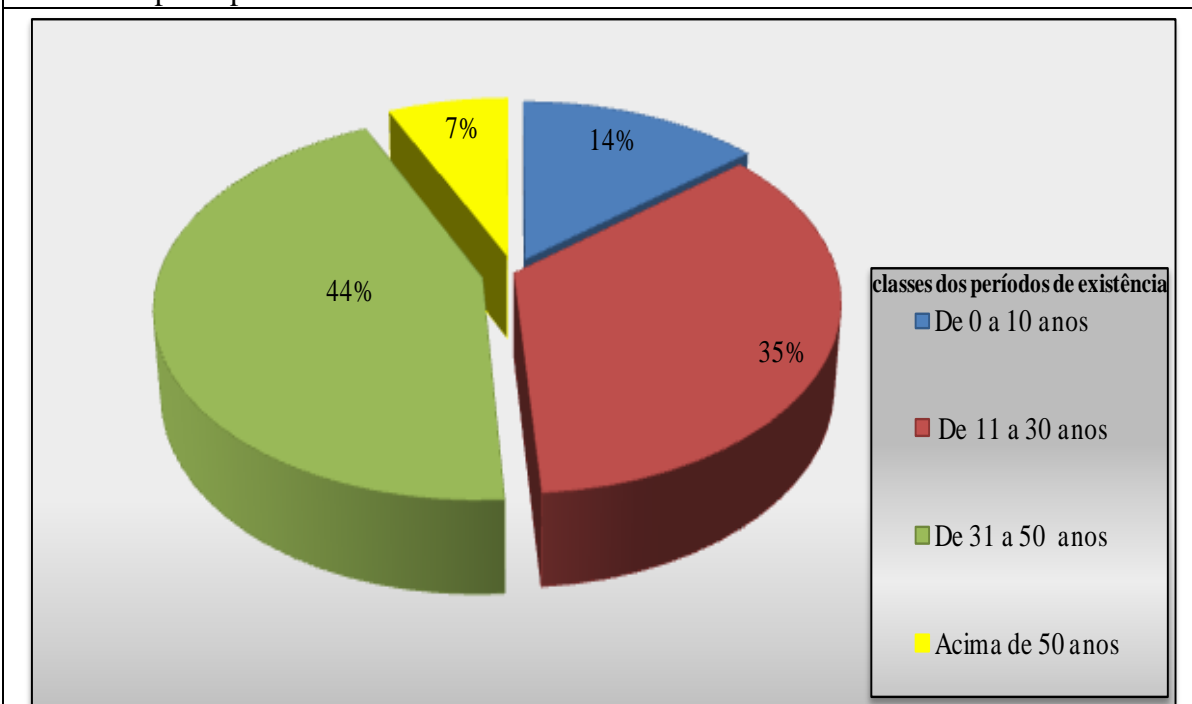
Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Esse dado, vinculado aos anteriores, traz como questão problemática para o desenvolvimento da produção agroecológica os seguintes elementos: há uma diminuição da mão-de-obra familiar e dificuldades para realizar a sucessão rural; a política do Estado nacional para a agricultura camponesa, associada à exploração camponesa pelo capital, estimula a migração de integrantes das famílias para atividades fora da parcela; com isso, para o desenvolvimento das atividades produtivas de base agroecológica há um número menor de camponeses e, entre aqueles que permanecem trabalhando no assentamento, muitos são idosos ou crianças e jovens em idade escolar.

Ainda no debate da família como elemento fundamental para realizar o trabalho nas propriedades camponesas, Chayanov (1974) também chama-nos a atenção para o seu desenvolvimento e para a relação trabalhador/consumidor ao longo de sua existência. Santos (1984), nesse sentido, lembra que a propriedade camponesa é, ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo. O primeiro autor menciona que nos primeiros anos há uma sobrecarga sobre os trabalhadores. Mas, à medida que a família se desenvolve, em média no décimo quinto ano, o primeiro filho começa a exercer atividades laborais adultas, com isso a relação trabalhador/ consumidor tende a caminhar para o equilíbrio.

No Assentamento Cunha, pode-se observar no gráfico 9 o estágio de desenvolvimento das famílias camponesas. Nota-se que a maior parte das famílias atingiu a fase denominada por Chayanov (1974) como sendo de maturidade, ou seja, em torno de vinte e cinco anos. Nesse estágio, a relação trabalhador/consumidor tende ao equilíbrio, já que o maior número de trabalhadores implica na ampliação das áreas semeadas.

Gráfico 9 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Percentual de famílias assentadas pelos períodos de existência – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

No Assentamento Cunha, entretanto, essa assertiva de Chayanov (1974) merece ressalvas. Muitas famílias, ao se territorializarem, já estavam na fase de maturidade, o que implica que muitos filhos já haviam se casado e constituído suas famílias nucleares. Neste

caso, os membros das famílias que vieram para o assentamento foram principalmente os pais, em idade adulta avançada, e os filhos solteiros e menores de idade, sem emprego nos centros urbanos. Estes, no entanto, não têm dificuldades de retornar às sedes urbanas próximas após o término do Ensino Médio, principalmente devido à política de educação destinada aos jovens do campo. Portanto, são empurrados para a cidade. Nesse sentido, no Assentamento Cunha a maior parte das famílias biológicas estão no estágio final de existência.

Os chefes estão preocupados em transmitir a terra a seus descendentes. Como transparece na fala do senhor João: *“alguém dos meus filhos vai tê de tocá isso aqui, daqui uns dia eu num dô conta mais.”* Com isso, a agricultura camponesa com princípios agroecológicos no Assentamento Cunha tem sido garantida pela autoexploração dos membros em idade adulta avançada ou até idosos, como o exemplo do senhor Felício, com 79 anos de idade. Ele com a esposa e um filho cuidam da parcela. Sábado e domingo não significam período de repouso para eles, o trabalho é contínuo. A média de trabalho das famílias camponesas do assentamento, por dia, é em torno de dez horas, acima, portanto, das oito horas do proletariado urbano. Essa autoexploração é ampliada pela penetração do modo de vida industrial/urbano, principalmente devido à proximidade de Brasília, que amplia a necessidade de bens de consumo e pela exploração do capital industrial/financeiro e comercial.

A apropriação da renda da terra pelo capital causa menor entrada de capitais para as famílias camponesas assentadas. Esse processo provoca a migração. Muitos chefes de família, mesmo tendo na parcela a presença de filhos, solteiros ou casados, os vê migrarem em busca de trabalho. Identificamos essa situação em algumas famílias. Numa delas há dois filhos que apenas residem no assentamento; não trabalham com o pai; um deles trabalha na plantação de eucalipto próxima, outro é caseiro em outra parcela. Em outra situação, a filha mora com o marido dentro da parcela do pai. Porém, o genro trabalha na monocultura da soja limítrofe ao assentamento. Essa informação reafirma que a escassez de mão-de-obra para a produção agroecológica não é fruto somente da condição biológica das famílias assentadas, ou de seu tamanho e composição.

É resultado principalmente do interesse de reprodução ampliada do capital que explora os camponeses de várias formas: na venda de mercadorias, como meios de produção e bens de consumo, na concessão de empréstimos, na compra da mercadoria camponesa pelo preço de custo. Como relata Vergés (2011), o capital utiliza diversos caminhos para drenar a renda camponesa. Com isso, para garantir o equilíbrio na relação trabalhador/consumidor o assentado se proletariza, de forma temporária ou permanente. Na primeira situação se recria

como camponês para o capital, na segunda retorna à condição que havia negado a de proletarização. O capitalismo inviabiliza projetos de autonomia camponesa, como o pensado para o Assentamento Cunha. Isso demonstra que a luta pela produção agroecológica é uma luta contra o capital.

Nesse contexto, no Assentamento Cunha, os chefes familiares, com o auxílio de algum filho ou filha, permanecem no trabalho na parcela, se submetendo à autoexploração para garantir a sobrevivência. Poucas famílias conseguem manter todos os membros trabalhando na propriedade, como aqueles que conseguem obter maior rendimento, com canais de comercialização direta. A autoexploração poderia diminuir com as formas coletivas de trabalho camponês, como as relações de ajuda mútua.

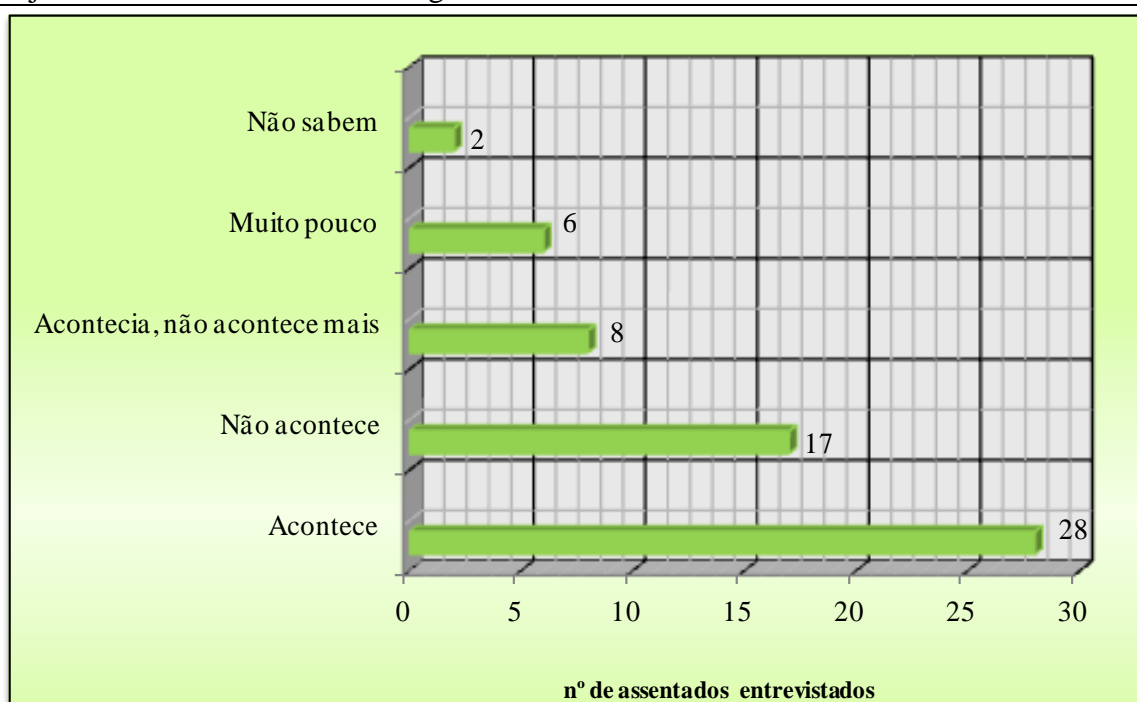
Como destaca Santos (1984), as necessidades de mão-de-obra em muitas situações são compensadas por relações de ajuda mútua. “Quando não é capaz de dar conta do serviço somente com sua família, o camponês pede auxílio ao vizinho, havendo expectativa de que retribua com um tempo de trabalho equivalente” (SANTOS, 1984, p. 36.). As relações de ajuda mútua também fortalecem a agroecologia, porque reforçam os laços de amizade e redes políticas de solidariedade, que possibilitam diferentes trocas entre camponeses. Desde aquelas que envolvem o trabalho, a amizade, os conhecimentos, até sementes das espécies cultivadas. Entre as práticas de ajuda mútua, segundo Santos (1984), são comuns o mutirão, as trocas de dias e a “traição.” Sendo que essa última se caracteriza pelo auxílio espontâneo da comunidade a um membro necessitado, não há convite pré-estabelecido pelo mesmo, ou seja, ele é surpreendido pela solidariedade da comunidade.

No Assentamento Cunha, de acordo com o gráfico 10, há relações de ajuda mútua. Predominam nelas as práticas da troca de dias e o mutirão. Nesse sentido, vinte e oito entrevistados afirmaram que se fazem troca de dias, enquanto vinte e cinco destacaram que acontecem mutirões. Já a “traição” não foi mencionada por nenhum deles. Os mutirões, fora da área coletiva, acontecem principalmente entre os nordestinos. Os dados, no entanto, também evidenciam o enfraquecimento dessas práticas; é significativo o percentual de assentados que negam a sua existência, afirmam seu enfraquecimento ou retomam somente na memória sua existência histórica no assentamento.

Segundo alguns entrevistados, a diminuição das relações de ajuda mútua ocorre pela penetração de hábitos do modo de vida urbano/industrial. Como explica o senhor João: “Depois que veio a televisão isso tem dexado de existir. Lá em Santa Catarina tinha o seron, ocê ia visitá os vizinho, conversava e divertia.” A televisão modifica as práticas culturais dos assentados, a mídia institui novos hábitos, condutas, costumes e práticas ideológicas, que

beneficiam os atores do capitalismo hegemônico. Isso enfraquece as redes de solidariedade, de reciprocidade camponesa, antes consolidadas. Adquire força o individualismo, como se nota na fala do senhor Gonçalves: *“a questão é que hoje ninguém tá querendo servi os oto.”* O camponês avalia a extinção das relações de ajuda mútua pela desestabilização dos princípios da reciprocidade camponesa.

Gráfico 10 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Ocorrência de relações de ajuda mútua no assentamento segundo os assentados entrevistados – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Além disso, outros assentados destacaram que o uso das relações de ajuda mútua por lideranças, como mencionado no capítulo 1, para atender interesses próprios provocou sua diminuição. Com isso, essas práticas culturais não conseguem compensar a diminuição da mão-de-obra familiar e arrefecer a autoexploração. Lutar pela permanência e fortalecimento das relações de ajuda mútua significa defender a produção agroecológica, porque reforça as redes solidariedade dos sujeitos entre si no assentamento. No entanto, no momento atual, a diminuição da mão-de-obra familiar é compensada principalmente pelo trabalho temporário e, em menor proporção, pelo assalariado.

Como destaca Santos (1984), o número de integrantes da força de trabalho familiar e a sazonalidade do trabalho agrícola são importantes também para determinar as práticas de trabalho acessório e assalariado. De acordo com esse autor, essas práticas podem se estabelecer no interior das comunidades camponesas, famílias maiores fornecem mão-de-obra

àquelas menores. Santos (1984) acredita que não ocorre nessas relações de trabalho produção de mais-valia para reprodução ampliada do capital. Pelo contrário, há uma redução dos rendimentos da família empregadora. Ramalho (1986) acrescenta que a economia de mercado força o trabalho acessório, para garantir a reprodução da família.

No Assentamento Cunha, o número de famílias que têm membros empregados de forma assalariada ou temporária e o daquelas que utilizam essas formas de trabalho em suas parcelas (Gráfico 11). Há um desequilíbrio quando comparados o número de famílias que utilizam mão-de-obra temporária e o daquelas que têm componentes empregados nessa condição. Os dados comprovam o pequeno número de camponeses disponíveis para trabalhos temporários no assentamento. Essa realidade é sentida principalmente nos períodos mais intensos da atividade agrícola. No Assentamento Cunha, segundo trinta e oito assentados, a estação chuvosa concentra o período de maior exigência de mão-de-obra. Nessa estação, as famílias empregam trabalhadores temporários residentes e não residentes no assentamento. Já que somente vinte famílias assentadas têm membros empregados de forma temporária.

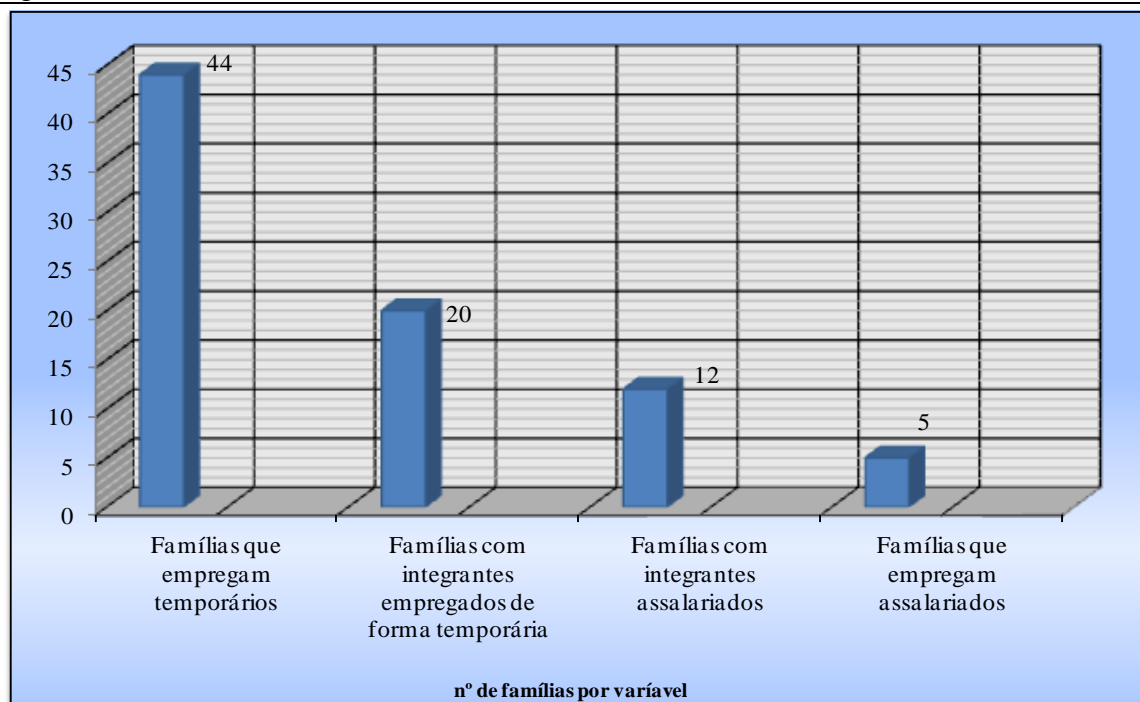
Nesse sentido, poucas famílias fornecem excedentes de mão-de-obra para aquelas que têm carência de força de trabalho. Não obstante, as famílias mais numerosas também direcionam esses membros para atividades fora do assentamento. Entre os trabalhos temporários realizados aparecem não apenas os característicos da produção agropecuária, como: capina da lavoura, colheita, plantio, aragem do solo e conserto de cercas. Mas, atividades mais realizadas nos centros urbanos, como: pedreiro, diarista, pintor, manicure, auxiliar de pedreiro e motorista. Esse processo provoca a busca de trabalhadores nas periferias urbanas das cidades-satélites e do Entorno de Brasília. Parte dos trabalhadores temporários do Assentamento Cunha não são camponeses na condição temporária de proletários, são trabalhadores agrícolas das periferias das cidades próximas ao assentamento.

Quanto à mão-de-obra assalariada, também há disparidade. Todavia, nesse caso é maior o número de integrantes empregados fora do assentamento. Nessa situação se encontram mulheres ocupadas como empregadas domésticas, filhos de assentados empregados como office-boys, auxiliares de pedreiro, vendedores, auxiliares de serviços gerais, motoristas, ou ocupados na silvicultura. Além de chefes de família ocupados como vigias, pedreiros e seguranças. Dentro do assentamento as atividades assalariadas mais comuns são: caseiro e agente de saúde.

Chayanov (1974), ao analisar essa questão, declara que os fatores básicos de organização da propriedade camponesa são: terra, capital e força de trabalho. Eles tendem ao equilíbrio ótimo ou mínimo. No caso do equilíbrio mínimo, a escassez de terra ou capital

causa migração da mão-de-obra para atividades não agrícolas, como artesanato e comércio. A migração é determinada também pela sazonalidade do trabalho agrícola, pelas condições do mercado agrícola e por colheitas ruins. Brandão (1986) afirma que migrar para a cidade é a alternativa do camponês para evitar a miséria.

Gráfico 11 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Número de famílias que empregam ou possuem trabalhadores ocupados como temporários e assalariados, segundo os assentados entrevistados – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

No Assentamento Cunha o número de trabalhadores empregados nos centros urbanos próximos, de forma assalariada e temporária, é entendido pela polarização exercida pela capital nacional Brasília, que tem um ativo setor de serviços de baixa remuneração. No entanto, esses serviços oferecem melhores salários quando comparados com os rendimentos obtidos com o trabalho na parcela. Faltam aos assentados acesso a mecanismos que permitem se apropriar do resultado do seu trabalho. Há um equilíbrio mínimo dos fatores terra, capital e força de trabalho. Isso ocasiona a reprodução da submissão do campo à cidade. A agroecologia, enquanto proposta anticapitalista de autonomia do campo, frente à exploração imposta pelo capitalismo industrial/financeiro e comercial da cidade, não tem conseguido atingir esse objetivo no Assentamento Cunha. No quarto capítulo aprofundaremos esse debate.

O fato é que essa escassez de mão-de-obra não é resultado também da sazonalidade do trabalho agrícola, pois muitos assentados afirmam que realizam trabalhos temporários quando aparecem e não apenas nos momentos mais intensos das atividades agrícolas. Também não é resultado de um comportamento temporário do mercado agrícola. Nesse caso do preço da mandioca (*Manihot esculenta crantz*), *in natura* ou transformada em polvilho e farinha. Além do valor da tangerina (*Citrus reticulata blanco*), da banana (*Musa ssp.*) e das hortaliças, entre outras culturas agrícolas, e dos animais comercializadas pelas famílias assentadas.

Essa migração da mão-de-obra é resultado da precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa. Falta acesso a financiamentos, controle de formas de armazenamento, beneficiamento e melhores formas de comercialização da produção, o que promove a exploração dos assentados. Esse processo resulta na invasão da terra camponesa pelo capital, com a conseqüente captura dos braços mais jovens, que se tornam responsáveis por adquirir os bens de consumo necessários à família. A esse respeito dona Maria explica:

Num dá pra vivê todo mundo aqui, não tem como sobrevivê só daqui de dentro. Por isso meus filho foi trabalhá pra fora. A produção é pôca e custosa, demorada, se plantô feijão só na colheita, vô tê retorno. Faço também polvilho, farinha e vendo. Mas o dinheiro é pôco, e nós tudo precisa de rôpa, calçado e outras coisa.

Portanto, os assentamentos têm sido criados apenas para mitigar os conflitos pela terra. Isso leva muitas famílias a buscar o trabalho temporário e assalariado para garantir a sobrevivência e até para construir infraestrutura para a produção. A esse respeito o senhor Vicente destaca: “*Eu trabalho fora porque preciso montar a estrutura.*” Além disso, os conflitos internos das organizações mediadoras do Assentamento Cunha e o papel das lideranças dificultam a diminuição da exploração realizada pelo capital. O senhor Manuel resume o debate nos seguintes termos:

No Entorno de Brasília há um problema com relação à mão-de-obra. Por exemplo, uma diária de uma doméstica está em torno de R\$ 100,00 a 150,00 reais. Assim é muito difícil esse pessoal í pra roça. Preferem í pra cidade, porque ganha muito mais, é uma questão atípica pela proximidade do Plano Piloto. O assentamento acaba virando um bolsão de mão-de-obra. Falta por parte dos movimentos a formação de cooperativas, pois elas agrega valor e melhora a questão da comercialização.

Segundo Martins (2012), a migração para trabalhos temporários e assalariados para fora de assentamentos no Brasil, todavia, também é resultado do ciclo de crescimento econômico atual do país. Esse, que já mostra sinais de esgotamento, é resultado da maior

presença do Estado na economia nos governos petistas, com programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), associados a políticas para aumentar os índices de emprego e recuperação do salário mínimo, além da ampliação de políticas de cunho compensatório, como a Bolsa Família. Como declara Martins (2012), o trabalho urbano assume centralidade na estratégia de sobrevivência das famílias assentadas, principalmente porque a renda urbana é superior à agrícola no momento atual.

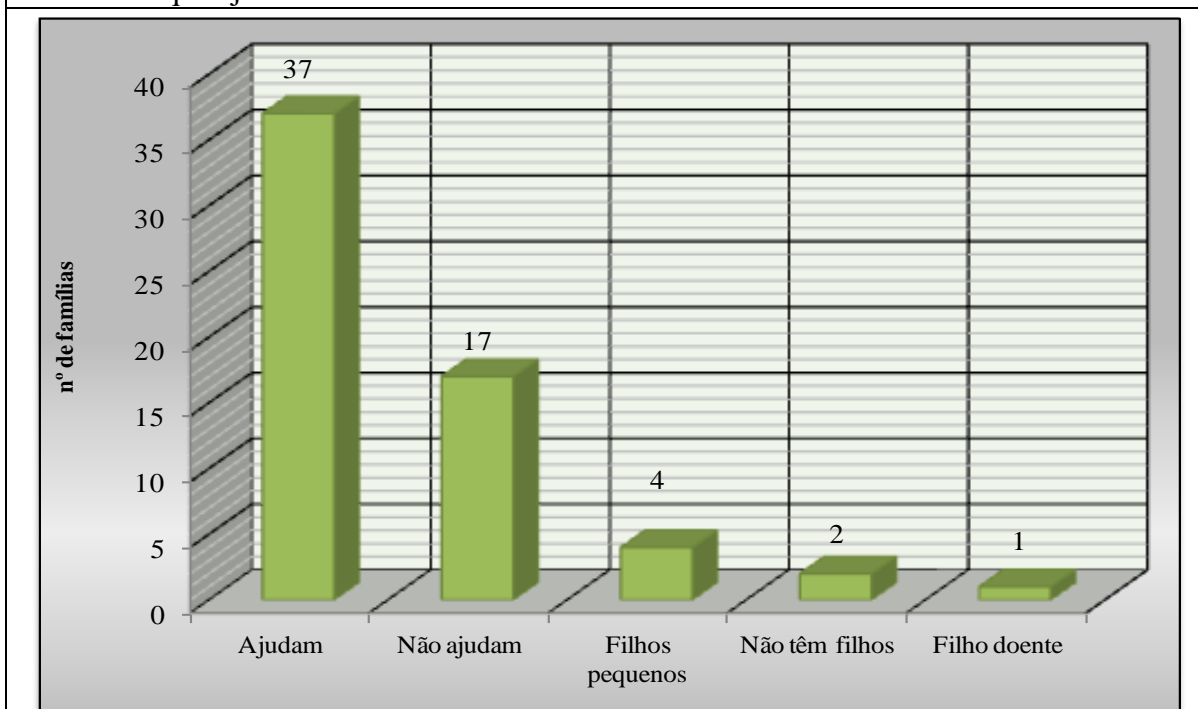
Além disso, a desestruturação familiar contribui para esse processo. Há quatro famílias em que houve morte dos chefes familiares nos últimos anos. Numa delas mora somente a mãe com o filho de 15 anos. Ela sai todos os dias pela manhã, por volta das 6 horas. Como não há transporte coletivo no assentamento, conta com a compreensão do motorista do transporte escolar, que a deixa no Distrito do ABC. A mesma mãe retorna por volta das 20 horas, novamente no transporte escolar.

O cuidado da parcela fica sob a responsabilidade do filho, que trabalha à tarde, quando não frequenta a escola. Portanto, nos casos de morte dos chefes de família, o desequilíbrio dos fatores de produção dá-se pela perda de mão-de-obra. A essas situações se somam aquelas em que as parcelas têm idosos como únicos responsáveis pelas atividades de trabalho. O elemento central, no entanto, é que a mão-de-obra assalariada dentro do assentamento, ou aquela que migra para centros urbanos próximos, evidencia a exploração camponesa pelo capital. A consolidação da produção agroecológica no Assentamento Cunha, como parte da luta do campesinato pela autonomia frente ao capital é afetada, o que demonstra que é preciso controlar não somente práticas, técnicas, mas lutar contra o capital, para construir uma relação menos hierárquica cidade/campo.

Como já foi relatado, há mão-de-obra no Assentamento Cunha para fortalecer a produção agroecológica. Ela, entretanto, tem sido canalizada historicamente para atividades fora da parcela. Os jovens assentados são socializados na cultura camponesa, todavia, os baixos rendimentos no campo os empurram para os centros urbanos. O senhor João, ao nos mostrar sua parcela, falou do velho campo de futebol perto de casa: *“aqui no começo tinha jove demais, esse campo aqui ficava que num tinha como ocê jogá. Hoje acabô os jove, eles num fica, vão embora, num tem renda, se num tivé renda o cara num permanece.”*

O gráfico 12 demonstra a preocupação das famílias com a socialização camponesa no trabalho. Os entrevistados, em sua maioria, declaram que os filhos os acompanham nas atividades laborais desde a infância. Aqueles que respondem de forma contrária são componentes de famílias em estágio final de existência, os filhos sequer vieram para o assentamento, permaneceram nos centros urbanos próximos.

Gráfico 12 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Número de famílias com filhos que ajudam nas atividades laborais – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Santos (1984) esclarece como se dá a prática da socialização nas comunidades camponesas. Nesse sentido afirma: “observa-se a norma [...] de ensinar as crianças a trabalhar desde pequenas. [...] Aproximadamente aos quinze anos, os jovens passam a desempenhar tarefas de adultos. [...] para eles não existe adolescência [...]” (SANTOS, 1984, p. 45-46). Brandão (1986) concorda com esse processo para Goiás. No Assentamento Cunha nota-se essa prática de socialização das crianças no plantio da mandioca.

Tal prática também está presente na ação educativa dos pais, como relata o senhor Carlos: *“Desde pequeno, eu ensino meu filho tudo que eu sei. Tudo que aprendi com meu pai tô ensinando pra ele. Tem de aprendê trabalhá pra se sustentá.”* A inserção subordinada no capitalismo contribui para o camponês construir uma ética do trabalho desde a infância. A preocupação fundamental é com a produção para o autoconsumo, ou seja, para se sustentar. Ela favorece a reprodução do camponês explorado e implica numa transição direta para a vida adulta. A socialização camponesa, como parte da territorialidade das famílias assentadas é uma prática importante para o fortalecimento da produção agroecológica. Como se depreende da fala acima, ela permite a transmissão intergeracional dos saberes camponeses e o fortalecimento da produção para autoconsumo, que é parte da luta da agroecologia pela Soberania Alimentar.

O projeto da produção agroecológica luta pela autonomia camponesa. Contudo, a concepção de autonomia do trabalho do campesinato é ideológica. Como esclarece Santos (1984, p. 144-145): “A autonomia do trabalho camponês necessariamente está determinada pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõe ao produtor simples de mercadorias.” Há no camponês uma representação ideológica do trabalho, que produz uma ética favorável à burguesia. O trabalho revela jornadas extensas, desnuda o trabalho subordinado como forma de sobrevivência. No Assentamento Cunha se percebe a permanência dessa concepção ideológica da autonomia do trabalho. Como se observa na fala do senhor Paulo: *“Aqui na roça ocê num tem ninguém para ti mandá, num é vigiado, porque eu considero isso um tipo de escravidão. Apesar de que eu considero que essa terra num é minha, é do INCRA, ninguém pode falá que é dono.”*

Na fala comparece a negação camponesa à proletarização, além da concepção do trabalho camponês como libertário; ser proletário é ser escravo de alguém. Há também traços da moralidade camponesa, quando o entrevistado diferencia a terra “doada” pelo Estado daquela adquirida por compra ou herança, conquistada com o trabalho intenso, com a labuta cotidiana. Ou seja, para ele é imoral se sentir dono de algo que não foi conquistado com o trabalho árduo, dele ou de antepassados. Tal concepção foi difundida no regime do colonato, quando, segundo Martins (2010), a burguesia agrária defendia a ideologia da ascensão social pelo trabalho. Mas, há uma negação camponesa à proletarização, que aparece também na fala de dona Maria: *“A vantagem de trabalhá pra mim é que eu moro no que é meu. A pessoa num tá sobre orde, sob o controle dos otros. Aqui a gente faiz a hora que pode, tem mais autonomia, num é vigiado.”*

Diferentemente do entrevistado anterior, dona Maria se considera proprietária da parcela, entende como lícita a terra conquistada a partir da luta. Ter acesso à terra é para muitos assentados também a possibilidade de libertação do domínio histórico que a oligarquia agrária exerce sobre os trabalhadores rurais. Isso pode ser depreendido da fala de dona Fernanda: *“Eu criei meus menino no coice de patrão, de fazendero. Aqui acordo hora que eu quero, tenho liberdade, passei a ser dona de mim.”* A oligarquia agrária brasileira enxerga o trabalhador rural como sujeito social sem direito, um subalterno, objeto de domínio. Os fazendeiros acreditam que comprem a força de trabalho de um trabalhador coletivo. Senhor Aristides, esposo de dona Fernanda, esclarece melhor a questão. Durante a realização da entrevista com sua esposa, ele apareceu com um pandeiro. Disse-nos que seu grande sonho na infância era aprender tocar sanfona. No entanto, tal desejo foi duramente reprimido pelo

fazendeiro, patrão de seu pai, que dizia que filho de empregado tinha que trabalhar e não ficar perdendo tempo com sanfona.

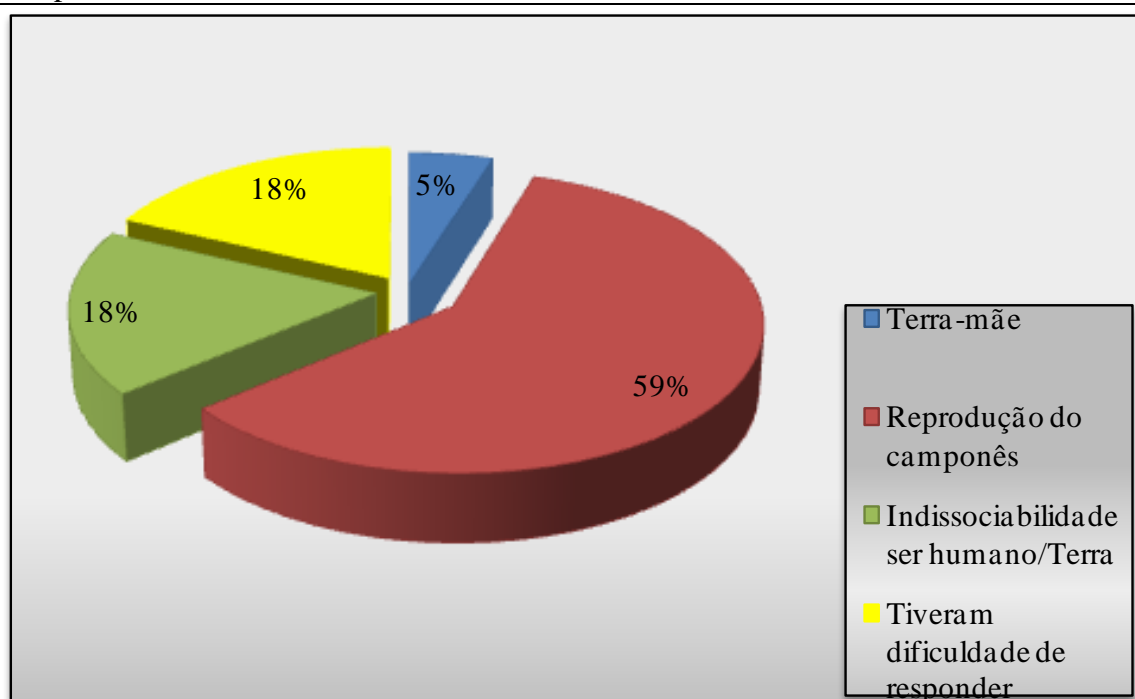
Dona Fernanda complementa a fala do seu marido com olhos lacrimejados. Com sessenta anos de idade, seu maior sonho é se aposentar. Declara que sempre residiu no campo, morando de fazenda em fazenda, suportando um coice aqui e outro ali e que hoje, depende que antigos patrões declarem que ela sempre residiu no campo. A angústia e o sofrimento de dona Fernanda revelam como a legislação brasileira cria a sujeição do camponês à elite agrária. Mesmo no assentamento, precisa implorar pela assinatura de fazendeiros para ter garantido um direito social. Nesse sentido, a autonomia camponesa é construída dentro dos limites de interesses da elite agrária.

Mas, as contradições criadas com a reprodução capitalista podem fazer o camponês reler a concepção autônoma do trabalho. Não obstante, essa realidade é presente principalmente nas lideranças assentadas. Nesse contexto, um líder menciona: *“Olha, aqui você pode até trabaia a hora que ocê qué, mais também não terá o que comê.”* Ele percebe sua condição explorada, como destaca Oliveira (2007), sabe que o limite da reprodução camponesa no capitalismo é a sobrevivência. Outra liderança, no mesmo sentido, também relata: *“Eu ganho só pra escapá, meus filho qué estudá e é difícil, num tô conseguino formá eles. Se eu tivesse terra grande seria mais fácil.”* O entrevistado reconhece como a terra concentrada no Brasil é importante para definir a classe social a que se pertence e os privilégios decorrentes dessa condição social.

Sendo assim, quarenta e três entrevistados declararam que o trabalho na parcela trouxe maior autonomia, associada quase sempre à determinação das horas de trabalho, ou a produção para autoconsumo. Já sete assentados declaram que a exploração permanece, mesmo após a territorialização no assentamento. Três mencionaram que o trabalho na unidade de produção dificulta o acesso ao dinheiro. A concepção de autonomia do trabalho camponês tem limites, no entanto, oferece possibilidades para o fortalecimento da produção agroecológica porque a negação à submissão, à proletarização, o desejo de produção para autoconsumo fortalecem o desejo da autonomia camponesa. Além disso, o conhecimento total da produção dos produtos livra o camponês do trabalho fragmentado, ele se reconhece no resultado do seu trabalho. Essa autonomia pode ser fortalecida com o controle maior dos insumos e dos canais de comercialização utilizados, além do incentivo ao trabalho criativo, inventivo, construtor de soluções locais, tecido na territorialidade dos assentados entre si e com o meio.

Quanto à terra, a mesma representa para o camponês do Assentamento Cunha fartura, trabalho, produção para o autoconsumo e símbolo do vínculo sociedade/natureza. Essas representações aparecem nas falas dos camponeses entrevistados. Para a maior parte deles a terra garante a reprodução camponesa (Gráfico 13). Ou seja, do trabalho na terra a família produz comida farta, que permite sua reprodução, reafirma, portanto o *habitus* de classe do campesinato. Outros reportam a terra como mãe, ou a unidade ser humano/natureza.

Gráfico 13 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Representação da terra para os assentados entrevistados – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

O senhor Gonçalves, por exemplo, concebe a terra da seguinte forma: “A gente que é da roça, tá no sangue; parece que é aquela história: quando a gente nasce a mãe interra o umbigo da gente na terra e a gente fica ligado nela.” A reconstrução da relação sociedade/natureza, importante para a produção agroecológica, sem dúvida, deve utilizar a territorialidade do camponês com a terra. O trecho: “a mãe interra o umbigo da gente na terra e a gente fica ligado nela” expressa a força dessa territorialidade. Na significação do camponês do Assentamento Cunha seu ser só existe na relação com a terra, não há separação, “tá no sangue.” Esse vínculo representa, portanto, que o cuidado com a natureza exterior significa o zelo com a própria natureza interior.

O camponês do Assentamento Cunha quase sempre enxerga o acesso à terra também como condição da Soberania Alimentar e da realização no produto do seu trabalho. Assim

entende o senhor Odair: “*A utilidade da terra pra mim é boa demais, você plantá e vê as coisa prosperá, cê tê seu milho, sua mandioca.*” Outros, além desses elementos, defendem o fim do uso da terra para explorar o trabalho camponês e pregam a extinção do rentismo, expresso no latifúndio improdutivo, como se denota da fala de dona Alzira: “*Todos tinha que tê seu pedacinho de terra, porque eu era meeira e hoje tenho minha independência. Tem de dividi os latifúndio.*” A defesa de dona Alzira do fim da concentração da terra é o reconhecimento de que a sua permanência possibilita a apropriação do trabalho camponês pela elite agrária. Contudo, essa posição subordinada do campesinato ocorre também em relação ao capital. Esse se apropria da renda da terra, tanto no momento da produção, como da comercialização do excedente camponês.

Como nos afirma Santos (1984, p.51): “[...] Se há geração de uma renda da terra no processo de trabalho camponês, isso não significa que ela seja apropriada por ele mesmo. [...] sua posição em um mercado capitalista, onde tem vigência um preço social médio, será subordinada.” No mesmo sentido Chayanov⁹ (1974, p. 31) afirma:

[...] tenemos ante nosotros nuevos modos de penetración capitalista en la agricultura. Así los agricultores se convierten en fuerza de trabajo que opera con medios de producción ajenos. [...] a pesar del carácter evidentemente disperso e independiente de los pequeños productores de mercancías, se transforma en un sistema económico concentrado en una serie de grandes empresas y, a través de éstas, ingresa en la esfera controlada por las formas más avanzadas del capitalismo financiero.

Com isso, a mercadoria camponesa, composta preponderantemente por trabalho vivo, materializa uma quantidade de valor que não retorna ao campesinato. Já que a produção e a comercialização dela se dão em condições desiguais. Essa realidade impõe ao camponês a impossibilidade de adquirir terra, dificulta sua reprodução e, assim, instalam-se os conflitos *na terra e pela terra*, como aparece na fala de dona Alzira: “*têm de dividi os latifúndio.*”

No Assentamento Cunha há também camponeses que concebem a terra da mesma forma que os posseiros estudados por Martins (1981). Ou seja, ela é símbolo de trabalho, é o labor que dá valor moral à sua apropriação. Assim declara o senhor José: “*A terra pra mim é lugar de trabalho.*” Tal representação assume um caráter rebelde frente à terra mercadoria. Nesse debate, o fato é que a representação camponesa da terra é fundamental para a produção agroecológica. Para os camponeses a terra e seus sujeitos sociais só existem juntos, ou seja, a

⁹Temos diante de nós novos modos de entrada capitalista na agricultura. Assim os agricultores se convertem em força de trabalho que operam com os meios de produção alheios [...] apesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores de mercadorias, se transforma em um sistema econômico concentrado em uma série de grandes empresas e, através dessas, ingresa na esfera controlada pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro. Tradução livre.

não separação sociedade/natureza, a observação dos tempos da natureza, a convivência histórica com os ecossistemas e a defesa da produção para o autoconsumo permitem não somente o respeito aos elementos bióticos e abióticos e, a natureza interior e exterior ao ser humano, mas, o fortalecimento da Soberania Alimentar. Tal territorialidade deve ser pensada na produção de novos territórios camponeses, que buscam o fortalecimento da autonomia camponesa e, por conseguinte, da produção agroecológica.

Esse fortalecimento passa também pelo domínio de meios de produção. Esses ampliam a produtividade do trabalho e minimizam a exploração camponesa pelo capital, quando não são mercadorias. Chayanov (1974) argumenta que na propriedade camponesa os meios de produção são determinados pelo capital. Esses, no sistema capitalista, não são disponibilizados sem interesses de acumulação. Os camponeses com pouco acesso a capital subsidiado, têm que utilizar de forma intensa o trabalho vivo, ou se submeter aos juros altos dos empréstimos disponibilizados.

Nas duas situações, há diminuição do bem-estar da família, porque aumenta o cansaço provocado pelo trabalho intenso e o orçamento pessoal só consegue atender precariamente às necessidades básicas de consumo, ao ser utilizado para pagar juros. Dessa maneira, como os meios de produção são mercadorias, o camponês fica subordinado aos interesses do mercado. “con frecuencia, la maquinaria comercial [...] Dicta las condiciones técnicas, aporta semillas y fertilizantes, determina la rotación y convierte a sus proveedores en ejecutores técnicos de sus designios y su plan económico (CHAYANOV, 1974 p. 311)¹⁰.”

A posição contrária à exploração camponesa não se quer dizer que é contrário à adoção e aprimoramento dos meios de produção. Mas, como afirma Thomaz Junior (2008), se entende necessário discutir a função e os objetivos da utilização de determinadas técnicas. Elas têm permitido mais a reprodução ampliada do capitalismo industrial/financeiro em detrimento da permanência do camponês na terra. Nesse sentido, é que a agroecologia defende a retomada do controle dos meios de produção pelo campesinato.

Essa análise, todavia, no Assentamento Cunha, será aprofundada no capítulo 4, na discussão do controle dos insumos. As imposições do capitalismo causam não somente a perda de controle dos meios de produção, mas também a morte de saberes e práticas historicamente acumulados pelo campesinato e sua apropriação pelo capital. Segundo Calaça (2010, p. 16):

¹⁰ Com frequência, o maquinário comercial [...] Dita as condições técnicas, contribui com sementes e fertilizantes, determina a rotação e converte os seus provedores em executores técnicos de seus designios e seu plano econômico. Tradução livre.

[...] para os camponeses, cuja produção destina-se primeiramente à subsistência, a apropriação da biotecnologia implica em perda de conhecimentos e práticas agrícolas produzidas ao longo do tempo e transmitidas pelas gerações, como o caso das sementes crioulas e as práticas de trabalho coletivo de ajuda mútua.

A produção camponesa é resultado de um processo histórico e sócio-cultural criativo, inventivo, com finalidade para o autoconsumo. A expropriação dos conhecimentos tradicionais camponeses, das práticas de elaboração, seleção de sementes e produção de adubos traz dificuldade à permanência na terra. Isso evidencia que a dita “modernização” se realiza também por meio de um discurso imperialista/colonizador. Não se defende que os conhecimentos tradicionais sejam a solução. Mas é importante considerá-los, a partir do diálogo com os conhecimentos científicos. Shiva (2003), diante do caráter imperialista/colonialista do conhecimento ocidental, num conceito abrangente, propõe que não se vive no mundo apenas a monocultura de culturas agrícolas, mas monoculturas da mente:

[...] o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as condições de existência de diversas espécies. (SHIVA, 2003, p. 25).

O discurso imperialista impõe o que é ciência, tecnologia, primitivo, moderno, produtivo e de alto rendimento. Mas, como declara Shiva (2003), se a ciência são formas de saber e a tecnologia, formas de fazer, os vários grupos sociais espalhados pelo planeta já produziam ciência e tecnologia desde tempos remotos. O capitalismo, no entanto, deu legitimidade apenas ao conhecimento científico, produzido segundo os padrões ocidentais. Esse processo é que instituiu a monocultura mental, o determinismo do único modo de fazer agricultura.

No Assentamento Cunha, os camponeses, quando questionados acerca da agricultura praticada por seus pais, retomaram na memória a produção realizada segundo a biotecnologia histórica. Assim esclarece o senhor Benevides: “*Num tinha adubo, semente comprada, ninguém sabia o que era isso. Nós colocava semente de feijão no garrafão e selava com cera de abelha Europa ou Preta. O adubo era do mato brocado e queimado.*” A autonomia camponesa existia em relação a determinados meios de produção, como o adubo e a semente. O adubo, entretanto, era obtido pela agricultura predatória itinerante.

A derrubada da mata e sua queima posterior é que forneciam os nutrientes para as espécies cultivadas. Altieri (2012) destaca que esse modelo tradicional tem seus limites, é

predatório devido à destruição que imprime aos biomas. Ele deve ser substituído pela adubação verde, tendo em vista recompor os nutrientes do solo. Mas, a fala acima demonstra que o camponês é produtor de saberes. A vedação da boca do garrafão com cera mostra bem esse aspecto. Na convivência histórica com a natureza exterior o campesinato construiu mecanismos que permitiram conservar as sementes.

O senhor Benevides relatou que utiliza essa prática até hoje no assentamento. O que comprova que a memória do conhecimento herdado é importante para a produção agroecológica, que se oferece como possibilidade para a construção do presente. Todavia, esse assentado não é o único a retomar práticas tradicionais. O senhor Paulo relata: *“Nóis nunca comprô semente, nós escolhia as semente melhor, debuiava as espiga de milho, a ponta e o pé descartava. O adubo só usava o da terra. Também num tinha essa coisa de colocá veneno, prá isso nós usava planta do Cerrado. Aqui eu fiz esse sistema.”* Além de apresentar a convivência histórica com os biomas, que levam os camponeses a ter conhecimento profundo deles, criando o que Altieri (2012) menciona como classificações etnobotânicas, que permitem o uso de determinadas espécies para combater aquelas que predam a lavoura, o entrevistado evidencia o saber de seleção das sementes e o uso desse e de outros conhecimentos na produção agrícola no assentamento.

Já o senhor Miguel reafirma o domínio das sementes utilizadas na agricultura tradicional: *“Era arroz [Oryza saliva L.], da tuia, era tudo milho do paiol, tudo natural.”* Enquanto o senhor José evidencia que práticas agroecológicas já eram partes daquelas utilizadas nas áreas de plantio: *“A gente fazia rotação, plantava um ano num lugá, o ano outro.”* A rotação mencionada é um tipo de pousio; nele a terra fica em descanso para recompor os nutrientes do solo e eliminar vetores de doenças. O domínio da semente era fortalecido pelas redes políticas de trocas locais dentro das comunidades camponesas. Assim menciona o senhor Reginaldo: *“Cada lavrador guardava sua semente e se fazia depois a troca entre vizinhos.”* No Assentamento Cunha foi constatado que essa rede camponês/camponês permanece, como por exemplo, no plantio da mandioca.

Os camponeses assentados, devido ao conhecimento intergeracional, não se deixam convencer pelo discurso ideológico dos agrotóxicos. Segundo Gonçalves (2012), os atores do agronegócio substituíram o termo agrotóxico por defensivo. Mas, parte significativa das famílias assentadas entende que o ser humano não precisa se defender da natureza, pelo contrário, acredita que o uso de veneno prejudica os alimentos, a terra. Assim menciona o senhor Aristênio: *“Nunca usei veneno. Eles enfraquece os legume.”*

Dona Aurora também assevera: *“Meu pai ensinava que veneno só prejudica a terra. Ele dizia que se a gente cuidar da terra, ela dá tudo em dobro.”* Mas o agronegócio, com a “Revolução Verde”, causou transformações na agricultura camponesa tradicional. Alguns assentados, ao se reterritorializarem, é que vieram conhecer as novas práticas agrícolas no assentamento. Dona Marta afirma: *“Olha, eu vim conhecê essa coisa de adubo comprado quando retornei pra terra. Lá pra nós num tinha essas coisa. A terra é que dava sustança pra planta.”*

Na representação dos camponeses aparecem quase sempre dois espaços-tempos no uso da terra. O primeiro, da infância e juventude, quando residiam com os pais e tinham o controle dos insumos, praticavam a agricultura itinerante com princípios agroecológicos. O segundo, quando têm dificuldade em dominar os insumos e territorializar a agricultura camponesa agroecológica no assentamento. Assim advoga dona Maria: *“Num tinha de comprá semente, fertilizante e agrotóxico, num era terra morta. Como essas terra aqui cheia de veneno.”* Há o reconhecimento da agricultura camponesa “autônoma”, praticada em período anterior. Além disso, a camponesa acredita que a utilização das terras do assentamento pelo agronegócio as levou à morte, à perda da vida. Nesse sentido, Vergés (2011) declara que o modelo hegemônico de agricultura, assentada na biotecnologia bioimperialista, produz a morte, ao impor a uniformidade em detrimento da diversidade. Não obstante, o senhor João, diferentemente dos outros entrevistados, reconhece três espaços-tempos na produção agrícola:

É porque naquela época que a gente trabalhava , na década de 60, 70, nessa época, todo trabalho era agroecológico. Não existia o sistema que existe hoje; depois, com a “Revolução Verde”, que mudou um pouco esse sistema. E agora, a gente voltou à questão das origens, né. Trabalhamos com agroecológico no início da vida e agora no final, e no meio fizemos o convencional.

Na fala o primeiro espaço-tempo demarcado é aquele em que os camponeses já realizavam práticas produtivas com princípios agroecológicos, baseadas no conhecimento tradicional. No segundo, se territorializa o modelo do agronegócio; mas, com a descoberta das intenções da “Revolução Verde” e com a intensa exploração do camponês pelo capital, há a retomada da produção agroecológica, sob novas bases.

Outros entrevistados acreditam que as dificuldades atuais para produzir se devem ao cansaço das terras, à perda de fertilidade, como nota-se na fala do senhor Hélio: *“Naquele tempo num precisava de adubo, as terra num era cansada.”* A necessidade do adubo

químico, portanto, está relacionada ao cansaço da terra, à sua utilização contínua. O próprio limite do conhecimento tradicional e da agricultura itinerante, a organização espacial do assentamento e a dificuldade já mencionada para a integração lavoura/pecuária colocam para as famílias assentadas algumas limitações que elas encontram para a produção agroecológica.

O fato é que o pacote da “Revolução Verde” já se impunha a esses camponeses, quando ainda estavam territorializados em outros espaços. O senhor Gonçalves descreve esse processo:

Antigamente se usava a semente de paiol, ou trocada entre os vizinhos. Tudo começô a mudá quando meu vizinho comprô aquela semente de milho da Agroceres. Vi aquela espiga grande, diferente, aí resolvi comprá. Foi quando apareceu a Cargill, a Grão de Ouro, o milho delas era mais pesado, mais próprio pra venda.

A desestabilização de redes de trocas nas comunidades camponesas ocorreu com a inserção do sedutor discurso colonizador, e mercantil, das grandes corporações, como a Agroceres, indústria de sementes criada pelo grupo Rockfeller. Como menciona Shiva (2003), essas multinacionais impuseram sementes pensadas para atender aos interesses da reprodução ampliada do capital e não aos das comunidades camponesas dos países “pobres.”

A temporalidade do capital, mesmo com toda sua força, não destruiu a temporalidade da agricultura camponesa no Assentamento Cunha. Como já destacamos, muitas famílias resistem e retomam nas suas práticas produtivas essa agricultura com princípios agroecológicos. Os saberes dessa agricultura sem dúvida são importantes para o fortalecimento da produção agroecológica no assentamento.

O camponês, personificação da produção simples de mercadorias, tornou-se dependente do mercado para a produção para o autoconsumo. Como afirma Santos (1984), o camponês passou a assimilar seu rendimento negativo, na relação comercial com o capital com a produção direta dos meios de vida. Discutiremos os aspectos da reprodução simples no Assentamento Cunha no capítulo 4, acerca dos canais de comercialização utilizados pelas famílias assentadas.

A reflexão sobre os elementos da especificidade camponesa no Assentamento Cunha, enquanto possibilidade para a produção agroecológica se mostra importante porque se coloca como questão na disputa para a territorialização da agroecologia. Nesse sentido, se esse modelo visa reduzir o uso das fontes de energia externas à propriedade, a mão-de-obra familiar assume representatividade na sua territorialização. Na análise ficou evidente a centralidade da família no desenvolvimento das atividades laborais na parcela. Todavia, o

dilaceramento da família camponesa territorializada, devido à exploração capitalista, com a consequente captura da mão-de-obra para atividades fora da parcela, ocasiona escassez para o desenvolvimento da produção agroecológica. Não se pode, no entanto, com isso, reduzir esse processo a explicações simplistas, que atribuem a redução da mão-de-obra ao desejo dos filhos das famílias camponesas de migrar para os centros urbanos.

É importante também levar em conta a política de reforma agrária do Estado brasileiro, a imposição ideológica do urbano enquanto modo de vida ideal e os próprios interesses da burguesia em impedir a consolidação de projetos que visam garantir a autonomia do campesinato, levando-o a escapar da proletarização. Explicações que desconsideram esses aspectos correm o risco de ficar apenas na aparência. Além disso, as dificuldades para a produção agroecológica, no que tange à mão-de-obra familiar, também decorre do dilaceramento histórico da família camponesa no Brasil, devido à imposição de desterrado dada ao campesinato, ou seja, de migrar, tal como se demonstrou na análise da trajetória espacial das famílias camponesas do Assentamento Cunha.

Apesar disso, o *habitus* de classe do campesinato é um elemento importante para a consolidação da produção agroecológica no Assentamento Cunha. A territorialização dos camponeses pode permitir, com o trabalho, a reconstrução da tríade terra-trabalho-família. Associada às relações de ajuda mútua, a socialização camponesa, entre outros aspectos que podem fortalecer a autonomia camponesa. Nesse sentido, também o são os saberes intergeracionais que as famílias assentadas carregam. Não se trata de romantizar o conhecimento tradicional; a questão que se põe é reconhecê-lo, já que, como defende Shiva (2003), a invisibilidade é o passo mais eficiente para levá-lo ao colapso. Vergés (2011) relata que a crise ambiental forçou o reconhecimento de que as práticas camponesas apresentam formas sustentáveis de produzir alimentos. Nesse sentido, a temporalidade lenta de resistência do conhecimento tradicional, associada à territorialidade dos camponeses entre si e com o meio, resultante do *habitus* de classe do campesinato, se apresenta como alternativa frente à temporalidade rápida imposta pelo agronegócio, por meio do programa da “Revolução Verde.” A disputa entre agronegócio e campesinato é a discussão do próximo capítulo.

Capítulo 3 - Agronegócio x Campesinato: dos elementos teóricos aos atores responsáveis pela agroecologia no Assentamento Cunha

Neste capítulo será destacada a disputa entre o agronegócio e o campesinato, por meio da “Revolução Verde” e da agroecologia. Nesse sentido, no primeiro momento evidencia-se-á como o agronegócio tem suas raízes no contínuo processo de industrialização da agricultura europeia, iniciado com a Segunda Revolução Agrícola. Em seguida, analisar-se-á o projeto do capital industrial/financeiro internacional para os países “subdesenvolvidos”, com a primeira e a segunda “Revolução Verde” e suas consequências no território goiano.

Logo após, a reflexão se concentra nas “agriculturas rebeldes”, como: orgânica, biodinâmica, natural e biológica, sua apropriação pelo agronegócio orgânico e a questão da certificação orgânica no Assentamento Cunha. Por fim, será discutido o modelo da agroecologia e os atores responsáveis por sua territorialização no assentamento mencionado. No item a seguir se verá que o projeto da modernidade/colonialidade, tal como afirma Gonçalves (2012), se fez dentro dos países “desenvolvidos” antes de se territorializar nos “subdesenvolvidos”.

3.1. Primeira e Segunda Revoluções Agrícolas: a autonomia da produção camponesa em questão, as raízes do agronegócio

Segundo Marx; Engels (2008) a burguesia não pode existir sem revolucionar. Santos (1996) declara que há um movimento incessante no sistema capitalista, ou uma totalidade em constante processo de totalização. Daí a afirmação marxiana: “Tudo que era sólido desmancha no ar (MARX; ENGELS, 2008, p. 13).” Na expansão capitalista, nota-se um caráter bárbaro, de desorganização, destruição e homogeneização dos territórios. Na agricultura, por exemplo, atores e seus modos de vida são desterritorializados para dar lugar a outros que atendam à reprodução ampliada do capital.

A agricultura é uma prática milenar, anterior ao modo capitalista de produção. Segundo Gonçalves (2012), ela foi criada entre 11.000 a 8.000 anos atrás. Como afirma Altieri (2012), foi resultado da coevolução de processos sociais e naturais. Na relação sociedade/natureza o ser humano aprendeu e apreendeu formas de seleção de espécies animais e vegetais, formou uma biotecnologia histórica. Como nos explica Gonçalves (2012, p. 238): “Esclareçamos que o simples cruzamento de animais, prática comum em qualquer estabelecimento rural, não deixa de ser uma espécie de engenharia genética. Todo processo de

cruzamentos que nos legou os cultivares são, a rigor, biotecnologia [...].” Nos diferentes lugares, diferentes grupos construíram seus modos de produzir alimentos.

O surgimento e a expansão imperialista do modo capitalista de produção jogam pelo ar as práticas agrícolas dos povos originários em vários continentes, inclusive na Europa. Lá, até o século XVIII, o sistema de pousio de três campos era dominante. Segundo Ehlers (1996), ele perdeu espaço com a Primeira Revolução Agrícola para a integração lavoura/pecuária e a rotação de culturas com utilização de leguminosas, entre outras práticas. Essa primeira revolução resulta em maior produção de alimentos e excedentes, que amplia o comércio e corrobora para o surgimento do capitalismo. Os camponeses naquele momento continuavam sendo os portadores do conhecimento que movia a agricultura, o capitalismo não havia penetrado nas práticas agrícolas.

Com o capitalismo industrial, a situação modifica-se, além da desterritorialização camponesa em alguns Estados, como na Inglaterra com os *enclosures*, acontece a Segunda Revolução Agrícola no final do século XIX. Segundo Ehlers (1996), ela é provocada pelas descobertas no ramo da química, com Justus Von Liebig (1803-1873). Ele defendia a nutrição das plantas pela absorção de elementos químicos que poderiam ser sintetizados em laboratório, contestava a teoria húmica, que pregava a importância da matéria orgânica na nutrição das plantas. Na genética, Jonhann Gregor Mendel (1822-1884) descobre as leis genéticas, que permitem a seleção de características desejáveis nas espécies com a hibridização. Também na química são sintetizados compostos orgânicos utilizados como agrotóxicos e na mecânica os motores de combustão interna são utilizados na produção de máquinas agrícolas.

As transformações na agricultura europeia atingem, na primeira metade século XX, os EUA e o Japão. Como dizem Marx; Engels (2008), tal processo resulta na contínua submissão do campo à cidade, e também na penetração do capitalismo nas atividades agrícolas propriamente ditas. Os camponeses perdem gradativamente o controle da comercialização para o capital industrial, assim como o domínio das sementes, fertilizantes e máquinas utilizadas na produção. Seus conhecimentos são desvalorizados pelo discurso industrial/urbano. Segundo Machado (2009), a indústria agroquímica e automobilística submete os camponeses a seus projetos de acumulação. É o projeto da modernidade/colonialidade imperialista na agricultura se fazendo no interior dos próprios países “desenvolvidos” antes de se instalar nos países “subdesenvolvidos”.

O projeto de industrialização da agricultura nos países “desenvolvidos” traz no seu âmago o tempo rápido do capital, em detrimento ao tempo lento da produção camponesa.

Neste projeto está o germe do agronegócio, já que como afirmam Leite; Medeiros (2012) esse conceito também contempla o uso de máquinas e insumos na agricultura. Martins (2012) afirma que o agronegócio é uma aliança de classes no campo, entre empresa rural capitalista, grupos transnacionais, corporações financeiras, latifúndio improdutivo, setor midiático e o Estado, com claros benefícios ao capital industrial/financeiro.

As descobertas científicas, a produção de bens industrializados para a agricultura, a associação do capital industrial/bancário, em suma, o discurso imperialista/colonialista da Segunda Revolução Agrícola criaram as bases para o início desse processo. Além disso, como evidencia Shiva (2003), a Segunda Revolução Agrícola demonstra que o modelo de agricultura do agronegócio tem origem num lugar, numa cultura e numa classe. Ele se universaliza para o mundo por meio da ação imperialista da “Revolução Verde”. No próximo item discutiremos o que foi esse programa.

3.2. A estruturação do agronegócio com a Primeira e Segunda “Revoluções Verdes”: a formatação de seres para a reprodução ampliada do capital

No discurso oficial a “Revolução Verde” tinha propósitos humanitários. As pesquisas resultariam em sementes e técnicas agrícolas mais adequadas, a produção e a produtividade na agricultura mundial seriam ampliadas, a fome e a miséria seriam eliminadas. Mas, se a técnica é determinada pelo modo de produção vigente na sociedade, a “Revolução Verde” atenderia aos interesses de todas as classes sociais? Brum (1988, p. 44) define a “Revolução Verde” nos seguintes termos:

A ‘Revolução Verde’ foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais eficientes.

Na análise de Ehlers (1996) a “Revolução Verde” se deu graças à continuidade das pesquisas da Segunda Revolução Agrícola e da adaptação de tecnologias da Segunda Guerra Mundial. Esse autor e Shiki (2009) evidenciam que as sementes de alto rendimento alcançavam os resultados esperados se fossem utilizadas com os demais componentes do pacote tecnológico, como: fertilizantes solúveis, mecanização e agrotóxicos, ou seja, como objetos técnicos atuando em sistema. Os objetos técnico-científicos formam um sistema na reflexão de Santos (1996, p. 176): “hoje os objetos técnicos são originariamente criados para

se comunicar entre si e para responder a uma finalidade, desejada por quem os concebe e quem os implanta, ainda que sejam susceptíveis de outro tipo de utilização.”

Considerando-se o pacote tecnológico da “Revolução Verde” como um sistema de objetos técnico-científicos, pode-se afirmar que ele não atendia aos interesses de todas as classes sociais. Como afirma Santos (1996) os objetos técnicos são criados para atender aos interesses de quem os concebeu e implantou, sendo que não foram os camponeses a elaborar o pacote da “Revolução Verde.”

Nesse sentido, Brum (1988) e Gomes (2008) defendem que essa “revolução” foi pensada pelo capitalismo imperialista financeiro, para articular uma nova divisão internacional/territorial do trabalho nos países “subdesenvolvidos.” Gonçalves (2012) destaca o caráter emblemático do termo *Revolução “Verde”*, pois naquele momento se acirravam as contradições de classe pós-Segunda Guerra Mundial, com as consequentes Revoluções “Vermelhas” na China e em Cuba e os atores do capital buscavam apresentar alternativas aos problemas humanitários, na perspectiva capitalista. Como declaram Fernandes; Welch (2008), as multinacionais do agronegócio foram as grandes beneficiadas por esse processo, pois passaram a manipular a produção do conhecimento, as tecnologias, as políticas agrícolas, os discursos e o mercado de alimentos. Leite; Medeiros (2012) acrescentam que esse processo resultou no controle da produção agropecuária pelas corporações multinacionais.

Dessa forma, os atores que apresentaram essa “alternativa” foram fundações e institutos ligados às multinacionais. Brum (1988) e Gomes (2008) destacam entre eles: as fundações Ford e Rockefeller, o instituto Kellogg e a Aliança para o Progresso. Além de organizações supranacionais, entre elas, segundo Elhers (1996), pode-se mencionar: o Banco Mundial, a Fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Fome (FAO), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USAID).

Essas organizações transformaram o programa em símbolo de progresso e desenvolvimento, pois, como afirma Santos (1996), os objetos técnicos mercantis para serem adotados precisam ser simbólicos. O discurso oficial instituiu a ridicularização dos conhecimentos tradicionais camponeses. Segundo Altieri (2012), os transformou em símbolo de “subdesenvolvimento” e pobreza. Esse processo era parte da denominada ideologia modernizadora. Graziano Neto (1982) diz que a mesma rotulava como atrasadas todas as técnicas da agricultura tradicional.

A implantação do programa não seria possível sem o apoio dos Estados Nacionais, os atores do capital imperialista financeiro penetraram por dentro deles. Como declara Brum

(1988), os interesses das corporações são assumidos pelos países “subdesenvolvidos.” A pesquisa agropecuária é orientada para atender aos seus interesses, são criados centros internacionais de pesquisa com atuação supranacional. O autor afirma que no Brasil a modernização da agricultura teve início em 1946, no planalto gaúcho, com a triticultura. Para sua expansão no território brasileiro, o Estado cria toda uma logística de armazenagem, transporte e apoio a comercialização e também um significativo montante de crédito subsidiado é disponibilizado. Como afirmam Elhers (1996) e Graziano Neto (1982), seu acesso estava condicionado à aquisição do pacote tecnológico.

Segundo Elhers (1996), no Brasil os cursos de agronomia são reformulados em 1960 com a orientação do USAID. As principais escolas de agronomia desenvolvem convênios com as similares estadunidenses. Há o acordo do Ministério da Educação (MEC) com o USAID e a Fundação Rockefeller cria no território brasileiro a Cargill, empresa de comercialização de grãos, a Ema Empreendimentos, indústria de produção de máquinas e implementos agrícolas, e a Agrocerec, indústria produtora de sementes. Além disso, são fundadas a EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Portanto, no Brasil ocorre a construção de infraestruturas para atender ao capital industrial/financeiro internacional.

Como menciona Santos (1996), o tempo mundial das multinacionais passa a reger o tempo do Estado-Nação e esses, em conjunto, determinam o tempo das regiões e lugares. A agricultura brasileira se industrializa, seu tempo não é mais tão determinado pelas técnicas tradicionais. O agronegócio articula uma tecnologia imperialista. Como afirma Graziano Neto (1982), ele produz seres para o capital, a vida é manipulada para atender aos interesses de corporações multinacionais. Os camponeses perdem o controle dos meios de produção e da comercialização do excedente. O projeto da modernidade/colonialidade se renova e a expropriação camponesa torna-se parte da realidade cotidiana. A territorialização da “Revolução Verde” acontece no país pela modernização da agricultura. Segundo Silva (1981, p. 40), ela se caracterizou como sendo:

[...] uma modernização conservadora que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, autossustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só se vinga pelo amparo do Estado.

Já Graziano Neto (1982) destaca que a modernização da agricultura no Brasil foi parcial, pois atendeu apenas alguns produtores, produtos e regiões. Shiki (2009) a denomina

de heterogênea, porque diferenciou produtos, produtores e regiões. A modernização da agricultura foi conservadora, ela aconteceu pela aliança do “moderno” com o atraso, das grandes corporações multinacionais com o latifúndio, convertido em empresa rural. Além disso, foi desigual porque criou o espaço desigual, combinado e contraditório.

Segundo Graziano Neto (1982), sua adoção acarretou a substituição das técnicas de produção e a mudança nas relações de trabalho, com a consequente expropriação dos camponeses territorializados de forma precária. A mudança das práticas produtivas tem sido realizada em função da já mencionada ideologia modernizadora. Segundo Brum (1988), também corroborou para isso a política agrícola do governo brasileiro, com a criação de preços mínimos, crédito subsidiado, incentivos fiscais, moratória, seguro agrícola e perdão de dívidas. Além dos interesses dos empresários rurais no aumento da produtividade do trabalho.

A adoção de novas técnicas de produção na agricultura implica levar em conta alguns aspectos. Segundo Graziano Neto (1982), apenas há sentido em adotá-las se aumentar a produção por área, ser realizada em menor tempo e ampliar a área explorada. Mas as questões não se resolvem de modo tão simples, a utilização de máquinas pode ficar mais caro que a mão-de-obra, devido ao desemprego estrutural, nesse caso o capitalista retoma o uso de mão-de-obra humana. A taxa de lucro, enquanto rendimento por área, e a massa de lucro, como o lucro líquido total da produção, permearão as decisões capitalistas na agricultura.

Quanto aos camponeses proprietários que acessaram o pacote tecnológico, eles foram quase sempre expropriados, tanto devido à elevação dos custos de produção, quanto à competitividade da produção agrícola em caráter internacional. Brum (1988) e Graziano Neto (1982) defendem que a submissão da agricultura aos complexos agroindustriais levou à concentração fundiária. Os empresários rurais e as grandes corporações foram beneficiados. Os primeiros por aquilo que já foi mencionado, ou seja, o controle de grandes áreas bem localizadas e acesso a maiores benefícios governamentais. As segundas, pelo controle dos meios de produção e do mercado de produtos agropecuários, que permitem se apropriar da maior fatia da renda da terra.

Segundo Graziano Neto (1982), a modernização da agricultura no Brasil beneficiou principalmente os grandes produtores, instituiu a especialização produtiva com a formação de monoculturas agrícolas, aumentou a concentração fundiária, subordinou a agricultura à indústria e criou a figura do boia-fria. Além do mais, o tempo da natureza foi desconsiderado em nome do tempo do capital, houve a importação de tecnologias inadequadas às condições tropicais, a produção de alimentos com baixa qualidade biológica e a dependência dos combustíveis fósseis.

Promoveu-se também a expropriação cotidiana do agricultor. Já que segundo Gonçalves (2012), implicou em des-envolver os camponeses de seu conhecimento, da sua biotecnologia histórica, separou a agri-cultura e criou o agro-negócio. Eles perderam o controle coletivo das sementes crioulas, produzidas em longos processos de experimentação, teste e validação, o uso de adubos de origem animal e vegetal, e ocorreu a aceleração do desequilíbrio ecológico. A modernização da agricultura no Brasil criou as bases para a estruturação do agronegócio. Como afirmam Leite; Medeiros (2012) instituiu um conjunto de alianças que escapa à mera produção agrícola, também implantou a monocultura mental no país via “Revolução Verde.”

Esse pacote tecnológico modernizante, além de produzir a morte da criatividade humana, também criou uma agricultura sem agricultores, Já que segundo Marx (2005) a expropriação camponesa envolve não apenas a expulsão direta da terra, mas outras expropriações, como a perda gradativa do controle dos meios de produção. Segundo Shiva (2003), com a segunda “Revolução Verde” e a consequente biotecnologia bioimperialista, acontece a aceleração desse processo. Os objetos que chegam ao campo são estranhos, tem intencionalidades que escapam aos camponeses. Eles se assemelham àqueles descritos por Santos, (1996, p. 173):

No passado, os objetos obedeciam a nós no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação.

A busca por uma mais-valia mundial cria o processo de expropriação dos meios de produção locais por aqueles elaborados pelos atores hegemônicos. A segunda “Revolução Verde” amplia essa lógica, sobre os ditames do capital industrial/financeiro, por meio do agronegócio. Shiki (2009) descreve que se comercializa com a segunda “Revolução Verde” um gene. A biotecnologia bioimperialista, de acordo Gonçalves (2012, p. 238), institui: “[...] uma modificação radical da biotecnologia, que tende a se tornar uma produção de laboratório, com barreira de acesso-propriedade intelectual-posto que priva a maior parte dos agricultores do acesso à propriedade.”

Essa biotecnologia formata corpos, interfere nas características fisiológicas das espécies. Os conhecimentos em genoma permitiram à biociência fabricar sementes, seres-objeto, que desempenham funções determinadas, com obsolescência programada. Altieri (2012) esclarece que as sementes transgênicas tem bom desempenho apenas de 5 a 9 anos, e

se na primeira “Revolução Verde” o lema era para cada inseto-praga um agrotóxico, na Segunda Revolução o lema é para cada inseto-praga um gene.

Os atores desse processo são novamente fundações, como Gates e Rockefeller, associadas às grandes multinacionais, que veem nesse mercado possibilidades para a acumulação ampliada. Gonçalves (2012), Shiki (2009) e Altieri (2012) afirmam como principais corporações da biotecnologia da segunda “Revolução Verde” a Monsanto, a Syngenta, a Bayer, a Dupont, a Dow Agrosience, a Crop Science, a Seminis e a Sakata, entre outras. Elas tecem alianças com multinacionais de outros setores produtivos. Altieri (2012) relata que dentre esses acordos se destaca os realizados com empresas do setor petrolífero, automobilístico e de grãos, para a fabricação de espécies voltadas para o mercado dos agrocombustíveis. Além disso, as fusões e aquisições, desde 1980, fortaleceram mais as possibilidades de subordinação da agricultura mundial aos desígnios do agronegócio.

Shiki (2009) afirma que as corporações do setor agroquímico compraram laboratórios de biotecnologia, se fundiram com as indústrias farmacêuticas e estabeleceram alianças com universidades públicas. Também adquiriram empresas produtoras de sementes dos Estados nacionais e receberam o apoio de órgãos oficiais de pesquisa agropecuária, internacionais e nacionais como a EMBRAPA. Portanto, estabeleceram uma lógica em território-rede para atender aos seus interesses. Leite; Medeiros (2012) destacam que o perfil do agronegócio atual se destaca na concentração de empresas sob o controle internacional.

No Estado brasileiro pós-1980, com a adesão ao capitalismo flexível neoliberal, os objetivos do agronegócio têm sido intensamente atendidos. A composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO), vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia exemplifica isso. Altieri (2012) menciona a que ela é integrada por vinte e sete membros mais os suplentes. Dentre os vinte e sete representantes, doze são do setor acadêmico, nove dos ministérios, e seis da sociedade civil. Apenas quatorze votos são suficientes para a liberação das sementes transgênicas, o que implica dizer que não são necessários os votos dos representantes da sociedade civil. O princípio da precaução é ameaçado, já que com financiamentos de pesquisa nas universidades, das campanhas políticas, as grandes corporações da biotecnologia tem forte *lobby* em favor de seus interesses. Isso é ampliado com o papel que o agronegócio assume no modelo econômico neoliberal, dirigido pelo capital financeiro. Segundo Martins (2012), no Brasil esse setor tem a função de gerar saldos comerciais externos e, com isso, fortalecer a balança de pagamentos e produzir reservas cambiais.

O agronegócio se apoia também nos organismos supranacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio da política de *royalties*. Nessa política os camponeses, que alimentam a sociedade mundial, não receberam pelo uso social de suas sementes crioulas, mas veem as grandes corporações cobrar pela propriedade intelectual das sementes transgênicas. Há a mercantilização da vida, os agricultores são submetidos à renda da vida, por meio dos *royalties*. Trata-se da normativa científica, política, econômica, cultural da modernidade utilizada a favor das corporações multinacionais da biotecnologia. A ciência mostra sua face imperialista, valida os conhecimentos produzidos em laboratórios de biotecnologia e desqualifica os conhecimentos tradicionais camponeses.

Mas, os prejuízos ao campesinato, produzidos pela biotecnologia bioimperialista do agronegócio, em detrimento à biotecnologia histórica vão além dos *royalties*. As sementes-objeto transgênicas são estéreis. Gonçalves (2012) e Shiva (2003) explicam que elas possibilitam a produção, mas não garantem a reprodução. Embora, como afirma Altieri (2012), os camponeses não tenham lugar na transgenia, aqueles que porventura se arriscam são expropriados pela obrigatoriedade de pagamento dos *royalties*. Contudo, mesmo que não a adotem, a convivência da produção camponesa com a transgênica ocasiona a destruição da sustentabilidade natural da primeira, não há possibilidade da coexistência entre elas. A consequência mais significativa da transgenia ao campesinato é a perda da Soberania Alimentar. As sementes transgênicas são os vetores do controle-distante, o império do capital se fazendo nos lugares.

O acontecer nos lugares ocorre tanto com as infraestruturas, quanto com os discursos, como o de sustentabilidade. Porém, como afirma Ortega (2009), na nova política econômica mundial a sustentabilidade converte o ambiente em mercadoria. A economia ambiental capitalista preocupa-se com as externalidades criadas pelo desenvolvimento do sistema. É necessário reformá-lo por meio de instrumentos que controlem as destruições do meio ambiente. Para os atores do agronegócio a sustentabilidade está na redução do uso de agrotóxicos e no uso de práticas agrícolas como plantio direto e rotação de culturas, entre outras. Defende por meio da segunda “Revolução Verde” o tecnicismo como solução dos problemas produzidos pela primeira “Revolução Verde.”

Segundo Ehlers (2008), a ideia central é aproveitar ao máximo os avanços na engenharia genética. Essa seria a panaceia para insetos-praga, doenças, diminuição dos recursos hídricos, salinização, baixa fertilidade, enfim, a perda de produtividade do pacote tecnológico da primeira “Revolução Verde.” Mas essa Segunda Revolução provoca, de acordo Shiki (2009), uma nova onda de subordinação da agricultura ao capital. Molina (2009)

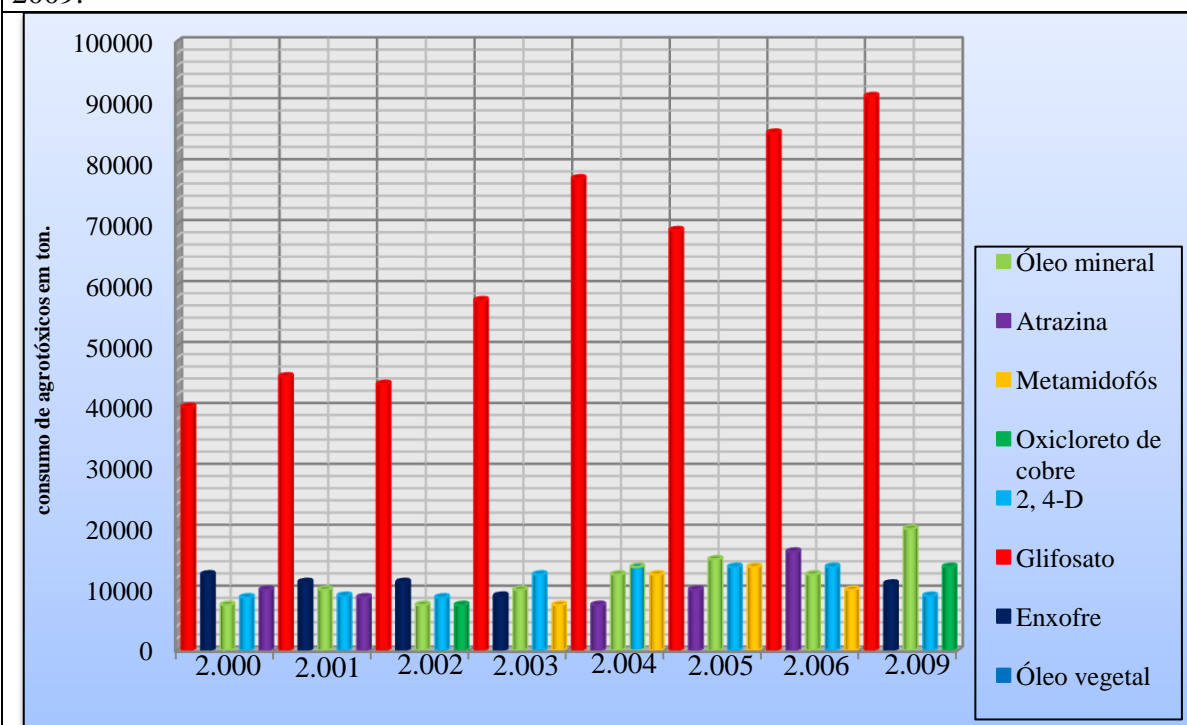
defende que ela não resolve os problemas humanitários da fome, porque está baseado nos mesmos princípios da primeira “Revolução Verde.” Altieri (2012) a descreve como reducionista, ao propor uma vara mágica biotecnológica para os problemas na agricultura, tudo se torna uma questão de deficiência genética.

A Segunda “Revolução Verde” é a saída encontrada pelos atores do agronegócio para os problemas ecológicos, econômicos, políticos, culturais ampliados pela Primeira “Revolução Verde.” Mas, ao contrário de solucioná-los, ela os tem ampliado. Altieri (2012) afirma que a transgenia aumenta a destruição da diversidade genética. Por exemplo, por meio da introgressão, genes de variedades transgênicas são transferidos para parentes silvestres. Além disso, esse processo cria superervas daninhas, e a toxina Bt presente no milho destrói o ecossistema do solo. Pesquisas comprovam que essa toxina provoca a morte dos organismos quando em contato com os resíduos da cultura agrícola.

O agronegócio, por meio da biotecnologia bioimperialista, estabelece uma disputa territorial, no centro da qual está a produção da vida. O interesse das grandes corporações é criar a uniformidade genética com o domínio da produção das espécies, para isso estabelece fusões, alianças com as multinacionais agroquímicas para controlar a oferta de agrotóxicos. Essa interdependência permite o monopólio do mercado internacional, como no exemplo da soja *Roundup Ready* produzida pela Monsanto que resiste a intensas doses de Glifosato. No gráfico 14 se observa a elevação do uso deste princípio ativo no Brasil, devido à liberação dos plantios transgênicos de soja na década de 2000. Nesse período seu consumo era de 40.000 toneladas; em 2009 atingiu 91.000. Portanto, em menos de 10 anos a utilização de Glifosato superou o dobro do uso anterior.

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2012), seu uso está sendo revisto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As alegações são casos de intoxicação e a contraditória prerrogativa de ingestão diária aceitável, além de efeitos toxicológicos diversos. Altieri (2012) afirma que entre as consequências desse agrotóxico estão: problemas respiratórios, lesões de pele, redução da fixação de nitrogênio, aumento da vulnerabilidade do feijão a doenças e redução das microrrizas. Além deste agrotóxico, percebe-se no gráfico 14 que o Brasil tem ampliado o consumo de outros princípios ativos, o que colocou o país como campeão no consumo de agrotóxicos no mundo. Segundo o Censo Agropecuário 2006, na América Latina o Brasil é responsável por 86% do mercado consumidor de agrotóxicos. Entre os princípios ativos o Metamidofós também está sendo revisto pela ANVISA, devido à toxicidade aguda e à neurotoxicidade.

Gráfico 14 - Brasil – Consumo dos principais ingredientes ativos de agrotóxicos – 2000 a 2009.



Fonte: Indicadores de desenvolvimento sustentável, IBGE – 2012. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

O aumento da aplicação de agrotóxicos no Brasil demonstra a ampliação dos plantios transgênicos, das práticas agrícolas de cultivo direto e mínimo e o intenso desequilíbrio dos agroecossistemas, com a ampliação dos riscos à saúde. A contradição do discurso sustentável do agronegócio se revela. As altas doses de agrotóxicos utilizadas na agricultura atual resultam em graves prejuízos à sociedade e sua natureza exterior; amplia-se a lógica da agricultura da morte das grandes corporações.

No momento atual, o agronegócio, com a biotecnologia bioimperialista, produz uma agricultura contrária aos interesses das comunidades camponesas espalhadas pelo mundo. Como afirma Altieri (2012), ela tem características que não interessam aos camponeses, pois os expropriam. Eles perdem o controle de sua biotecnologia histórica. Mas, o campesinato tem reagido a esse processo por meio das organizações camponesas mundiais, como, por exemplo, a Via Campesina. No documento: “*De Maputo a Yakarta: 5 anos de Agroecologia na Via Campesina (2013)*”, essa organização defende a produção agroecológica como modelo de agricultura que atende aos interesses do campesinato mundial. No documento fica claro que desde 2009 há uma intensificação do debate agroecológico na organização, em encontros realizados em vários continentes, para elaborar propostas de agricultura agroecológica contrapostas ao agronegócio.

A Via Campesina, por meio do conceito de Soberania Alimentar, defende as sementes crioulas, a elaboração de conceitos antagônicos aos do agronegócio, a cooperação, a comercialização direta, as alianças com aliados estratégicos, a luta por políticas públicas em defesa da agricultura agroecológica, o intercâmbio de experiências, entre outras ações. Portanto, essa organização se coloca num campo de forças com o capital industrial/financeiro, com o agronegócio, se estrutura num território-rede e defende a agricultura que serve à reprodução da vida e, não, à reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, destaca que o discurso esverdeado das grandes corporações esconde além dos problemas ecológicos já citados, graves consequências sócio-culturais e econômicas, como: aumento da concentração da terra, dos oligopólios, das várias formas de expropriação camponesa, destruição de práticas culturais, perda de Soberania Alimentar e, com isso, fome e desnutrição. Além de ampliação das doenças e dos interesses privados na pesquisa.

Desse modo, o agronegócio, hoje estruturado a nível mundial, com integrantes inclusive do capital especulativo financeiro, tem construído uma agricultura de laboratório, que despreza o agricultor, cada vez mais submetido ao genocídio da biotecnologia bioimperialista. Como declaram Fernandes; Welch (2008), as transnacionais do agronegócio, com o poder de manipulação, controlam os processos de concepção, financiamento, produção, beneficiamento e comercialização da produção agropecuária mundial. No próximo item se discutirá o desenrolar desses processos no Cerrado goiano, pela territorialização da modernização da agricultura.

3.3. A “modernização” da agricultura no Cerrado: a apropriação do espaço goiano pelo agronegócio

Segundo Santos (1996), a região tem sua existência vinculada à totalidade. As riquezas do mundo se dividem pelo seu movimento. Esse processo institui a divisão internacional/territorial do trabalho. A totalidade, portanto em constante processo de totalização, acarreta a distribuição das riquezas de diferentes formas a cada momento histórico. A região ganha especificidade particular, seu tecido se renova a cada instante da processualidade do acontecer hegemônico.

O Cerrado goiano, como parte do movimento da totalidade, não é autônomo frente à dinâmica processual do capital. Esse processo cria a Divisão Internacional do Trabalho, funções são dadas e eventos externos se instalam desorganizando os territórios. Segundo Estevam (1998), a agricultura goiana até a década de 1940 se caracterizou pela utilização da

prática tradicional, havia reduzida utilização de maquinário ou técnicas modernas de cultivo, apenas em 1950 há um incipiente processo de mecanização, em médias propriedades no Centro-Sul Goiano. Em Goiás o processo de modernização da agricultura se acelera após 1970, também se amplia nesse momento a exploração e a destruição do bioma Cerrado, com o uso do território gradativamente atrelado aos interesses do agronegócio.

Essa modernização desconsiderou a convivência histórica dos camponeses com o Cerrado; ampliou, sob a pecha da modernidade, o que há de mais imperialista e colonial no âmbito das relações de poder. O intuito foi submeter esse espaço à lógica do capital industrial/financeiro. De acordo com Gomes (2008), tal função foi atendida graças a elementos naturais, como: o relevo plano das extensas chapadas, clima favorável, farta disponibilidade hídrica. Além de atributos presentes ou criados, como: maior dimensão do alqueire goiano, preço irrisório das terras, disponibilidade de mão-de-obra barata, incentivos dos governos, federal, estadual e municipal: construção de silos, rodovias, disponibilização de máquinas, criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e também segundo Leme (2003), com a criação de créditos subsidiados, de uma política de preços mínimos e de incentivos fiscais, entre outros. De acordo com Leme (2003), o Estado foi ator fundamental nesse processo.

A modernização da agricultura em Goiás se insere na Divisão Internacional/Nacional do Trabalho pós-Segunda Guerra Mundial. Para viabilizá-la, o Estado brasileiro adquiria empréstimos nas instituições financeiras internacionais, os repassava ao Banco Central que os disponibilizava no Banco do Brasil. Os grandes latifundiários e as grandes corporações acionam os financiamentos e programas criados. Com o dinheiro em mãos, adquirem o pacote tecnológico da “Revolução Verde”, que satisfaz aos interesses das subsidiárias de multinacionais sediadas no Sudeste do Brasil. Após a produção, a comercialização ocorre com as grandes corporações, e, com os impostos arrecadados, o Estado busca equilibrar a balança de pagamentos. Desse modo, esse processo tem representado os interesses do Estado e das gigantes do agronegócio no território goiano.

A modernização em Goiás reproduziu as características gerais que se deram em âmbito nacional, foi desigual e conservadora (CALAÇA; CHAVEIRO, 2012). Ou seja, se concentrou no Centro-Sul Goiano, nas culturas destinadas a exportação e nas empresas rurais. A sua instalação gerou mudanças na base técnica da agropecuária, com a adoção do pacote motomecânico e agroquímico da Primeira “Revolução Verde.”

No que concerne à mecanização, o uso do trator é uma das variáveis importantes na análise da modernização, porque permite a utilização de uma série de outros implementos.

Nota-se na tabela 2 a sua consolidação em Goiás, o aumento em escala ascendente para o período analisado está vinculado aos programas governamentais de financiamento da agricultura, especificamente àqueles destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Todavia, chama à atenção a amplitude desse processo, pois mesmo com a criação do estado do Tocantins em 1988, há a ampliação do número de tratores no período de 1985 a 1995.

Tabela 2 - Estado de Goiás - Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários – 1970 – 2006.

1970	1975	1980	1985	1995	2006
5.692	13.634	27.600	33.548	43.313	44.832

Fonte: IBGE (Séries Estatísticas & Séries Históricas) – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

As máquinas utilizadas, todavia, são ainda aquelas de menor potência. Segundo o Censo Agropecuário (2006), havia em Goiás, em 2006, 25.013 tratores com 100 cavalos, e 19.819 com 100 ou mais cavalos de potência. A desigualdade se revela também na tração utilizada pelos estabelecimentos. Na tabela 3 se observa que nos 135.683 estabelecimentos pesquisados em Goiás é significativo à presença da tração animal na agricultura, o que pode ser explicado pela política de financiamento que privilegia as grandes propriedades e pelos custos de manutenção de máquinas para o campesinato, quando não obtidas por organizações como associações e cooperativas, além da permanência da agricultura camponesa com princípios agroecológicos.

Tabela 3 – Estado de Goiás - Tipo de tração utilizada nas atividades agrícolas pelos estabelecimentos rurais – 2006.

Total de estabelecimentos	Animal	Mecânica	Mecânica/animal
135.683	40.986	22.473	26.720

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE - 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

A adoção da mecanização ocorreu associada aos fertilizantes e agrotóxicos. Os dados do Censo Agropecuário (2006) apontam que, de um total de 135.683 estabelecimentos agropecuários consultados em Goiás, 36.959 deles utilizaram adubos químicos nitrogenados, 8.399 adubos químicos não nitrogenados, 7.233 fizeram uso de urina animal/esterco, 582 de adubação verde, 78 de vinhaça, 65 de húmus de minhoca (*Phiretina hawayana*), 620 de biofertilizantes, 724 de fixadores de nitrogênio, 1.164 de compostos orgânicos, portanto, 10.466 estabelecimentos declararam que não utilizaram adubação química. E outros 79.859 declararam não utilizar adubo em seus estabelecimentos.

Os dados afirmam a predominância da adubação química na agricultura goiana, pois 45.358 estabelecimentos utilizam adubação nitrogenada ou não nitrogenada. A explicação está nos incentivos financeiros, na política de assistência técnica e na propaganda para a adoção do padrão de agricultura do agronegócio. Como afirma Caporal (2009), a agricultura brasileira continua dependente do composto nitrogênio, potássio e fósforo (NPK). Diante dos dados, a análise do autor parece valer para Goiás, há um quimismo reducionista nas práticas agrícolas, devido às sementes de alto rendimento que têm a fisiologia preparada para absorver os fertilizantes solúveis.

Nos 10.466 estabelecimentos que usam adubação orgânica, a explicação pode ser encontrada no conhecimento tradicional dos produtores, na orientação técnica de ONGs e outras organizações, na impossibilidade de aquisição da adubação química e na política de redução dos custos de produção das empresas rurais. Os demais 79.859 estabelecimentos que não utilizaram adubos no ano de 2006, ou não utilizam adubos em nenhum período, pode ter sido por omissão de informações, impossibilidade de compra devido à descapitalização do agricultor e dificuldade de acessos a financiamentos, assim como desconhecimento de outras formas de adubação. Contudo, os dados reafirmam a modernização desigual em Goiás.

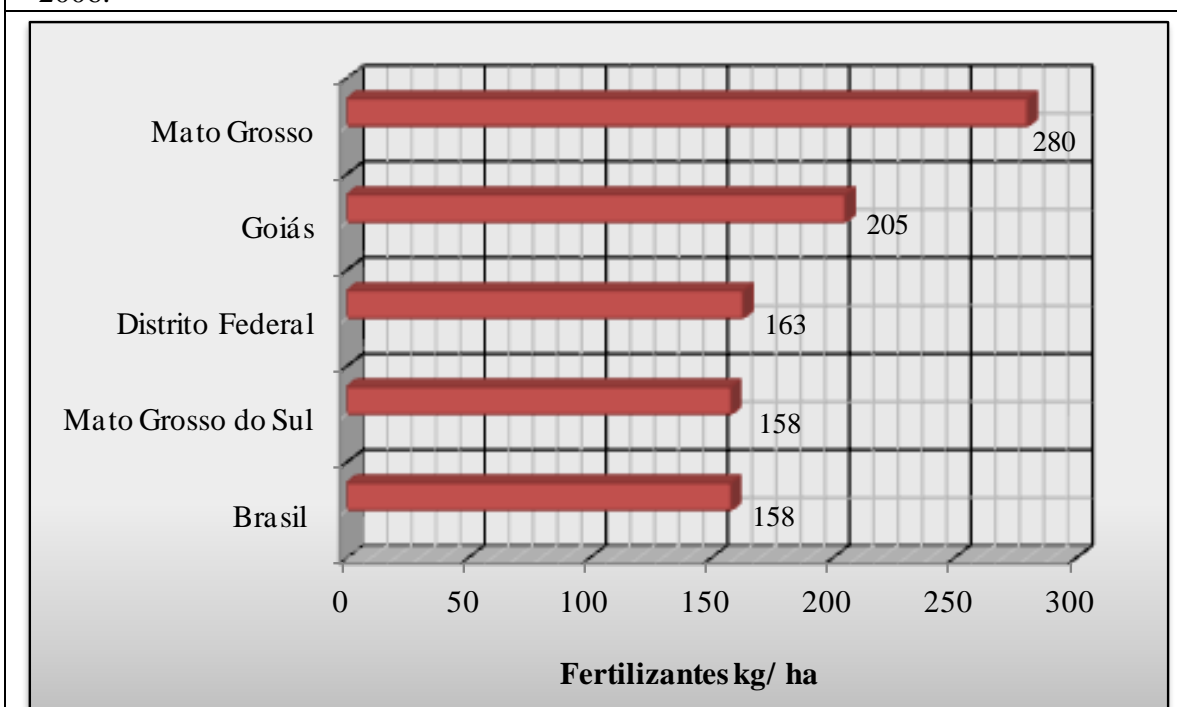
Essa desigualdade também surge quando se compara o uso de adubo químico em Goiás com o Brasil e com outros estados da região Centro-Oeste. No gráfico 15 se observa que no território goiano se aplica em média 205 quilos de adubo por hectare, enquanto no Brasil esse valor é de 158 quilos. Na região Centro-Oeste, Goiás perde apenas para o Mato Grosso, que faz uso de 280 quilos por hectare. Esse adubo, segundo o Censo Agropecuário (2006), é utilizado principalmente na lavoura, em 32.694 estabelecimentos, enquanto 6.138 fazem uso para formação e renovação de pastagens, 4.499 o utilizam tanto na agricultura quanto na pecuária e 10.376 estabelecimentos declaram que usam, mas não precisam utilizar em 2006.

Já a aplicação de calcário para correção do solo revela uma discrepância maior entre estabelecimentos. Segundo o Censo Agropecuário (2006), em Goiás, de 135.683 estabelecimentos, apenas 12.559 fazem uso dessa correção e 14.936 utilizam, mas não precisaram fazer uso em 2006, enquanto 108.188 não a fazem. Os dados reafirmam o espaço-tempo da modernização do agronegócio como hegemônico em Goiás, porém com caráter desigual. A agropecuária em muitos lugares ainda se realiza preponderantemente segundo o espaço-tempo dos atores locais.

No que se refere ao uso de agrotóxicos, o Censo Agropecuário (2006) relata que, de 135.683 estabelecimentos pesquisados em Goiás, 110.792 não utilizaram agrotóxicos, 18.941

utilizaram e 5.950 utilizam, mas não precisaram fazer uso em 2006. O mesmo instituto realizou levantamento acerca do uso de fontes alternativas para controle de “insetos-praga”, apenas 20.161 disseram utilizá-las. Desses, 1.744 utilizaram controle biológico, 1.390 realizam a queima de resíduos agrícolas e restos culturais, 17.027 fizeram uso de repelentes, caldas e iscas, entre outras técnicas.

Gráfico 15 - Brasil/Região Centro-Oeste – Utilização de Fertilizantes nas lavouras (kg/ha) – 2006.



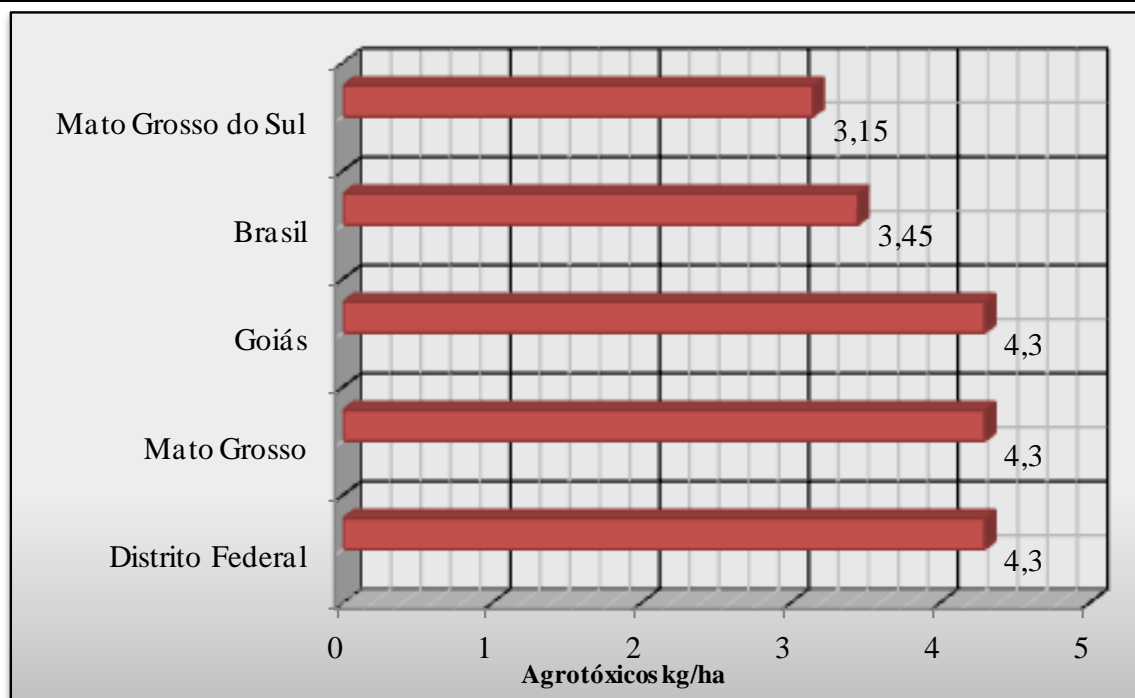
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE – 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Os dados destacam o predomínio do combate químico industrial na agricultura goiana. Pois, enquanto 24.891 estabelecimentos fazem uso dessa forma de controle das pragas, outros 20.161 usam também outra forma de controle. Tal processo, como ocorre para as duas variáveis anteriores parece atrelado à política agrícola do Estado, que beneficia de forma desigual os estabelecimentos agrícolas goianos. Quanto ao uso das fontes alternativas de controle, elas podem ser entendidas pela política de redução de custos das empresas rurais, pela busca de nichos de mercado com a produção orgânica e pela ação de movimentos sociais e outras organizações na defesa de uma agricultura sem agrotóxicos.

Essa hegemonia do combate químico industrial na agricultura goiana é mais notória no gráfico 16. Nele se percebe que Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso, lideram no Centro-oeste, utilizam a mesma quantidade: 4,30 quilos de agrotóxicos por hectare, que é maior que o índice brasileiro de 3,45 quilos por hectare. Se nos indicadores internacionais o Brasil já é

considerado campeão no uso de agrotóxicos, Goiás consegue superar essa condição. Isso demonstra o envenenamento do solo goiano, da sociedade e sua natureza exterior, e também o desrespeito à hipócrita tese “da dose aceitável de veneno por habitante.”

Gráfico 16 - Brasil/ Região Centro-Oeste – Uso de agrotóxicos nas Lavouras (kg/ha) – 2006



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE – 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Isso fica evidente também no que se refere aos produtores, tanto na escala estadual, quanto na nacional. Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2012), apenas 21,1% dos produtores fazem uso de agrotóxicos com orientação técnica, dada pelas empresas integradoras e cooperativas. Quanto aos equipamentos utilizados na aplicação se nota, na tabela 4, que predominam o pulverizador costal, o estacionário, o equipamento de tração, assim como a aeronave. O pulverizador costal e as aeronaves ampliam as possibilidades de exposição aos agrotóxicos, com conseqüente intoxicação e envenenamento dos trabalhadores.

No Assentamento Cunha um dos camponeses, que foi empregado na cultura da soja relatou a periculosidade desse processo. Segundo ele, o trabalhador deve ficar com uma bandeira hasteada demonstrando ao piloto da aeronave onde se deve aplicar o agrotóxico. O tempo para se retirar do local é pequeno, com isso o trabalhador recebe aspersões de veneno sobre o corpo.

A modernização desigual no espaço goiano se apresenta também nas culturas agrícolas. Na tabela 5 se percebe a queda da produção de culturas destinadas ao consumo interno e o crescimento daquelas destinadas à exportação. O arroz teve variação, no total,

positiva de 1970 a 1985. Segundo Oliveira (2002), a rizicultura teve papel importante na abertura de novas áreas no Cerrado, tanto pela maior resistência à acidez do solo, quanto pela capacidade de fixar nitrogênio. Após se amansar a terra com o plantio do arroz, se procedia ao plantio de outras culturas agrícolas e pastagens. Devido a isso, aumenta-se a produção nos anos de abertura de novas frentes de ocupação (1970, 1975, 1980), todavia, nas últimas décadas há uma queda vertiginosa na produção dessa cultura.

Tabela 4 – Estado de Goiás – Equipamento utilizado na aplicação de agrotóxicos por Estabelecimentos – 2006.

Total	Pulverizador costal	Pulverizador estacionário	Equipamento de tração	Aeronave	Outros
18.756	10.681	1.422	6.705	508	895

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE – 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

A modernização desigual no espaço goiano se apresenta também nas culturas agrícolas. Na tabela 5 se percebe a queda da produção de culturas destinadas ao consumo interno e o crescimento daquelas destinadas à exportação. O arroz teve variação, no total, positiva de 1970 a 1985. Segundo Oliveira (2002), a rizicultura teve papel importante na abertura de novas áreas no Cerrado, tanto pela maior resistência à acidez do solo, quanto pela capacidade de fixar nitrogênio. Após se amansar a terra com o plantio do arroz, se procedia ao plantio de outras culturas agrícolas e pastagens. Devido a isso, aumenta-se a produção nos anos de abertura de novas frentes de ocupação (1970, 1975, 1980), todavia, nas últimas décadas há uma queda vertiginosa na produção dessa cultura.

Tabela 5 - Estado de Goiás - Produção agrícola (ton.) – 1970 – 2006.

Tipo de Produção	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Arroz em casca	893.374	110.029.6	133.797.5	771.280	201.115	111.756
Cana-de-açúcar	219.530	338.688	706.146	4.439.246	6.659.013	1.910.226.8
Feijão em grão	85.630	76.278	67.676	1.016.83	84.768	9.395
Milho em grão	5.447.432	1.090.193	1.277.414	1.507.916	2.971.570	2.947.827
Soja em grão	10.219	82.173	368.477	1.157.704	1.960.112	5.514.272

Fonte: IBGE (Séries estatísticas & séries históricas) – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

O feijão tem comportamento similar, tem aumentos de produção nos períodos de abertura de novas frentes agrícolas no Cerrado. A disponibilidade de crédito subsidiado,

assistência técnica, redes de escoamento, armazenagem, perdão de dívidas, seguro agrícola e preço mínimo são destinados, entretanto desde a década de 1970, às culturas da cana (*Saccharum officinarum L.*), soja e milho, entre outras culturas. Isso esclarece o aumento exponencial histórico dessas culturas, com predomínio de monocultivos, exportação de água virtual, e, sobretudo, uso corporativo do território goiano pelo agronegócio.

A adoção em Goiás do pacote tecnológico da “Revolução Verde” após 1970, associada à especialização produtiva e à aliança do moderno com o atraso, resultou na ampliação do desemprego no campo. Esse processo pode ser observado na tabela 6. No período de 1970 e 1980 há elevação do emprego formal no setor, as razões podem ser: a formação da CPT em 1975, a criação de sindicatos de trabalhadores rurais a favor dos empregados no campo e, associado principalmente, ao avanço da fronteira agrícola, que implicou em necessidade de mão-de-obra assalariada. Os períodos pós-1980, contudo, apresentam uma contínua diminuição do emprego.

Dessa maneira, os dados das Séries Estatísticas & Séries Históricas (IBGE, 2.013), quanto à adoção da motomecanização, associados àqueles da especialização produtiva e da concentração da terra em Goiás que, para os períodos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996 apontam as grandes propriedades com concentração de 45,97%, 50,11%, 50,76%, 48,59%, 47,2% das terras respectivamente, permitem realizar a seguinte afirmação: após 1970 amplia-se a expulsão do camponês agregado, meeiro, arrendatário, posseiro e parceiro em Goiás. Isso não quer dizer que eles tenham sido extintos.

Tabela 6 - Estado de Goiás - Pessoal ocupado nas atividades agrícolas – 1970 – 2006.

1970	1975	1980	1985	1995	2006
547.647	688.033	780.749	616.336	471.657	418.071

Fonte: IBGE (Séries estatísticas & séries históricas) – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

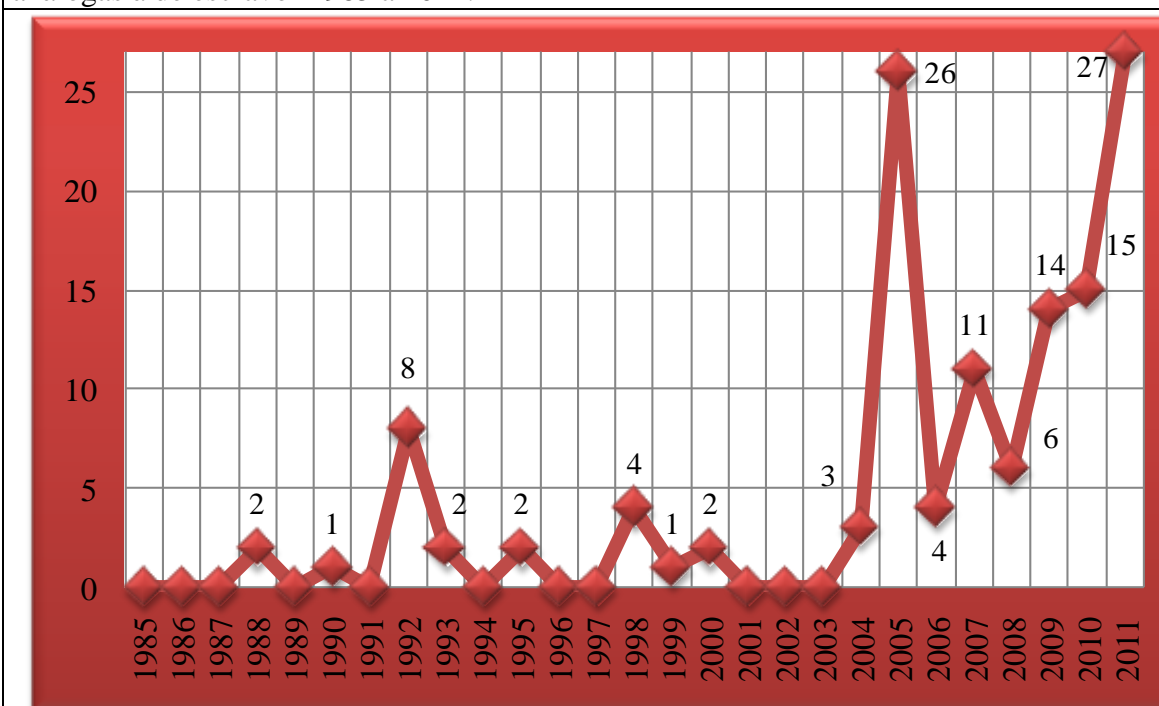
Os dados da urbanização contribuem para comprovar a ampliação da expulsão dos camponeses da terra. De acordo com a Série Estatística & Série Histórica, IBGE (2013), em 1991 Goiás tinha 2.525.231 habitantes nos centros urbanos e 583.765 habitantes no campo. Já em 2000, são 3.545.854 residentes nas cidades e 488.365 no campo. Esse comportamento praticamente se repete em 2006, com pequeno aumento da população rural para 494.597 habitantes, enquanto a população urbana sobe para 4.598.077 pessoas. O agronegócio, portanto, levou à expulsão do camponês do campo em Goiás.

Como afirma Mendonça (2004), aconteceu a reestruturação produtiva do capital em Goiás. Nesse contexto, o desenvolvimento capitalista fez valer a lei marxiana apontada por Luxemburgo (1985), de aumento exponencial do capital constante em relação ao capital

variável. A terra sob domínio do agronegócio, deixou aos camponeses a alternativa das frentes de expansão, a reinterpretção do sentido da cerca com a luta pela terra ou a migração em direção às cidades. Nos centros urbanos ampliou-se a mão-de-obra de reserva, a massa de subempregados amontoados nas periferias, vivendo a miséria e a fome endêmica de todo dia. A precarização, a fragmentação e a superexploração do trabalho pelo capital neoliberal em Goiás, via agronegócio, passaram a marcar a relação capital-trabalho, no campo e na cidade.

No gráfico 17 se percebe que de 1985 a 2003 as variações de trabalhadores sujeitos a condições análogas à de escravidão se mantêm entre 0 e 8 registros. Porém, a partir de 2004, acontece uma ascensão das ocorrências, com variações para mais ou para menos entre 2006 e 2009, sendo que voltam a avançar entre 2010 e 2011. Nesse ínterim, a CPT (2013) registrou, para todo o período analisado, 128 ocorrências de trabalho escravo, com 5.862 trabalhadores libertos.

Gráfico 17 - Estado de Goiás - Registros de ocorrências de trabalhadores em condições análogas à de escravo -1985 a 2011.



Fonte: INCRA – 2013. Organização: SILVA, Edson B. da.

As explicações se vinculam à utilização intensa de máquinas na agropecuária a partir de 1970, com aumento da expropriação camponesa e desemprego no campo. Na relação custo/benefício, para algumas empresas rurais, utilizar a mão-de-obra humana a baixo custo ou a custo nenhum é melhor que utilizar as máquinas agrícolas, além disso, em determinadas atividades não há como eliminar a mão-de-obra. Contribuiu também para essa situação a

ineficiência dos órgãos responsáveis pela aplicação da legislação trabalhista, assim como os fenômenos da terceirização e quarteirização nas atividades produtivas.

Segundo Leite; Medeiros (2012), no agronegócio há trabalhadores bem remunerados ao lado de outros vivendo em condições de superexploração e precarização, como os chamados trabalhadores braçais que realizam trabalhos com mais esforço manual e vivem nas periferias das cidades. Os dados do Censo Agropecuário (2006) confirmam essa realidade para Goiás. Nos 20.935 estabelecimentos goianos que utilizaram trabalhador temporário, 14.303 trabalhadores foram empregados na limpeza de pasto, no preparo do solo e em capinas, 6.108 na colheita, 5.632 na semeadura e 8.457 em outras atividades.

As condições sub-humanas de trabalho no campo estão na agricultura, na pecuária, nas carvoarias, ou seja, estão disseminadas nas diversas atividades do agronegócio em Goiás. O seu discurso de modernização esconde o sangue dos trabalhadores, que morrem um pouco a cada dia, devido ao trabalho desumano, ao transporte inseguro, à comida escassa, aos critérios de produtividade e à drogadição, como linha de fulga. Como afirma Frederico (2008), as cidades do agronegócio se tornam símbolos da desigualdade, de um lado os atores da modernização, do outro o exército de mão-de-obra de reserva não convidado para as benesses da reprodução ampliada do capital.

A relação cidade-campo se altera, as cidades deprimidas perdem populações para os eixos de modernização. Os centros dinâmicos, como destaca Peixinho (2006), atendem a funções determinadas pela lógica da industrialização da agricultura, são pontos que recebem as ordens do acontecer global e as transmitem para o campo, alterando sua lógica. Para os camponeses expropriados o verde da esperança não chega pelo programa da “Revolução Verde”, mas pelo vermelho dos movimentos sociais de luta pela terra. São esses que, a partir das cidades, lutam pela reterritorialização camponesa em Goiás, tal como aconteceu com o assentamento Cunha.

O território goiano é apropriado de modo mais intenso nas últimas décadas pelo agronegócio. Como afirma Frederico (2008), seus atores hegemônicos controlam as redes de informações, sobre as previsões do clima, das safras e das cotações, a logística de armazenamento e transporte, por meio de silos, estradas, ferrovias e portos, além de induzirem a especialização produtiva com fornecimento de crédito e insumos. As corporações do grão no século XXI intensificam a conexão do Cerrado ao acontecer global. Na competição entre lugares, interconectados pelas redes, os empresários rurais em Goiás estão submetidos ao mundo. O Estado se torna máximo para o capital e mínimo para o conjunto da sociedade.

O modo de reprodução do capital em Goiás pós-1970, com a modernização do

território pelo agronegócio, resulta também em graves consequências ecológicas, pois onde ele se instala, amplia-se o desmatamento. Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2012), 66,25% do bioma Cerrado está desmatado, sendo que 100 espécies da fauna e 132 da flora estão ameaçadas de extinção. Esse *desmatamento mata* mesmo a biodiversidade e os modos de vida do Cerrado. Os solos também são intensamente compactados, envenenados, esterilizados e destruídos em sua estrutura física, química e biológica. Segundo o Censo Agropecuário (2006), 44.602 hectares de terras em Goiás estão erodidas e salinizadas.

As fontes de água superficial e subterrânea são contaminadas e exploradas acima da capacidade de recarga. Os rios são barrados para gerar o negócio da água, nascentes e veredas são destruídas e rios assoreados, “espécies-praga” aumentam em razão da resistência aos agrotóxicos, assim como devido à ressurgência, com a eliminação dos inimigos naturais. Agudiza-se o balanço energético negativo com a maior utilização de energia externa e menor produção interna.

Na tabela 7 nota-se que em Goiás o consumo de combustíveis fósseis responde pela maior fonte de energia utilizada na agricultura, com destaque para o óleo diesel, a gasolina e o gás, principalmente o Liquefeito de Petróleo (GLP). Portanto, Goiás não foge ao padrão internacional no que concerne às fontes de energia que sustentam o agronegócio.

Tabela 7 – Estado de Goiás - Consumo de combustíveis nos estabelecimentos – 2006.

Álcool (litros)	Bagaço de cana (ton.)	Carvão veg.(ton)	Gás (litros)	Gasolina (litros)	Graxa Ton.	Lenha (litros m ³)	Óleo lubrif. (litros)	Óleo dies. (litros)
43.021	18	16	17.225	17.622	949	1.325	4.192	155.607

Fonte: Censo agropecuário, IBGE – 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Os dados apresentados revelam que o agronegócio desrespeita o tempo da natureza e amplia as desigualdades sociais no espaço goiano. Como afirma Gomes (2008), o patrimônio natural, biótico e cultural do Cerrado é destruído em nome do progresso. Devido a isso, desde 1920 surgiu a preocupação com a industrialização da agricultura. Como assevera Elhers (1996) tal fato resultou na articulação de agriculturas rebeldes, com preocupações de cunho naturalista. Nas últimas décadas do século XX ganhou força a perspectiva da agroecologia enquanto antítese ao agronegócio, com intensas preocupações sociais, políticas, econômicas e culturais das formas de se fazer agricultura. Nos próximos itens daremos atenção a elas no debate.

3.4. Agriculturas sustentáveis: convergências, divergências e o processo de certificação no Assentamento Cunha

O sentido do termo “rebelde” para as agriculturas alternativas está na negação da segunda Revolução Agrícola e se sustentavam nas ideias de pesquisadores como Pasteur (1822-1895). Segundo Elhers (1996), Pasteur defendia a importância dos micro-organismos para a recomposição dos nutrientes do solo e, com isso, fornecia sustentação científica aos movimentos contrários à industrialização da agricultura. As agriculturas rebeldes mais representativas desse período foram a biodinâmica, a orgânica, a ecológica e a natural.

Segundo Elhers (1996), a agricultura biodinâmica foi elaborada por Rudolf Steiner, (1861-1925), e tinha como fundamento a propriedade autossuficiente, autônoma e o solo como organismo que deve ser reativado pelos preparos biodinâmicos. Como práticas agrícolas preconizava a integração lavoura/pecuária, o respeito ao calendário biodinâmico e a utilização da adubação verde, também defendia a importância das cercas vivas e das culturas pioneiras em solos pobres. Para a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (2013), os preparados biodinâmicos têm por base a antroposofia, que é a mediação do Cosmos com a Terra, e dividem-se em dois tipos, os pulverizados no solo e os transformados em compostos, como o biofertilizante. São elaborados com esterco, plantas medicinais, silício e quartzo.

Já a agricultura orgânica foi elaborada por Sir Albert Howard (1873–1947). Segundo Elhers (2008), seu princípio central é o solo como organismo vivo. Nesse modelo o importante é a matéria orgânica, que pode ser transformada em adubo por meio da compostagem. As práticas agrícolas relevantes dela são: a manutenção de cobertura morta, a rotação e consorciação de culturas, a integração lavoura/pecuária, a utilização de adubo de origem animal, da adubação verde, de biofertilizantes e o controle biológico de “espécies-praga.” Ao contrário da agricultura biodinâmica, concebe a propriedade como dependente dos recursos externos, com a utilização de adubos vindos de fora da propriedade.

A agricultura biológica foi fundada por Hans Peter Muller. De acordo com Ellhers (1996 e 2008), diferentemente das duas correntes anteriores, dá centralidade aos aspectos políticos, econômicos, como: a autonomia dos produtores e a construção de canais de comercialização direta. Contesta a concepção de propriedade autônoma da perspectiva biodinâmica. Para seus precursores, a agricultura biológica deve se integrar ao conjunto de estabelecimentos locais e das atividades econômicas regionais. A tese central é que a saúde do solo garante plantas e seres humanos saudáveis.

Com a teoria da trofobiose do biólogo francês Chaboussou a agricultura biológica fortaleceu-se. Ele comprovou que a aplicação de agrotóxicos e adição excessiva de adubos provoca uma desordem no metabolismo das plantas. Essas disponibilizam mais nutrientes na seiva e no próprio tecido vegetal, o que atrai as “espécies-praga” e muitas delas escapam às aplicações dos agrotóxicos e se reproduzem com rapidez. Esse processo, associado à resistência, ocasiona o descontrole de pragas. A trofobiose demonstrou que as doenças das plantas são resultado da adição excessiva de adubos e tratamento equivocado das “espécies-praga.” As principais práticas agrícolas da agricultura biológica são: o uso de rocha moída, a manutenção da fauna do solo, a rotação de cultura e a utilização de adubo externo à propriedade.

A agricultura natural diverge das outras vertentes rebeldes quando coloca como princípio central o não fazer, a observação das leis naturais. Segundo Elhers (1996 e 2008), para seu principal precursor, Mokiti Okada (1822-1955), as práticas agrícolas deveriam se sustentar principalmente no uso de adubos de origem vegetal, pois os de origem animal contêm impurezas. Essa perspectiva funde a agricultura com princípios religiosos, defende que o consumo de alimentos naturais purifica o corpo e o espírito. Segundo a Fundação Mokiti Okada (2013), o idealizador da agricultura natural pregava a concretização do mundo ideal, em que as ações humanas se fundamentariam nas leis da natureza. De acordo com essa entidade, na agricultura natural recomenda-se a aplicação de compostos, cobertura morta, adubação verde e controle biológico de pragas.

Segundo Elhers (1996), essas agriculturas rebeldes foram rotuladas como sem validade científica nas décadas de 1940 e 1950, mas foram fortalecidas na década de 1960 e 1970, com o agravamento das questões ambientais e a publicação do livro “*Primavera silenciosa*” de Rachel Carson (1907-1964), além dos movimentos estudantis e de contracultura. A viabilidade econômica dentro do sistema capitalista, todavia, foi à razão fundamental para a mudança. Com isso, abandona-se o termo “rebelde” e assume-se a denominação “alternativa.” Segundo Elhers (1996), as agriculturas alternativas são sugeridas na década de 1980 pelo Conselho Nacional de Pesquisa estadunidense e se tornam mais aceitáveis nos meios político, econômico e acadêmico.

A sua apropriação pelo agronegócio faz surgir a agricultura sustentável. Segundo Elhers (1996 e 2008), a agricultura sustentável seria a que melhora a eficiência técnica da agricultura convencional. Assim o governo estadunidense aprova leis agrárias favoráveis ao seu desenvolvimento, os agrônomos estadunidenses passaram a aceitá-la e organismos internacionais como a FAO e o Banco Mundial defendem sua adoção. No Brasil as

agriculturas rebeldes assumiram representatividade em 1970. Segundo Elhers (1996) nessa década se territorializa a primeira experiência em agricultura biodinâmica na estância Demétria. No ambiente acadêmico, agrônomos da Escola Superior de Agronomia Luis Álvaro de Queiroz (ESALQ) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se unem a José Lutzemberger e articulam uma dissidência na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), fundando um grupo de agricultura alternativa.

Em 1980 recebem apoio da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná e realizam os I, II, III e IV Encontros Brasileiros de Agricultura Orgânica (EBAA). Além disso, leis são aprovadas no Rio Grande do Sul, na Constituição de 1988 e especificamente para regulamentar o uso de agrotóxicos. Também é implantado o Projeto em Tecnologias Alternativas (PTA), que logo após se transforma em Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa (ASPTA).

Segundo a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (2013), ela se originou em 1982 com o nome de Centro Demeter que, em 1984, passou a Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD). A certificação orgânica, com selo Deméter se inicia em 1991, e como passa a centralizar toda a infraestrutura da organização, em 1995, então, é criada a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, sendo que em 1999 nasceu a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). A atuação dessas organizações hoje se concentra na assistência técnica, certificação, consultoria, estratégias de comercialização e elaboração de normas para o selo Deméter, também são pioneiras no coquetel de adubação verde e preparos biodinâmicos.

Já a Fundação Mokiti Okada (2013) foi formada em 19 de janeiro de 1971 e atua em todo o território brasileiro. Tem atualmente um setor de consultoria agrícola, com técnicos doutores, agrônomos, biólogos, químicos e fitopatologistas, entre outros. Também presta assistência técnica, consultoria, capacitação e assessoria àqueles que desejam adotar modelos de agricultura sustentável natural. No centro de pesquisa Mokiti Okada se realizam pesquisas e se desenvolvem tecnologias sustentadas nos princípios da agricultura natural. Outra organização importante na defesa da agricultura alternativa no Brasil é a Associação da Agricultura Orgânica (AAO).

Segundo o Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento (MAPA, 2013), nele há quatro certificadoras credenciadas, sendo elas: o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), o IBD Certificações Ltda, a ECOCERT Certificadora do Brasil Ltda e o Instituto de Mercado Ecológico (IMO). No modelo de certificação por auditoria, as empresas certificadoras fiscalizam as propriedades orgânicas e o MAPA é responsável por acompanhar

o trabalho delas. No Brasil, a ECOCERT do Brasil Ltda e o IMO são filiais de certificadoras internacionais. A primeira tem sede na França. Já a segunda possui sede na Suíça, tem atuação em mais de cinquenta países, recebe apoio de organizações como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), BID e Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequeno Empresas (SEBRAE).

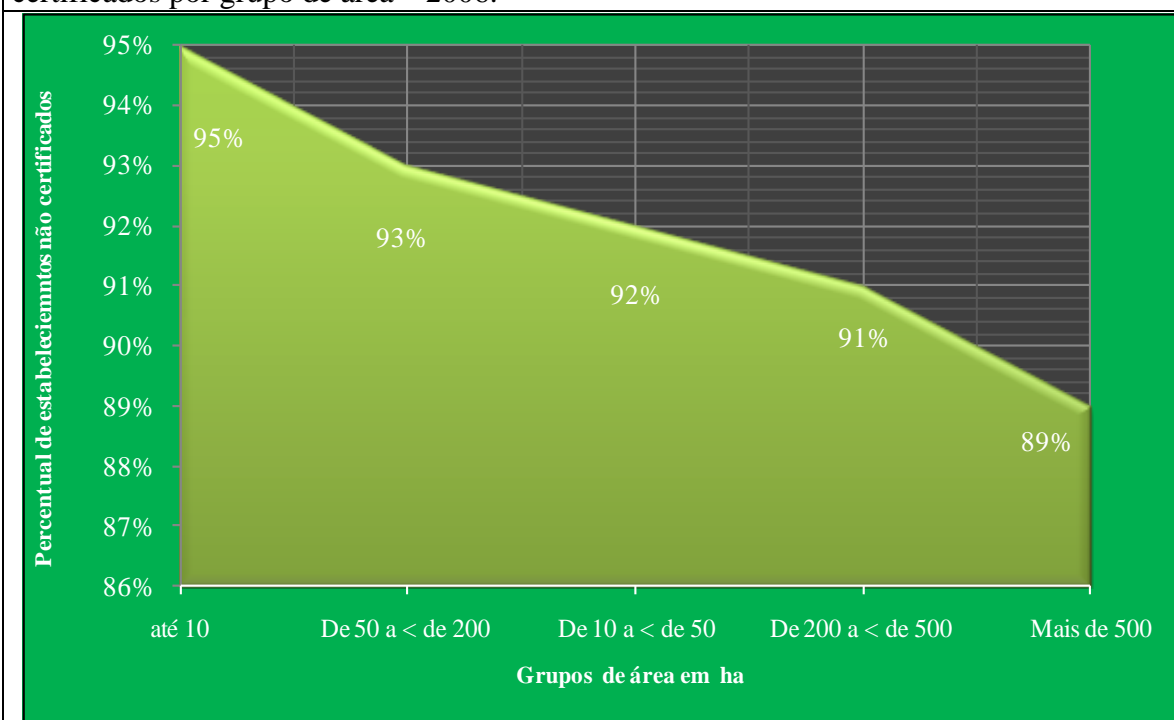
Além desse modelo de certificação, também há os Sistemas Participativos de Garantia em que, segundo o MAPA (2013), os produtores orgânicos precisam ser credenciados a uma organização com controle social. Os integrantes podem ser produtores, consumidores, técnicos ou comerciantes, entre outros. O Portal Planeta Orgânico (2013) destaca como organizações representativas dessa modalidade a Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) e a Associação Ecovida de Certificação Participativa (REDE ECOVIDA).

Nos dados do Censo Agropecuário (2006), apresentados no gráfico 18, a quantidade de produtores orgânicos não certificados representa a maioria nos grupos de área. Contudo, os que mais têm acesso à certificação são os médios e grandes produtores. Há de modo geral uma desigualdade de inserção nos nichos de mercado, uma barreira para os pequenos produtores, principalmente os detentores de minifúndios.

Em Goiás os dados da tabela 8 demonstram que o número de produtores orgânicos certificados é irrisório, há apenas 7,04% do total de estabelecimentos com práticas orgânicas no estado. Quanto aos pequenos produtores, eles encontram dificuldades para atender às normas e exigências das certificadoras. Essas empresas atuam segundo a lógica capitalista, controlam o processo com apoio, inclusive, de instituições defensoras do agronegócio, como a SNA.

Os dados da tabela 9 destacam que a fragilidade de domínio da área, quase sempre tem relação direta com o acesso à certificação orgânica, isso também influencia na adoção da própria produção orgânica. Há uma convergência do domínio da terra com o acesso à produção e certificação orgânica, nem todos os produtores têm condições de adotá-la, assim como acessar seu mercado diferencial de preço. Os dados comprovam que a certificação é possível principalmente aos proprietários de terra e, entre eles, o gráfico 18 demonstra que estão principalmente os grandes e médios proprietários. Os ocupantes, assentados sem titulação definitiva, parceiros, arrendatários e produtores sem área têm menor acesso à produção orgânica e aqueles que a adotam tem menores possibilidades de conquistar a certificação.

Gráfico 18 – Brasil – Número de estabelecimentos de produtores orgânicos não certificados por grupo de área – 2006.



Fonte: Censo agropecuário, IBGE-2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Costa Neto (2008) afirma que a produção orgânica, ao atuar em larga escala, ao buscar agregar valor aos produtos e se inserir na lógica das leis do mercado nacional e internacional de alimentos, torna-se uma agricultura orgânica de mercado. Nesse sentido, não difere do agronegócio da agricultura convencional, no que concerne à disputa por mercados consumidores de seus produtos, estejam eles no território nacional ou internacional. Essa agricultura se transforma no agronegócio dos produtos orgânicos, que se distancia da agricultura familiar camponesa não capitalizada.

Tabela 8 – Estado de Goiás – Número de estabelecimentos que praticam de agricultura orgânica – 2006.

Total	Não faz		Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica					
			Com certificação		Sem certificação		Sub-total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
135.683	134.078	98,82	113	7,04	1.492	92,96	1.605	1,18

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE - 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Costa Neto (2008) explica que a exclusão do campesinato da agricultura orgânica se acirra com o processo de certificação, já que isso implica em altos custos. A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), criada em 1972, disponibiliza o selo somente aos seus sócios. Quanto ao sistema ISO, apesar de aberto, os altos custos, a inexistência de financiamento no período de conversão, as dificuldades técnicas, burocráticas e a desconsideração dos critérios sociais são elementos que dificultam para o camponês o acesso a essa certificação.

Tabela 9 – Brasil - Prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo a condição do produtor – 2006.

Variáveis selecionadas	Total de estabelecimentos	Prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos						
		Total	Com Certificação		Sem certificação		Não faz	
			Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Total	5.175.489	90.497	5.106	5,64	85.391	94,36	5.084.992	98,25
Proprietário	3.946.276	69.944	4.194	5,99	65.750	94,01	3.876.332	98,22
Assentado sem titulação definitiva	189.191	5.091	304	5,97	4.787	94,03	184.100	97,30
Arrendatário	230.110	2.378	166	6,98	2212	93,02	227.732	98,96
Parceiro	142.531	2.091	100	4,78	1.991	95,22	140.440	98,53
Ocupante	412.357	7.796	266	3,41	7.530	96,59	404.561	98,10
Produtor sem área	255.024	3.197	76	2,37	3.121	97,63	251.827	98,74

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE - 2006. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Além disso, muitas certificadoras e associações que atuam na produção orgânica cobram participação nos lucros dos estabelecimentos, fornecem insumos, assistência técnica e equipamentos, estipulam normas técnicas a ser seguidas e têm apoio dos atores do agronegócio. Esse processo torna a agricultura orgânica um negócio que movimenta milhões de dólares por ano e que pode subordinar o campesinato. Segundo Costa Neto (2008), no Brasil, em 2002, foi formada a Associação do Agronegócio Certificado Orgânico (AECO) que tem o objetivo de integrar as empresas da cadeia agroindustrial da produção orgânica. A criação da AECO coloca a produção orgânica como um ramo do agronegócio, inclusive com amparo do Estado. De acordo com o MAPA (2013), a Lei 10.831 de 2003, regulamentada em

2007 pelo Decreto nº 6.323, entre outros dispositivos legais estabelece os critérios e normas para a produção orgânica e seu reconhecimento no Brasil.

Mas, o MAPA concede às empresas certificadoras o papel de auditoria e parte delas submete os produtores a seus interesses mercantis. Portanto, as vertentes alternativas de agricultura se sustentam principalmente nos aspectos técnicos, tendo em vista atender interesses mercantis. Pouco se discute a necessidade de mudanças políticas, econômicas e sócio-culturais para garantir ao campesinato condições de permanência na terra. Como afirma Costa Neto (2008, p. 72):

[...] o agronegócio dos produtos orgânicos, mesmo rompendo com as técnicas agrícolas convencionais da “Revolução Verde”, tende inevitavelmente a produção em larga escala, agregando valor industrial aos produtos e distanciando-se da produção agrícola familiar camponesa, descapitalizada.

No agronegócio orgânico a proposição de novas técnicas, ou a difusão de novas práticas agrícolas, transforma a agricultura orgânica em sustentável. A sustentabilidade se torna um *slogan* publicitário de organizações capitalistas, perde capacidade explicativa, tem fins mercadológicos. Elhers (1996) concorda com a primazia dos elementos naturais na discussão da agricultura sustentável e também com a sua formação pela evolução da agricultura convencional, essa compreensão denota uma concepção reducionista da sustentabilidade.

O modelo de agricultura da “Revolução Verde” se instalou porque era o projeto dos atores do agronegócio. Mudá-lo não envolve apenas propor novas técnicas e práticas agrícolas, é preciso lutar por outro modelo civilizatório, em que o lucro não seja o centro da existência humana. A sua superação está na construção de um projeto civilizatório de transformação social. Pensar a agricultura sustentável apenas com medidas que reduzem os malefícios do padrão convencional, negligenciar as formas de expropriação no campo, a canalização da renda da terra para as grandes corporações e o Estado mínimo para as comunidades camponesas é defender os atores do agronegócio. Nesse sentido, se concorda com Mendonça (2004, p. 324):

A discussão de sustentabilidade foi apropriada para assegurar a ampliação do mercado através de empresas e produtos certificados ambientalmente. Dessa forma, se não tocarmos na questão estrutural – o metabolismo social do capital – e não estabelecermos as ações políticas para sua superação, os pobres continuarão mais pobres, a terra mais degradada e o crescimento cada vez mais insustentável.

A agricultura alternativa presa aos aspectos mercadológicos e com uma visão de natureza estreita pouca se diferencia da agricultura convencional. A certificação, quando amplia o preço dos alimentos, ocasiona uma barreira de acesso aos pobres, cria uma agricultura para consumidores ricos. Isso traz o que também Machado (2009) afirma que nenhuma técnica e nenhuma perspectiva de agricultura são capazes de mudar por si só o sistema sustentado nas relações de exploração em que vivemos.

No Assentamento Cunha, das sessenta e duas famílias assentadas apenas duas têm acesso ao selo de certificação orgânica, por meio de uma organização de controle social. Elas são integrantes da Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal (AGE). Segundo a AGE (2013), sua formação envolve dezesseis produtores além de consumidores. Cada produtor é responsável por fornecer determinados produtos agrícolas. No total são mais de oitenta produtos que incluem hortaliças, frutas, aves, açúcar mascavo, mel e cereais, comercializados com preço diferencial em feiras e com entregas a domicílio. No Assentamento Cunha a AGE já teve um número maior de integrantes. Nesse sentido, um dos seus membros residente no assentamento relata:

Nóis começamos sete família produzino pra Brasília. Não permaneceu porque ocê tem que tê uma estabilidade, né. Não adianta ocê produzi mil caxa de tomate [Lycopersicon esculentum] num mês e outro mês ocê num produzi nenhuma. Ocê tem que tê continuidade, tem que tê produção estabilizada. Se não ocê não consegue sobrevivê em mercado nenhum, né. Ocê qué produzi, por exemplo, cinco mil quilos de abóbora (Curcubita moschatas) num mês e no outro mês ocê num tem nenhum quilo, né. Então ocê num consegue estabelecê em lugar nenhum, ou ocê estabelece uma normalidade ou tá fora de tudo, né.

A fala apresenta a necessidade do camponês de pactuar com o capital, com o mercado, para garantir sua reprodução. Isso traz a questão de até que ponto a produção da agricultura agroecológica consegue sobreviver autônoma ao sistema capitalista. O trecho comprova que o mercado orgânico é seletivo, exclui aqueles que não se adéquam às exigências. De sete famílias membros da AGE restaram duas. Esse processo no Assentamento Cunha não foi resultado somente da falta de estabilidade. Mas do fato de que o mercado não está preocupado com as condições em que se encontram os produtores para realizar a produção agroecológica, não são os camponeses que estabelecem as regras desse jogo.

O mercado, como se percebe nos relatos obtidos no assentamento, é composto por segmentos de alta renda, um dos integrantes da AGE menciona: “*Nas feiras da AGE só vai nêgo da alta, ocê num vê pobre lá.*” Além disso, a AGE, apesar de se intitular como entidade

civil sem fins lucrativos, assume gradativamente características de organizações capitalistas, preocupadas com o crescimento ilimitado. Isso é notado na fala de um dos seus membros:

Hoje nós temos uma loja na Asa Sul, né, na W3 Sul, 909 Sul, Asa Três, e trabalhamos com seis pontos de feira no sábado e trabalhamos com quatro pontos na quarta-feira. A partir de janeiro e fevereiro, nós queremos ver se nós conseguimos equipar a loja pra deixá-la a semana toda aberta, com produto não perecível, e talvez com folhagem, tipo um sacolão, né, ver se nós damos conta.

A preocupação com a expansão comercial denota que seus membros não escapam à ideologia capitalista. O entrevistado afirmou que a AGE conta com dois gerentes gerais, sendo eles funcionários permanentes, assim como gerentes nos pontos de feira. Segundo a AGE (2013), os gerentes gerais recebem um salário, acrescido de 1,5% dos rendimentos obtidos com a comercialização realizada. Já os gerentes dos pontos são geralmente filhos dos próprios produtores, recebem 4% da comercialização realizada nesses locais. As despesas incluem os pagamentos dos gerentes, mais 4% entregues para aquisição e manutenção das embalagens e barracas, além do aluguel da sede da AGE e R\$ 37 de mensalidade. A estrutura da organização é formada pelo colegiado diretor, presidência e a vice-presidência. Há visitas semestrais às propriedades dos associados, para orientar e controlar a produção realizada na perspectiva agroecológica.

A agricultura praticada pela AGE está inserida na lógica capitalista, se sustenta na produção de alimentos limpos para setores de alta renda, ou seja, assume claros traços da agricultura orgânica. Contudo, possibilita também a reprodução das duas famílias camponesas do Assentamento Cunha, beneficiadas pela proximidade da capital federal. Um dos membros dessas famílias relatou que a realização das duas feiras semanais rende em torno de R\$ 600,00 por semana. Como sua família tem três integrantes, e ele e a esposa são aposentados, cada um deles tem um rendimento médio de R\$ 1.252,00 mensais, muito próximo de dois salários mínimos se forem consideradas, somente essas duas fontes de renda declarada. E a isso deve ser adicionada a produção destinada para autoconsumo. O entrevistado reconhece que a certificação garante a permanência da maior parte da família na terra, somente dois filhos não moram com os pais.

Nesse contexto, é importante para o campesinato a inserção nos sistemas participativos de certificação, pois isso permite sua reprodução social e a fuga à exploração dos intermediários. Além disso, como declara Martins (2012), a certificação deve contribuir para fortalecer a produção agroecológica e os assentamentos enquanto espaços de luta política

contra o agronegócio. Todavia, como explica Costa Neto (2008), a agricultura agroecológica necessita ir além das técnicas de produção, precisa considerar os elementos políticos, econômicos e sócio-culturais que interferem na agricultura se quiser se propor como modelo antagônico ao convencional. Com isso pode ser capaz de disputar e construir uma nova perspectiva de produção agropecuária. No próximo item se dará atenção a esse debate.

3.5. Agroecologia: Outro modelo para a produção agropecuária no Assentamento Cunha

De acordo com Ehlers (1996) a agroecologia aparece na literatura em 1920, posteriormente se torna, na Agronomia, uma disciplina científica, e em 1980 se fortalece como antítese a “Revolução Verde.” Entre as diferenças da agroecologia, quando comparada a outras vertentes da agricultura orgânica, está sua maior atenção aos aspectos políticos, econômicos e culturais. Segundo Altieri (2012) a agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência se baseia na Ecologia, para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas. Para o autor, a agroecologia não deve se restringir à dimensão técnica, precisa incorporar a perspectiva social. Ortega; Miranda *et al.* (2009) se aproximam dessa compreensão. Afirmam que a agroecologia como conhecimento interdisciplinar, é a aplicação de conceitos e princípios da Ecologia.

Já Machado (2009) concebe a agroecologia como a agronomia da década de 1940. Para ele, esse modelo se contrapõe à agronomia convencional e adota como princípios: a dialética na relação sociedade/natureza, o respeito aos tempos da natureza, a não vinculação apenas aos aspectos técnicos, mas também aos elementos políticos, econômicos e culturais. Caporal (2009), entretanto, entende a agroecologia como enfoque científico holístico, interdisciplinar, que está no campo do pensar complexo. Os dois autores, contudo, concordam que esse conceito envolve as dimensões, econômica, política e cultural.

Costa Neto (2009) também compreende a agroecologia como enfoque teórico metodológico interdisciplinar, antagônico à “Revolução Verde”, que leva em conta não somente a técnica, mas também aspectos sócio-culturais. Molina (2009), todavia, adverte que as discussões da agroecologia têm privilegiado a técnica, em detrimento dos aspectos político-econômicos e defende a necessidade de buscar as contribuições da Ecologia política para fortalecer a agroecologia política, pois nenhuma forma de produção escapa às relações de poder, pelo contrário, são determinadas por elas.

Segundo Guhur; Toná (2012) há duas escolas de agroecologia, uma de matriz americana, que privilegia a dimensão técnica, outra de origem europeia, que se centraliza nos aspectos sociais. Molina (2009) pertence à última, por isso é representativa no seu debate a importância de critérios para melhorar a renda dos agricultores, produzir a equidade social, a reforma agrária e os processos políticos participativos, além de conduzir o debate da sustentabilidade na agricultura para outra dimensão, questionando quem a realiza, como e para quem.

As definições de agroecologia são divergentes. Há autores que a caracterizam como ciência e conjunto de práticas, outros a tratam enquanto enfoque interdisciplinar holístico, complexo. Há aqueles que a concebem como a agronomia da década de 1940. Outros como a vertente da agricultura orgânica que se concentra nas dimensões políticas, econômicas e culturais, com a defesa, inclusive, da agroecologia política. Compreende-se nesse debate que a agroecologia, reduzida aos aspectos técnicos, se assemelha à agricultura orgânica de mercado.

A incorporação da multidimensionalidade no conceito, por meio dos elementos políticos, econômicos e culturais é importante porque fortalece a defesa da reforma agrária, da equidade social, das políticas participativas e de comercialização direta, associadas ao respeito à diversidade cultural. Nesse sentido, a agroecologia precisa garantir aos camponeses acesso à terra, à sementes, à água, aos mecanismos de comercialização direta, ao crédito, à assistência técnica e às tecnologias pensadas para os pobres. Em suma, como afirmam Guhur; Toná (2012), a agroecologia precisa ser entendida como uma prática social, ou seja, uma práxis fundamental para a construção de outro modelo de agricultura e, conseqüentemente, de sociedade.

A territorialização da prática agroecológica é que produz os agroecossistemas agroecológicos. Segundo Altieri (2012, p. 105): “Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis para consumo e utilização humana.” Esse autor acrescenta, em outro momento, que variáveis políticas, econômicas e culturais devem ser parte da análise dos agroecossistemas.

Segundo Molina (2009) e Altieri (2012), na perspectiva agroecológica os agroecossistemas são produzidos segundo determinados princípios e conceitos, tais como: aumento da biodiversidade, das complementaridades entre organismos, da reciclagem de nutrientes, da potencialização da saúde do solo, substituição de nutrientes externos e integração entre lavoura e pecuária, entre outras medidas. Esses princípios e conceitos são

orientações gerais, visto que, diferentemente da “Revolução Verde”, a produção agroecológica não se sustenta num pacote replicável em qualquer espaço. Como explica Machado (2009), há o saber fundamental e a partir dele o cérebro é o propulsor das transformações.

O fortalecimento de práticas agroecológicas na agricultura camponesa, como: rotação de culturas, adubação verde, consórcios, sistemas agroflorestais, cultivo mínimo, plantios de cobertura e policultura resultam da ação organizada de movimentos sociais camponeses. Nesse sentido, o MST teve um processo de aproximação histórica com a agroecologia. Correia (2007) declara que, na década de 1970, o MST e o movimento de agricultura alternativa foram gestados no interior de organizações de contestação à ditadura militar e à agricultura convencional, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Na primeira fase, de 1984 a 1994, o debate sobre a agroecologia no MST era frágil. Segundo Correia (2007), a preocupação com a conquista dos primeiros assentamentos era se legitimar junto à sociedade, torná-los produtivos, portanto, as famílias assentadas serem produtoras de mercadorias tornava-se imperativo. Mas no primeiro momento se formaram somente cooperativas de produção para autoconsumo. Com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), o movimento constrói as cooperativas de produção, comercialização e cooperativas regionais. A organização delas seguiu princípios de coletivização dos meios de produção e o seu conjunto formou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

O PROCERA, com capital a juros negativos, foi fundamental para o projeto do movimento. Contudo, havia nele elementos contraditórios. Como, por exemplo, a adoção acrítica do princípio de empresa rural do Estatuto da Terra e a subordinação à lógica do capital industrial/financeiro. A perspectiva da monocultura se instalava nos assentamentos, com o conseqüente endividamento das famílias assentadas. Além disso, o dinheiro disponibilizado não era acompanhado de outras políticas públicas.

Correia (2007) destaca que nesse período o MST se aproxima da agroecologia, pela criação dos Centros de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAPs), que contribuem em 1986, no Rio Grande do Sul com a rede de sementes crioulas da rede PTA. A parceria CETAP-PTA permitiu que técnicos do movimento apreendessem conhecimentos de agroecologia. A viagem de dirigentes do movimento a Cuba também os colocou em contato com a revisão do modelo agrícola daquele país, com adoção de princípios e conceitos agroecológicos. Os líderes perceberam a contradição do modelo industrial de agricultura para os assentamentos e passaram a criticá-lo.

No período de 1995 a 2000 o debate sobre a agroecologia se aprofunda no MST. Correia (2007) menciona que as políticas neoliberais de FHC aumentam a crise do sistema cooperativista e criam dificuldades para a luta pela terra. Esse governo institui o fim do PROCERA, em 1998. Segundo Correia (2007), o MST, em 1995, 1996, nota a contradição da estratégia posta em prática nos assentamentos; como garantir a permanência na terra por meio do modelo de agricultura do agronegócio, associado à questão de tornar o camponês um produtor de mercadorias. O debate interno mostrou que as famílias assentadas haviam se tornado meras peças na engrenagem do capital industrial/financeiro. A produção agroecológica passa a ser debatida enquanto alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos.

Correia (2007) relata que as primeiras ações, em 1996, para a territorialização da agroecologia foram: a criação de centros de formação nos assentamentos com entidades aliadas, o incentivo às famílias assentadas para o plantio de árvores e pomares, a instalação de experiências agroecológicas com hortaliças, a participação em feiras ecológicas no Sul do Brasil, além da ação no programa de assistência técnica Lumiar, com proposição para os técnicos de que eles contribuíssem com práticas agroecológicas. Portanto, no movimento fortalece-se a concepção dos assentamentos como espaços de resistência política ao agronegócio.

As experiências de produção agroecológica entre 1996 e 2000 se multiplicaram, tendo como eixos a substituição de insumos e a produção para o autoconsumo. Os atores delas eram famílias pioneiras, ONGs, técnicos e grupos de cooperação. O objetivo foi trabalhar com grupos pequenos, tendo algum produto comercial, como as experiências com arroz, soja e pêsego (*Prunus pérsica*), ecológicos no Rio Grande do Sul, erva-mate (*Ilex paraguarienses*) e chá ecológico no Paraná, além de café (*Coffea arábica*) no Espírito Santo. Segundo Correia (2007), as experiências tiveram cunho ecológico, não havia preocupações com produção própria de tecnologias e manejo dos agroecossistemas. Contudo, a preocupação com a independência das sementes levou à criação da Empresa de Sementes Ecológicas do MST (BIONATUR).

Além disso, o movimento implantou a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI) no município de Paracity, Estado do Paraná, com propriedade da terra coletiva e produção de leite, mel, hortaliças e cana-de-açúcar. Já em São Paulo houve os projetos agroflorestais de corredores ecológicos. As experiências do MST pós-1995 permitiram aprofundar o debate sobre a agroecologia e estabelecer parcerias. Correia (2007) afirma que a ação da Via Campesina, em 1999, com a destruição de plantio de soja

transgênica no Rio Grande do Sul, tendo em vista a defesa da agrobiodiversidade, trouxe clareza para o MST sobre a agroecologia para o campesinato.

Correia (2007) relata que o movimento, no seu IV Congresso, na década de 2000, traz o tema ambiental para o centro das preocupações. Na agroecologia defende a formação de lideranças, a definição das linhas e estratégias de ação e a discussão transversal do tema, com mais responsabilidade de promoção do debate pelo Setor de Meio Ambiente. Para o desenvolvimento dos assentamentos, reformula a proposta de produção territorial, com a defesa da gestão coletiva do território, dos seus recursos e a titulação coletiva da terra, além da formação de pequenos grupos cooperados. Além disso, se posiciona contra o agronegócio e a adoção dos plantios transgênicos no Brasil.

No Primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, o MST teceu alianças com organizações promotoras da produção agroecológica, como: a ASPTA e a REDEECOVIDA. A convergência de interesses das organizações levou à criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que fortaleceu os atores da agroecologia no Brasil e passou a lutar no interior do Estado contra as ações do agronegócio. Por exemplo, no Grupo de Trabalho Biodiversidade formado na ANA, o MST conseguiu mudar pontos desfavoráveis ao campesinato na Lei de Sementes.

Com a eleição de Lula, as mudanças esperadas não ocorreram, a política agrícola continuou favorável ao agronegócio. Embora tenha ocorrido a ampliação de crédito para a agricultura camponesa, ele não foi acompanhado de outras políticas públicas. Outras conquistas foram: a implantação do programa de compras institucionais, a criação da assistência técnica em agroecologia e o marco referencial em agroecologia da EMBRAPA. Segundo Correa; Machado (2011), as experiências agroecológicas do projeto Brasil-Itália, viabilizadas pela parceria CONCRAB/EMBRAPA, foram importantes para a construção da última política pública, além da elaboração do Programa da Biodiversidade do governo federal, com previsão de 50 milhões de reais de investimento, mas que tem sido pouco desenvolvido.

No II ENA, em 2004, a aliança dos movimentos e atores da produção agroecológica é fortalecida, com a formação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Segundo Correia (2007), O MST, como integrante da Via Campesina, aprofundou o projeto de independência das sementes. Criou a rede nacional de sementes, incentivou a constituição de bancos de sementes locais e expandiu a BIONATUR para mais de trinta municípios no Sul do Brasil, com trezentas famílias integradas e 20 toneladas de produção de 120 variedades de

culturas agrícolas. Essa empresa também passou a ser promotora da agroecologia nos assentamentos.

Correia (2007) menciona que o Coletivo Nacional de Meio Ambiente criou, na década de 2000, o programa ambiental do MST, tendo a agroecologia como eixo central. Nele o movimento defendeu o manejo da agrobiodiversidade, a diversificação produtiva, o planejamento territorial, a promoção da educação do campo e da saúde nos assentamentos. Para viabilizá-lo se instituiu os Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), a Rede de Pesquisa em Agroecologia e o Programa de Formação de Dirigentes em Agroecologia. Os CIMAS foram instalados em áreas de concentração de assentamentos, em espaços coletivos com a aplicação de técnicas e conceitos agroecológicos, que apreendidos deveriam ser reproduzidos pelos assentados. Quanto à Rede de Pesquisa em Agroecologia, se estabeleceu que os assentados fossem os protagonistas dela, eles deveriam perceber os equívocos e pensar novos modos de desenvolver as atividades produtivas.

Segundo Correa; Machado (2011), as experiências agroecológicas do Projeto Brasil-Itália também foram fundamentais para a idealização do CIMAS. As atividades desenvolvidas levaram a CONCRAB a amadurecer enfoques metodológicos, princípios e conceitos da agroecologia. A participação das famílias como protagonistas, a formação de técnicos e camponeses multiplicadores, além da inserção de assentados de outros assentamentos se mostrou como o caminho para a consolidação do manejo da agrobiodiversidade.

Contudo, Correia (2007) considera o Programa de Formação em Agroecologia como a proposta de maior envergadura, com o objetivo de formar técnicos próprios. Para isso, o MST, em 2005, criou a Escola Latino-Americana de Agroecologia, em parceria com a Via Campesina, com os governos venezuelano e paranaense e com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também se instalou a Especialização em Agroecologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e passou a se defender a educação no/do campo segundo os princípios da pedagogia da alternância. Correia (2007) acredita que o movimento, após 2005, avançou para ações estruturantes em agroecologia, com a formação de territórios de resistência política. Mas a correlação de forças com o agronegócio continua desfavorável. A análise de Correia (2007), acerca da aproximação histórica do MST com a agroecologia, se assemelha ao relato de Tomaz:

Podemos falar que a agroecologia emerge como resultado de múltiplos determinantes, contradições internas e externas ao próprio MST, e que essa emergência não se dá como ruptura, mas de forma heterogênea e periférica. Muitos acampamentos e assentamentos possuíam militantes que, em seu

histórico de vida, adquiriram conhecimentos sobre agricultura alternativa (nas décadas de 80 e 90 assim eram chamadas as práticas agrícolas sustentáveis), principalmente os que vieram das Comunidades Eclesiais de Base e os que vieram de universidades de Agronomia. Outros tantos acampamentos e assentamentos possuíam articulações progressistas, como APTA, ASPTA, FASE, Centro Ecológico IPE, ou com pesquisadores e extensionistas da EMBRAPA ou do sistema EMATER, onde foram desenvolvidas práticas de agricultura orgânica, ecológica, biodinâmica, e alternativa. Essa realidade concreta se soma a uma grande crise das principais experiências produtivas do MST ao longo da década de 90. Essas experiências, baseadas em CPAs (Cooperativas de Produção Agrícola), estavam pautadas na utilização da matriz tecnológica industrial, produzindo principalmente grãos e com alto índice de utilização de insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos). Com a quebra destas experiências, promovida pela pressão do governo FHC sobre elas, mas também pela incompatibilidade deste pacote produtivo com a agricultura camponesa, abriu-se uma brecha para o debate sobre a Agroecologia, uma vez que as experiências internas do movimento já vinham mostrando resultados, e experiências externas, inclusive de outros movimentos camponeses de diferentes países, também apontavam para a viabilidade da alteração da matriz tecnológica. Assim, o MST gestou a discussão sobre a matriz tecnológica dos assentamentos a partir de 1.998 e até o V congresso nacional (2.007), quando então assumiu efetivamente a agroecologia como única alternativa de viabilidade e autonomia relativa para os assentamentos (no IV congresso o MST já sinalizava com a agroecologia como um caminho alternativo).

A análise de Correia (2007) e de Tomaz acima demonstram que a agroecologia no MST foi resultado da presença de militantes que tinham experiências acumuladas em agricultura alternativa, da aproximação do movimento com organizações promotoras da agroecologia, da crise do sistema cooperativista e da política neoliberal do governo FHC. O fato é que o êxito das primeiras experiências, a inserção do movimento na Via Campesina e o intenso debate interno levaram o MST a adotar a agroecologia como via de desenvolvimento para os assentamentos.

No Assentamento Cunha a experiência agroecológica no coletivo “Eldorado dos Carajás” teve início em 2000. Segundo Correa; Machado (2011), nesse período ocorre a aproximação do pesquisador da EMBRAPA Cerrados, Altair Toledo Machado, dos integrantes do coletivo, para desenvolvimento de campos de produção de sementes, com variedades de milho. Com o tempo, novos temas e pesquisadores se inseriram nas experiências. Isso é confirmado por um dos membros do grupo mencionado:

Dento do MST tinha um trabalho, a gente sempre definiu uma questão de fazê um trabalho na agricultura diferente, em 98, 99, essa época, essa discussão era muito forte, de fazê um modelo diferente pro pequeno produtor. E dentro do MST local um único lugá que assumiu foi nós aqui do Cunha. Porque nós conseguimos assumi isso dento do grupo. Tivemo dificuldade

dento do grupo, tivemos desistência de pessoas que não concordavam com o método de projeto. Mas tinha um técnico que era mais voltado pra essa questão ecológica. E aí a gente conseguiu normalmente começá essa questão ecológica.

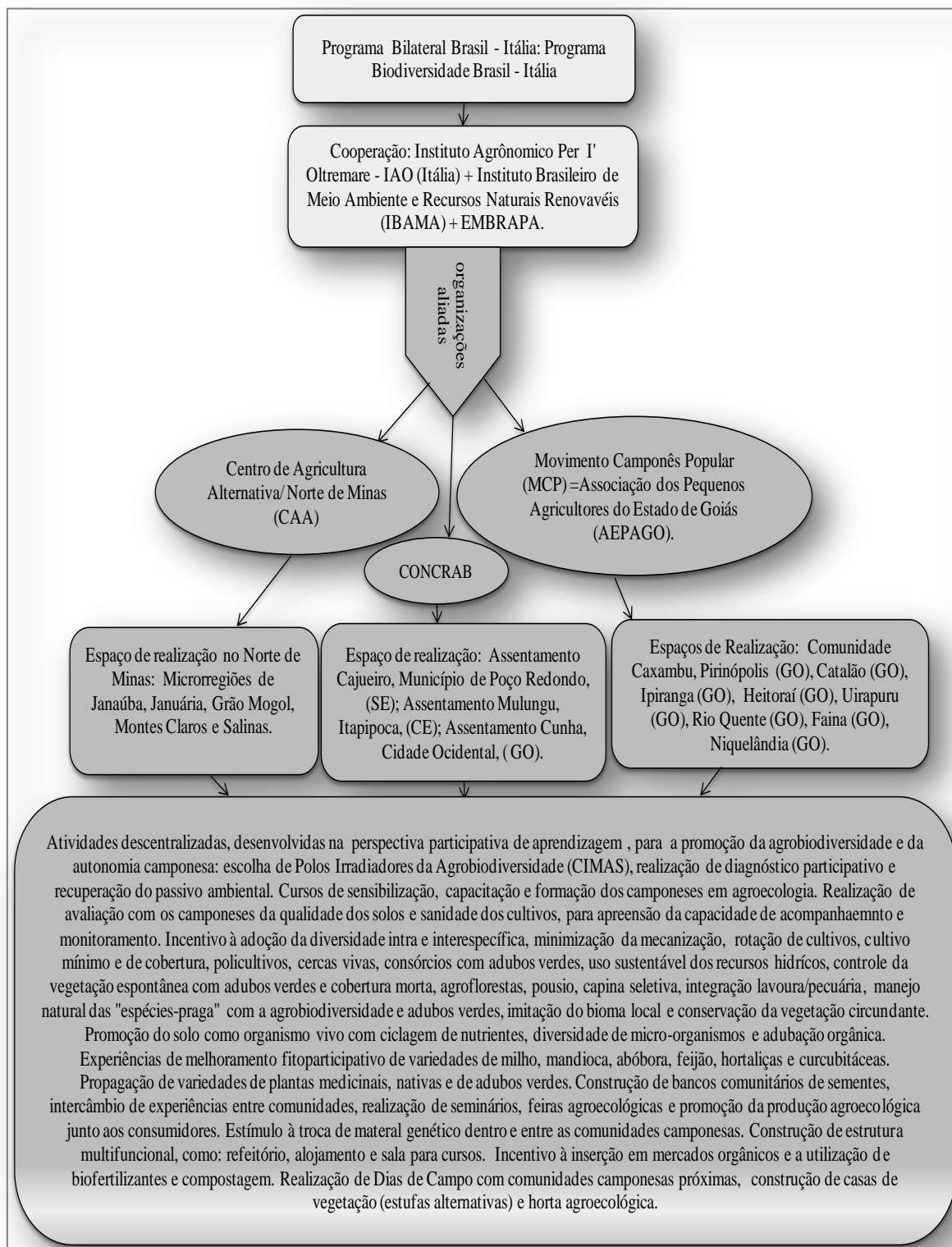
O Assentamento Cunha se formou no momento em que o MST amadureceu a crítica à matriz tecnológica do agronegócio, com isso os assentamentos se tornam espaços de resistência política. Nesse sentido, a experiência desenvolvida no coletivo “Eldorado dos Carajás” foi resultado da articulação da direção nacional/regional do MST do Distrito Federal e Entorno com a EMBRAPA. Na concepção do movimento, o Assentamento Cunha deveria ser uma referência de produção agroecológica para a Microrregião do Entorno de Brasília. Para isso sua produção territorial se consubstanciava no modelo Raio de Sol, com a implantação de cooperativismo e sistemas produtivos adequados à agroecologia Tomaz acrecenta:

O Assentamento Cunha desde o início recebeu o apoio do Escritório Nacional do MST em Brasília, que é um espaço nacional, subordinado à Direção Nacional do MST. Assim, a parceria entre o Cunha e a EMBRAPA foi fruto da articulação conjunta do MST nacional com o MST/DF e Entorno, a fim de criar um assentamento de referência agroecológica nas proximidades da capital federal. Essa iniciativa fez parte de uma discussão tomada por todo o conjunto do MST de desenvolver os “novos” assentamentos (naquela época novos) a partir do que já havíamos acumulado de reflexões e avanços frente as nossas contradições internas. Nesta época havia muita discussão sobre o planejamento do assentamento, que começava desde a divisão dos lotes (em sistema de Raio de Sol, por exemplo), passando pela discussão de áreas coletivas, áreas sociais, sistemas produtivos adequados, cooperação, e agroecologia.

A experiência instalada no Assentamento Cunha é resultado também da pressão dos movimentos sociais por políticas públicas favoráveis à agricultura camponesa. No fluxograma 2 se observa o resultado desse processo com o projeto Brasil-Itália, viabilizado por alianças entre atores, com a conseqüente formação de uma rede política em defesa da produção agroecológica. O território-rede articulado permitiu a apreensão de conceitos e princípios da agroecologia, tanto pelos camponeses do Assentamento Cunha, quanto por outros instalados em outras partes do Brasil.

Também corroborou na formação do “novo” camponês e na difusão de práticas agroecológicas, a construção de redes locais de troca de sementes e conhecimento intra e intercomunidades camponesas, além disso, viabilizou ações de conservação dos biomas, pesquisas de melhoramento fitoparticipativo, para a autonomia camponesa, o domínio dos meios de produção, em detrimento a dominação impetrada pelas grandes corporações.

Fluxograma 2 – Rede Política estabelecida para a realização do Programa de Biodiversidade Brasil – Itália - 2013.



Fonte: MACHADO; MACHADO *et al.* (2011). **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Portanto, foi adotada outra perspectiva política para a biotecnologia, contraposta à

bioimperialista. Como as experiências seguiram a perspectiva do CIMAS, a difusão da agroecologia e da agrobiodiversidade, alcançou maior abrangência territorial do que aquela apresentada no fluxograma 2. Na experiência agroecológica do coletivo “Eldorado dos Carajás”, por exemplo, o intuito era irradiar conceitos e técnicas agroecológicas para assentamentos instalados no Entorno de Brasília e no Noroeste de Minas Gerais. Nesse sentido, um dos membros do coletivo, descreve:

É, aqui funcionou como um polo irradiador. Então esse projeto foi um polo irradiador, a experiência começou aqui, daqui ela foi irradiada pra outros locais. No início ela tinha que atingir duas mil famílias, né. O projeto com a Itália, então, era um projeto aqui na região, no Cunha, o no Ceará. Então era três, quatro projeto com a Itália nessa área, projeto nessa questão de irradiação de trabalho agroecológico, né, da biodiversidade, oê trabalha a questão da biodiversidade local, né.

De acordo com o fluxograma 3, os espaços irradiados com o CIMAS instalado no coletivo “Eldorado dos Carajás.” A estratégia política foi partir de um território contínuo, tendo em vista o desdobramento em territórios-rede em defesa da produção agroecológica. Também as redes locais camponês-camponês possibilitaram a consolidação da produção agroecológica no interior dos espaços participantes. Portanto, a abrangência territorial do Programa da Biodiversidade Brasil-Itália, no que concerne aos espaços atendidos, supera o apresentado no fluxograma 2.

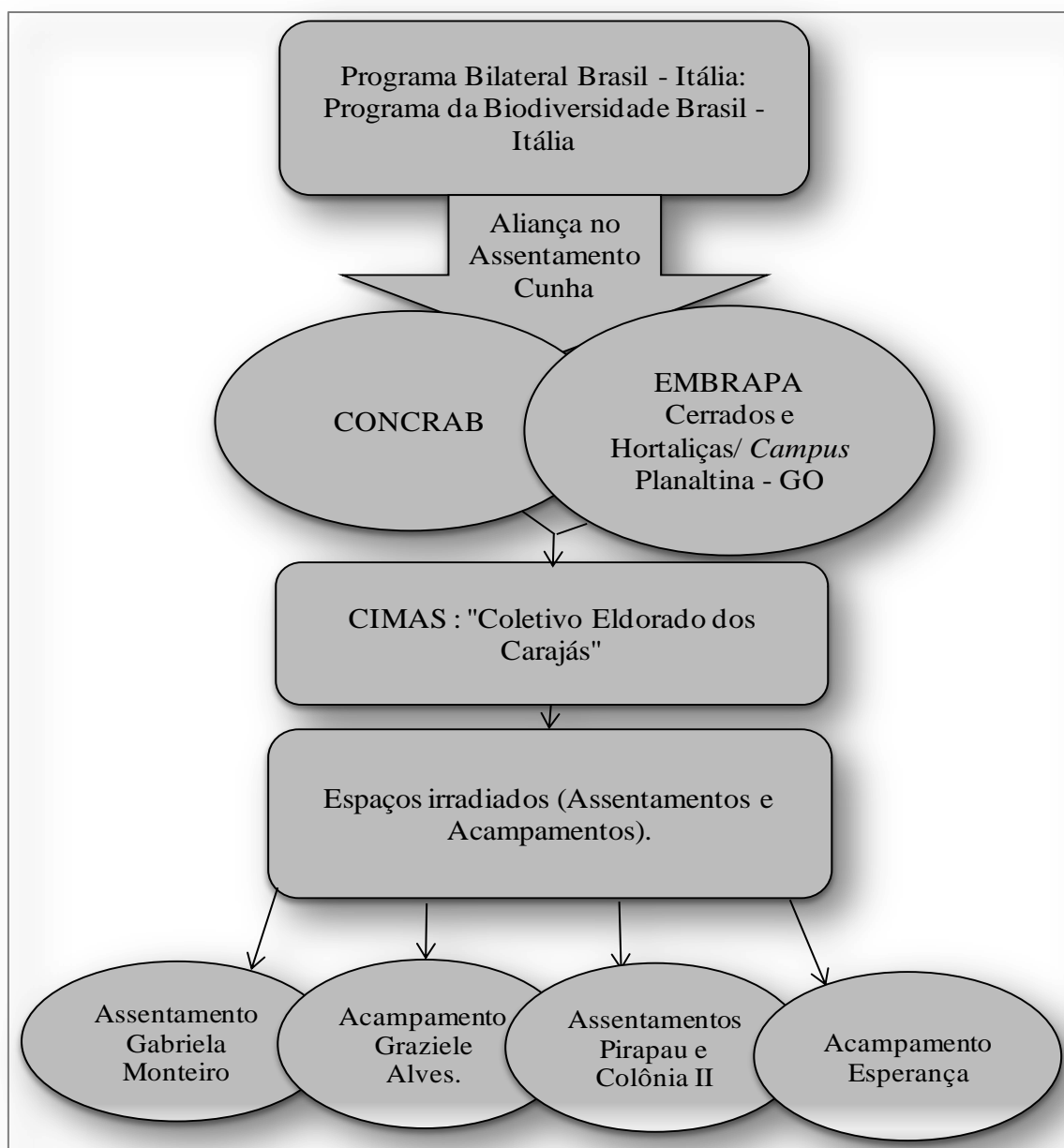
Os assentados participantes da experiência no Assentamento Cunha, membros de outros assentamentos e acampamentos da Microrregião do Entorno de Brasília e do Noroeste de Minas Gerais difundiram o manejo da agrobiodiversidade em seus territórios. Correa; Machado (2011) destacam que as visitas a cursos e Dias de Campo, entre outras ações de capacitação e formação, permitiram aos camponeses do assentamento Gabriela Monteiro, do Pirapau, do Colônia II e dos acampamentos Esperança e Grazielle Alves incorporar em seus territórios as práticas de manejo da agrobiodiversidade.

Mas, esse processo dificultou a participação de todas as famílias do Assentamento Cunha e isso foi um dos elementos que contribuí para o enfraquecimento da experiência agroecológica no coletivo “Eldorado dos Carajás.” Correa; Machado *et al.* (2011) esclarecem que no Assentamento Cunha o Projeto da Biodiversidade Brasil-Itália foi desenvolvido entre 2005 e 2009 e possibilitou a construção de uma infraestrutura multifuncional, composta por refeitório, alojamento e sala para cursos.

Além disso, foram desenvolvidos campos de produção de variedades de sementes de milho, abóbora, mandioca, banana, feijão e produção de hortaliças orgânicas, o que permitiu a

inserção de algumas famílias assentadas na AGE. Machado; Machado *et al.* (2011) acrescentam que foram adotados variedades de adubos verdes para a recuperação da estrutura física, química e biológica do solo. As pesquisas desenvolvidas na perspectiva do melhoramento fitoparticipativo permitiram a autonomia relativa das sementes, processo que será destacado no capítulo 4.

Fluxograma 3 – Espaços irradiados pelo CIMAS instalado no Assentamento Cunha – 2013.



Fonte: MACHADO; MACHADO *et al.* (2011) . **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Essas informações são confirmadas por um membro do coletivo “Eldorado dos Carajás:”

É dos projetos com a Itália, que é da questão da agrobiodiversidade, da produção de semente, de você ficar independente da tua semente, que a gente trabalhô com pesquisa da Embrapa, a gente trabalhô com várias pesquisa, com mandioca, milho, feijão. Todas pesquisa possível foram feitas aqui, né. Então, toda variedade foi testada aqui, daqui que ela era distribuída pra outras regiões. É, todas elas foram feitas aqui, desde a questão, por exemplo, tem oito, dez variedades de banana. A gente já trabalha com o próprio feijão, própria semente nossa, milho é semente nossa, adubos verdes, principalmente na questão dos adubo verde, e de recuperação das áreas degradadas do solo, do solo degradado. Além disso, a gente conseguiu um alojamento, um refeitório, plenária pra reunião, e amplia a questão da área da produção ecológica. E depois de três anos, ele finalizava na questão da comercialização, então um projeto de capacitação, passa por todas as etapas, até você chegar na área da comercialização. E isso que nós estamos fazendo já hoje, há seis anos, sete.

Também Machado; Reis Jr. (2011) mencionam que, na avaliação participativa da sanidade dos cultivos e qualidade dos solos, foram difundidas práticas simples de monitoramento e acompanhamento da sustentabilidade do solo e das culturas agrícolas. Associados a isso foram difundidas práticas agroecológicas, como: utilização de biofertilizante, compostagem e outros adubos orgânicos para recuperação dos solos, manejo natural das “espécies-praga” com a diversidade intra e interespecífica, rotações, consórcios de culturas agrícolas com adubos verdes, uso da “capina seletiva”, controle da vegetação espontânea com plantios de cobertura e cobertura morta.

Assim como a adoção da horta agroecológica, da irrigação sustentável, das casas de vegetação (estufas), dos policultivos, das cercas vivas, dos pomares agroecológicos, da integração lavoura/criações animais, do cultivo mínimo e promoção do pousio, da concepção do solo como organismo vivo e da imitação do bioma local.

Nesse contexto, as ações de sensibilização, formação e capacitação do Projeto da Biodiversidade Brasil-Itália fortaleceram as práticas agroecológicas já conhecidas pelas famílias assentadas e difundiram outras. A representatividade desse processo é notada na menção dos assentados, principalmente do coletivo “Eldorado dos Carajás”, aos pesquisadores participantes. Nesse sentido, Altair Machado é lembrado como pesquisador responsável pela pesquisa com variedades de milho; Josefino, com espécies de mandioca; Maria Odete, com abóbora e Cynthia Machado, com adubo verde, compostagem e biofertilizante. Todavia, o conflito do grupo coletivo com os membros da CONTAG, vinculada a outras questões mencionadas no trabalho, dificultaram a consolidação da produção agroecológica para todas as famílias do assentamento. Um dos membros da “primeira associação” aponta:

Na verdade o grupo Carajás começou com a discussão da produção agroecológica no assentamento. Mas houve uma centralização, eles mesmos selecionavam entre eles. Nós, com o advento do PAIS, tivemos uma expansão. Na primeira etapa tivemos dezoito famílias, depois mais treze e depois mais oito. Já veio com essa orientação agroecológica por meio da Fundação Banco do Brasil. Ela deu orientação por dois anos. Também a Rede Terra orienta dentro da produção agroecológica.

Machado; Machado *et al.* (2007), contudo, mencionam a formação de um grupo de aproximação do coletivo “Eldorado dos Carajás”, que envolveu dezenove famílias vinculadas à CONTAG. O certo é que a produção agroecológica no assentamento também se territorializou pela via institucional com o projeto PAIS, instalado pela Fundação Banco do Brasil. Essa organização surgiu em 1988, vinculada ao Banco do Brasil, tendo como objetivo contribuir com a solução dos problemas sociais do país, para isso passou a financiar projetos sociais. Têm parcerias com organizações governamentais e não governamentais, como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), SEBRAE, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Petrobrás e EMBRAPA.

Essa Fundação (2013) defende as práticas e princípios da governança, as estratégias de desenvolvimento sustentável a partir da autogestão. A organização acredita atingir seu objetivo fundamental de inclusão sócio-produtiva dos públicos atendidos por meio das tecnologias sociais, para isso defende a adoção dos seguintes princípios da sustentabilidade: respeito cultural, solidariedade econômica, protagonismo social e cuidado ambiental. A agroecologia é um dos seus eixos fundamentais, por isso financia projetos, como: PAIS, Balde Cheio e Integração Lavoura, Pecuária, Floresta.

No que se refere ao PAIS, a Fundação menciona que a implantação se iniciou em 2005. Atualmente o projeto está territorializado em 21 estados de todas as regiões do país, sendo uma alternativa de segurança alimentar e geração de renda. Como exemplo, destacam-se os projetos desenvolvidos no Mato Grosso do Sul em parceria com o SEBRAE, por meio de recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e investimentos sociais. Nesse Estado o PAIS permitiu aos produtores o aumento da renda e a formação de canais de comercialização direta.

Para a Fundação Banco do Brasil (2013), com o PAIS os pequenos agricultores desenvolvem a agricultura sustentável, com a independência de insumos, diversificação da produção, utilização eficiente dos recursos hídricos, abolição dos agrotóxicos e produção em harmonia com os recursos naturais. Além disso, entende que o programa extrapola a questão

técnica, busca gerar trabalho, renda e produção de alimentos pela via da agricultura orgânica, com preservação do meio ambiente. Para sua territorialização, há a doação de um kit, composto por caixa d'água, telas, arames, mudas de hortaliças, dez galinhas e um galo, equipamentos de irrigação por gotejamento, dentre outros componentes.

Também são desenvolvidos cursos com as famílias camponesas. No Assentamento Cunha, os assentados destacaram os cursos de permacultura, minhocultura, mandala e sistemas agroflorestais. Também distribuí cartilhas de orientação, como: Cartilha de Associativismo e Cooperativismo Solidário, de Prática Agroecológica, de Comercialização, de Empreendedorismo e Gestão do Sistema Produtivo. No Assentamento Cunha, as famílias participantes, além do kit, receberam as cartilhas de orientação.

A análise delas apontou aspectos importantes desse projeto de agroecologia. Por exemplo, em todas as cartilhas a difusão da produção agroecológica ocorre por meio de um multiplicador, geralmente um técnico agrícola. A cartilha de Prática da Agroecologia (2013) critica o modelo convencional de agricultura, mas o afirma como responsável pela produção de alimentos no Brasil. A agroecologia aparece como alternativa, filosofia individual, presente nas comunidades tradicionais e que agrega as práticas das várias agriculturas alternativas. Afirma que o PAIS adota as práticas da agricultura orgânica e da permacultura e menciona a importância da adubação orgânica, os tipos de adubos orgânicos, assim como orienta os camponeses para produzirem compostagem, biofertilizante e utilizarem espécies vegetais como adubo verde.

A cartilha também incentiva a adoção de práticas agroecológicas, como: rotação de culturas, utilização de cobertura morta ou viva, plantio em curvas de nível, uso racional da água e policultura. Além disso, orienta o uso de métodos alternativos de controle das “espécies-praga”, como: calda bordalesa, extrato de primavera, armadilhas, caldas repelentes, extrato de mandioca, samambaia (*Pleopeltis pleopeltifolia*), urtiga (*Urtica dioica L.*), além do uso da planta indiana neem (*Azadirachta*).

Além do mais, demonstra os elementos que formam a unidade PAIS, os procedimentos para construí-lo, as técnicas para o plantio de hortaliças, os tratamentos culturais para manter o galinheiro, a horta e o quintal agroecológico, portanto, nessa cartilha há a difusão de aspectos técnicos da produção agroecológica.

A Cartilha Associativismo e Cooperativismo Solidário (2013) defende a cooperação e a associação como formas de organização para a produção agroecológica. Com isso apresenta os princípios e os valores seguidos para o sucesso da cooperação, define as cooperativas como formas de autogestão e solidariedade, relata a classificação das cooperativas, a diferença

dessas para as associações, os ramos em que se dividem e orienta, passo a passo, como criar associações e cooperativas. É contraditória nessa cartilha, a defesa da fundação das cooperativas com quotas de participação desiguais.

Já na Cartilha Comercialização (2013), se defende o comércio solidário e os elementos que potencializam essa atividade. Nesse sentido, advoga a melhoria da qualidade, da aparência e, conseqüentemente, da embalagem dos produtos orgânicos. Há nela uma preocupação com a profissionalização dos camponeses, vinculada à posição acrítica à agricultura orgânica, voltada apenas para determinados nichos de mercado. Afirma que o consumo de produtos orgânicos é fruto da escolha dos consumidores e que as unidades PAIS devem vendê-los para quem pode pagar. Além disso, atribui aos agricultores o insucesso da comercialização, devido à incapacidade de aplicação dos conceitos de comercialização descritos no manual.

Essa cartilha orienta os produtores a utilizar canais de comercialização direta ou indireta, com a entrega de produtos *in natura* para cooperativas agroindustriais. A preocupação é tornar o camponês um empresário, para isso as medidas de planejamento da produção, análise do mercado concorrente e consumidor, eliminação das deficiências da comercialização e fortalecimento da propaganda dos produtos orgânicos por meio do turismo rural é fundamental.

Portanto, defende a criação do empresário do mercado orgânico, produtor de mercadorias para segmentos de alta renda. Nela, conceitos como autogovernança local e autogestão conforme as políticas neoliberais estimulam os agricultores a se responsabilizarem sozinhos pela produção agroecológica.

A defesa do camponês como empresário profissional torna-se evidente na Cartilha Gestão do Sistema Produtivo (2013). Para esse documento, o sucesso do PAIS é fruto somente da organização local das famílias, da gestão eficiente, do planejamento e do controle do processo produtivo. Nesse contexto, é importante escolher a melhor área para a instalação do PAIS, ter visão sistêmica da propriedade, definir objetivos e papéis dos integrantes da família. A propriedade individual, a família, em detrimento a grupos de famílias cooperadas é central nessa proposta. Para realizá-la, admite-se, inclusive, a aquisição de sementes no mercado.

A Cartilha Empreendedorismo Solidário (2013) também reafirma a produção agroecológica de mercado, preocupada com a profissionalização do agricultor. A economia solidária seria a alternativa dentro da economia capitalista, porque resolveria o problema da exploração com a inexistência de patrões. Há uma concepção de autodeterminação da

economia solidária dentro do mercado capitalista. Nesse sentido, defende o PAIS como empreendimento solidário.

Para sua territorialização são importantes habilidades, conhecimentos em gestão, comércio e empreendedorismo, além de valores e princípios que envolvem até o vestuário camponês. O insucesso do projeto é atribuído à gestão ineficiente, sendo que a precariedade das políticas públicas é entendida apenas como desafio a ser superado; dessa forma, exime o Estado de responsabilidades. Sendo assim, a cartilha reforça a concepção do “novo” camponês no viés do agricultor familiar, além do poder dos atores locais, sem considerar a relação de escala em que se situam. Há uma descentralização estratégica sobre a alcunha de autogovernança, que responsabiliza as famílias camponesas pelas dificuldades de territorialização da proposta.

Nesse sentido, reproduz a perspectiva neoliberal da produção orgânica no Assentamento Cunha. No Quadro 1 se observa que a concepção de agroecologia do PAIS tem características opostas à do MST. Enquanto a primeira defende uma inserção acrítica no sistema capitalista, com a intermediação do Estado para a formação de uma classe média rural.

A segunda é parte do projeto político do movimento, de resistência ao agronegócio e da luta pela superação do capitalismo. No Assentamento Cunha, a proposta do MST perdeu força, devido ao desmembramento territorial do coletivo “Eldorado dos Carajás.” Já a proposta de produção agroecológica do PAIS, inicialmente enfrentou problemas, principalmente, com a assistência técnica e a comercialização.

Mas, com o acesso das famílias aos programas de compras institucionais, houve a sua retomada. As dificuldades atuais para a consolidação da agroecologia no Assentamento Cunha serão aprofundadas no capítulo 4. O fato é que, para quatorze famílias do coletivo “Eldorado dos Carajás” e para trinta e nove integradas do PAIS, assim como para as demais, a territorialização da produção agroecológica aconteceu também pelo diálogo entre os conhecimentos tradicionais camponeses e o conhecimento científico.

A importância dos conhecimentos camponeses para a produção agroecológica já foi destacada no capítulo 2. Sua importância foi considerada pelas próprias organizações atuantes no Assentamento Cunha. Nesse sentido, o senhor Odair afirma: *“os técnico da EMBRAPA me perguntava como eu prantava lá em Minas, como a gente fazia agricultura lá e se eu praticava isso aqui.”* A empresa de assistência técnica Rede Terra também realiza atividades de extensão na perspectiva da produção agroecológica, mesmo que a presença de seus técnicos no assentamento seja esporádica.

Quadro 1 – Município de Cidade Ocidental – Assentamento Cunha - Concepções de Agroecologia das organizações atuantes no assentamento – 2013.

Variáveis analisadas	Concepção do MST	Concepção institucional (Fundação Banco do Brasil).
Produção do território.	Titulação coletiva da terra e gestão coletiva do território e de seus recursos.	Assentamentos baseados na propriedade privada da terra.
Concepção de camponês.	Construção do camponês nos princípios socialistas.	Construção do agricultor familiar.
Formação para promoção da agroecologia	Formação de técnicos próprios e controle da assistência técnica. Construção dos Centros de Formação e CIMAS. Promoção da educação no/do campo. Alianças com organizações (ONGs, setores da EMBRAPA, Universidades e ASPTA); Expansão da Bionatur Inserção na ANA e na ABA. Criação do programa de formação do MST e da Rede de Pesquisa em Agroecologia.	Por meio do multiplicador (técnico agrícola), com cartilhas de orientação.
Controle dos Insumos	Defesa de autonomia do adubo, das formas de manejo naturais da “espécies-praga.” Defesa do controle/domínio das sementes, por meio dos bancos de sementes locais e da Bionatur. Luta política contra legislações desfavoráveis ao campesinato e por produção própria de tecnologias agrícolas.	Orientação para a produção própria de adubos, recuperação do solo e de controle naturais, defesa da policultura. Não há orientação para a autonomia das sementes e máquinas agrícolas.
Controle de canais de comércio	Construção de grupos cooperados, associados com controle da cadeia produtiva. Formação de agroindústrias camponesas. Luta pela ampliação de canais de comercialização direta (vendas institucionais, vendas a domicílio, feiras livres etc.). Luta pelo controle/domínio da certificação. Aliança com os trabalhadores da cidade em defesa da Soberania Alimentar.	Formação de grupos cooperados e associados, segundo os princípios da economia solidária; Inserção nas cadeias produtivas de produção orgânica; Canais de comercialização direta (feiras livres de produtos orgânicos, vendas a domicílio, vendas na propriedade, lojas de agricultores etc.). Canais de comercialização indireta (venda a cooperativas agroindustriais e comércio orgânico); Promoção do turismo rural; Certificação orgânica para acesso ao preço diferenciado.
Respeito à cultura	Cultura como arma política, os saberes camponeses são parte da agroecologia.	A cultura dos agricultores familiares porta saberes.
Dimensão política	Permite a Soberania Alimentar e fortalece os assentamentos como arma política. É parte da luta pela sociedade emancipada.	Permite a segurança alimentar e a inserção favorável no mercado.
Fonte: Pesquisa de campo/2013, Questionário aplicado à liderança da Via Campesina/MST – 2013, Correia (2007), Martins (2012), Guhur;Toná (2012), Cartilhas da Fundação Banco do Brasil (2013). Organização: SILVA, Edson B. da – 2013.		

No capítulo 2 relatou-se que práticas agrícolas tradicionais foram retomadas no assentamento, como: técnicas de armazenamento de sementes, construção de redes locais de troca camponês-camponês, técnicas de seleção de sementes, rejeição à utilização de agrotóxicos, entre outros.

A retomada da agricultura camponesa com princípios agroecológicos comprova que as famílias também foram responsáveis pela territorialização da agroecologia. Nas observações da pesquisa de campo se notou que muitas práticas agrícolas dos assentados se vinculam a princípios e conceitos da agroecologia. Na foto 3, por exemplo, está representado o sistema de consórcio de banana com feijão de corda (*Vigna unguiculata*).

Foto 3 – Assentamento Cunha - Consórcio de banana com feijão de corda.



Autor: SILVA, Edson B. da. Fev. 2013.

O assentado, quando questionado onde aprendeu essa prática, relatou a transmissão do conhecimento intergeracional. Segundo Altieri (2012), a policultura em consórcio é fundamental para garantir a Soberania Alimentar, a disponibilidade de nutrientes e também interações benéficas entre as espécies cultivadas. Além disso, permite melhor controle de pragas, doenças e diminui a dependência de insumos.

Outro assentado, o senhor Hélio, ao ser questionado sobre as formas de adubo que utiliza para recompor a fertilidade do solo, disse que aproveita os resíduos da cana para adubar o quintal e a lavoura de milho. Relatou-nos que se trata-se de um excelente adubo, segundo ele: “o adubo comprado some rápido, parece que o natural dá mais força pra planta.”

Esse assentado relatou que aprendeu tal prática no convívio histórico com a terra, percebeu que poderia reaproveitar os restos da cana e resolveu experimentar, o sucesso o levou ao hábito de amontoá-los para posterior utilização. Na foto 4 se observa esse processo. Outros entrevistados nos relataram que aprenderam com os pais, também, a utilizar fumo (*Nicotina tabacum*) como repelente de “espécies-praga.”

Foto 4 – Assentamento Cunha - Resíduos de cana utilizados como adubo.



Autor: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013.

Já na foto 5 se observa a manifestação do princípio agroecológico da agrobiodiversidade, por meio da policultura. Segundo Altieri (2012), os policultivos são mais estáveis, reduzem a população de pragas, diminuem a ação de doenças, permitem resistência à seca e maior produtividade no campo. O proprietário da parcela, senhor Petrônio, relatou que a policultura foi o mecanismo de aproveitar melhor a terra, no tempo e no espaço. Segundo ele, como sua terra não é de fazendeiro, aprendeu com os pais a combinar diferentes cultivos para garantir a sobrevivência da família e a comercialização de excedentes.

Os exemplos apresentados demonstram que a produção agroecológica também foi resultado dos conhecimentos e de iniciativa dos camponeses. O camponês, dentro dos limites de seu conhecimento, contribui para a territorialização da agroecologia no Assentamento Cunha. O diálogo estabelecido entre os pesquisadores da EMBRAPA e da Empresa de Assistência Técnica Rede Terra com as famílias assentadas permitiu a prática da agricultura camponesa com princípios e conceitos agroecológicos.

Foto 5 - Assentamento Cunha - Presença da policultura no assentamento.



Autor: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013.

No próximo capítulo serão vistos os resultados desse diálogo na discussão do controle dos insumos, dos canais de comercialização, nas dificuldades dos assentados para realizar a transição agroecológica, além dos avanços para a relação sociedade/natureza no assentamento investigado.

CAPÍTULO 4 - A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CUNHA: AUTONOMIA CAMPONESA PARA A PERMANÊNCIA NA TERRA.

Neste capítulo analisaremos o domínio dos insumos pelos assentados, resultado do diálogo com organizações governamentais de pesquisa e assistência técnica agropecuária, entre outras entidades, e também das redes de troca locais camponês-camponês, intra e inter Assentamento Cunha. Além também da situação de controle dos canais de comercialização, fruto da ação dos movimentos sociais, das organizações parceiras e das estratégias dos próprios camponeses. Esses elementos subsidiaram a análise da renda apropriada pelas famílias. No capítulo também destacaremos as dificuldades para consolidar a transição agroecológica, e as conquistas já efetivadas no assentamento com a adoção da agroecologia.

4.1. Produção agroecológica no Assentamento Cunha: o controle dos insumos e dos canais de comercialização

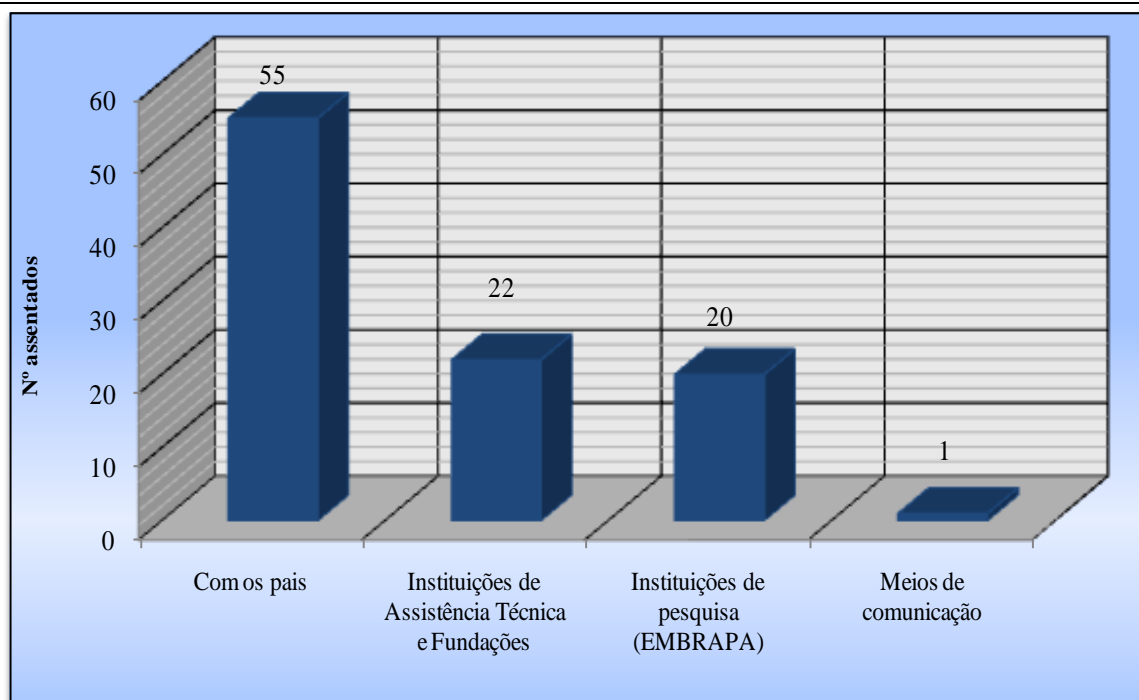
No gráfico 19 são apresentados os sujeitos e organizações com os quais os camponeses aprenderam a realizar a produção agroecológica. Como destacado nos capítulos 2 e 3, o conhecimento intergeracional foi importante para a agricultura camponesa com princípios agroecológicos e é derivado também, da baixa capitalização das famílias e da precariedade das políticas públicas.

No entanto, apesar de descontínua, a ação de instituições e fundações, como: Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR), Fundação Banco do Brasil, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER-GO), Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAE), Universidade de Brasília (UNB), SEBRAE, Instituto de Permacultura, Organização Ecovilas e Meio Ambiente (IPOEMA), Empresa de Assistência Técnica Rede Terra e, principalmente, EMBRAPA Cerrados e Hortaliças contribuiu para a adoção de práticas agroecológicas.

Nesse contexto, os assentados mencionaram cursos de olericultura, minhocultura, suinocultura, apicultura, de adubação orgânica, de correção de solo, de controle natural de “espécies-praga”, de tratamento de animais, de manuseio de sementes, de produção de sementes, de cultivo de banana e mandioca, de formação de viveiros de espécies do Cerrado, entre outros desenvolvidos pelas instituições citadas. Nesse sentido, o senhor Olavo declara: *“Eu fiz curso técnico de produção orgânica com o MST/EMBRAPA, depois fiz na UNB curso de muda orgânica, aprendi também manuseá semente.”* Dona Regina também argumenta:

Eu fiz curso do SENAR, da Fundação Banco do Brasil sobre produção orgânica, gestão e empreendedorismo. Do SENAEC fiz curso de minhocultura. Foi fornecida até uma apostila de orientação pra produção agroecológica. A maioria aqui fez os cursos do PAIS, além disso teve curso de apicultura e compostagem.

Gráfico 19 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental — Sujeitos e organizações com os quais os assentados aprenderam realizar a produção agroecológica – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Os relatos comprovam a importância da rede política, formada para a produção agroecológica. Como destacado no capítulo 3, nessa rede, a EMBRAPA Cerrados teve papel fundamental, com experiências no coletivo “Eldorado dos Carajás.” Machado; Machado *et al.* (2007) destacam o alcance, a dimensão e os resultados dos projetos desenvolvidos pelo Programa da Biodiversidade Brasil-Itália, com consequências para todo o assentamento.

No diagnóstico no Assentamento Cunha o autor ressalta que o grupo coletivo “Eldorado dos Carajás” se encontra em transição para o manejo agroecológico, com baixa dependência de insumos externos. As estratégias que corroboraram para esse processo foram: a promoção da agrobiodiversidade, por meio da diversificação genética de cultivos, com plantio de variedades de milho, mandioca, banana, abóbora, hortaliças, frutas e espécies nativas do bioma Cerrado.

Além da utilização de práticas de consórcios, rotações, sucessões de culturas, reciclagem de nutrientes, potencializadas pela integração lavoura/produção animal, uso de

cobertura morta e adubos verdes, com utilização de mucuna cinza (*Mucuna pruriens DC*), preta (*Mucuna aterrima*), guandu anão (*Cajanus cajan L.*), crotolaria (*Crótoloria breviflora*), feijão de porco (*Canavalia ensiformis*) e amendoim forrageiro (*Arachis pintoi krapovickas & gregory*), dentre outras espécies. Os autores, desse modo, destacam como principais práticas agroecológicas no coletivo “Eldorado dos Carajás”:

[...] integração da produção vegetal com a criação de animais, adubação orgânica por meio de compostos e biofertilizantes, consórcios e rotações de culturas, incluindo adubos verdes e cobertura do solo. Alternativa para preparo dos solos de modo a reduzir a necessidade de implementos pesados como a grade aradora [...] bem como métodos de coleta e conservação da água e manejo de irrigação mais adaptados as condições locais. (MACHADO; MACHADO *et. al.*, 2007, p. 28).

Machado; Machado *et al.* (2007) acrescentam que as experiências agroecológicas não ficaram circunscritas ao coletivo “Eldorado dos Carajás”. Outras dezenove famílias do assentamento se aproximaram do coletivo, formando o chamado grupo de cooperação. Nesse sentido, o senhor Ricardo destaca: “A Embrapa fez experiências no assentamento, quem quizesse eles faziam, fez, até na área comum e foi importante.”

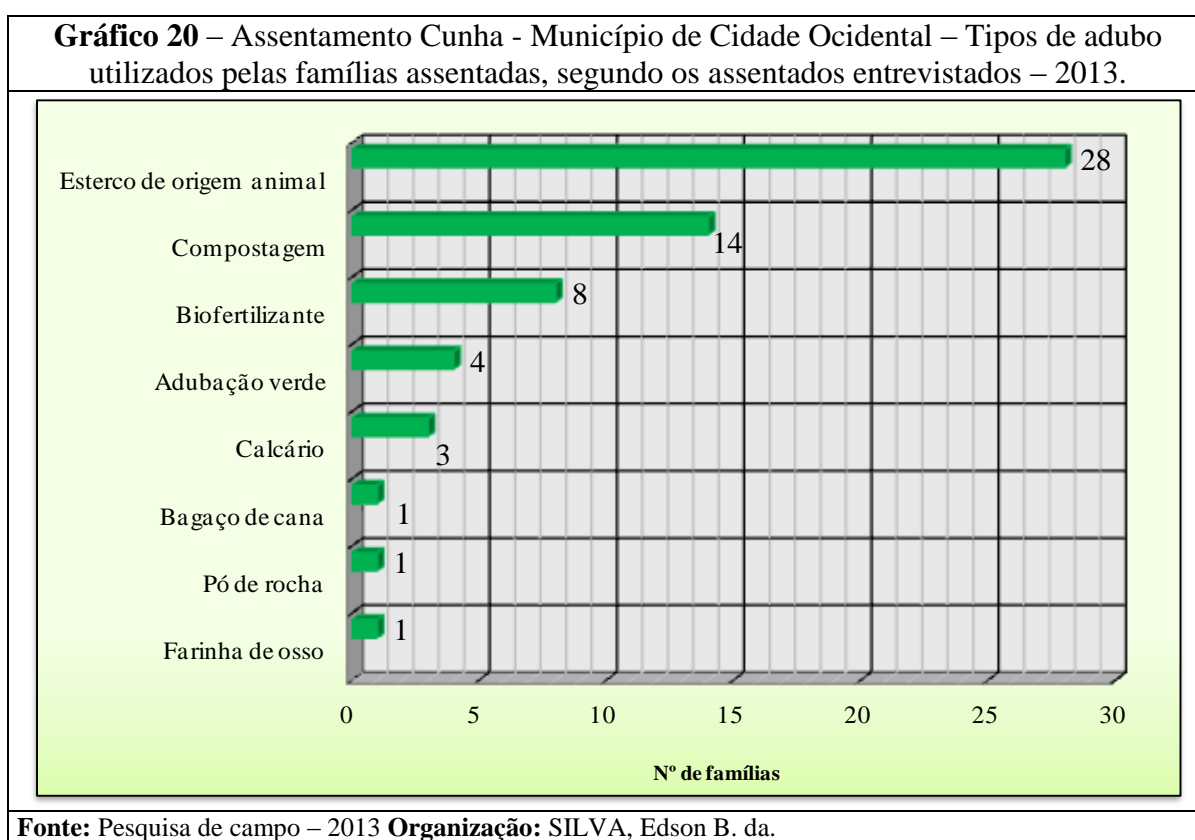
A partir das ações EMBRAPA/MST, além das de outras organizações, e da rede local camponês-camponês houve a difusão da produção agroecológica para todo o assentamento. A esse respeito, o senhor Reginaldo menciona: “Eu uso adubo de gado que recebo dos vizinho.” No mesmo sentido, o senhor Otávio assevera: “Eu fiz troca de semente ano passado, de milho e feijão, com o vizinho.”

Portanto, a transição para a produção agroecológica no assentamento é fruto das redes políticas interna e dessas com redes externas ao assentamento. No gráfico 20 também se percebe esse processo, a maioria das famílias utilizam adubo de origem animal, proveniente da criação de galinhas e bovinos.

Esse processo corroborou para a autonomia relativa dos camponeses em relação aos insumos. Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), nele quarenta famílias utilizam adubação orgânica, vinte e três plantio em nível, doze rotações de cultura, onze cobertura morta, sete consórcios de cultivos e uma cerca viva.

Os assentados relataram que antes já realizavam o aproveitamento do adubo de origem animal, aprendida com os pais. Todavia, o diálogo com organizações parceiras como a EMBRAPA permitiu melhor aproveitamento desse recurso no local. O esterco do rebanho bovino e dos galináceos, além da utilização tradicional, se tornou um componente importante da compostagem e do biofertilizante.

Como se observa na foto 6, os assentados construíram galinheiros em piquetes para melhor aproveitamento do adubo, apesar de parte da criação de galinhas ainda ser realizada solta. O fato é que o camponês utiliza a criação dos galináceos e dos bovinos numa perspectiva multifuncional. Os primeiros produzem ovos, carne e fornecem adubos para a produção agroecológica. Os segundos fornecem carne, adubo e leite, matéria-prima para a fabricação de queijos, doces, requeijão, e funcionam como uma poupança estratégica para os momentos de crise. No gráfico 20 vê-se que o uso da compostagem também é representativo entre as famílias assentadas.



Na foto 7 se nota sua presença numa parcela do assentamento em questão. Para sua produção as famílias utilizam recursos locais, como a gramínea da variedade brachiária (*Urochloa*), o esterco de origem animal, além dos resíduos vegetais de bambu (*Bambusa vulgaris schrad*).

A brachiária é cortada nas parcelas ou na área do grupo coletivo “Eldorado dos Carajás.” A técnica de sua produção foi aprendida na relação com a EMBRAPA e, principalmente, com a Fundação Banco do Brasil e a Empresa de Assistência Técnica Rede Terra.

Foto 6 – Assentamento Cunha - Galinheiro para aproveitamento de esterco.



Autor: SILVA, Edson B. da. Mar. 2013.

Esse aprendizado também ocorreu na produção de biofertilizante, que tem utilização significativa entre as famílias, principalmente na olericultura. Na foto 08 se nota sua produção no assentamento. Quanto à adubação verde, dos dados do gráfico 20 não consta o plantio de feijão de corda e de arranque, mas somente de espécies utilizadas nas experiências da EMBRAPA. De acordo com os dados da pesquisa de campo, em torno de trinta e seis famílias plantam essas espécies de feijão. A adubação verde, se consideradas estas últimas duas culturas, está presente nas práticas agrícolas de quarenta famílias.

Foto 7 - Assentamento Cunha - Produção de compostagem.



Autor: SILVA, Edson B. da. Fev. 2013.

Na foto 09 se observa o uso de adubo verde, com o plantio do amendoim forrageiro para a formação do pomar agroecológico. O senhor João relata as vantagens dele no cultivo de espécies frutíferas: *“Esse amendoim é muito bom, nunca vi dá tanta fruta. É brincadeira!!! Ano passado os galho de laranjeira e tangerina ficaro que não se aguentava de tão carregado. Ele tamém acaba com as ôta planta invasora, tu vê, nem a brachiária pode com ele.”*

Foto 8 – Assentamento Cunha – Produção de biofertilizante.



Autor: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013.

Altieri (2012) afirma que o cultivo de cobertura com adubo verde protege o solo da erosão, cria nichos para inimigos naturais das “espécies-praga”, aumenta a matéria orgânica do solo, cria interações benéficas entre espécies, com a fixação de nitrogênio no solo. Machado; Machado *et al.* (2011) acrescentam que os adubos verdes melhoram a estrutura física, química e biológica do solo, auxiliam no controle da vegetação espontânea e podem ser usados na alimentação humana e animal.

Esses autores destacam ainda que no coletivo “Eldorado dos Carajás” foram instalados, entre 2004 e 2008, campos de produção de sementes de adubos verdes, com vistas à autossuficiência do assentamento e de outras comunidades de Goiás. Nesse espaço foram plantadas várias espécies de leguminosas e também o girrasol (*Helianthus annuus L.*). Os camponeses participantes receberam cursos de formação, capacitação e orientação acerca dos benefícios, das funções, das formas de cultivo e colheita dos adubos verdes, assim como acerca das formas de armazenamento das suas sementes. Com isso, passaram a incorporar os

adubos verdes na produção de frutas, como banana, de hortaliças e de milho. Os benefícios dos adubos verdes no assentamento foram significativos, haja vista que os camponeses herdaram do agronegócio um solo compactado, envenenado e deteriorado.

Foto 9 – Assentamento Cunha- Ao fundo plantio de frutíferas com uso de amendoim forrageiro como adubo verde, (cobertura viva).



Autor: SILVA, Edson B. da. Jan. 2013.

Na foto 10 se nota também o uso da cobertura morta como forma de adubo, controle da vegetação espontânea e conservação da umidade do solo. Alguns assentados relataram que na capina realizam apenas o corte da parte aérea da vegetação espontânea. Esse processo é resultado da orientação da EMBRAPA, com a difusão da “capina seletiva.” Além disso, priorizam o uso de rolo-faca e grades de disco que fazem o tombamento da vegetação espontânea, com cortes rasos no solo. Quanto ao uso de outras formas de adubo que aparecem no gráfico 20, como calcário, farinha de osso e bagaço de cana, a explicação está na ação da EMBRAPA, da Rede Terra e no conhecimento camponês. Já o uso do pó de rocha é fruto da rede de troca de conhecimento camponês-camponês. O assentado, detentor dessa prática, relatou que a aprendeu com um agricultor japonês, que desenvolve agricultura natural no Distrito Federal.

O gráfico 20, portanto, demonstra a autonomia, apenas relativa, dos camponeses em relação ao adubo no Assentamento Cunha, porque muitas famílias relataram que a produção própria não é suficiente para plantios extensos, como de feijão de arranque e de milho. Com isso, trinta e uma delas alegam recorrer também aos fertilizantes químicos e à aquisição de esterco de fazendeiros, que têm propriedades próximas ao assentamento. Como já destacado,

a produção territorial do Assentamento Cunha dificultou a integração lavoura/pecuária. Além disso, outros elementos contribuem para esse processo, como: baixa disponibilidade de mão-de-obra, irregularidade da assistência técnica e o solo compactado e degradado, herdado do agronegócio.

Foto 10 - Assentamento Cunha - Uso de cobertura morta em frutíferas.



Autor: SILVA, Edson B. da. Març. 2013.

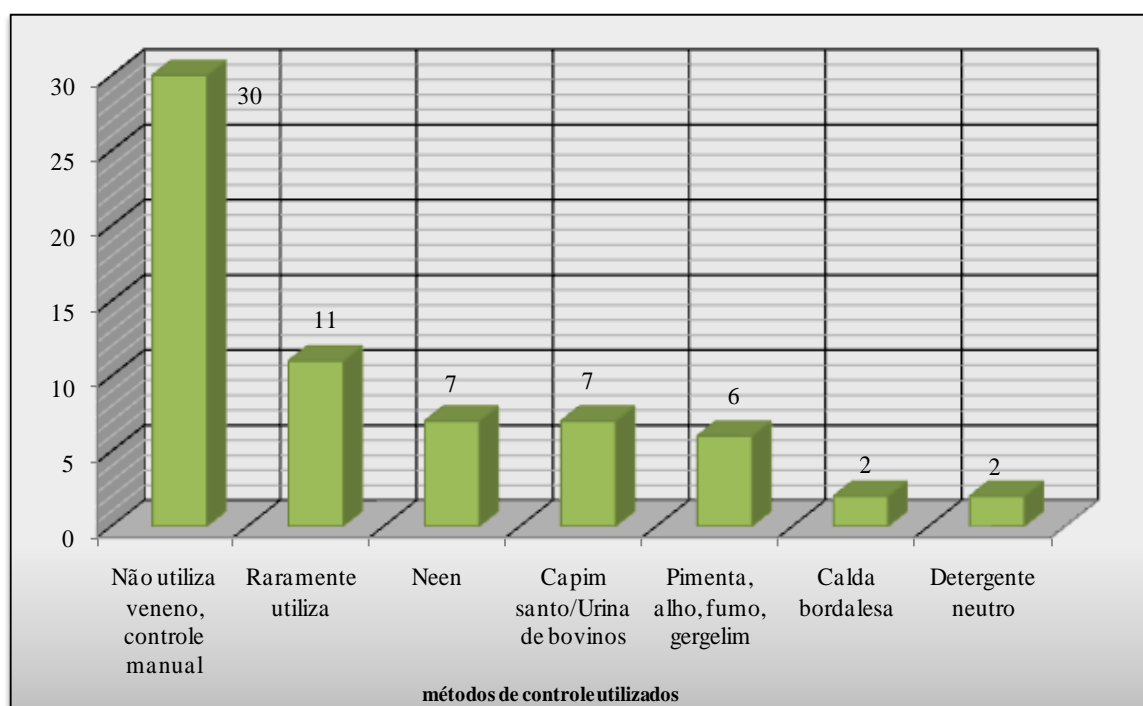
A mesma realidade se observa no domínio dos métodos de controle das “espécies-praga” e da vegetação espontânea. No gráfico 21 se apresentam os mecanismos de controle utilizados pelas famílias assentadas. O manejo manual da lavoura e das áreas de pastagem, por meio da mão-de-obra familiar, com a utilização de instrumentos técnicos simples, como: foice, enxada, machado, rastelo, enxadão, facão, carpideira e roçadeira elétrica, representa a principal forma de controle da vegetação espontânea, nas gramíneas plantadas para pastagem e nas espécies agrícolas cultivadas.

A adoção do princípio da agrobiodiversidade, de início no coletivo “Eldorado dos Carajás”, mas que se estendeu para todo o assentamento, resultou na aproximação do equilíbrio do agroecossistema. Isso explica a afirmação de onze famílias para a rara utilização de qualquer método de controle. As relações intra e inter espécies criaram sinergias, complementaridades, que levaram ao controle natural da vegetação espontânea e principalmente das “espécies-praga.” Assim se expressa o senhor João:

Tem época que ocê num usa nada, quando ocê controla o sistema com a agrobiodiversidade. Cê planta tomate, cê num pulveriza nemuma vez. O que

hoje cê planta, ocê num tem problema de infestação de insetos, porque ocê conseguiu equilibrá o sistema, né. Desde a produção de adubo, desde o plantio até a colheita ocê num tem, num trabalha com pulverização.

Gráfico 21 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - métodos usados pelas famílias assentadas, no manejo de vegetação espontânea e de “espécies-praga”, nas culturas e na criação animal, segundo os assentados entrevistados – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Nesse sentido, em cerca de três a quatro parcelas foi abolida a capina do quintal, porque o plantio do amendoim forrageiro inibiu o crescimento da vegetação espontânea. Em outras propriedades o uso de métodos naturais de controle não é necessário, devido à criação de nichos ecológicos para predadores que controlam as “espécies-praga.” A agrobiodiversidade potencializou a autonomia dos camponeses em relação aos agrotóxicos. Isso ocorreu graças à rede política de intercâmbio de conhecimentos, entre pesquisadores e camponeses assentados, que potencializou a sóciobiodiversidade. O senhor João compara o uso anterior do espaço, pelo agronegócio, e o uso atual, pela agricultura camponesa de base agroecológica:

O ambiente de hoje é completamente diferente, hoje tá tudo arborizado, já tem fruto produzindo da época. Na época aqui num tinha nada, hoje já tem muita coisa. Pra quem viveu na ôtra época e viveu agora é incrível. Nós na questão do ecológico levemo seis ano da transição, cê trabalhá o convencional, e você totalmente trabalhá no ecológico, trabalhá com a

biodiversidade. Cê conseguiu trabalhá seis ano pro cê podê chega no ecológico total. De você fazê, consegui equilibrá o sistema. De ocê vê cobra, como no caso ontem, cê num matá a cobra, cê tirá ela do local porque ela pode dá trabalho. Mas, ocê num vê um rato [Ratus ratus], cê num vê um. Nós convivemo com muito calcaveli [Crotolus durisses], tinha demais, na época, cascaveli era muito cascaveli, hoje ainda tem bastante. Rato, então, era praga dentro dessas casa, rato então era terrive! Brincadera!!! Era cada animali de rato que ocê ficava assustado, e hoje você, é engraçado, você não vê mais rato, ocê num vê em lugá nenhum. Cê vê essas construção, essas que fizerô do projeto com a Itália, esses barracão tinha muito rato. Hoje cê pode í lá que cê num acha um rato pra dizê onde tá os ôto, brincadera!!! Cê acha alguma cobra, cobra cê acha, normal, mas rato cê num acha não. Que o pior, pior é o rato, e aí, é lógico, cê num mata a cobra pra num desequilibra o sistema. Porque se ocê tira o inimigo do rato é claro que ele vai ploriferá mais. Então cê tem que dexá os dois, um cabano com o outro. Nós num temo problema cum pulverização, o fungo [eucariotas] é normal, por causa da umidade, o fungo é causado pela umidade. Ocê bota uma irigação mal feita ocê vai tê fungo, ocê equilibrô o sistema ocê num usa o pulverizadô pra nada.

No relato a implantação da agrobiodiversidade permitiu iniciar a transição agroecológica. Além disso, um “novo” camponês foi se constituindo por meio do processo formativo das organizações parceiras. Ele aprendeu a se beneficiar do uso de adubos verdes, das relações predador-presa (Foto 11), a utilizar de modo adequado a água na irrigação dos cultivos. Esse processo de apropriação de conhecimentos culminou na constituição da sóciobiodiversidade no Assentamento Cunha e em mudanças na relação sociedade/natureza.

Como mencionado na entrevista, na visita ao Assentamento Cunha no mês de dezembro de 2012, se presenciou uma prática pouco corriqueira do camponês. Na varanda da casa, o senhor João narrava a formação do assentamento, quando dona Vera, sua esposa, alardeou que no galinheiro uma cobra estava devorando um frango. O senhor João se levantou e caminhou até o local. Nós o acompanhamos e pegamos logo um enxadão. Ele pegou um cabo de enxada e, com ele, pacientemente trouxe a cobra até um tambor vazio de guardar óleo diesel, aberto, e a colocou nele; em seguida, o tampou com uma caixa utilizada para transporte de hortifrutigranjeiros. Ele nos olhou e questionou o porquê do enxadão nas mãos. Ficamos em silêncio. E o senhor João: “*Não precisa matá a cobra, ela não faiz mal pra nós, amanhã eu solto ela num lugá que não incomoda, num dá trabalho.*”

Esse relato da pesquisa de campo demonstra que a agroecologia permite a reconstrução da relação sociedade/natureza. Há uma revisão da concepção mecanicista utilitarista da natureza, um rompimento com o conceito articulado pelo cristianismo e pela ideologia capitalista. Não se quer afirmar que todos os assentados do Assentamento Cunha se

encontram na condição do senhor João, mas há um processo transformador com a produção agroecológica. Ela coloca em questão a forma hegemônica da relação sociedade/natureza.

Foto 11 – Assentamento Cunha - Cobra jiboia (*Boa constrictor*) capturada para soltura após ter engolida uma galinha no quintal do Sr. João.



Autor: SILVA, Edson B. da. Dez. 2012.

A agrobiodiversidade no assentamento, todavia, devido à forma como se deu a produção territorial do assentamento ainda não é suficiente para extinguir o uso de métodos naturais de controle das “espécies-praga”, principalmente porque a área está encurralada pelo agronegócio limítrofe que, quando faz aplicação aérea de agrotóxicos, conseqüentemente os princípios ativos deles e os insetos deslocam para o interior do assentamento, representando um sério empecilho ao equilíbrio agroecossistêmico. Desse modo, a relação com a Fundação Banco do Brasil e com a EMBRAPA, entre outras organizações, associada ao conhecimento camponês foi importante para a apreensão e utilização de formas naturais de manejo das lavouras e criações.

De acordo com o PR do Assentamento Cunha (2011), seis famílias fazem controle biológico de insetos e fungos. No gráfico 21, se observa que as famílias utilizam a calda bordalesa, o detergente neutro, a pimenta (*Capsum spp.*), o alho (*Allium sativum*), o fumo, o gergelim (*Sesamum indicum*), além do neen, do capim santo (*Cymbopogon citratus*) e da urina de vaca. Segundo Machado; Machado *et al.* (2007), no Assentamento Cunha, o tratamento das galinhas era realizado com neen, caule de bananeira e terramicina. O neen também era utilizado para o controle de verminoses, mosca de chifre (*Haematobia irritans*) e carrapatos (*Amblyoma spp.*) do rebanho bovino.

Já o café era usado no controle de parasitas. Segundo relatos dos assentados, o neen, árvore natural da Índia, funciona como repelente natural. Seu uso no assentamento é fruto da parceria MST/INCRA, essa última instituição forneceu as sementes e os assentados construíram um viveiro onde formaram cerca de 400 mudas que foram plantadas nas parcelas e distribuídas para outros assentamentos em Goiás. Já a urina de vaca é utilizada tanto na adubação quanto para o controle das “espécies-praga.” Os outros métodos são resultado do diálogo do conhecimento camponês com o conhecimento científico.

Não obstante, a precariedade da assistência técnica, a dificuldade de controle dos canais de comercialização e a diminuição da mão-de-obra familiar resultam na dificuldade do manejo manual da vegetação espontânea. Em torno de oito a dez famílias assentadas não se livraram totalmente dos agrotóxicos, principalmente herbicidas. Assim relata o senhor Severo: “*De vez em quando eu joga porque eu num dou conta do serviço sozinho.*” No mesmo sentido, o senhor Lúcio menciona: “*Na minha vontade eu num usava não, mais eu num dô conta do serviço sozinho.*” Ou, como destaca o senhor Hélio: “*As veiz a gente usa, num é bão não, mais nós num dá conta.*”

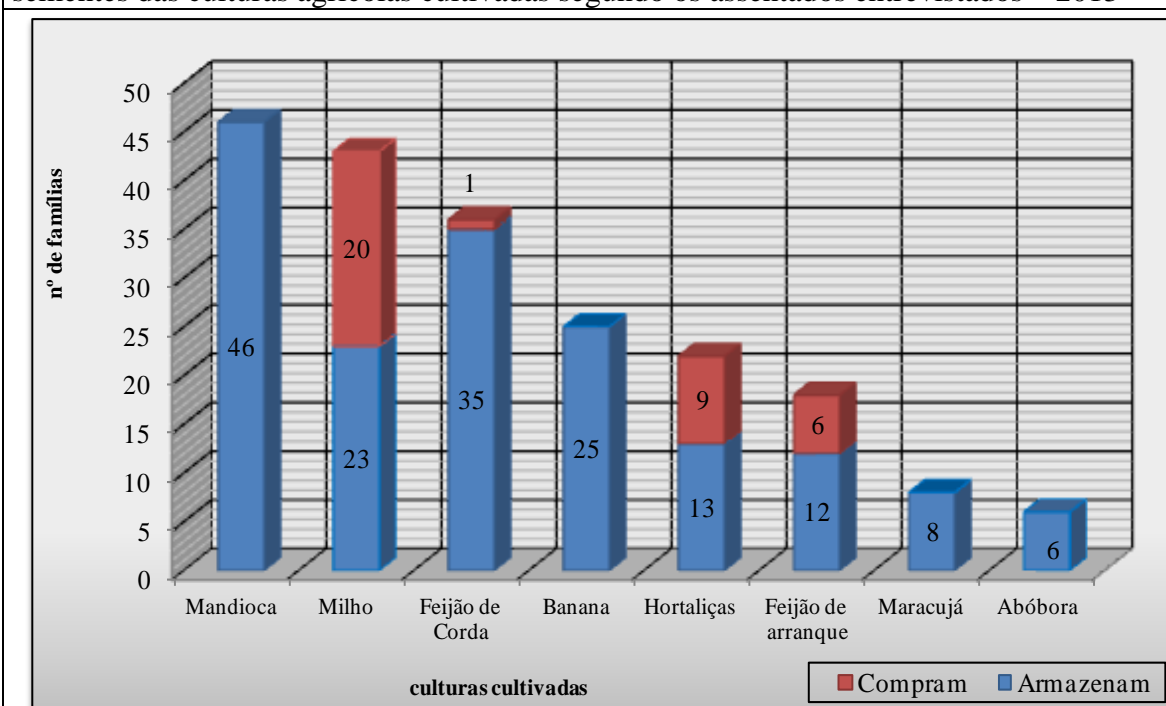
Há uma percepção dos malefícios dos agrotóxicos, todavia, a precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa submete as famílias à exploração das corporações multinacionais e aos malefícios causados por seus produtos. O Estado, pactuado com elas, tem uma ação estratégica, garante essa exploração, em detrimento de uma política efetiva de reforma agrária. No entanto, segundo um dos integrantes da “primeira associação”, os assentados utilizam agrotóxicos apenas em determinados locais: “*Quanto ao agrotóxico, quando o pessoal usa é na brachiária, não na plantação, nela é na enxada.*” O camponês, nesse sentido, amplia a autoexploração do trabalho para controlar a vegetação espontânea.

Nos dados do gráfico 22 se percebe que no Assentamento Cunha há também uma autonomia relativa em relação às sementes. As experiências da EMBRAPA Cerrados e Hortaliças/campus Planaltina, com campos de melhoramento participativo de variedades de semente de milho, abóbora, mandioca, banana, hortaliças e feijão, foram fundamentais para esse processo. Com isso, se incentivou no assentamento a prática de armazenamento das sementes para o próximo plantio. Nesse sentido, declara o senhor Severo: “*Eu sempre procuro tê minha semente, desde a de milho, feijão, abóbora, coentro [Coriandrum sativum], salsa [Petroselinum crispum], jiló [Solanum jilo raddi], quiabo [Hibiscus esculentus l.]*.”

Um dos assentados reafirma a importância da rede política EMBRAPA/MST, via CONCRAB, para a autonomia quanto à semente: “*Os projeto da EMBRAPA foi importante, porque deles o pessoal daqui tudo recebeu semente, o problema é que muita gente perdeu*

devido à dificuldade de armazená.” Os assentados nordestinos e do Norte de Minas Gerais, entretanto, conservam o saber intergeracional de armazenamento das sementes do feijão de corda. Assim relata o senhor Joaquim: “*Eu guardo a semente de feijão de corda, eu boto cera de abelha [Apis mellifera] na boca da garrafa pet, aprendi essa técnica com meu pai.*” O senhor Renato também menciona: “*O feijão de corda é mais pôco, eu guardo na garrafa pet e passo cera na boca dela.*” O conhecimento camponês explica, portanto, a autonomia quase completa das famílias que realizam o plantio do feijão de corda.

Gráfico 22 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Domínio das sementes das culturas agrícolas cultivadas segundo os assentados entrevistados – 2013



Fonte: Pesquisa de campo – 2013 **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Já no cultivo do milho, parte das famílias camponesas perderam os saberes tradicionais de armazenamento ou não tiveram acesso a ele em suas comunidades camponesas de origem. Machado *et al.* (2011), contudo, relatam que no projeto de melhoramento participativo do milho, realizado entre os anos de 2006 e 2009, no Assentamento Cunha, com variedades de milho melhorado de forma participativa, de milho crioulo local e convencional, houve a preocupação em orientar os assentados a conservar suas sementes, por meio de bancos de sementes locais e de participação em feiras de sementes. O objetivo era construir a autonomia camponesa desse insumo. Os dados do gráfico 22, entretanto, demonstram que nem todas as famílias assentadas se envolveram efetivamente com essa proposta.

Esse processo é agravado pela fraca ascendência atual do MST no assentamento, já que esse movimento defende a autonomia da semente na proposta de matriz tecnológica para a agricultura camponesa. Com isso, o fato é que os assentados declararam dificuldades de conservação da semente de milho. Assim menciona o senhor Pedro: *“Compro semente de milho. Já feijão de corda e mandioca eu tenho banco de semente. O problema do milho é o caruncho, perde tudo.”* No mesmo sentido assevera o senhor Renato: *“Eu faço é comprá semente de milho, porque se guardá pra ôtro ano perde tudo, por causa de caruncho.”*

Todavia, a luta mais desigual que os assentados enfrentam pela soberania da semente do milho é com o agronegócio territorializado no município de Cristalina, processo já destacado no capítulo 1. Como descreve Altieri (2012), há a impossibilidade de coexistência do cultivo de milho local com aquele que pode ter origem transgênica. O milho cultivado pelos camponeses do Assentamento Cunha fica sujeito ao processo da introgressão, que causa erosão genética, com a consequente perda das características ideais para o campesinato.

Mas os assentados seguem resistindo às imposições do agronegócio, com a manutenção das variedades de milho, advindas das experiências participativas realizadas com a EMBRAPA Cerrados. Na foto 12 se observa o cultivo dessas variedades de milho no coletivo “Eldorado dos Carajás.” Além disso, como destaca o gráfico 22, a maior parte das famílias consegue conservar as sementes dessa cultura agrícola para o próximo plantio. Nesse sentido, declara o senhor Miguel: *“Eu pranto o milho de paiol.”*

Foto 12 – Assentamento Cunha - Cultivo de milho no coletivo “Eldorado dos Carajás.”



Autor: SILVA, Edson B. da. Fev. 2013.

O senhor Argemiro argumenta quanto ao debate da autonomia camponesa da semente: “*Eu guardo a semente de feijão e milho, porque se ocê num tivé elas, plantá fica mais caro que comprá.*” O domínio da semente amplia a apropriação da renda e aumenta a autonomia dos camponeses em relação às corporações multinacionais do agronegócio, promotoras da “Revolução Verde.” Além disso, permite conservar a diversidade genética e as características que atendam aos interesses das comunidades camponesas. O desequilíbrio ecossistêmico, com ataques de “espécies-praga”, oriundas principalmente do agronegócio limítrofe, também atinge as sementes de feijão de arranque. Parte das famílias tem dificuldades de conservá-las para a próxima safra. Nos relatos das famílias assentadas, ficou evidente a dificuldade de armazenar quantidades maiores de semente, casos do milho e do feijão de arranque.

Já quanto às sementes de banana e mandioca, há uma total independência das famílias assentadas, não somente pelo trabalho da EMBRAPA, mas também pelas redes políticas locais de troca camponesa. Nas pesquisas de campo se presenciou a troca de sementes-“manivas” e “mudas”-de mandioca e banana entre as famílias assentadas. O mesmo processo é válido para o domínio das sementes de maracujá (*Passiflora edulis*) e de abóbora. A mandioca é a principal cultura comercial do Assentamento Cunha, a autonomia da sua semente tem importância significativa para as famílias assentadas.

Segundo Fialho; Fukuda *et al.* (2011), na experiência de melhoramento participativo da mandioca na área coletiva do Assentamento Cunha, entre 2005 e 2007, se priorizou variedades locais e introduzidas. Além disso, foram desenvolvidas atividades de conservação e adubação do solo, consorciação de mandioca com outras culturas agrícolas, manejo de doenças e pragas e possibilidades de uso da mandioca na alimentação animal, entre outras ações. Foram utilizadas vinte variedades de mesa e industrial, sendo os camponeses os responsáveis pela seleção das variedades que atendiam melhor seus objetivos. Também foram incentivados a realizar intercâmbio de sementes. Ao final do projeto foram disponibilizadas 18.000 sementes de mandioca para os camponeses do Assentamento Cunha e para distribuição em outras comunidades, quanto às hortaliças, na foto 13 se observa a coleta de sementes de coentro.

Como apresenta o gráfico 22, nem todas as famílias tem a autonomia quanto às sementes de hortaliças. Segundo Almeida; Freitas (2011), engenheiros agrônomos responsáveis pelo projeto de produção agrocológica de hortaliças, é preciso considerar as limitações climáticas para a criação de campos de produção de sementes de hortaliças. Além disso, há uma ampla variedade de espécies, com especificidades no que tange à produção de sementes. Os autores, dessa forma, defendem a necessidade de uma estratégia maior para dar

suporte à autonomia das sementes de hortaliças, ou seja, a articulação de uma rede de produção de sementes. Nesse contexto, com a BIONATUR, o MST busca esse objetivo para os assentamentos sob seu controle.

Na discussão do controle dos insumos no Assentamento Cunha foi também objeto de análise o domínio de máquinas e implementos agrícolas pelas famílias assentadas. Autores como Machado (2009) defendem a abolição da mecanização na produção agroecológica, pela dependência dos combustíveis fósseis, enquanto outros advogam a diminuição de seu uso, tendo em vista a minimização dos impactos no solo. Entretanto, tanto nas políticas estatais destinadas à agricultura camponesa, quanto nas pesquisas em agropecuária, pesa o interesse das grandes corporações multinacionais contra a eliminação de maquinários na agricultura.

Foto 13 – Assentamento Cunha - Coleta de semente de hortaliça, (coentro) para plantio.



Autor: SILVA, Edson B. da. Març. 2013.

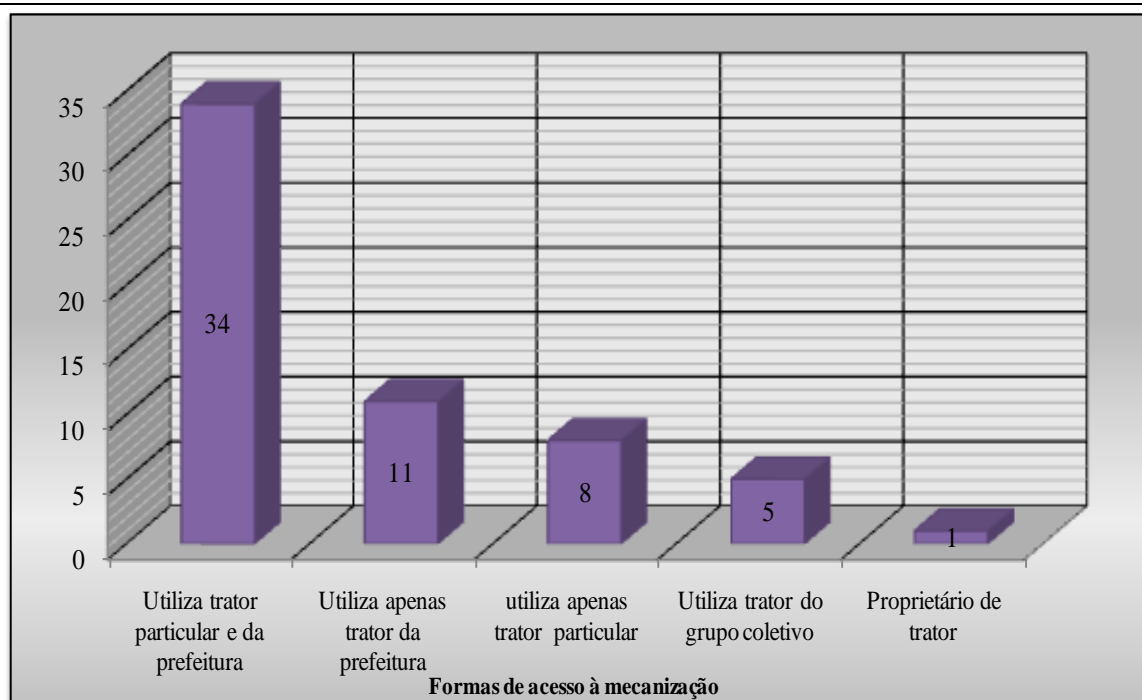
Segundo o senhor João: “*Sem trator, sem trator cê não consegue fazê nada, não adianta, é impossível, cê não desenvolve.*” A dependência da mecanização teve início na Segunda Revolução Agrícola e se aprofundou ao longo do século XX com a monocultura mental, a ideologia modernizadora instalada para atender aos interesses dos setores industrial, financeiro e latifundiário, entre outros, amparados pelos Estados nacionais. Dessa aliança de classes, o campesinato foi historicamente excluído. No Assentamento Cunha, de acordo com o gráfico 23, há um número representativo de famílias que dependem de máquinas do poder público municipal ou de proprietários particulares para realizar a preparação do solo.

Na pesquisa de campo os assentados declararam que a prefeitura de Cidade Ocidental fornece quatro horas de aragem do solo. Contudo, esse trabalho é realizado somente com o

pagamento de R\$ 25,00 a hora/máquina ou com o fornecimento de 50% do combustível. Mesmo assim, o baixo valor, quando comparado à hora/máquina de proprietários particulares, (na pesquisa de campo se constatou que esse valor era de R\$ 70, 00) compensa o dispêndio das famílias assentadas. A utilização do serviço oferecido, no entanto, esbarra em outras contradições. O senhor Norberto menciona: *“Da prefeitura já vem passado de tempo, aí ocê têm de usá particular.”*

O senhor Renato acrescenta: *“Rapaz, pra te falá a verdade se eu dissé que eu uso o da prefeitura é mentira, é uma burocracia danada, eles vêm pra quem eles qué.”* Outro assentado esclarece que, além dos atrasos na execução do serviço e da burocracia para se acessá-lo, se adiciona o uso político realizado pelos membros da “primeira associação”: *“Quando dá certo, uso da prefeitura, mas, às vezes, vem pra um e outro não, porque os representante da “primeira associação” manda só pros aliados deles.”* Além disso, as famílias alegam que as quatro horas são insuficientes para o preparo do solo e, por isso, como demonstra o gráfico 23, a maior parte dos assentados utilizam de forma combinada os serviços do poder público municipal e particular. Contudo, famílias menos capitalizadas só podem recorrer aos serviços públicos.

Gráfico 23 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Formas de acesso a mecanização pelas famílias assentadas, segundo os assentados entrevistados – 2013



Fonte: Pesquisa de campo – 2013 **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Nesse contexto, há uma aliança da prefeitura com as lideranças do Assentamento Cunha. Na foto 14 se nota o apoio a candidatos ao poder municipal. Os líderes das associações confirmaram a realização de reuniões antes e após as eleições de 2012, para tratar das políticas públicas do município para o assentamento, tanto no que se refere à concessão de máquinas agrícolas e, a manutenção de estradas vicinais, quanto ao apoio a políticas de compra institucional da produção agroecológica, entre outras ações. Mas a precariedade dessas políticas, principalmente a vinculada à mecanização, faz com que uma parcela das famílias utilize apenas os serviços particulares, como destacado no gráfico 23.

Já no coletivo “Eldorado dos Carajás”, espaço em que a transição agroecológica se encontra em estágio mais avançado, há a independência da mecanização. Um dos seus membros relata: *“Hoje nós temos um tratorzinho, e a gente trabalha com rolo-faca, trabalha com uma gradizinha pequena.”* Nos relatos dos integrantes há ainda a preocupação em diminuir os impactos da mecanização no solo, por isso, procuram realizar somente o corte superficial e o tombamento da vegetação espontânea.

Foto 14 – Assentamento Cunha- Apoio a candidatos ao poder municipal de Cidade Ocidental.



Autor: SILVA, Edson B. da. Jan. 2013.

Porém, não há no coletivo e nem no restante do Assentamento Cunha debate sobre produção de tecnologia própria, embora essa discussão seja recente nos próprios movimentos sociais. O domínio da mecanização também permite ao coletivo “Eldorado dos Carajás” oferecer serviços de aragem do solo em outros espaços dentro e fora do assentamento, trabalho acessório realizado por um de seus componentes. Nesse contexto, a apropriação

coletiva do território pelo grupo “Eldorado dos Carajás” possibilitou maior controle dos meios de produção, com maior capitalização para enfrentar o agronegócio. Um dos membros do coletivo afirma:

Nóis só conseguimos a estrutura que nós temos porque é um grupo coletivo. Os individuais não tiveram acesso ao projeto que nós tivemos dentro do grupo. Então, um grupo pequeno, e conseguiu uma estrutura muito grande. Inclusive até o Banco do Brasil quando fazia as vistorias aqui, vistoria de Pronaf, eles falava: “-oh, vocês tem mais capital que todos os ôto.” Porque nós ainda temos tudo que nós conseguimos de financiamento, de projeto, e os individuais não tem mais nada. Ai eles falavam assim: “-Se tudo fizesse como oês o assentamento era uma beleza.” Só que os ôto não têm essas coisas, o individual não consegue ter essas coisas. Nós não temos mais a dependência das multinacionais.

Ainda no gráfico 23 se percebe que apenas um assentado é proprietário de trator com maior potência. Não obstante, ele declarou que sua máquina agrícola se encontrava com defeito e, devido ao alto custo, estava impossibilitado de consertá-la. No assentamento, três entrevistados têm microtratores utilizados na olericultura.

Os demais assentados têm domínio apenas de instrumentos técnicos simples, como: truques, picareta, martelo, cavadeira, regador, taxa de cobre, sendo que alguns deles ainda utilizam tração animal no cultivo das lavouras. Dois idosos declaram não usar serviços de mecanização. A discussão, dessa forma aponta que no Assentamento Cunha os assentados têm autonomia relativa dos insumos. Há um domínio relativo dos meios de produção, não sendo necessário comprá-los no mercado, o que reforça o caráter anticapitalista da agroecologia.

A autonomia dos meios de produção é fundamental para a reprodução camponesa, pois, como afirma Vergés (2011), o camponês, condicionado pela lógica de satisfação das necessidades familiares, ao comprar seus meios de produção no mercado se submete a valores superiores ao preço de produção. Nesse sentido, a burguesia obtém não somente o lucro médio, mas um rendimento extra de modo permanente. Há, conseqüentemente uma relação de exploração do campesinato, com transferência de riquezas para a burguesia. Nesse sentido, o acesso dos assentados do Assentamento Cunha à terra, ao adubo, às formas de manejo natural das “espécies-praga” e à aliança política com o poder público municipal representam o fortalecimento da autonomia camponesa frente ao capital.

Mas, dentre as conquistas mais significativas com a adoção da produção agroecológica, está a territorialização do princípio da agrobiodiversidade. Na tabela 10 se pode observá-la nas criações animais. Machado (2012) define a agrobiodiversidade como a

diversidade da vida no campo, tanto animal, vegetal, quanto sócio-cultural. Esse princípio é fundamental para as interações intra e inter espécies, que produzem o equilíbrio dos agroecossistemas e a sustentabilidade, contrapostos aos projetos do agronegócio.

Shiva (2003) declara que as diversidades cultural e biológica andam de mãos dadas, no entanto, têm sido ameaçadas pela monocultura mental, imposta pelos atores da biotecnologia bioimperialista. A autora defende um levante por meio da biodemocracia, tendo em vista o fortalecimento das comunidades camponesas. A tabela 11 evidencia que, no Assentamento Cunha, a agrobiodiversidade também está presente na atividade agrícola.

A diversidade de criações animais e culturas agrícolas apresentadas nas tabelas 10 e 11 é fruto da rede política dos movimentos sociais com organizações aliadas, sustentada nos elementos sócio-culturais. Essa diversidade, no que tange às criações animais, possibilita vários usos e interações benéficas, como: produção de adubo, carne, leite, queijo, requeijão, manteiga, ovos, mel, lã, doces, polinização de culturas agrícolas e formação de uma poupança estratégica para os momentos de crise. Em suma são fundamentais para a luta pela Soberania Alimentar e para a reprodução social do campesinato.

Tabela 10 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Tipos de criações por parcela – 2013.	
TIPO DE CRIAÇÃO	Nº DE PARCELAS
Galináceos	49
Suínos	36
Bovinos	22
Piscicultura	05
Caprinos (<i>Capra hircus</i>)	04
Apicultura	02
Ovinos (<i>Ovis Áries</i>)	01
Fonte: Pesquisa de campo – 2013	
Organização: SILVA, Edson B. da.	

A produção de mel é destinada ao autoconsumo e à comercialização, um dos produtores com a orientação da EMBRAPA, criou uma pastagem específica para abelhas e conseguiu o registro no Ministério da Agricultura para comercializar a produção nas feiras da AGE. A criação de galinhas, porcos e bovinos também é destinada ao autoconsumo, no entanto, há a venda do excedente da produção. Na pesquisa de campo os assentados mencionaram a venda de frangos, galinhas e ovos, além de leite, queijo e doces. Apenas dois assentados destinam prioritariamente ao comércio a criação suína e ovina, respectivamente, enquanto apenas uma família realiza criação comercial de peixes. Já a criação de caprinos visa primordialmente o suprimento das necessidades das famílias. No caso da mandioca, seu

plântio se destina ao autoconsumo e, principalmente, à comercialização, realizada na forma *in natura*, ou transformada em polvilho e em farinha.

TABELA 11 - Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Tipos de produtos agrícolas cultivados por parcela – 2013.

CULTURAS TEMPORÁRIAS	Nº DE PARCELAS
Mandioca	46
Milho	43
Feijão de corda	36
Hortaliças	29
Feijão de arranque	19
Abóbora	06
Batata-doce (<i>Ipomoea</i>)	03
Arroz	02
CULTURAS PERMANENTES	Nº DE PARCELAS
Abacate (<i>Persea americana</i>)	19
Acerola (<i>Malpighia puniceifolia l.</i>)	23
Ameixa (<i>Plunus salicina</i>)	04
Amora (<i>Morus Alba l.</i>)	07
Banana	26
Baru (<i>Dipteryx alata</i>)	04
Café	03
Cajá-manga (<i>Spondias dulcis forst</i>)	02
Caju (<i>Anacardium Occidentale</i>)	10
Goiaba (<i>Psidium guajava l.</i>)	26
Graviola (<i>Annona muricata l.</i>)	07
Jabuticaba (<i>Myrciaria cauliflora</i>)	04
Jaca (<i>Artocarpus altilis</i>)	09
Jambo (<i>Eugenia sp.</i>)	02
Laranja (<i>Citrus sinensis l.</i>)	20
Lima (<i>Citrus limittioides</i>)	02
Limão (<i>Citrus limon l.</i>)	16
Maçã (<i>Malus domestica borkh</i>)	02
Mamão (<i>Carica papaya</i>)	11
Manga (<i>Mangifera indica l.</i>)	29
Maracujá	08
Pinha (<i>Annona squamosa l.</i>)	07
Pitanga (<i>Eugenia uniflora l.</i>)	05
Seriguela (<i>Spondias purpúrea</i>)	18
Tangerina	41
Outras frutas	13
CULTURAS SEMIPERENES	Nº DE PARCELAS
Cana	12
Algodão (<i>Gossypium hirsutum L.</i>)	02

Fonte: Pesquisa de campo-2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Na pesquisa se verificou que a mandioca de mesa é destinada a Brasília, às cidades da Microrregião do Entorno de Brasília e às cidades-satélites, vendida em feiras livres convencionais, orgânicas, ou para intermediários, a R\$ 25,00 a caixa. No assentamento, em torno de dez propriedades transformam a mandioca em farinha e polvilho. Nele, há duas casas de farinha, sendo que uma está desativada, devido aos problemas de saúde da proprietária. Na foto 15, se observa a casa de farinha que se encontra em funcionamento. Nela o senhor Felício, associado ao genro, produziu, em 2013, cerca de três toneladas de farinha. Além disso, cedem-na às famílias assentadas com a obrigação de pagamento de renda em produto.

As hortaliças são destinadas ao autoconsumo e à comercialização em feiras convencionais no Distrito do ABC, no centro urbano de Cidade Ocidental e em cidades-satélites do Distrito Federal. As demais culturas temporárias, como: feijão, milho, abóbora, batata-doce e arroz, devido às dificuldades de comercialização, se destinam principalmente ao autoconsumo e, em menor quantidade, à comercialização intra-assentamento, em feiras livres, convencionais ou orgânicas.

Foto 15 – Assentamento Cunha - Casa de Farinha no Assentamento Cunha



Autor: SILVA, Edson B. da. Set. 2013.

As culturas diversas e permanentes de frutíferas, segundo Machado; Machado *et al.* (2011) são resultado do projeto com o Banco do Brasil, que possibilitou o plantio de 1.100 mudas, inclusive de espécies nativas do Cerrado, além do intercâmbio de experiências com a comunidade Caxambu, de Pirinópolis–GO, que já cultivava espécies típicas do Cerrado. Além disso, segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), o projeto de Revitalização e

Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu prevê o plantio de 25.000 mudas de espécies desse bioma.

Na tabela 11 aparecem apenas as espécies frutíferas mais representativas nas parcelas, contudo, além delas, há o plantio de uva (*Vitis spp.*), figo (*Ficus carica L.*), carambola (*Averrhoa carambola*), romã (*Punica granatum l.*), ingá (*Inga edulis*), cidra (*Citrus medica L.*), coco (*Cocos nucifera*), urucum (*Bixa orellana*), jenipapo (*Genipa americana*) e jatobá (*Hymenaea coubari*), entre outras. As culturas permanentes se vertem para autoconsumo e comercialização, com a venda *in natura* para intermediários, principalmente de tangerina, banana e maracujá, e para a produção de doces, geleias e polpas para sucos.

Quanto às culturas semipermanentes, o algodão tem usos medicinais e a cana é destinada a alimentação do rebanho bovino e em três propriedades é matéria-prima para a produção de rapadura. A agrobiodiversidade no Assentamento Cunha potencializou o controle dos insumos, por meio das relações intra e interespecíficas, das sinergias, das complementaridades e da reciclagem de nutrientes, entre outros processos. Mas, a consolidação da agrobiodiversidade, e, por conseguinte, da produção agroecológica, enfrenta a questão da exploração da produção camponesa pelo capital. No gráfico 24 se observa a submissão ao capitalismo comercial, por meio dos intermediários, no momento da realização da mercadoria.

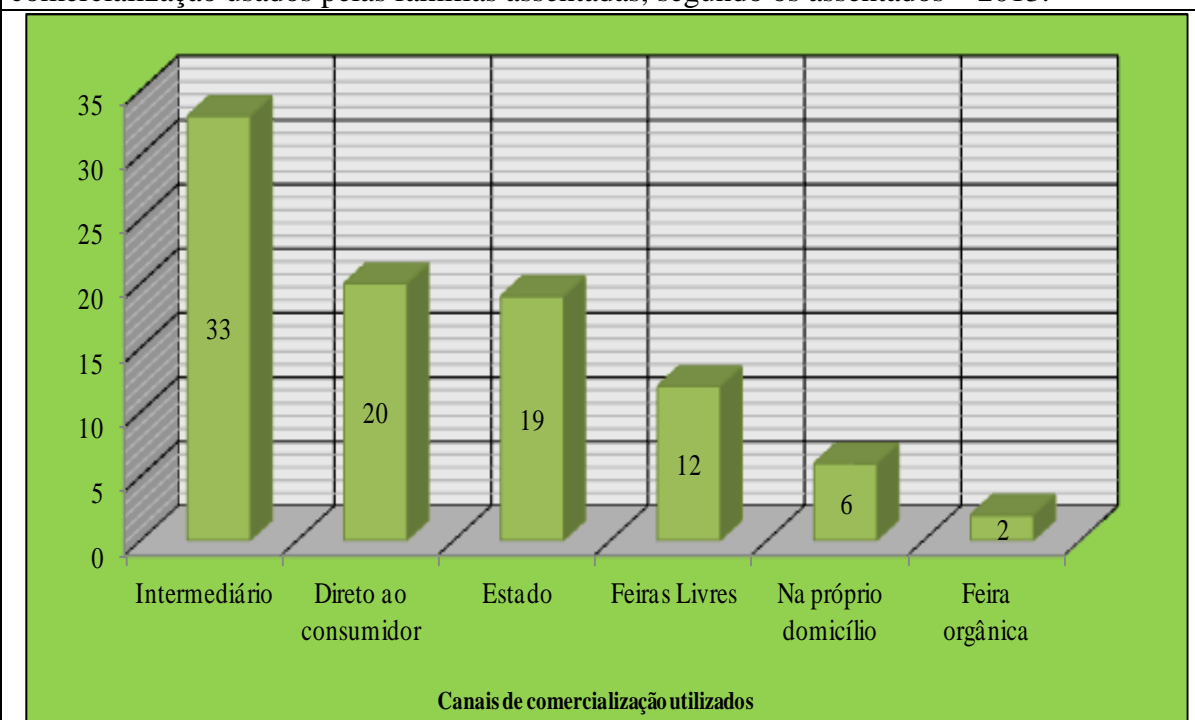
O PR do Assentamento Cunha (2011), reconhece a submissão das famílias aos intermediários. E também, as próprias famílias, Dona Maria, por exemplo, assim conta: “*O preço que a gente recebe nunca compensa, porque o senhor veja, a gente vende para o comerciante e ele agrega valô. Aí ocê vai lá é ôto preço, e é muito suado produzi um saco de feijão, tem o trato da lavora, colheta, é muito custo.*” A elevada quantidade de trabalho vivo incorporado à mercadoria resulta na alta produção de valor. Isso permite ao intermediário se apropriar da riqueza produzida pelo campesinato. O comerciante não agrega valor à mercadoria, apenas se apropria do excedente do trabalho camponês. Segundo Vergés (2011), o capital comercial paga ao camponês apenas o custo de produção e, ao inserir a mercadoria no mercado capitalista, cobra o preço de produção. Por isso, o senhor Cleber define: “*Só no açougue a carne é cara.*” Dona Marta ainda assevera:

Na verdade, na verdade, a comida é cara pra quem mora na cidade. Mas pra quem planta ela, ela é vendida barata. Acho que o Estado deveria investi mais na pequena agricultura. Porque vou te dizê uma coisa, comida não dá em fábrica, em prédio. Devia investi mais em recuperação. O ser humano precisa reconhecê que num tem ôto lugá pra tirá comida se não fô

na terra. As pessoa precisa percebê que tem de recuperá as mata, a terra, e ele só faiz destruí, derrubá e jogá veneno.

Para a interlocutora, os capitalistas exploram os camponeses e trabalhadores urbanos e o Estado ampara o capital em detrimento da agricultura camponesa de base agroecológica. O capital não está preocupado com a conservação do planeta, com a produção de comida, mas, de mercadorias. Nesse sentido, a entrevistada remete à necessidade de ações estatais que fortaleçam a agricultura agroecológica para a conservação da biodiversidade na Terra. Vergés (2011) também acredita que ações do Estado, por meio de políticas públicas efetivas, podem permitir diminuir a transferência de valor do campesinato para os intermediários.

Gráfico 24 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Canais de comercialização usados pelas famílias assentadas, segundo os assentados – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Os assentados esperam e precisam obter melhor remuneração do trabalho incorporado à mercadoria e reivindicam o reconhecimento social como produtores de alimentos. Dona Filomena destaca: *“No meu modo de pensá, as pessoas que pega aquela farinha num sabe o tanto que é difícil produzi, então tinha que sê mais valorizado. O pobre do lavrador num é reconhecido, mas o que tá na cidade sai dos nossos braço.”* Vergés (2011) destaca que a produção camponesa cumpre duas funções essenciais no sistema capitalista, primeiro impossibilita o monopólio capitalista da terra e da produção agropecuária, segundo viabiliza a reprodução do proletariado a baixos custos. Nesse contexto, na avaliação de trinta

entrevistados o preço pago pelo intermediário é ruim, enquanto todos eles defendem a comercialização direta como a melhor forma de remuneração do produto de seu trabalho.

Alguns assentados têm sentimentos de resignação, reconhecem a exploração, mas aceitam as condições impostas pelo capital comercial. Como afirma Vergés (2011), isso acontece porque o camponês também garante sua reprodução social com a produção de autoconsumo que satisfaz a maioria das suas necessidades vitais. Assim declara o senhor Olavo: *“O trabalho meu tinha que sê mais valorizado, mais o senhor tem que vendê. É que nem diz o ditado: do saco pelo menos o cordão, que lá na frente o senhor acha o saco.”* A exploração da agricultura camponesa do assentamento está vinculada também à falta de acesso à logística de armazenamento e transporte. Dona Alzira relata: *“Poderia ser compensador se não tivesse o atravessador, mas como não tenho transporte tenho de me sujeitar.”*

Na avaliação dos assentados, os programas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são mecanismos importantes para diminuir a exploração sofrida pelos camponeses, tanto que o senhor Severo defende: *“Tem de aumentá as instituição de compra direta do governo federal.”* Um dos representantes da “primeira associação” é enfático quanto à importância da referida política pública:

Sem sombra de dúvida, com o PAA e PNAE melhorou substancialmente, entrou em torno de cento e vinte mil reais a partir do PAA e PNAE. Foi uma revolução, num foi melhor por falta de organização nossa. Há uma parceria com o município de Cidade Ocidental, entregamos em colégios, asilos, creches. Temos no Cunha hoje em torno de 20 famílias com a DAP. Nós podemos vendê hoje em torno de R\$ 24.800, 00 para o governo federal. Nós temos um espaço no Ceasa pra comercializá, temos espaço da feira do ABC, temos parceria com o governo do Distrito Federal, com a Secretaria da Agricultura do DF.

No gráfico 24 se nota que dezenove famílias estão vinculadas aos programas de compra institucional, com possibilidades de ampliação desse número para o ano de 2013. Quanto às demais parcerias, foi constatado que apenas os espaços destinados à comercialização na feira do Distrito do ABC e no centro urbano de Cidade Ocidental são utilizados pelas famílias assentadas, os outros canais de venda ainda não se concretizaram. Os representantes da “segunda associação” contestam a falta de organização interna, argumento utilizado pelos membros da “primeira associação”, para as pequenas vendas a

programas institucionais de compra. Eles mencionam o cerceamento do direito à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), tendo em vista garantir a exploração comercial dos assentados por determinadas lideranças do assentamento. Assim destaca um dos integrantes:

O PAA e PNAE é muito importante pra quem conseguiu, mas ele tem de vim pra todo mundo. Quando eles abriram a inscrição, o presidente da outra associação foi no INCRA e selecionou dezoito famílias. Aí criô um problema, porque as outras família tinha de entregá na inscrição de quem tinha, então isso dificulta muito. O presidente da outra associação fez isso porque ele ganha em cima da intermediação, ele agiu de forma oportunista.

No decorrer da pesquisa foi constatado que lideranças são, realmente, intermediárias no assentamento. Ao serem questionadas, alegaram que não veem isso como um problema, entendem que o assentado não tem prejuízos na relação comercial estabelecida. Além disso, o próprio PR do Assentamento Cunha (2011) deixa claro que o INCRA, junto com os sindicatos rurais, controla a emissão da DAP. Esse processo fortalece o descolamento e o distanciamento das lideranças da base, elas assumem o papel de capitalistas e exploram as famílias assentadas. Não obstante, impedem que políticas públicas importantes para o fortalecimento da agricultura agroecológica atinjam maior número de assentados. Esses representantes, inclusive, reconhecem a importância dessa política institucional, tanto que uma liderança afirma: “A compra do PAA e PNAE fortalece a produção agroecológica, por causa do preço diferenciado.”

Nesse sentido, aqueles que exploram os assentados também se encontram dentro do assentamento. Segundo os membros da “segunda associação”, há um trabalho político para conseguir a adesão das famílias assentadas e, com isso, exigir políticas públicas como as de compra institucional a favor de todos os assentados. Vergés (2011) afirma que o privilégio de alguns atores, de atuar na intermediação com a obtenção de lucros extraordinários, cria a lógica do monopólio de territórios camponeses, que pode ser mantido por mecanismos ideológicos, políticos, despóticos e paternalistas.

Desse modo, no Assentamento Cunha os dirigentes utilizam a representação política e, por conseguinte, discursos ideológicos, para justificar ações paternalistas a favor dos aliados e atitudes despóticas com os adversários. Além disso, contam com o apoio do próprio Estado, inclusive para o acesso à DAP. O fato é que esse processo permite a manutenção da exploração das famílias assentadas pelo capital comercial e dificulta o acesso a canais de comercialização direta, e a construção de organizações que libertem os camponeses da

escravidão do *in natura*, como cooperativas de produção e comercialização. Já que, como afirma o senhor João, os canais de venda institucional não são a panaceia para todos os males:

Com a política do governo, da merenda escolar, do' cê introduzi pelo meno na merenda escolar, pelo meno 30%, 40% tem que sê ecológico, então deu um avanço com os produtor. Que nem o pessoal nosso aqui, vende a maioria pra merenda escolar. Mas o limite ainda é muito pequeno. Não tem como ampliá muito, porque o DAP é poquinho, ajudou foi muito, mas não basta.

No assentamento, os programas de compra institucional de fato têm sido importantes para a produção agroecológica. Muitas famílias que haviam abandonado o PAIS retomaram-no devido a esses programas. Mas os limites de compra deles, a pequena quantidade de assentados inscritos, a necessidade de famílias entregarem na inscrição de outras ou se subordinarem ao intermediário traz a importância da formação de cooperativas. A consolidação da produção agroecológica esbarra na apropriação da renda. Com isso, encontra limites para se realizar por inteiro dentro do modo de produção capitalista, já que não se autodetermina é submetida à reprodução ampliada do capital. O senhor João declara:

É difícil sobrevivê na agroecologia porque na nossa região, por exemplo, se ocê produz agroecológico num tem pra quem vendê, não tem cooperativa. Por exemplo, o pequeno produtor só consegue comercializá se ele tem cooperativa. Se ele não tivé cooperativa ele vai vendê pra quem? Cê vai colhê 20 saco de feijão, vai vendê pra quem? Cê vai colhe 100 saco de milho vai vende pra quem? Não tem como comercializá, o pequeno, na nossa região, isso é um estudo que foi feito na região de Luziânia com as cooperativa do Paraná. Os cara questionaram como é que ocês vai tê pequeno produtor na região se não tem cooperativa aqui? Ocês vão vendê pra quem? É o exemplo nosso, ano passado, eu te contei a história ontem, eu colhi 40 saco de feijão, não tinha pra quem vendê. Ocê vai vendê 40 saco de feijão pra quem? Na fêra ocê absolve um poquinho, mais o feijão ocê não consegue guardá feijão bão dum ano pra ôto, o feijão é sazonal, cada três, quatro mês cê tem que tê feijão novo, senão cê só tem feijão velho. Cabamo perdeno 40 saco de feijão que não conseguimos comercializá. Num tem comércio. Ocê vai colocá isso aonde? O grande ele consegue colocá. Mas o pequeno vai colocá aonde? Essas coisas, por exemplo. Se o ocê colhê 100 saco de milho, ocê vai vendê pra quem? Ocê tem que vendê picado, aqui, acolá, pra quem acha de comprá. Aqui nós temo exemplo, esse meu vizinho, ele tá com galpon cheio de milho do ano passado ainda, não consegue vendê o milho, e é tudo orgânico, tá com o galpon cheio de milho, e agora já plantô ôto milho, e o milho véio tá no galpon, ainda. Cê não sabe o que faz, fica vendeno um saco pra um, pra outro, pra qui dentro mesmo, pó pessoal daqui, num tem onde vende, né. Por exemplo, nós tinha condição de colocá um resfriadô aqui. Muitos produz leite, mai vai vendê pra quem? Muita gente desiste porque num tem pra quem vendê o leite. Ocê, ocê num tem apoio do governo, ocê num tem nada, como que ocê vai colocá. Num tem política voltada pó pequeno produtor na região, só tem voltada pro grande, pó pequeno não tem.

A questão central é a falta de controle da logística de transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção. Com isso, acontece a exploração dos intermediários, tanto os proprietários de restaurantes, churrascarias, supermercados, açougues, quanto próprios dirigentes do assentamento. Nesse sentido, os assentados ou se submetem a eles ou perdem todo o excedente da produção, porque conseguem comercializar somente pequenas quantidades das culturas agrícolas ou das criações animais em feiras livres, vendas diretas ao consumidor ou no próprio assentamento. Além disso, a política agrícola do Estado beneficia o agronegócio, falta acesso do campesinato às políticas de industrialização, armazenamento, transporte e comercialização direta da produção. No campo de forças estabelecido está em jogo a apropriação da renda da terra.

Vergés (2011) destaca que o Estado deve atuar na destruição do lucro extra dos capitalistas intermediários. Mas para isso necessita implantar uma política que contenha ações conjuntas e não isoladas. Pois, como a exploração do campesinato pelo capital se dá por diversos caminhos, na compra dos meios de produção, na venda da mercadoria camponesa, na aquisição de empréstimos, na obtenção de meios de vida, a sua diminuição passa pela política de crédito, insumos, bens de consumo e não apenas pelas ações de compra institucional. Evidentemente não se escapa da transferência de riquezas ao capital global, mas se pode diminuí-la. É um absurdo que setores privilegiados se enriqueçam a custa do trabalho camponês.

Os assentados do Assentamento Cunha tentaram organizar uma cooperativa no coletivo “Eldorado dos Carajás”, por meio do Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural, (PROVE). Machado; Machado *et al.* (2007) afirma que, em 2004, o projeto previa a construção de uma agroindústria para o processamento de hortaliças e frutas do Cerrado. Membros do coletivo afirmaram que a escolha do assentamento se deu pela existência do grupo “Carajás”, para o mesmo convergir a produção de frutos do Cerrado do Distrito Federal, da Microrregião do Entorno de Brasília e do Norte de Minas Gerais. Mas, com o fim do PROVE, o dinheiro destinado à aquisição dos equipamentos não chegou, restou a estrutura física construída pelas famílias, destinada atualmente à extração de mel.

Os assentados, contudo, como evidencia o gráfico 24, buscam formas de resistência camponesas ao capitalismo comercial. Nesse sentido, vinte famílias, devido à proximidade do assentamento de centros urbanos de Goiás e Distrito Federal, vendem também sua produção de forma direta ao consumidor. O senhor Aristides, por exemplo, comercializa doces de leite com coco no Distrito do ABC. Como já tem compradores fixos, afirma que vale a pena o esforço de ir até o consumidor, pois se vendesse para comerciantes não receberia o mesmo

valor. Outros seis assentados vendem no próprio domicílio, como dona Margareth, que comercializa frangos e galinhas. No período da pesquisa as galinhas estavam sendo negociadas no valor de R\$ 25,00 e os frangos no valor de R\$ 30,00. O senhor Josué avalia da seguinte forma a venda direta ao consumidor: “*A venda de porta em porta no ABC tem preço razoável.*”

Além disso, doze famílias comercializam principalmente em feiras livres convencionais do Distrito do ABC, do centro urbano de Cidade Ocidental e de cidades-satélites do Distrito Federal. Como destacado no capítulo 3, apenas duas famílias estão inseridas no mercado de certificação orgânica, por meio da AGE. Segundo um dos assentados: “*o preço do orgânico da AGE está compensador, mas nas feiras convencionais você que produz orgânico não tira nem a gasolina. É uma disputa muito grande do convencional.*” As famílias assentadas, no entanto, de modo geral procuram diversificar suas estratégias de venda, por meio do acesso aos programas de compra institucional, às feiras livres ou vendas diretas ao consumidor. Portanto, buscam vários canais de comercialização para diminuir a subordinação ao capital comercial, embora o gráfico 24 demonstre que, de fato, há uma quantidade diminuta delas inseridas nos nichos de mercado da produção orgânica.

Segundo Martins (2012), o acesso à certificação orgânica representa importante mecanismo de luta política para tornar os assentamentos espaços de resistência ao agronegócio. Um maior controle dos canais de comercialização permitiria os assentados se apropriar do resultado do seu trabalho com a produção de base agroecológica, aumentando a renda das famílias e, como destacado no capítulo 2, propiciando a permanência de maior número de membros na parcela. Nesse sentido, no próximo item a discussão se verterá para as dificuldades e conquistas da produção agroecológica, tendo em vista a reprodução camponesa na terra.

4.2. A produção agroecológica: dificuldades e conquistas para a permanência na terra no Assentamento Cunha

A diversidade de fontes de obtenção da renda camponesa dificulta a exposição de dados exatos. Na pesquisa se buscou observar a renda monetária bruta declarada, a produção de autoconsumo, os rendimentos da previdência social e das políticas compensatórias, entre outras que viabilizam a reprodução social do campesinato. Nos relatos, todos os assentados declararam destinar a produção na parcela para o autoconsumo. Correa; Machado (2011),

sobre o Assentamento Cunha, afirmam que a produção agroecológica possibilitou maior variedade de alimentos disponibilizados na mesa do agricultor. Com isso, os recursos financeiros puderam ser destinados para a compra de bens de consumo, como: roupas, eletrodomésticos e calçados.

Vergés (2011) relata que a propriedade camponesa proporciona ao campesinato o acesso a uma série de bens e serviços, como: produtos agropecuários, artesanais, moradia e água, dentre outros. No entanto, como não é autossuficiente, o camponês é submetido à exploração do capital comercial na aquisição de bens consumo, principalmente devido ao discurso ideológico de supremacia do modo de vida urbano. Com isso, compra produtos industrializados acima do preço de mercado, o que acarreta na transferência de renda ao capital comercial. Quanto à renda bruta declarada, na tabela 12 se observa que somente quarenta e quatro famílias a mencionaram.

Tabela 12 - Assentamento Cunha – Município de Cidade Ocidental - Renda monetária declarada pelas famílias* – 2013.

Classes de renda	Nº de famílias	Percentual
>1	03	6,81
1 2	26	59,09
2 3	11	25,00
3 4	02	4,56
7 8	01	2,27
8 9	01	2,27
Total	44	100

Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

* Renda expressa em salários mínimos

Nota-se que três famílias têm rendimentos inferiores a 1 salário mínimo. Numa delas, com cinco integrantes, a sobrevivência é garantida com os rendimentos do Programa Bolsa Família. No entanto, ficou evidente que essa renda familiar é acrescida pelo trabalho temporário de dois filhos, sendo que um deles o desenvolve de forma periódica. A pequena renda desse núcleo familiar é explicada pela morte do dirigente da parcela. Com um filho frequente a escola e o irmão doente a família tem dificuldades para garantir a sobrevivência.

Nas outras duas situações a renda monetária declarada também não corresponde ao rendimento total. Na primeira a família é composta por dois membros, na declaração de renda mencionaram R\$ 500,00, conseguidos pela venda de mercadorias de forma direta ao consumidor e nas feiras convencionais. Contudo, esse valor é acrescido pela produção para

autoconsumo, pela comercialização de produtos da pequena “venda” instalada na parcela e com o auxílio financeiro dos filhos que residem nos centros urbanos próximos. No segundo caso, o único integrante mencionou ter rendimento de R\$ 500,00, fruto da venda da produção para supermercados e verdurões, embora seja aposentado e destine parte da produção para autoconsumo.

Os dados da tabela 12 evidenciam que a maioria dos assentados tem renda entre 1 e 2 salários mínimos, perfazendo um total de vinte e seis famílias. O PR do Assentamento Cunha (2011) também menciona a renda média acima de 1 salário mínimo para as famílias assentadas. Contudo, essa renda também está subestimada, já que todas elas destinam a produção da parcela para o autoconsumo. Além disso, em 53,84% delas, ou seja, em 14 casos, há os rendimentos de aposentadorias, sendo que em quatro núcleos familiares há dois integrantes aposentados. A esses valores se somam os da comercialização de ovos, mandioca, frangos, galinhas, leite, doces de leite, queijo, requeijão, rapadura, banana, suínos, polpa de frutas. Também em dois casos os filhos realizam trabalhos temporários e em um esse trabalho é desenvolvido pelo pai de família. Noutra família ainda, há os dividendos obtidos com a “venda” presente na parcela e duas têm a renda do Bolsa Família.

A mensuração dos valores obtidos com a venda de mercadorias é uma operação complexa, tanto para o período mensal quanto anual, devido à imprecisão das famílias sobre a quantidade de produtos agrícolas e animais negociados, além da sazonalidade e, conseqüentemente, irregularidade na quantidade e no tipo dos produtos vendidos. Ainda, em sete famílias que declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos, há a renda oriunda do programa Bolsa Família, sendo que dessas cinco têm esses rendimentos somados a empregos assalariados e temporários, como: auxiliar de serviços gerais, pedreiro, carpinteiro, caseiro e motorista do transporte escolar. O que comprova, segundo o PR do Assentamento Cunha (2011) que parte das famílias obtêm renda em trabalhos fora do assentamento e, como destacamos no capítulo 2, esses são obtidos principalmente no Distrito Federal.

Em cinco núcleos familiares não há renda do Bolsa Família, em um deles um membro realiza trabalho assalariado, em outro o componente é intermediário e tem uma “venda” no assentamento. Três núcleos familiares obtêm renda apenas com o trabalho na parcela. Nessas famílias há ainda a produção para autoconsumo e comercialização do excedente de mandioca, banana, porcos, galinhas, frangos, mel e polpas de frutas, entre outros produtos agrícolas e animais.

Para a classe de renda de 2 a 3 salários mínimos, há no assentamento onze famílias, das quais apenas duas obtêm todos os valores com o resultado do trabalho na parcela. Na

primeira família a renda se origina principalmente da venda de hortaliças, enquanto na segunda a diversidade de culturas agrícolas e a de criações animais são as estratégias utilizadas para a conquista da renda. A respeito da diversificação o chefe da última família afirma: *“Cê tem de diversificá a produção prá tê renda.”*

Todas as demais famílias têm a renda obtida em atividades produtivas de autoconsumo com comercialização do excedente. Mas, duas também têm os rendimentos das aposentadorias e do trabalho temporário e em cinco de trabalhos temporários, assalariados e de comércio: venda de tapioca em Brasília, agente de saúde, auxiliar de serviços gerais, motorista do transporte escolar e tratorista. Em um caso o assentado é intermediário e em outro o entrevistado desenvolve atividade artesanal.

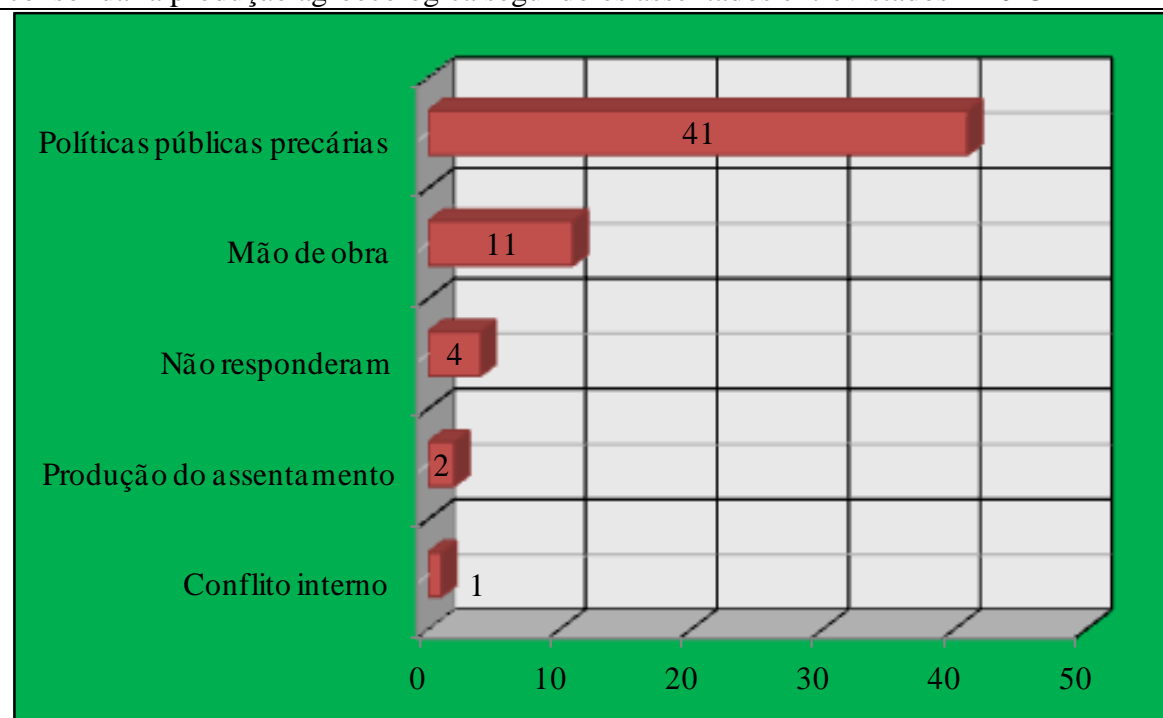
Para a classe de 3 a 4 salários mínimos, há duas famílias. A primeira tem na comercialização de tangerina a maior responsável pelos rendimentos. Enquanto na segunda, a inserção na AGE e a conquista da certificação orgânica é a principal responsável pelos dividendos obtidos. A tabela 12 evidencia que para as classes de 4 até 7 salários mínimos não há nenhum representante, sendo que somente duas famílias tem rendimentos que vão de 7 até 9 salários mínimos. A explicação para a discrepância da renda bruta dessas famílias em relação às demais está no acesso a duas aposentadorias e às feiras orgânicas da AGE, no que se refere à primeira família, além da aposentadoria militar de um membro da segunda família.

Já para as famílias que não declararam renda bruta, se observou que todas têm produção destinada ao autoconsumo e comercializam excedentes da produção agrícola e animal. Numa delas a renda é complementada com a contribuição dos filhos residentes nas cidades próximas. Enquanto em outras duas a aposentadoria de dois dos seus integrantes se soma à comercialização do excedente da produção. Nas outras os trabalhos temporários de pedreiro, carpinteiro, diarista e trabalhador agrícola realizado por determinados membros se somam aos resultados conquistados com a produção na parcela. O fato é que a renda bruta das famílias do Assentamento Cunha advém de diversas fontes e para a maioria delas um único rendimento não é suficiente para atender todas as suas necessidades. A agricultura camponesa de base agroecológica, portanto, não possibilitou ainda que a maioria das famílias consiga sobreviver somente com o trabalho dentro da parcela.

Elas utilizam diversas estratégias, tendo em vista a reprodução social no sistema capitalista. É fato que a produção agroecológica garantiu a diminuição da exploração do capital, com a autonomia relativa dos meios de produção, por meio da produção dos insumos e, o fortalecimento da luta pela Soberania Alimentar. Mas, no momento da realização da mercadoria e na aquisição dos bens de consumo, a maioria das famílias está submetida aos

interesses do capital comercial, que se apropria da renda da terra. Além disso, há outros entraves para consolidar a produção agroecológica no Assentamento Cunha. No gráfico 25 se notam as principais dificuldades mencionadas pelas famílias assentadas.

Gráfico 25 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Dificuldades para consolidar a produção agroecológica segundo os assentados entrevistados – 2013



Fonte: Pesquisa de Campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Pode-se observar que entre as dificuldades aparecem algumas já discutidas no trabalho. Como por exemplo, a questão da mão-de-obra, mencionada no capítulo 2, no qual se destacou o dilaceramento familiar já quando da entrada na terra, fruto da única liberdade garantida ao campesinato, a de migração em busca do trabalho. Além da continuidade desse processo no Assentamento Cunha, resultado da precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa de base agroecológica e da exploração camponesa pelo capital comercial, principalmente na realização da mercadoria camponesa. A respeito desses processos, dona Marta afirma: *“Produzi agroecológico é mais difícil, ocê tem de cuidá muito da terra, precisa de muita mão-de-obra.”* Dona Filomena complementa: *“O empecilho é sempre a venda, porque às vezes a gente tem o produto e não tem quem compre. Já perdi alface [Lactuca sativa L.], cheiro verde, e o PNAE e PAA poucos consegue, eu mesmo num tenho.”*

A migração do trabalho no Assentamento Cunha pode ser entendida pela lógica da acumulação ampliada do capital. Vergés (2011) destaca que a busca pelo equilíbrio na propriedade camponesa impulsiona o camponês a buscar, fora, trabalho assalariado. No entanto, o camponês, principalmente em empregos temporários, se assalaria em condições inferiores ao proletariado normal, já que produz parte dos seus meios de vida. Com isso, os salários obtidos funcionam apenas como complemento de renda. Além disso, esse assalariamento favorece a acumulação capitalista porque promove a queda dos níveis salariais e a submissão a superexploração do trabalho, o que resulta na produção de uma mais-valia anormal. Portanto, nessas condições o camponês se recria como trabalhador para o capital. Sendo assim, não é interesse dos capitalistas que o campesinato consiga autonomia para se reproduzir com o trabalho exercido somente na sua parcela.

Não obstante, outro elemento que aparece nos relatos é a produção territorial do assentamento. No capítulo 1 foi discutida a disputa política na conquista e produção territorial do Assentamento Cunha. No debate se apontou o resultado da disputa entre atores e a dificuldade para a produção agroecológica. Tendo como resultado o território descontínuo do grupo coletivo “Eldorado dos Carajás” e o modelo de assentamento semicoletivo, que resultou em dificuldades para a consolidação da agrobiodiversidade e, conseqüentemente, para as complementaridades de energia, nutrientes e manejo natural das “espécies-praga.”

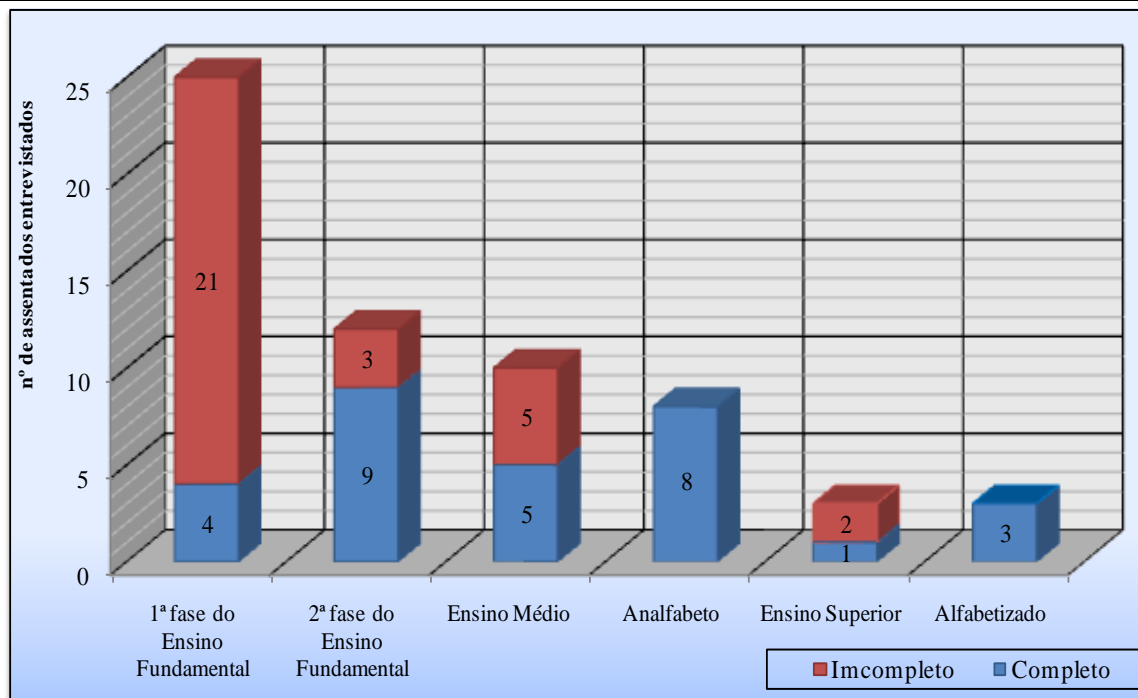
Portanto, a forma de organização do território criou empecilhos à adoção de práticas agroecológicas, como a integração lavoura/pecuária, com a conseqüente submissão a latifundiários próximos. Dona Alzira assevera: *“É um problema a forma como foi dividida as terra, aqui se fez o pior modelo de assentamento que tem. O INCRA foi incorreto, mas eles impuseram, disseram prá nós: ‘quem não tá satisfeito com esse modelo pega as trocha e vai embora’.”* O agronegócio também intervém na produção territorial cotidiana do assentamento, tanto com o espaço herdado, quanto com o que foi destacado no capítulo 1, o encurralamento, que provoca prejuízo ao assentamento quando da aplicação aérea de agrotóxicos e com a migração de insetos para o seu interior, além das ameaças de erosão genética das espécies de milho, elaboradas nas experiências participativas com a EMBRAPA. A respeito desses processos, o senhor Pedro afirma: *“Aqui as praga ataca demais devido à soja, pra hortaliça o difícil também é a adubação, esterco de gado e galinha, a gente acaba teno que comprá.”*

Associada a isso, há a pressão exercida pelo capital financeiro/imobiliário, com a expansão da malha urbana de Brasília, por meio dos condomínios horizontais e a conseqüente cooptação de lideranças para atender interesses desse capital no interior do assentamento. O

Assentamento Cunha, apesar de ser um espaço de resistência política do campesinato, corre sérios riscos. Apenas para duas famílias a experiência agroecológica do CIMAS, instalado no grupo coletivo “Eldorado dos Carajás”, permitiu independência dos insumos e acesso a canais de comercialização direta, com certificação orgânica da AGE. Elas declararam não ter nenhuma dificuldade para realizar a produção agroecológica.

A precariedade das políticas públicas nesse assentamento é a principal dificuldade para garantir a permanência camponesa e a consolidação da produção agroecológica, e, sobretudo os limites desse modelo de produção frente ao modo capitalista de produção, já que como afirma Luxemburgo (1985), o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se reproduzir de forma ampliada. Nesse ínterim, dentre as políticas públicas, a destinada à educação merece destaque. No gráfico 26 se observa o nível de escolaridade dos assentados. A maioria teve acesso à primeira fase do Ensino Fundamental, para oito deles sequer o direito à educação foi garantido. De modo geral, à medida que se considera níveis maiores de escolaridade, diminui a participação dos assentados.

Gráfico 26 – Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - Nível de escolaridade dos assentados entrevistados – 2013.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. **Organização:** SILVA, Edson B. da.

Segundo Pessoa (1999), são evidentes os prejuízos que o campesinato tem com a negação do direito à educação. A atividade produtiva os leva a ter contato com instrumentos do mundo capitalista urbano. São contratos de financiamento que contém leis e decretos,

folhetos de propaganda das corporações do agronegócio. Além de negociações, boletins, cadernos e cartilhas de orientação como aquelas do PAIS, entregues aos assentados do Assentamento Cunha. As dificuldades e até a impossibilidade de leitura e interpretação de códigos e símbolos tornam os assentados vulneráveis aos discursos imperialistas/colonialistas. Além disso, dificultam a difusão da produção agroecológica, por meio de materiais escritos. Sem dúvida, a garantia do direito à educação é o meio mais adequado para a efetivação de outras conquistas, como a da produção agroecológica. Machado; Machado *et al.* (2011), por exemplo, evidenciam como o processo formativo com os assentados por meio das experiências participativas no Assentamento Cunha foram fundamentais para a apreensão de princípios e conceitos da agroecologia.

Um dos assentados, que tem curso de tecnólogo em agropecuária, também relatou que sua formação foi fundamental para adotar o manejo sustentável do solo. No Assentamento Cunha há uma pedagoga, formada em Pedagogia da Terra, pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Contudo, como relatado no capítulo 2, todos os filhos dos assentados estudam no Distrito do ABC ou no centro urbano de Cidade Ocidental. Segundo uma das lideranças, a formação da assentada era parte da luta pela efetivação da educação no/do campo no assentamento:

Formamos uma menina na Pedagogia da Terra, pra ela podê desenvolvê um trabalho dentro da educação do campo, que inclusive ajudava na agroecologia. Durante 5, 6 anos a escola funcionô dento do assentamento, mas a prefeitura de Cidade Ocidental criô as escola polo, aí acabô tudo. Isso acontece porque esse é o único meio das prefeitura lavá dinheiro: usá o transporte escolar.

Como se nota na foto 16, a escola instalada no assentamento era extremamente precária, sem condições mínimas para efetivar qualquer projeto de educação. Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), essa instituição foi construída no antigo curral da Fazenda Cunha e atendia crianças e jovens do Ensino Fundamental. Os jovens que frequentam as escolas urbanas também relatam as dificuldades de acesso e permanência nelas. Como o caso de um adolescente de 15 anos, que disse sentir fome durante as aulas, porque deixa sua casa às 05h45min e retorna somente às 15 h, momento em que almoça. Outro assentado mencionou o desejo de garantir aos seus filhos o Ensino Superior, porém se vê impossibilitado por não ter condições financeiras de mantê-los nos centros urbanos. O gráfico 26 e os relatos apresentados demonstram que o Estado não somente nega o direito à educação

no/do campo, mas garante o modelo sustentado na difusão da linguagem e dos símbolos do modo de vida urbano, distante das reais necessidades das famílias camponesas.

Martins (2012) menciona que a escola fora do campo não tem condições de promover a difusão e consolidação da produção agroecológica. Nesse sentido, defende a educação no/do campo para formar o campesinato na produção agroecológica. No Assentamento Cunha, os membros da “segunda associação” destacaram a luta pela construção de uma escola, para atender tanto aos jovens quanto aos adultos. Além disso, relataram a importância de cursos superiores para seus filhos, tendo em vista a produção agroecológica.

Foto 16 – Assentamento Cunha - Sede comunitária do P.A Cunha, local onde funcionava a escola.



Autor: SILVA, Edson B. da. Jul. 2013.

Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), entre as exigências das famílias desse assentamento está a adoção da Pedagogia da Alternância pelas escolas técnicas da Microrregião do Entorno de Brasília. Nesse contexto, entende-se que a educação no/do campo é fundamental para a produção agroecológica, pois fornece ao camponês o conhecimento dos processos técnicos, políticos, econômicos, culturais que envolvem a luta pela permanência na terra. Com isso, possibilita a produção de novos seres humanos para um novo projeto civilizatório.

Contudo, além da educação, a assistência técnica é outra política pública precária no Assentamento Cunha, que dificulta a consolidação da produção agroecológica. Altieri (2012) chama a atenção de que não se trata apenas de garantir assistência técnica aos camponeses, mas de com qual perspectiva política essa assistência será efetivada. O autor considera

fundamental substituir o viés vertical, de imposição do pacote tecnológico das corporações multinacionais, pela metodologia horizontal. No Assentamento Cunha a Empresa de Assistência Técnica Rede Terra desenvolve o trabalho dentro da política de assistência técnica em agroecologia.

Não obstante, 46% dos assentados mencionaram que não há assistência técnica no assentamento, 21% deles consideraram-na extremamente precária, enquanto apenas 17% a avaliaram como razoável, sendo que 16% dos entrevistados não responderam a essa questão. O senhor Paulo assim declara: *“Aqui na minha parcela nunca veio assistência técnica.”* Dona Raimunda também afirma: *“Nunca vi isso aqui na minha parcela.”* Já o senhor Renato assevera: *“Que eu saiba, não existe assistência técnica, se tem, nunca passô, num existe.”* O senhor Josué acrescenta: *“Num tem assistência técnica, perdi vinte e tantas cabeça de porco aqui por causa de um morcego branco [Ectopophylla Alba]. Ele chupava o sangue dos animais.”* Também um dos membros da “segunda associação” protesta: *“Não, nós num tem assistência técnica, é um dinheiro que o governo federal tá jogano fora, na lata do lixo.”*

Entres os assentados que reconhecem a existência de assistência técnica, muitos destacam a sua precariedade para consolidar a produção agroecológica. Dona Alzira relata: *“O técnico da Rede Terra visita duas vezes no ano, é uma vergonha, por isso não se avança em nada.”* Um dos integrantes da “primeira associação” complementa: *“É preciso mais verbas pra assistência técnica, pra tê acompanhamento contínuo.”* O senhor Aníbal é enfático: *“O maior problema pra essas questão ecológica é a assistência técnica.”* Outros camponeses mencionam que a precariedade da assistência técnica resulta em prejuízos nas atividades produtivas. O senhor Pedro relata:

Ano passado eu tinha uma prantação de quiabo aqui. Aí apareceu uma duença que isbranqueceu as folha. O técnico veio e recoiou uma amostra pra fazê análise. Só que quando ele retornô já tinha até acabado a plantação, perdi parte da produção. Então, o senhor veja, isso num é assistência técnica, num tem acompanhamento, num tem continuidade.

A fala do entrevistado reafirma a dificuldade de desenvolvimento da produção agroecológica diante da precariedade da política pública analisada. O assentado fica à mercê dos interesses das corporações multinacionais e, cinscunscrito quase sempre, ao conhecimento tradicional camponês que possui seus limites segundo Machado (2009) e Altieri (2012). Não obstante, o desequilíbrio ecológico provocado pelo agronegócio limítrofe torna necessária a sua eficiência. O senhor Joaquim afirma: *“Nóis plantamo pelo que aprendemo com os pais. Eu já perdi um projeto de maracujá por falta de assistência técnica. O certo seria a empresa*

fazê o acompanhamento contínuo, se tem algum fungo, doença, a gente tem de tê orientação.”

A precariedade do acompanhamento técnico, associada à falta da logística de transporte e comercialização, trouxe consequências negativas para a experiência agroecológica do PAIS. O senhor Joaquim esclarece: *“O PAIS não deu bem certo porque também num tinha acompanhamento. Além disso, num tinha como comercializá, num tinha transporte. Muita gente jogô a produção de verdura pras galinha por num tê como vendê.”* Na foto 17 se observa o abandono da horta no sistema mandala. A proposta agroecológica do PAIS, como destacado no capítulo 3, previa a assistência técnica por dois anos e difundia, por meio de cartilhas, a adoção de práticas agroecológicas, a organização da comunidade local em cooperativas e associações e a formação do agricultor familiar empresarial, único responsável pelo êxito do seu empreendimento.

Esse projeto, entretanto, baseado na descentralização das decisões, na atribuição de responsabilidade somente aos assentados, culminou numa perspectiva política de cunho neoliberal. Além disso, não considerou o pouco acesso do campesinato à educação. Houve um descumprimento das responsabilidades do Estado, como a efetivação de políticas públicas sólidas, como as de assistência técnica e comercialização. Isso é comprovado pelo fato de que o PAIS tem sido retomado devido às políticas de compra institucional.

No início do assentamento, quando o MST tinha uma atuação mais efetiva, houve a preocupação com a construção de parcerias com a EMATER-DF e a formação de técnicos próprios. Uma das lideranças mencionou a formação de uma técnica agrícola em parceria com a UNB, mas a separação conjugal a levou a abandonar o assentamento. As perdas territoriais do coletivo “Eldorado dos Carajás”, no Assentamento Cunha, causou o enfraquecimento político do movimento e a sua consequente proposta política para a assistência técnica. Com isso, o fato é que no Assentamento Cunha a precariedade dessa política pública dificulta a realização da produção agroecológica. Um dos integrantes da “primeira associação” afirma: *“A dificuldade pá trabalhá com a agroecologia é tê acesso a produtos alternativos. Se houvesse uma assistência técnica maior seria mais fácil. Como ocê vai tê acesso a método alternativo pra combatê inseto, utilizá adubo e outros insumo agroecológico?”*

Para os assentados a deficiência dessa política aumenta com as contradições internas do assentamento. Na pesquisa de campo, constatou-se que a empresa de assistência técnica tem como um dos diretores um membro da “primeira associação.” Membros da “segunda associação” ao serem questionados, destacaram os prejuízos decorrentes dessa situação:

Nóis tem muito problema com a assistência técnica que tá aí. Os membro da “primeira associação” direciona quem deve recebê assistência técnica. Falta assistência técnica, nós queremos uma assistência técnica que permite produzi adubo, semente, defensivo natural, enfim, orientação de verdade. Por isso nós tamo tentano vê se consegue a EMATER-DF como assistência técnica, porque a Embrapa num dá assistência técnica, ela trabalha com projetos.

Foto 17 –Assentamento Cunha - Horta no sistema mandala desativada.



Autor: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013.

Nos relatos dos assentados houve a confirmação do uso político da assistência técnica. Algumas famílias destacaram que técnicos foram demitidos porque não obedeceram ordens de membros da “primeira associação” de não entregar kit PAIS a algumas famílias. Assim menciona um assentado: *“Olha, o kit PAIS teve muita gente que recebeu, mais, gente da “primeira associação” veio e tomô, pra passá pra quem eles queria.”* Muitos deles declararam também que os membros da “primeira associação” além de controlar a distribuição do kit PAIS, tem o mesmo procedimento com relação à assistência técnica.

Nesse sentido, o fato de representantes políticos dos assentados serem, ao mesmo tempo, membros da empresa de assistência técnica agrava a precariedade dessa política pública. Os membros da “segunda associação” têm reagido a esse processo, com a exigência de uma nova empresa para prestar esse serviço. Entretanto, eles precisam reconsiderar a importância da EMBRAPA na difusão da produção agroecológica. Portanto, a assistência técnica deve ser controlada pelos movimentos sociais, com a participação efetiva de suas bases. O fortalecimento dessa política pública é fundamental para garantir uma formação

continuada das famílias assentadas, para a independência dos insumos e, conseqüentemente, para a territorialização de um novo modelo de produção agropecuária no campo.

A precariedade das políticas públicas atingem também os financiamentos. No Assentamento Cunha, 67% das famílias tiveram acesso ao crédito. No entanto, mesmo com a sua ampliação para a agricultura camponesa, 33% delas não receberam financiamento. O próprio PR do Assentamento Cunha (2011) confirma que parte das famílias não teve direito aos financiamentos. Entre aquelas que receberam, 48% foram do PRONAF, 34% foram do crédito Habitação e 18% do crédito Reforma.

Muitos assentados reclamaram dessa dificuldade de acesso aos financiamentos. O senhor Severo afirma: “*Falta incentivo do governo federal, só incentiva o grande, o pequeno tem muita dificuldade pra acessá o banco, o Estado incentiva só o grande.*” A explicação do assentado para esse processo está no amparo do Estado ao agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa. O senhor João acrescenta que há uma aliança do setor bancário com os grandes proprietários:

O banco não tem interesse de fazê projeto com pequeno produtô. Na região de Luziânia, que a gente conhece todo mundo, a questão deles é fazê projeto com agronegócio, com fazendêro. Eles num interessa de maneira nenhuma na agricultura familiar, pequeno num interessa, num interessa.

Segundo Martins (2012), o setor bancário, como parte do agronegócio, tem o apoio do Estado. Nessa coalizão deve-se garantir maiores financiamentos aos empresários rurais. Esse pacto, dentro do capitalismo financeiro atual, tem por objetivo garantir saldos comerciais positivos na balança comercial e, com isso, gerar reservas cambiais para atrair os especuladores estrangeiros. Portanto, a agricultura camponesa, dentro dessa correlação de forças tem menos capital disponibilizado pelo Estado. Isso afeta a realização das atividades produtivas nos assentamentos. O senhor Fernandes é claro quanto a isso: “*Num peguei nenhum financiamento, tô pagano juro pessoal porque eu num consegui no banco, tô deveno empréstimo pessoal. No Brasil é assim, o rico que num paga consegue.*”

Vergés (2011) destaca que a inexistência de política pública sólida de financiamento para a agricultura camponesa submete o campesinato à exploração do capital usurário. Com isso, para realizar sua atividade produtiva, o camponês se submete a juros abusivos. O resultado desse processo é a exploração, com a conseqüente drenagem da renda da terra para os capitalistas usurários. Associada a isso, há a precariedade das outras políticas públicas aqui analisadas e as exigências dos programas de financiamento para a adoção da produção de

determinada espécie animal ou vegetal, e que muitas vezes não atende às necessidades dos camponeses e, no caso do Assentamento Cunha resultou em dificuldades de pagamento dos financiamentos pelas famílias assentadas. A esse respeito dona Marta relata:

Sou inadimplente porque perdi as produção de galinha e porco. Além disso, devido à forma como foi dividido os lote, tive de canalizá água, e cum isso vendi a maioria do gado. Os porco, o único remédio que tinha era do mato. Esse porco do projeto do PRONAF era aquele Duroc, num era caipira. Ai deu doença e morreu tudo. O técnico não ajudava pra nada, era de mentira, fachada.

Nesse sentido, somente a efetivação conjunta das políticas públicas destinadas à reforma agrária cria possibilidades para a permanência camponesa na terra, pois ações estatais de financiamento isoladas provocam endividamento. Um dos membros da “primeira associação” menciona: *“Com financiamento, nós tivemos muitos problema, porque o que acontece é inadimplência. E por que há inadimplência? Porque não há assistência técnica, pô cê tê uma idéia, ficamos muito tempo sem assistência.”*

No entanto, a política de financiamentos para a agricultura camponesa de base agroecológica enfrenta outros problemas. Correia (2007) afirma que o crédito disponibilizado tem promovido o aprofundamento do modelo industrial e a seletividade dos camponeses. O autor menciona a importância da política criada no governo Lula, para a transição do modelo tecnológico para a produção agroecológica. Esse programa, contudo está em fase inicial de implantação e conta com reduzido orçamento. Portanto, não altera substancialmente o modelo de produção preconizado para a agricultura camponesa.

Segundo Molina (2009), para o fortalecimento da produção agroecológica, são necessárias políticas de âmbito regional e nacional e marcos institucionais legais. Os movimentos sociais do campo precisam se aliar aos movimentos sociais urbanos, indígenas, ONGs e universidades, além de realizar publicações e formação de redes. No Brasil a formação da ANA e da ABA resultou na proposta de política nacional de agroecologia e sistemas produtivos orgânicos. A pressão social dos territórios-rede é a via para promover mudanças na política agrícola e na planificação do território. No Assentamento Cunha uma liderança defendeu que o Estado precisa construir políticas favoráveis à produção agroecológica:

Nóis tivemos um congresso da produção agroecológica em Brasília há três ano atrás. Nóis colocamos que o Estado estava muito ausente da questão ecológica, da agroecologia, do pequeno produtô. Porque os outro país vêm aqui, trazem recurso pra cá pá amplia a questão ecológica do Brasil e num

tem o apoio do Estado, num tem apoio do município, nem de ninguém. Aqui no Brasil de um, dois ano pra cá é que se começô a se discuti a nível político, a nível de Congresso, a nível de Senado, de Câmara de Deputado. Nós temo uns deputado que são voltado, nós temo um deputado nosso, o Joival, que é sócio nosso na AGE. É ele é que leva essa questão na questão distrital, pá consegui alguma lei dentro do Estado. Que nem na questão nossa, pegamo a questão da comprovação da produção agroecológica pelo Ministério da Agricultura. Então, de podê botá os ponto de fêras, ponto comerciali em Brasília, porque a fivis vai e recolhe tudo, num deixa a gente vendê nada em Brasília. Então aí a gente conseguiu, dentro do governo, que as nossas fêra sejam permanentes.

A fala do entrevistado reafirma a precariedade das políticas públicas para a produção agroecológica. A obtenção de legislações e políticas em defesa da produção agroecológica tem sido fruto da luta organizada dos movimentos sociais. Há dificuldades para obtenção da certificação orgânica no MAPA e regularização de canais de comercialização direta, como as feiras orgânicas. A sua consolidação, portanto, escapa à mera questão técnica, está vinculada à disputa territorial. Contudo, a organização política interna dos assentamentos também corrobora para dificultar, ou possibilitar, a territorialização da agroecologia. No Assentamento Cunha o coletivo “Eldorado dos Carajás” fez a adesão coletiva ao PRONAF. Esse processo foi fruto de intenso debate, que envolveu as características do programa, as prioridades de uso do seu capital e o melhor momento para acessá-lo. Além disso, a discussão política permitiu avaliar os critérios e aspectos que envolviam outros financiamentos, com consequente posicionamento político frente aos mesmos. Um dos componentes do grupo coletivo afirma:

No final de outubro de 2002, nós entramo no PRONAF. Então, até antes de outubro, era nove mil e quinhento reais e nós esperamo pá pega em outubro, pá doze quinhento. A maioria do pessoal pegaro nove e nós pegamo doze, porque não tivemo pressa de pegá, esperamo uns dois mês a mais. E aí compramo toda a estrutura, maquinário, gado etc. Fizemo todas as cerca, reforma, formação de pastage, tudinho. Dentro do grupo, no segundo, terceiro ano teve a questão dos custeio. Todos os individuais pegaro, e nós, do grupo, fizemo uma discussão que nós não ia pegá. Fizemo uma avaliação do dinheiro pó cê pega o custeio, e nós resovemo num pega. Porque ocê faz o projeto em setembro, outubro, e só vai pegá o dinheiro em final de dezembro e janero. Aí depois que ocê passô o período do plantio não adianta ocê pegá dinheiro, aí fizemo uma discussão e não pegamo. Então nós que num pegamo num temo probrema cum a justiça, cum banco. E quem pegô tá acionado judicialmente, várias pessoa já tivero que fazê acordo pra pagá. Chegaram penhora até motos dos assentado, né. Tu vê esse custeio, esse dinheiro que foi pego, três mili e pouco reais, tá mais de vinte mili reais pros cara pagá. E tem que fazê acordo, fazem acordo de pagá trezentos por mês, duzentos por mês, é acionado judicialmente. Quem pegô se arreventô, tá lascado.

O ato de se unir forças torna os assentados atores sociais em disputa pelo controle/domínio do território com o agronegócio. O capital financeiro, nesse caso representado pelo Estado, articula estratégias de domínio, por meio de financiamentos com juros abusivos e períodos de acesso pós-plantio. Segundo Pessoa (1999), a maior dificuldade é que a mobilização e organização das famílias assentadas enfrenta a irrisória experiência delas em processos democráticos e a ideologia capitalista se amplia após o acampamento, com a exacerbação do individualismo.

O posicionamento contrário ao capital financeiro também esbarra na cooptação de lideranças internas por partidos políticos. No Assentamento Cunha o senhor Renato declara: *“O problema maior eu vô te dizê, a questão é o seguinte, na época da eleição o presidente da “associação” falô que o governo ia perdoá nossas conta, aí agora tem que pagá.”* Nesse sentido, além da força do capital financeiro no interior dos assentamentos, o vínculo de dirigentes com partidos políticos faz com que se tornem tentáculos de poder a favor do sistema político-partidário. Nos relatos dos entrevistados havia um sentimento de revolta com a constatação de terem sido usados para atender interesses político-partidários.

Nesse contexto, o conflito interno representa outra dificuldade para a consolidação da produção agroecológica. No capítulo 1 foi descrita sua origem, com a expulsão de três lideranças do MST. Todavia, duas delas permaneceram no Assentamento Cunha. Com isso, se articularam formando a “primeira associação” em 2005 e se vinculando à FETADFE, filiada à CONTAG. Do outro lado houve a resistência de integrantes do MST no coletivo “Eldorado dos Carajás.” Na década de 2000 aconteceu um processo de aproximação entre essas organizações políticas, pelo período de cinco anos, quando ocorreu o Programa da Biodiversidade Brasil – Itália.

Contudo, permaneceu a disputa política ideológica MST - CONTAG e, na correlação de forças, o grupo coletivo sofreu perdas territoriais e isso resultou no seu enfraquecimento político. Segundo alguns assentados, esse processo é explicado também por atos de corrupção cometidos por dirigentes desse coletivo. Contudo, vários assentados ainda se identificam como integrantes do MST, mas se afastaram dos debates políticos, não tendo mais uma participação ativa no movimento. Entretanto, a “primeira associação” também perdeu representatividade política nos últimos anos. Nos relatos dos assentados, as explicações se vertem para as ameaças de expulsão, os abusos de poder e os atos de exploração e corrupção praticados por membros dela no assentamento, além da acusação de práticas ilícitas na direção de organizações sindicais de trabalhadores rurais. Há, dessa forma, um

enfraquecimento dessa entidade devido às ações de seus líderes. As famílias assentadas têm se levantado contra a dívida moral que antes acreditavam ter com seus membros fundadores.

O PR do Assentamento Cunha (2011) reconhece o coletivo “Eldorado dos Carajás” e a “primeira associação” como as duas organizações políticas do assentamento, mas é a “primeira associação” que é a representante oficial dos assentados junto ao INCRA. Entretanto, nas entrevistas, muitos assentados se mostraram descrentes com qualquer organização política, devido às acusações de corrupção de lideranças e de uso das entidades internas para atender a objetivos individuais. Afirmam que, assim, não há discussões propositivas para solucionar os problemas das famílias assentadas. Assim declara um assentado: “*o problema é que só fica brigano, não se tira uma linha de discussão política.*” Outro afirma: “*Se ficá só brigano ocê num tem resultado.*” A esse conflito interno se somam as dificuldades de manutenção da mobilização política com a formação do assentamento, principalmente quando se desconsidera o *habitus* de classe do campesinato. Segundo Almeida (2006), esse equívoco tem sido cometido pelo MST, na luta pela instalação de seu projeto de transformação da sociedade, o que resulta em resistências na sua própria base.

Além disso, em sintonia com que afirmamos no capítulo 1, segundo Medeiros (2012), a CONTAG, no período da ditadura militar, conduziu de forma administrativa os conflitos agrários no campo. Esse processo de mediação foi posto em cheque na década de 1970, com a criação das oposições sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) apoiadas pela CPT, que contestavam o presidencialismo e o centralismo decisório. Ainda hoje, a CONTAG não tem conseguido se livrar de alguns dilemas, como: dificuldades de tradução das demandas dos trabalhadores, persistência do presidencialismo e da limitação à participação política, acúmulo de poder na mão de dirigentes, conversão deles para a luta político-partidária que ocasiona um vazio político nas localidades, adoção acrítica de conceitos estatais como o de agricultor familiar, entre outros aspectos.

Esse desencontro das organizações políticas dos assentados no Assentamento Cunha, a cultura centralizadora e pouco participativa da sociedade brasileira e, principalmente, a ideologia capitalista trazem a descrença e o cansaço para os camponeses assentados, o que contribui para arrefecer a luta por projetos políticos coletivos, como o da produção agroecológica. Nesse sentido, em torno de vinte e dois assentados mencionaram que não participam de nenhuma associação.

No entanto, mesmo com a crise de representatividade política, um grupo de assentados com *habitus* de enfrentamento¹¹, entre eles os que se identificam como simpatizantes do MST, fundaram uma “segunda associação” no ano de 2012. Um dos membros apresenta as seguintes alegações para a criação dela:

O motivo de nós criá essa associação é porque o presidente da outra tava enganando o pessoal. Aí chegava os projeto e num implantava porque num tinha nenhuma associação regularizada. Nós estava excluído, num era atendido em nada, aqui veio muita coisa e nada ficô aqui dentro, projeto de casa de farinha e sumiu tudo. Hoje a maior dificuldade aqui é que o pessoal tá desacreditado. Até eu tô desacreditado, porque veio muita coisa prá cá e nós num usufrui nada. Os lidere pegava até botijão pra recebê mensalidade da associação. Eu passei a contestá porque num tinha infraestrutura, assistência técnica, mas quando cê ia falá ele dizia que nossa batata tava assano, que ele tinha poder, que aqui ele fazia o que ele queria, porque tinha articulação política lá fora, não aceitava trabalhá na democracia, começou a retaliá, se apropriá das coisas que vinha através de projeto.

Os atos ilícitos, as ações autoritárias, a vinculação partidária e, sobretudo, o uso do território conquistado coletivamente para benefício próprio são as explicações para a formação da “segunda associação.” Um dos membros da “primeira associação”, ao ser questionado, afirmou que realmente houve expulsão de um membro dela da FETADFE filiada a CONTAG, mas negou as ações de corrupção. Também declarou que a “segunda associação” surgiu pelas divergências relacionadas à atuação da Fundação Alphaville no assentamento.

No PR do Assentamento Cunha (2011) se menciona como patrimônio da “primeira associação” um caminhão F-4000 doado pelo INCRA, 01 freezer, 01 liquidificador industrial, 02 tabuleiros para fabricação de farinha de mandioca, 01 mesa de inox e 01 máquina de fazer linguça, doados pela Fundação Banco do Brasil. Não obstante, as famílias assentadas declararam que não se beneficiam desses bens. O fato é que há uma disputa entre a “primeira” e a “segunda associação.” Nesse embate, um dos membros da “primeira associação” declarou que a mesma conta com quarenta e duas famílias associadas. Todavia, na reunião realizada em março de 2013 havia apenas em torno de vinte assentados presentes. Já na “segunda associação” um dos membros declarou a participação de quarenta famílias. Mas, de acordo com os relatos dos entrevistados, seu número de integrantes é de dezesseis a vinte famílias.

¹¹ Almeida (2006) afirma que no do *habitus* de classe do campesinato se constituem *habitus* distintos, como o *habitus* de enfrentamento dos camponeses do MST, originado da mística, das ocupações, das caminhadas, dos acampamentos, entre outras ações de enfrentamento ao capital realizado pelo movimento. Nesse sentido, os camponeses que fazem parte do MST possuem uma predisposição combativa frente às ações do Estado, do agronegócio e de outras organizações contrárias ao projeto político do movimento.

As diferentes concepções e convicções político/ideológicas das lideranças, oriundas dos diferentes movimentos sociais de luta pela terra, resultaram em cisões que inviabilizaram um único projeto para todo o assentamento, acarretando prejuízos para produção agroecológica nesse território camponês. As experiências agroecológicas eram controladas ou por lideranças do MST, como a desenvolvida no coletivo “Eldorado dos Carajás”, ou por dirigentes da CONTAG, como a do PAIS. Nesse processo, mesmo que tenham acontecido momentos de arrefecimento do conflito, o fato é que houve um uso político das propostas de produção agroecológica pelas lideranças internas.

No período atual o elemento central é saber se a questão persiste, o conflito de projetos político-ideológicos entre a “primeira” e a “segunda associação”, e o papel de ambas na consolidação da produção agroecológica. Os membros da “primeira associação” declararam apoio político à CONTAG: *“Nóis tem uma linha política da CONTAG, a agricultura familiar, tem muitas políticas públicas voltada pra isso, como o PAA, PNAE, crédito Moradia e PRONAF.”* Os membros da “segunda associação”, apesar de ter antigos componentes do MST, também tem se vinculado à CONTAG: *“Temos construído parceria com a FETADFE e com a CONTAG.”* Como destacado no capítulo 3, o MST, no processo de enfrentamento ao agronegócio, assumiu a agroecologia como matriz tecnológica para os assentamentos, já a CONTAG tem legitimado as ações do Estado. Portanto, no Assentamento Cunha, com a perda de força do MST, a produção agroecológica tende a se afirmar na perspectiva institucional, mas poderá haver reação de antigos membros do movimento devido ao *habitus* de enfrentamento.

Quanto às ações para a consolidação da produção agroecológica, os integrantes da “primeira associação”, ao serem questionados sobre as alianças políticas para fortalecê-la, mencionaram as parcerias com a Fundação Alphaville, para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental e produção de mudas ornamentais, com a Rede Terra, para a assistência técnica, com a Fundação Banco do Brasil, para a realização de cursos e ampliação do PAIS. Eles também destacaram as alianças com a prefeitura do município de Cidade Ocidental e com a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal para a comercialização direta em feiras livres convencionais. Quanto à luta pela certificação orgânica, afirmaram que essa discussão ainda não foi iniciada pela entidade.

Já os membros da “segunda associação” mencionaram a luta pela assistência técnica efetiva, pela instalação da escola no assentamento, pela ampliação dos programas de compra institucional do governo federal, pela conquista de cursos superiores para os filhos em universidades públicas, pela implantação de projetos de piscicultura e pela aquisição de

máquinas agrícolas. Nos estatutos dessas duas organizações há a defesa da implantação de práticas agroecológicas. Nesse sentido, no estatuto da “primeira associação” se destaca:

E) Defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável; F) Desenvolver cursos, estudos, e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades dos agricultores familiares; G) Promover a cidadania, os direitos humanos, a democracia, a ética, a paz e outros valores universais; J) desenvolver atividades de apoio [...] à segurança alimentar e nutricional [ESTATUTO SOCIAL, 2005, p. 01].

Os objetivos políticos acima se aproximam da luta camponesa pela independência dos insumos, pelo direito à participação política e pelo acesso a alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para a reposição das necessidades nutricionais do ser humano. No entanto, chama a atenção no estatuto a menção acrítica a conceitos estatais, como o de segurança alimentar, a defesa da autonomia em relação a partidos políticos e ao Estado e a luta para coibir a obtenção de vantagens pessoais por membros da entidade, o que é negado na fala de assentados entrevistados. Já no estatuto da “segunda associação”, os princípios que se voltam para o fortalecimento da produção agroecológica são:

[...] não apoia práticas de agressão e de destruição da natureza. B) Estabelecer uma melhor integração dos associados e da comunidade rural ao trabalho associativista, cooperativista coletivo que visa o bem comum, tornando mais digna a vida das pessoas, com isto despertando e conscientizando a sua capacidade de assumir o controle do seu próprio desenvolvimento econômico e social. C) Promover e desenvolver mutirões, debates, seminários, feiras, palestras e eventos em geral. G) Aquisição de máquinas, equipamentos, instalações para agroindústria. H) Aquisição de insumos, sementes em geral. I) Estimular o desenvolvimento de tecnologia alternativa na agricultura e na comunidade rural. [ESTATUTO SOCIAL, 2013, p. 01].

Tal como no estatuto da “primeira”, a “segunda associação” defende a conservação da natureza e o desenvolvimento de tecnologias alternativas para a agricultura camponesa. Todavia, também dá atenção à autonomia na realização da mercadoria, com a formação de cooperativas e agroindústrias e luta pelo fortalecimento das relações de ajuda mútua. Mas, contrária a independência dos adubos e sementes, defende a compra deles no mercado. No entanto, na fala de um dos membros dessa organização se nota a defesa da adubação orgânica: *“Eu, toda vida, produzi no orgânico, eu acho que melhora a renda, tem um preço melhor na fêra, como a fêra das mulheres campesinas, também melhora o solo, quando cê planta com químico cê nota a diferença porque ele some logo e o orgânico atua mais tempo.”*

Apesar da dificuldade de instalação de um projeto unitário de produção agroecológica, as experiências do CIMAS, do PAIS e a territorialidade das famílias assentadas possibilitaram

algumas conquistas no Assentamento Cunha. Na foto 18 se observa a difusão do princípio da agrobiodiversidade. Além dela destacam-se as práticas da policultura, dos consórcios, da rotação de culturas, do manejo natural das “espécies-praga”, dos cultivos de cobertura e uso da cobertura morta, do domínio relativo das sementes, da instalação do processo de recuperação da estrutura física, química e biológica do solo.

Foto 18 - Assentamento Cunha- Sistema agroflorestal como princípio da agrobiodiversidade.



Autor: SILVA, Edson B. da. Set. 2013.

Esse processo permitiu uma autonomia relativa dos meios de produção, com o empoderamento das famílias assentadas e mudanças na relação sociedade/natureza no Assentamento Cunha. Uma das lideranças esclarece as mudanças introduzidas no espaço herdado e a territorialização de novas práticas, usos e apropriações:

Quando entramo aqui fomo dexando as árvore vortá ao local. Fomo replantano algumas variedade, que nem o piqui [Caryocar brasiliense], o baru, foi tudo introduzido, e hoje já tem produção. O araticum [Annona crassiflora], baru, frutas do Cerrado, muitas foram implantadas no local. Aqui do Cerrado tem cagaita [Eugenia dysenterica], araticum, mangaba [Hancornia speciosa], tem várias árvore aqui do Cerrado, todas as frutas do Cerrado hoje tem. A mata lá em cima, essa pastage nossa toda ela vai virá mata de novo aqui pra cima. E na área de reserva lá em cima, que é bera da estrada, é pura mata de cagaita. Então ali é um processo de discussão do pessoali daqui, que quem é dono daquelas área não mexe naquelas área, deixa volta mata normalmente de novo. Quanto à água, nós sabia que na época que a gente trabalhava aqui tinha muita água, né. Inclusive tinha até um rego d'agua, só que já tava começano secá na época. E aí com a questão de uso das nascente, os fazendêro usava o gado nas nascente, nas áreas de reserva. Então num tinha área de reserva, num tinha nada, era tudo

desmatado, onde tinha moita de mato era pasto, o gado andava no meio normalmente, pisoteava normalmente. E nós fizemo uma conservação dessas área e o corgo vortô normalmente. Onde era um corgo seco a gente trabalha com roda d'agua, abastece toda questão da irigação nossa com roda d'agua do corgo que era seco. E aí cerquemo as nascente, né, e a água vortô, normal, de novo. Com um ano, dois ano, a água já tava normal outra vez. E o corgo não seca, só no finali de setembro, no início da chuva, aí uns quinze, vinte dia, porque a água num é o suficiente pá ela fazê o desvio do corgo, pá chega até onde tá a roda d'agua. Mas, no restante do ano, tirando esse finali de setembro e início da chuva, é normal. O corgo foi recuperado totalmente, aquela represa lá embaixo que ocê passou em cima dela, lá ela ficava só uma bolinha assim no meio, secava tudo. Os patos [Anas platyrhynchos] ia lá, os bicho, comia os resto que tinha lá. E hoje? Hoje ela fica o ano todo cheia, tem peixe, o pessoal pesca, onde era seco hoje tem peixe, o pessoal usa pá pescá.

Nas andanças pelo assentamento as atitudes e falas dos assentados demonstraram mudanças na percepção e na relação com a natureza exterior. Na visita à casa do senhor João foi presenciada a relação com as espécies de reptéis que usualmente são eliminadas pelo camponês. O senhor Ricardo relatou a importância das abelhas do tipo Mangangá¹² (*Xylocopa spp.*), para a produção do maracujá e reforçou as vantagens da adubação orgânica. Dona Creusa falou do desejo de ampliar seu viveiro de mudas de espécies frutíferas do Cerrado. Os assentados demonstraram conhecimento das relações de interdependência entre as espécies. A produção agroecológica fortaleceu a luta pelo projeto do campo como espaço de coexistência e reprodução equilibrada de múltiplas formas de vida.

Nas falas os assentados também reforçaram as vantagens da produção agroecológica. Nesse sentido, 65% deles afirmam-na como possibilidade de produção de alimentos mais saudáveis e de conservação da natureza, 33% como viés para a produção de autoconsumo e independência do mercado, sendo que apenas 2% não mencionaram os benefícios decorrentes de sua adoção. Nesse sentido, dona Filomena menciona: “*É mais a saúde, porque essa planta sem agrotóxico é mais nutritiva e mais resistente. Eu tava ouvindo no rádio como o pimentão [Capsicum annum] tem agrotóxico.*” Dona Marta acrescenta: “*D’eu num cumê veneno pra mim já é uma grande coisa.*” Dona Fernanda também reforça: “*A questão da saúde, porque eu sei que os pimentão, tomate da rua é só veneno.*”

Outros assentados comparam a produção agroecológica com aquela oriunda do pacote da “Revolução Verde” e os malefícios decorrentes desta última para a saúde dos trabalhadores nela e das pessoas em geral. O senhor Horácio descreve: “*A vantagem é muito grande, tem*

¹² Segundo Neto; Santos (2012) as abelhas mangangás exercem função importante como polinizadoras de espécies com flores grandes, como o maracujazeiro. Contudo, há uma redução delas devido à eliminação de cobertura vegetal na Caatinga e outros biomas, além da falta de locais de nidificação entre outras questões.

peças morreno por causa de doença devido o uso de veneno na produção, ocê vê o Leandro, morreu por causa de veneno no tomate.” O senhor Aníbal associa o controle manual da vegetação espontânea à sanidade dos cultivos, em detrimento ao uso de herbicidas: *“É mais saudavi, porque onde eu pranto é só na enxada, num uso veneno.”*

Outros assentados afirmam que a produção agroecológica permite a independência do mercado de alimentos, controlado pelas multinacionais. O senhor Reginaldo declara: *“Pra mim tem duas questão: a primeira, a gente tê uma coisa de qualidade que num usa agrotóxico, outra coisa é ocê num devê no mercado.”* No mesmo sentido, o senhor Vicente advoga: *“Ah... num tem comparação, o custo de vida é menor e é mais saudável.”* Dona Aurora acrescenta: *“É mais saudável, economiza no bolso e ocê sabe o que tá comeno, num tem veneno.”*

Quanto às lideranças, acrescentaram a possibilidade de apropriação de renda. Um dos integrantes da “primeira associação” assevera: *“Primeiro é a questão da sustentabilidade e da saúde, isso do ponto de vista da subsistência. Já o comercial é o preço diferenciado, o governo paga 30% a mais pelo orgânico.”* Um membro da “segunda associação” relata: *“Nóis interessa no agroecológico pela questão do preço e é bom pra saúde.”* Já dona Alzira defende a agroecologia como a alternativa para a agricultura camponesa: *“Eu acredito muito na agroecologia, nela tem que preocupa em produzi primeiro pra comê e depois vendê o excedente.”*

As práticas agroecológicas no Assentamento Cunha possibilitaram a produção de alimentos sadios para as famílias assentadas e para a comunidade local, além do manejo próximo às necessidades do bioma local. Desse modo, contribui para a Soberania Alimentar, que é a utopia camponesa contraposta ao viés neoliberal do agronegócio. É o projeto estratégico para defender os regimes alimentares locais, é a luta pela autonomia camponesa em movimento. No Assentamento Cunha a conquista da terra, da água, da autonomia relativa dos insumos, da agrobiodiversidade, enfim, da possibilidade de os camponeses determinarem seus destinos, coloca para o debate teórico que os camponeses não desapareceram, apenas o desejo do avanço das forças produtivas, a qualquer custo, negligencia-os. Pelo contrário, esses sujeitos sociais se articulam atualmente em territórios-rede, como é o movimento internacional da Via Campesina.

Nesse sentido, a análise empírica da questão apresenta aspectos importantes: primeiro, os camponeses não lutam apenas pela terra, mas, pelo território, pela determinação da sua (i) materialidade multidimensional. Segundo, o domínio/apropriação da reprodução da vida está hoje no centro da disputa territorial, porque um território pode ser posto a serviço do capital,

ou para atender as diversas formas de vida. Na análise da relação espaço-tempo, Santos (1996) afirma que o mundo pode pertencer aos homens lentos. Saquet (2011) chama a atenção para a importância das temporalidades lentas. Os camponeses, nesse momento da história, por meio da temporalidade da agroecologia, buscam se reconciliar com o tempo da natureza e enfrentar o tempo avassalador e destrutivo da reprodução ampliada do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra é imprescindível para a permanência e recriação do campesinato. Nesse sentido, os resultados da pesquisa apontaram que a sua conquista pelos camponeses do Assentamento Cunha representou acesso à terra, à água, à autonomia relativa pela produção das sementes e de outros insumos, a retomada da sóciobiodiversidade do Cerrado. Portanto, potencializou o direito do camponês de ser camponês e a produção do território em favor da agroecologia, em detrimento ao agronegócio.

Isso reafirma a disputa territorial no Cerrado goiano entre diferentes projetos de campo. Embora não se possa negar que o campesinato está integrado ao agronegócio, nele sua posição será subalterna. Desse modo, a transmutação do camponês de ator paradigmático em sintagmático significa o rompimento com o programa imperialista/colonizador da monocultura mental. É a gestação de outro campo, espaço da agrobiodiversidade, da coexistência de múltiplas formas de vida, não o campo vazio, monótono, homogêneo, excludente e seletivo que, em nome da acumulação ampliada do capital, elimina espécies, as denomina de “daninhas” e “inimigas”, para criar consensos coletivos e justificar suas ações imperialistas.

Portanto, a partir da pesquisa podemos afirmar que o campesinato não luta apenas pela terra, mas, pelo território. Há um embate para a realização do camponês em sua totalidade, ou seja, como ser político, cultural, econômico e natural. Dessa maneira, se o território é produto das relações, o camponês luta pela construção de territórios multidimensionais por meio da produção agroecológica. Não se trata apenas da luta pela materialidade, mas pela possibilidade de determinar os rumos, os processos que nele se instalam. Para exemplificar nossos argumentos, basta analisar o território-rede construído pela Via Campesina em defesa da Soberania Alimentar.

O controle/domínio dos processos envolve a disputa pela disposição das linhas, nós e redes, enfim pela produção do território. A pesquisa demonstrou que a disposição das tessituras do Assentamento Cunha promoveu a disputa do MST com a sua base e com o Estado/CONTAG. A dificuldade do MST para colocar em prática projetos de produção territorial com princípios socialistas, cercados por um mar capitalista, se explica pelo período efêmero do acampamento, se comparado ao tempo de atuação da ideologia capitalista, além da desconsideração de determinadas mediações culturais, como o *habitus* de classe do campesinato, entre outros elementos. Essas questões, associadas à proximidade histórica Estado/CONTAG facilitam a cooptação dos camponeses para as duas últimas organizações. O

MST foi derrotado na correlação de forças, seu projeto de organização do território do Assentamento Cunha se tornou voto vencido.

Todavia, a resistência do coletivo “Eldorado dos Carajás” expressa essa disputa pela trama territorial do Assentamento Cunha. O fato é que o modelo semicoletivo não contribuiu para o controle dos meios de produção e dos canais de comercialização direta, pois dificultou a formação de cooperativas, agroindústrias e do território agroecológico amplo, com empecilho à integração lavoura/pecuária e cortes nos ciclos de nutrientes e energia, e entraves à formação de nichos ecológicos para predadores das “espécies-praga”. Em suma, restringiu a territorialização da agrobiodiversidade e, conseqüentemente, de outros princípios e conceitos da agroecologia.

Os resultados demonstraram que há divergências nas organizações mediadoras que lutam pela terra. A disputa por projetos de campo no seio da própria classe camponesa provoca cisões. Dessa forma, o MST propõe o enfrentamento ao agronegócio, por meio da produção do território multidimensional da produção agroecológica, enquanto a CONTAG defende a reforma agrária, com a inserção acrítica no agronegócio, tanto convencional, quanto orgânico, com a formação de uma classe média rural. Portanto, são caminhos díspares, fruto de convicções políticas antagônicas e que promovem o enfraquecimento político do campesinato e a facilidade de cooptação pelos atores hegemônicos.

A história do Assentamento Cunha é marcada por essa dissidência política. No primeiro momento o embate se deu entre o coletivo “Eldorado dos Carajás”, vinculado ao MST, e a “primeira associação”, atrelada à CONTAG. Na disputa interna, houve momentos de arrefecimento com a formação de uma aproximação. Mas, mesmo com o enfraquecimento político do grupo coletivo, a criação da “segunda associação” representa a continuidade do embate interno. Esse processo é negativo para a produção agroecológica, pois resultou no uso político das experiências, no controle das políticas públicas em favor dos dirigentes das organizações internas, e, por conseguinte, no descolamento político e no vazio de representação das famílias assentadas.

Entretanto, a disputa mais empedernida que os assentados enfrentam é com o agronegócio, já que esse intervém na produção territorial cotidiana do Assentamento Cunha, porque as famílias herdaram dele o solo envenenado, compactado, as áreas de preservação permanente e recursos hídricos destruídos. Além disso, o Assentamento Cunha está encurralado pela pulverização aérea de agrotóxicos na monocultura da soja, milho e sorgo do município de Cristalina, que polui e envenena os recursos hídricos, os solos e a própria comunidade assentada. Esse encurralamento provoca a migração de “espécies-praga” para o

assentamento, com a destruição de culturas agrícolas, além da promoção da erosão genética das variedades de milho participativo cultivadas pelos assentados.

A asfixia das experiências agroecológicas do Assentamento Cunha também é resultado da penetração do agronegócio no interior do Estado, com a consequente determinação dos rumos da política agrícola. Nesse sentido, a pesquisa demonstrou a precariedade das políticas públicas destinadas à agricultura camponesa, como: as políticas de educação, assistência técnica, financiamentos, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção. Além do mais, as práticas agroecológicas do assentamento sofrem a pressão do capital financeiro/imobiliário de Brasília, com a construção do condomínio Alphaville e, conseqüentemente, o acirramento da terra mercadoria, a cooptação de dirigentes internos e o risco da integração/dependência das famílias a esse empreendimento imobiliário.

Dessa forma, o Assentamento Cunha é uma resistência política frente à ação imperialista do capital. Resistência que tem contado com as redes políticas em defesa da agroecologia. Na pesquisa demonstramos que a aliança entre o MST e grupos marginais da EMBRAPA permitiu a formação dos CIMAS, que potencializou a construção do territórios-rede em defesa da agrobiodiversidade. Esses pactos políticos permitiram o posicionamento contrário à manipulação da vida para fins estritamente mercadológicos. O que demonstra que a determinação da vida está no centro da disputa territorial. As experiências de melhoramento fitoparticipativo no coletivo “Eldorado dos Carajás” mostraram que a biotecnologia bioimperialista, que manipula os processos fisiológicos a serviço do capital pode ser substituída pela biotecnologia agroecológica/democrática, que preconiza a autonomia camponesa.

Contudo, diferentemente do projeto de produção agroecológica do MST/EMBRAPA, com claro viés de enfrentamento e superação da sociedade capitalista, a proposta da Fundação Banco do Brasil, territorializada por meio do PAIS, mostrou nítida vertente mercadológica, institucional, economicista e descentralizadora. Essa assertiva pode ser comprovada pela análise das cartilhas do PAIS, que incentivam a inserção acrítica nos nichos de mercado da certificação orgânica, adesão às cadeias de produção orgânica, apóiam a propriedade privada e difundem conceitos como segurança alimentar e agricultor familiar. Além disso, se apropriam de termos como autogovernança e autogestão, para reforçar as políticas neoliberais no interior dos assentamentos, eximindo o Estado de responsabilidades e atribuindo exclusivamente às famílias o insucesso da proposta agroecológica.

Sendo assim, a identificação dos atores da produção agroecológica no Assentamento Cunha e a análise dos seus respectivos projetos demonstrou que, de um lado, o

MST/EMBRAPA defende a agroecologia como possibilidade para a autonomia camponesa, o enfrentamento ao capital. De outro, a Fundação Banco do Brasil e a CONTAG pensam a agroecologia como caminho para a inserção camponesa acrítica nos nichos de mercado da produção orgânica. As duas experiências contribuem para a reprodução social do campesinato, entretanto, a primeira tem um viés de enfrentamento político, enquanto a segunda adota como princípio central a inserção no mercado.

No entanto, os camponeses do Assentamento Cunha, enquanto sujeitos produtores de conhecimento, também foram responsáveis pela territorialização da produção agroecológica. Nesse sentido, retomaram as práticas da policultura, dos consórcios, da utilização de adubos de origem animal e vegetal, de métodos de controle das “espécies-praga”, das formas de armazenamento de sementes. Além disso, a despeito dos conflitos internos teceram redes políticas de trocas de sementes, adubos e conhecimentos. Nesse sentido, o fortalecimento da produção agroecológica no Assentamento Cunha passou pelo *habitus* de classe do campesinato. A reciprocidade camponesa se mostrou como caminho para a construção de redes camponês-camponês, método eficiente de difusão dos princípios e conceitos agroecológicos.

Portanto, a identidade cultural se mostra como mediadora eficiente na difusão da agroecologia. O seu fortalecimento político pode potencializar a apropriação e uso dos territórios a favor do campesinato. No trabalho, destacamos como a socialização camponesa, as relações de ajuda mútua, a concepção camponesa de terra, de autonomia do trabalho e o conhecimento tradicional camponês são elementos da territorialidade camponesa, que corroboram para a produção agroecológica. Portanto, não é possível pensar as experiências agroecológicas do Assentamento Cunha como resultado apenas de um único ator social.

O resultado da rede política entre organizações e famílias assentadas foi a efetivação de conquistas, embora permaneçam ainda dificuldades para a reprodução social dos sujeitos assentados. No âmbito do controle dos canais de comercialização direta, permanece a exploração dos assentados pelo capitalismo comercial, processo reforçado pelo descolamento de lideranças da base e pela precariedade das políticas públicas, mesmo diante da criação do PAA e PNAE. Essa realidade provoca a dilaceração familiar, com migração de mão-de-obra do assentamento para atividades do agronegócio e para a metrópole nacional, Brasília. A questão da captura de braços da família camponesa pelo capitalismo, associado ao período de existência das famílias assentadas, a idade adulta avançada dos chefes familiares, a assimilação de habilidades nos centros urbanos e a melhor remuneração das atividades urbanas resultam em sérias dificuldades para a produção agroecológica.

Com isso, para compensar a migração do trabalho, as famílias ampliam o uso de trabalho assalariado, temporário, e principalmente a autoexploração da mão-de-obra familiar. No centro desse debate, está a exploração das famílias assentadas pelo capital industrial/financeiro e, principalmente, comercial, amparados pela ação do Estado. A exploração pelo capital obriga as famílias a utilizarem diversas estratégias, tendo em vista a apropriação de renda, como apontamos na pesquisa a maioria das famílias assentadas obtém de 1 a 2 salários mínimos, oriundos de diversas fontes. A agroecologia esbarra em seus próprios limites, contribui para a reprodução social camponesa, todavia não elimina a exploração do capital, centro nuclear de sua reprodução ampliada. Nesse contexto, é preciso considerá-la como parte do projeto e não como o *projeto* de superação do capitalismo. Sem dúvida, há nela um princípio anticapitalista, mas que por si só não resolve a questão da exploração.

Além disso, essa perspectiva não conseguiu mudar as relações de gênero sustentadas na sociedade do patriarcalismo/machismo no assentamento, apesar dos resultados da pesquisa apontar mudanças em curso. Mas a adoção da produção agroecológica resultou também em conquistas, tanto com a difusão de práticas agroecológicas baseadas no princípio da agrobiodiversidade, que resultaram na diversidade de culturas agrícolas e criações animais, na autonomia relativa dos meios de produção, além de mudanças na relação sociedade/natureza e no fortalecimento da luta pela Soberania Alimentar. Há uma realização dos camponeses, com a possibilidade de produção do seu próprio alimento e, por conseguinte, a autonomia relativa frente ao controle das corporações multinacionais com o suprimento próprio de parte dos meios de vida. O fato é que as experiências agroecológicas do Assentamento Cunha comprovam a disputa com o agronegócio. Mesmo que existam divergências de caminhos e projetos para garantir a permanência na terra, seja com a luta pela superação da sociedade capitalista, ou a integração acrítica ao mercado, ou o *habitus* de classe do campesinato, a luta central é garantir o direito de ser camponês.

Há um território multidimensional agroecológico em construção no Assentamento Cunha, com avanços por ser conquistados: a autonomia total na produção dos insumos, o direito à maior participação política, a superação de determinadas práticas culturais e o controle dos canais de comercialização direta. Sua consolidação depende do fortalecimento da luta pela Soberania Alimentar. Portanto, a luta se verte para outro modelo civilizatório, eis o desafio para os movimentos sociais, construir alianças para que a agroecologia se realize em sua totalidade. Essa é a utopia dos camponeses para seguir caminhando, a despeito das teorias e da ação imperialista do capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 175-195 p.
- _____. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, nº. 2. 2005, 103-114 p.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: editora UNESP, 2006. 377 p.
- ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; FREITAS, Vinicius Mello Teixeira de. Produção Agroecológica de Hortaliças: A experiência do Assentamento Cunha. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 354-376 p.
- ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; FRANÇA, Rodrigues Machado de; TAVARES, Marcelo Souto de Oliveira Cabral. **Manejo dos recursos naturais com ênfase na agrobiodiversidade: o caso do Assentamento Cunha**. 15 p, 2008. Disponível em: <http://www.entorno.df.gov.br.html>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia**. (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). São Paulo: Ática, 1983. 48-81 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Parentes e Parceiros: relações de parentesco e relações familiares de produção entre camponeses de Diolândia. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato goiano**. Goiânia: Editora da UFG, 1986. 15-81 p.
- _____. **Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.
- BRASIL. **Séries Estatísticas & Séries Históricas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2013.
- _____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 Jul. 2013. 350 p.
- _____. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 Abr. 2013. 775 p.
- BRASIL. Decreto lei nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007. Regulamenta a lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, que dispõem sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília: MAPA, 2013. Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acesso em: 12 set. de 2013. 27 p.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura (trigo e soja)**. Ijuí: Vozes, 1988. 200 p.

CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. *In*: CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 191-206 p.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 01, nº 01, fev./ 2010, 18 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis**. 2008, 13 p. Disponível em: <http://www.portalagricola.com>. Acesso em: 17 set. 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: Compromisso com as Atuais e Nosso Legado para as Futuras Gerações. *In*: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 267-311 p.

CARVALHO, Horacio Martins de; STEDILE, João Pedro. Soberania Alimentar. *In*: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 714-723 p.

CASSETI, Valter. A natureza e o espaço geográfico. *In*: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Org.). **Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. 145-163 p.

CASTELLS, Manoel. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. *In*: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 21-43 p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones nueva visión, 1974. 339 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos de Terra no Brasil de 1985 a 2011**. São Paulo: CPT, 2013. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 08 jun. 2013.

CORREA, Ciro; MACHADO, Altair Toledo et. al (orgs.). Estratégias adotadas junto às Comunidades de Assentados de Reforma a Partir do Manejo da Agrobiodiversidade. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 100-143 p.

CORREIA, Ciro Eduardo. **O MST em Marcha para a Agroecologia: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST**. 2007. 61 p. Dissertação de Mestrado (Curso Master en Agroecologia: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica)- Universidade Internacional de Andaluzia e Universidade de Córdoba, Espanha, 2006/2007.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre Agronegócio e Agroecologia no Contexto do desenvolvimento rural brasileiro. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 71-81 p.

DUARTE, Élio Garcia. Da luta pela terra a luta pela reforma agrária em Goiás. *In: Revista dos do XX Simpósio nacional de história- ANPUH (fronteiras)*. Florianópolis: Editora Humanitas/ USP, Julho de 1999. 15 p.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável (origens, perspectivas de um novo paradigma)**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

_____. **O que é Agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 92 p.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

AMAFAC. **Estatuto Social**. Cidade Ocidental: Amafapac, 2013. 17 p.

ASPAFAC. **Estatuto Social**. Cidade Ocidental: Aspafac, 2013. 12 p.

ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação (estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás)**. Goiânia: editora do autor, 1998. 275 p.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Territórios rurais: a região fumicultura no Sul do Brasil. *In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Z. (orgs.). A emergência da multiterritorialidade: A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 137-144 p.

FABRINI, João Edmilson; MARCO, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 149 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de território. *In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 197-215 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GIRARDI, Eduardo Paulon. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonildo Servolo de et. al (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 339-366 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 45-69 p.

FIALHO, Josefino de Freitas; FUKUDA, Wânia Maria Gonçalves et. al (orgs.). Melhoramento Participativo de Mandioca nas Condições do Cerrado: Estudo de Caso. *In: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 282-313 p.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 2009. 285 p. Tese (Doutorado em geografia humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, Horieste. A nova matriz espacial do território goiano. *In*: GOMES, Horieste (coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Editora da UCG, 2008. 353-376 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Sobre territórios, escalas, e responsabilidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: A ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 37-46 p.

GONÇALVES, Carlos W.P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2010. 152 p.

GRAZIANO NETO, José. **Questão Agrária e Ecológica (crítica da moderna agricultura)**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 57-65 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. Rio de Janeiro: Encontro nacional da ANPUR (UFRJ), 2001. 17-38 p.

_____. Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. 95-120 p.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios á multiterritorialidade. RJ: Bertrand Brasil, 2004. 391 p.

HALL, Stuart. A identidade em questão. *In*:_____. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução Tomaz T. da SILVA e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1997. 7-23 p.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. 2012. P. 01-316. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2013.

_____. **Plano de Recuperação do Assentamento Cunha, Cidade Ocidental-GO**. Cristalina: Rede Terra, 2011. 200 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In*: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 79-85 p.

LEME, Heládio José de Campos. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na região centro oeste. *In*: GONÇALVES, Maria Flora (orgs). et al. **Regiões e cidades, cidades nas regiões- o desafio urbano regional**. São Paulo: UNESP, ANPUR, 2003. 621-634 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (orgs.). **Diagnóstico Participativo de Agroecossistemas na Área de Produção Coletiva do Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO**: agrobiodiversidade e práticas agroecológicas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. 37 p.

_____. Manejo Agroecológico de Agroecossistemas em Comunidades Rurais e Assentamentos da Região Centro-Oeste com Ênfase nas Plantas de Cobertura: conceituação, síntese metodológica e experiências locais. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga**: Com ênfase em comunidades rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 316-351 p.

_____. Manejo da Diversidade Genética e Melhoramento Participativo de Milho e sua Interação com a Agrobiodiversidade. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga**: Com ênfase em comunidades rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 222-239 p.

_____. **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 376 p.

_____. Sistematização e Descrição dos Resultados de Pesquisa Participativa em Milho. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga**: Com ênfase em comunidades rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 242-280 p.

MACHADO, Cynthia Torres de Toledo; REIS Jr., Fabio Bueno dos. Avaliação Participativa do Manejo de Agroecossistemas Utilizando Indicadores de Sustentabilidade: instrumento para capacitação em agroecologia e promoção da agrobiodiversidade no Assentamento Cunha. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga**: Com ênfase em comunidades rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 170-219 p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. As necessidades Humanas, os Saberes, a Utopia: A Agroecologia, os Cerrados e sua Proteção. *In*: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 235-266 p.

_____. Agrobiodiversidade. *In*: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 46-51

MANUAL DE CAPACITAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL PAIS - PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL. **Cartilha de Prática da**

Agroecologia. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 40 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo Solidário.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 28 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Comercialização.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 28 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Empreendedorismo Solidário.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 20 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Gestão do Sistema Produtivo.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 28 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

MARTINS, Adalberto. A Agroecologia na Estratégia do MST como Parte da Contraposição ao Agronegócio. *In: Seminário da região Sul sobre a Agroecologia.* Porto Alegre: Setembro de 2012. 10 p.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Contexto, 2010. 193-194 p.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

_____. **Não Há Terras para Plantar Neste Verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo).** Petrópolis: Vozes, 1986. 112 p.

MARX, Karl. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *In: Raízes, Campina Grande, vol. 22, nº. 02, jul./dez. 2005.* 110-123 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sindicalismo Rural. *In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salette et. al (orgs.). Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 704-711 p.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** 2004. 458 p. Tese de doutorado. UNESP (faculdade de ciências e tecnologia, campus Presidente Prudente) Presidente Prudente, 2004.

MOLINA, Manuel González de. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.* São Paulo: Expressão Popular, 2009. 17-70 p.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990. 83 p.

_____. O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. *In: Terra Livre, nº 01, 1986,* 04-17 p.

NETO, Eraldo Medeiros Costa; SANTOS, Marcos Reis do. O Mangangá (*Xylocopa spp.*) como polinizador do maracujá-amarelo (*Passiflora Edulis Simis F. Favicarpa Deneger,*

Passifloraceae) na percepção dos moradores de Gameleira do Dida, Campo Formoso, Bahia, Brasil. *In: Interfaces Científicas- saúde ambiente*, Aracaju, vº 01, nº 01, out. 2012, p. 19-29.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Solo Pobre, Terra Rica: Paisagens do Cerrado e Agropecuária Modernizada em Jataí, Goiás**. 2002. 174 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) São Paulo, 2002.

ORTEGA, Laura Elena Trujillo. Ecología Política del Desarrollo Sostenible. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 71-200 p.

ORTEGA, Laura Elena Trujillo; MIRANDA, César Ramírez et. al (orgs.). Agroecologia Y Desarrollo Rural en Mexico: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberanía alimentaria. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 101-140 p.

PEIXINHO, Dimas Moraes. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no cerrado e a formação dos centros dinâmicos: O caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. 2006. 176 p. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora UFG, 1999. 351 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

RAMALHO, José Ricardo. Posse e uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes. *In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. Campesinato goiano*. Goiânia: Editora da UFG, 1986. 83-118 p.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De Pobre e Sem-Terra a Pobre com Terra e Sem Sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1.998-2.006). *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonildo Servolo de et. al (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 247-278 p.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

_____. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, Milton. et. al. (orgs.). Território territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal Fluminense, 2002. 9-15 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras expressões, 2011. 123 p.

_____. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão popular, 2007. 178 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**, nº 07, jul./dez 2005, 21 p. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em: 15 Fev. 2013.

SHIKI, Shigeo. Impacto das Inovações da Agricultura Tropical Brasileira Sobre o desenvolvimento Humano. In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 141-175 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa (estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 78-116 p.

TEIXEIRA NETO, Antonio. Estrutura fundiária do estado de Goiás-2003. In: **Boletim Goiano de Geografia**, V. 31, nº 02, p. 129-160, jul./ dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br>. Acesso em: 05 abr. 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria- qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 275-302 p.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Yakarta: 5 años de Agroecologia em la via campesina** (Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable). Indonésia: La Via Campesina, 2013. Disponível em: www.viacampesina.org. Acesso em: 10 jul. 2013.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguecia. – O campesinato como ordem Moral. In: **Anuário Antropológico**. Ed. UNB- tempo brasileiro, 1990. 71 p.

SITES CONSULTADOS

ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA BIODINÂMICA. www.biodinamica.org.br. Botucatu, São Paulo, Brasil. Acessado em: 20 set. 2013.

ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA ECOLÓGICA DO DISTRITO FEDERAL- AGE. www.agebrasil.com.br. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 20 set. 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Goiânia, Goiás, Brasil. Acesso em: 08 jun. 2013.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. www.fbb.org.br. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 20 set.2013.

FUNDAÇÃO MOKITI OKADA – M.O.A. Disponível em: www.FMO.org.br. São Paulo, São Paulo, Brasil. Acessado em: 25 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: www.fbb.org.br. Rio de Janeiro, Brasil. Acessado em: 08 Jul. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: www.incra.gov.br. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 08 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: www.agricultura.gov.br. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acessado em: 20 set. 2013.

PLANETA ORGÂNICO. Disponível em: www.planetaorganico.com.br. Leblon, Rio de Janeiro, Brasil. Acessado em: 24 set. 2013.

PORTAL AGRÍCOLA. Disponível em: [http:// www.portalagricola.com](http://www.portalagricola.com). São Paulo, Brasil. Acesso em: 17 set. 2012.

VIA CAMPESINA. Disponível em: Disponível em: www.viacampesina.org. Indonésia. Acesso em: 10 jul. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário aplicado à liderança da Via Campesina/MST.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Questionário aplicado à liderança da Via Campesina/MST



1. Em que momento, e por quais razões se inicia a discussão da Agroecologia como projeto alternativo para o campo, dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?
2. Após a construção teórica como o MST define a Agroecologia? Ela para se territorializar está no âmbito da disputa territorial?
3. Qual modelo de produção territorial dos assentamentos viabiliza a produção agroecológica?
4. No que se refere ao Assentamento Cunha, a relação Embrapa – assentamento foi resultado da articulação da regional MST/DF, da direção nacional do MST, ou somente de lideranças isoladas?
5. Como o movimento avalia hoje a experiência agroecológica realizada no Assentamento Cunha? Houve equívocos e acertos? Quais?
6. Na formação do Assentamento Cunha houve expulsão de lideranças do MST que atuavam na construção do mesmo. O movimento entende que essas expulsões foram fundamentais para a territorialização de conflitos entre movimentos de luta pela reforma agrária dentro do assentamento?

APÊNDICE B- Entrevista Estruturada desenvolvida com os membros da segunda associação do Assentamento Cunha



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Formulário da entrevista desenvolvida com membros da segunda associação do
Assentamento Cunha.

Nomes:

1. Quantos anos têm de existência a associação?
2. Quantos são os integrantes e qual o valor da mensalidade paga por eles?
3. Qual a forma de escolha da direção da associação e quantos anos têm de mandato?
4. Quais as razões para criação dessa nova associação no assentamento?
5. Quais são as metas e projetos a ser alcançados?
6. Há dificuldades para avançar nas discussões com os associados? Si sim, quais seriam essas dificuldades?
7. Durante o período em que está na direção da associação vocês afirmariam que há conflitos internos no assentamento? Si sim poderia dizer quais são?
8. Esses conflitos atrapalham no avanço em direção a conquistas para os assentados em relação à produção agroecológica? Qual a avaliação de vocês?
9. A associação tem procurado estabelecer parcerias com outras entidades, organizações, instituições de caráter privado ou público? Quais seriam aquelas que já atuam com a associação dentro do assentamento?
10. Em relação à ação do Estado na política de reforma agrária como avaliam? Fale um pouco para nós a respeito das políticas públicas destinadas a financiamento, assistência técnica, educação, saúde, comercialização da produção entre outras, elas tem chegado ao assentamento?
11. Consideram importante a discussão da produção agroecológica dentro da associação?
12. Há discussões internas no sentido de fortalecer a produção agroecológica? Si sim, quais tem sido as ações nesse sentido, seja de busca de parcerias, apoio à assistência técnica, cursos de formação, mecanismos de certificação para comercialização entre outras?

13. Quais as dificuldades para avançar para essa forma de produção no assentamento?
14. A produção agroecológica melhorou a relação dos assentados com o meio natural e permitiu melhorar a renda das famílias que a realizam em suas parcelas?
16. Quais as conquistas a associação têm obtido ao longo desse período de existência, e as dificuldades que têm enfrentado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Formulário da entrevista desenvolvida com membros da primeira associação do Assentamento Cunha.

Nome:

1. Quantos anos têm de existência a associação?
2. Quantos são os integrantes e qual o valor da mensalidade paga por eles?
3. Qual a forma de escolha da direção da associação e quantos anos têm de mandato?
4. Quais são as metas e projetos a ser alcançados?
5. Há dificuldades para avançar nas discussões com os associados? Si sim quais seriam essas dificuldades?
6. Durante o período em que está na direção vocês afirmariam que há conflitos internos no assentamento? Si sim poderia dizer quais são?
7. Esses conflitos atrapalham no avanço em direção a conquistas para os assentados em relação à produção agroecológica? Qual a avaliação de vocês?
8. A associação tem procurado estabelecer parcerias com outras entidades, organizações, instituições de caráter privado ou público? Quais seriam aquelas que já atuam com a associação dentro do assentamento?
9. Em relação à ação do Estado na política de reforma agrária como avaliam? Fale um pouco para nós a respeito das políticas públicas destinadas a financiamento, assistência técnica, educação, saúde, comercialização da produção entre outras, elas tem chegado ao assentamento?
11. Consideram importante a discussão da produção agroecológica dentro da associação?
12. Há discussões internas no sentido de fortalecer a produção agroecológica? Si sim, quais tem sido as ações nesse sentido, seja de busca de parcerias, apoio à assistência técnica, cursos de formação, mecanismos de certificação para comercialização entre outras?
13. Quais as dificuldades para avançar para essa forma de produção no assentamento?
14. A produção agroecológica melhorou a relação dos assentados com o meio natural e permitiu melhorar a renda das famílias que a realizam em suas parcelas?

15. Quais as conquistas a associação têm obtido ao longo desse período de existência, e as dificuldades que têm enfrentado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



1. Dados Pessoais
2. O espaço herdado da fazenda Cunha.
3. A conquista e produção territorial do Assentamento Cunha.
4. A origem das famílias assentadas.
5. Os conflitos intra e inter Assentamento Cunha.
6. Os atores responsáveis pela territorialização da Agroecologia no Assentamento Cunha.
7. A rede política tecida em defesa da Agroecologia e os projetos desenvolvidos de produção agroecológica.
8. A autonomia dos insumos e controle dos canais de comercialização direta.
9. Acesso e permanência nos canais de certificação orgânica
10. As políticas públicas estatais para a Agroecologia.
11. As conquistas com a adoção da Agroecologia.



(Formulário da entrevista estrutura desenvolvida com os assentados)

Nome: _____ Idade: _____

2- A especificidade camponesa

2.1. Mão-de-obra Familiar	Nº de integrantes da família	Nº de idosos	Nº de integrantes até 14 anos.	Nº de integrantes acima de 15 anos.	Todos trabalham a mesma quantidade de horas?
2.2. Trabalho acessório e assalariado.	Nº de membros que trabalham de forma assalariada.	Quais atividades exercem?	Nº de membros da família que realizam trabalho temporário.	Quais atividades se dedicam?	Quais os meses mais comuns que o realiza?
2.3. Regime de trabalho: trabalho assalariado /temporário na própria parcela.	Há uso de mão-de-obra temporária na parcela?	Há uso de mão-de-obra assalariada na parcela?	Qual a quantidade e diária de horas de trabalho na parcela?	Há variação? Quais meses o trabalho é mais intenso?	Nº de membros que trabalham na parcela
2.4. Trajetória espacial	Locais onde morou antes de vir para o assentamento.	Atividades desenvolvidas ao longo da vida.	Nº de anos de existência da família.	Atividade de trabalho desenvolvida pelos avós.	Atividade de trabalho desenvolvida pelos pais.
2.5. Socialização camponesa e divisão de gênero.	Os filhos o ajudam na lavoura desde quando?	Quem realiza as atividades internas da casa?	Quem cuida do quintal?	Quem cuida dos negócios?	Quem controla a economia doméstica da casa?
2.6. Nível de renda/ relações de ajuda	Realiza-se no assentamento mutirão, tração, troca de dias?	Qual a renda média da família?	Tipos de produção na parcela	Nível de escolaridade	Naturalidade /idade

mútua/dados pessoais					
2.8. Quais canais de comercialização o senhor (a) utiliza					
2.9. Se destina a produção ao consumo da família.					
2.10 O senhor (a) compra sementes e fertilizantes ou produz na propriedade					
2.11. Como o senhor (a) combate as espécies que predam a lavoura					
2.12 Instrumentos de produção	Há uso de tratores, colheitadeiras particulares ou de terceiros?	Quais outros instrumentos o senhor (a) usa para desenvolver o trabalho na parcela.			

- 3 Quais as razões principais para a mudança para o assentamento?
- 4 Por que buscou o trabalho assalariado externo a parcela?
- 5 Por que o mutirão as trocas de dia deixaram de existir no assentamento?
- 6 Há diferença em trabalhar na sua propriedade e trabalhar como empregado de terceiros?
Qual a diferença?
- 7 Qual o significado da terra para o senhor (a)?
- 8 O senhor (a) lembra-se de alguma dificuldade que queria destacar no processo de luta para conquista da terra?
- 9 O preço recebido pela mercadoria produzida tem sido compensatória? Por quê?
- 10 Quando o senhor (a) morava com os pais os agricultores já realizavam a produção agroecológica?

- 11** Com quem o senhor (a) aprendeu realizar a produção agroecológica?
- 12** Quais as dificuldades o senhor (a) tem enfrentado para desenvolver a produção agroecológica?
- 13** Quais os tipos de financiamento o senhor (a) teve acesso?
- 14** Quais as vantagens o senhor (a) vê com a adoção da Agroecologia?
- 15** Há assistência técnica no assentamento?
- 16** Há conflito interno no Assentamento Cunha?

APÊNDICE E- Termo de livre consentimento e esclarecimento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Meu nome é **Edson Batista da Silva**, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é **Dinâmica sócio-espacial: urbana, agrária, regional e ambiental**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es) responsável(is), **Edson batista da silva e Manoel Calaça** nos telefones: (62) 9636-9816 e (62) 9991-7337.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

Título: DISPUTAS TERRITORIAIS CAMPONESAS: AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE OCIDENTAL, GO.

Justificativa:

O estímulo individual para essa pesquisa está em procurar respostas para os problemas do espaço goiano as quais não têm sido encontradas com êxito nos trabalhos referentes ao tema. Ela é parte de um conjunto de indagações relacionadas às formas de produção de alimentos nesse espaço. A sociedade essa pesquisa pode possibilitar um respaldo teórico crítico para o avanço de projetos humanos que levem em conta a necessidade de pensar não apenas no lucro ilimitado, mas que estabeleça enquanto premissa a produção de alimentos que respeite a vida e contribua para a soberania alimentar. A ciência cabe o papel de melhorar a práxis humana. Assim, ao buscar compreender os aspectos que envolvem as disputas territoriais camponesas para a territorialização da produção agroecológica no Assentamento Cunha em Cidade

Ocidental poderão ocorrer avanços no entendimento de como no âmbito de relações de poder os territórios são construídos a favor ou contra os interesses dos grupos sociais.

➤ **Objetivos e Procedimentos:**

➤ **Objetivo Geral:**

➤ Compreender as experiências agroecológicas do Assentamento Cunha, como resultado da disputa camponesa com o agronegócio, tendo em vista a permanência na terra.

➤ **Objetivos específicos:**

- Analisar a conquista e produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a Agroecologia;
- Analisar a especificidade camponesa no Assentamento Cunha como possibilidade para a territorialização da Agroecologia;
- Demonstrar os atores responsáveis pela articulação da produção agroecológica no Assentamento Cunha;
- Analisar se a relação dos atores intra, e inter assentamento viabilizou o controle dos insumos e canais de comercialização direta;
- Apresentar as dificuldades atuais para a consolidação da produção agroecológica, e as conquistas obtidas com a sua adoção;

Procedimentos: Realização de pesquisa bibliográfica e documental. Levantamento de dados secundários, coleta de dados primários e informações, por meio de pesquisa a campo com posterior, tabulação, e organização para apresentação em tabelas, gráficos e mapas. Realização de entrevistas semi estruturas com lideranças do assentamento investigado, e entrevistas estruturadas com os assentados e presidentes das associações do assentamento. Observação direta a campo, com registros fotográficos das atividades produtivas agroecológicas dos camponeses assentados, entre outros procedimentos.

Edson Batista da Silva
(Pesquisador).

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula/. Abaixo assinado, concordo em participar do estudo: DISPUTAS TERRITORIAIS CAMPONESAS: AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE OCIDENTAL, GO, como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador (a) **Edson Batista da Silva** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Em caso de entrevistado não letrado

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____